



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

LUDIMILA BRASILEIRO GUIRRA COUTO

MULHERES MIL: OUVINDO AS VOZES DO PROGRAMA (2011-2015)

Salvador
2024

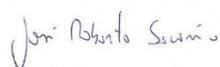
LUDIMILA BRASILEIRO GUIRRA COUTO

MULHERES MIL: OUVINDO AS VOZES DO PROGRAMA (2011-2015)

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora.
Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos

Salvador
2024

Declaramos, para os devidos fins, que Ludimila Brasileiro Guirra Couto, matrícula nº 2019106017, defendeu com aprovação sua tese intitulada “Mulheres Mil: ouvindo as vozes do Programa. Políticas Públicas Feministas, Economia Solidária e Identidade Regional” no dia 31 de outubro de 2024, sob a orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos, no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.



Prof. Dr. José Roberto Severino

Coordenador do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.

Banca examinadora:

Rita de Cássia Aragão Matos (Orientadora)
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia
UFBA

José Roberto Severino
Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo
UFBA

Ohana Boy Oliveira
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense
Faculdade de Comunicação UFBA

Gildásio Santana Júnior
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia
UESB

Catiane Rocha Passos de Souza
Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia
Campus Salvador - IFBA

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Couto, Ludimila Brasileiro Guirra.

Mulheres mil: ouvindo as vozes do Programa (2011-2015) / Ludimila Brasileiro Guirra Couto. - 2024.
339 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos, Salvador, 2024.

1. Comunicação e cultura. 2. Mulheres - Condições sociais. 3. Mulheres - Bahia - Condições sociais.
4. Mulheres - Política governamental - Bahia. 5. Patriarcado. 6. Política pública. 8. Economia social. 9.
Programa Mulheres Mil. 10. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia - Bahia. I. Matos, Rita
de Cássia Aragão. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Profes-
sor Milton Santos. III. Título.

CDD - 305.42098142
CDU - 305-055.2(813.8)

AGRADECIMENTOS

Há tanto que agradecer a tantos que, certamente, este espaço será insuficiente para tantos “obrigados”. De antemão, peço desculpas caso esqueça alguém.

Início agradecendo ao IHAC pela agradável e proveitosa permanência durante a execução deste trabalho, o qual me acolheu e proporcionou um grande aprendizado com este trabalho de pesquisa.

Sou grata à professora Lindinalva Silva Oliveira Rubim, que acreditou no meu trabalho e, com muita paciência, me orientou nos primeiros passos dessa jornada.

Agradeço à professora Rita de Cássia Aragão Matos, que aceitou o desafio de orientar um trabalho já iniciado, acreditando e apostando no potencial desta pesquisa. Vale ressaltar o cuidado e a atenção pela sua disponibilidade permanente nos momentos de dificuldade na elaboração deste estudo.

Agradeço à professora Catiane Rocha, pelo imenso apoio e, como colega de trabalho, saber que sempre pude contar com você.

Agradeço ao professor Gildásio Santana pela disponibilidade, pelo incentivo e apoio recebido.

Agradeço aos meus colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Salvador, pelo apoio. Agradeço ainda à Reitora do IFBA, Luzia Matos Mota, pelo apoio recebido.

Sou grata à professora Paula Mara Messias Costa, que, como apoiadora do Programa do Mulheres Mil, sempre esteve disponível para diálogos e explicações, bem como permitiu o acesso às informações. Agradeço imensamente pelos aprendizados e conhecimentos adquiridos enquanto fomos colegas e gestoras do Programa.

Sou grata aos gestores e aos docentes que atuaram no Programa Mulheres Mil do campus Seabra, pela disponibilidade e atenção. Agradeço a todos(as) que, direta ou indiretamente, colaboraram na construção desta pesquisa.

Um agradecimento especial às egressas do campus Seabra do IFBA, que se prontificaram a colaborar com o processo de coleta de dados, pois sem elas o desenvolvimento da pesquisa não seria possível. Todas foram muito receptivas e atenciosas.

Em muitos momentos fui amparada por pessoas, e Emanuela Mendes Andrade foi uma delas. Por isso, a minha gratidão pelo apoio recebido nos momentos difíceis, assim como na organização e formatação desta tese.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o Programa Mulheres Mil (PMM), programa de extensão oferecido nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Com este estudo, busca-se analisar as estratégias de empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social, egressas do PMM, tomando como referência a despatriarcalização das políticas públicas como um dos percursos fundamentais na efetivação das políticas sociais feministas. Do mesmo modo, a economia solidária é foco de investigação, nesta pesquisa, como importante itinerário para a construção de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher e o resgate da identidade regional. Este é um trabalho de pesquisa que investiga a despatriarcalização das políticas públicas voltadas às mulheres, partindo de uma análise sobre os avanços, barreiras e limitações do Programa Mulheres Mil na Bahia, investigando, dessa maneira, as lacunas e os objetivos alcançados por este Programa na cidade de Seabra - situada na região da Chapada Diamantina, entre os anos de 2011 e 2015. A metodologia utilizada como referencial para o desenvolvimento da pesquisa é de natureza qualitativa e fundamentada no estudo de caso. A entrevista foi o procedimento metodológico fundamental para a coleta de dados, nesta pesquisa, para dar voz e visibilidade às egressas do campus Seabra. Embora as questões ligadas a trabalho, renda e a escolaridade, previstas no objetivo nacional do Programa Mulheres Mil não tenham sido alcançadas satisfatoriamente, com este estudo ficou evidente que a experiência do campus Seabra proporcionou às mulheres a elevação da autoestima, conhecimentos sobre alguns direitos sociais e o empoderamento.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil; Políticas Públicas; Despatriarcalização; Gênero

ABSTRACT

This research has as its object of study the Mil Mulheres Program (PMM), extension program offered at the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) for women in situations of social vulnerability. This study seeks to analyze the empowerment strategies of women in situations of social vulnerability, formed by the PMM, taking as reference the disempower the patriarchal system of public policies as one of the fundamental paths in the implementation of feminist social policies. Likewise, the solidarity economy is the focus of investigation in this research, as an important itinerary for the construction of social policies that promote the empowerment of women and the recovery of regional identity. This is a research paper that investigates the disempower the patriarchal system public policies aimed at women, based on an analysis of the advances, barriers and limitations of the Mulheres Mil Program in Bahia, investigating, in this way, the gaps and objectives achieved by this Program in the city of Seabra - located in the region of Chapada Diamantina, between the years 2011 and 2015. The methodology used as a reference for developing the research is qualitative in nature and based on the case study. The interview was the fundamental methodological procedure for data collection, in this research, to give voice and visibility to formed by the Seabra campus. Although issues related to work, income and education, foreseen in the national objective of the Mulheres Mil Program have not been satisfactorily achieved, with this study it was evident that the Seabra campus experience provided women with increased self-esteem, knowledge about some social rights and empowerment.

Keywords: Mulheres Mil Program; Public Policies; Depatriarchalization; Gender

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Aula de inclusão digital no Laboratório de Informática do campus Seabra.....	126
Figura 2 Aula de inclusão digital no Laboratório de Informática do campus Seabra.....	128
Figura 3 Aula de inclusão digital no Laboratório de Informática do campus Seabra.....	129
Figura 4 Aula do Curso de Iniciação Profissional de Produtos derivados da Mandioca em parceria com a FAEB.....	151
Figura 5 Visita da equipe gestora à comunidade das alunas.....	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Módulo curricular do Programa Mulheres Mil.....	140
Quadro 2	Perfil escolar/nível de escolaridade das alunas dos cursos de Artesanato e Técnicas de Reciclagem.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACCC	Association of Canadian Community Colleges
AL/MEC	Assessoria Internacional do Gabinete do Ministério da Educação
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
CEB	Câmara de Educação Básica
CIDA/ACDI	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
COREF	Coordenação de Contas Regionais
CRAs	Centro de Referência da Assistência Social
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do estado da Bahia
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por amostra de domicílio
PPCs	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RENET	Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: TÉCNICAS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	28
1.1 Procedimentos Metodológicos.....	39
1.2 Como foram elaboradas as entrevistas.....	42
2 POLÍTICAS PÚBLICAS FEMINISTAS: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA MULHERES MIL	54
2.1 Políticas Públicas Feministas ou Políticas Públicas para as Mulheres?.....	65
2.2 Novos olhares a partir do Programa Mulheres Mil: um estudo de caso na Bahia	78
2.3 Ouvindo as vozes do Programa Mulheres Mil na Bahia	85
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA, FEMINISMO COMUNITÁRIO E IDENTIDADE REGIONAL NO PROGRAMA MULHERES MIL	100
3.1 Inclusão Digital: ampliando horizontes	126
3.2 Identidade Regional: um elemento de resiliência?.....	130
4 O PROGRAMA MULHERES MIL NO CAMPUS SEABRA: NOVOS OLHARES SOBRE A CHAPADA DIAMANTINA	139
4.1 Violência: uma temática irrefutável aos nossos olhos.....	156
4.2 Ouvindo as vozes dos grupos sociais invisibilizados: as egressas do Mulheres Mil.....	168
4.3 Uma breve análise sobre as lacunas, barreiras e impasses ao desenvolvimento do Programa Mulheres Mil	190
CONCLUSÃO	199
REFERÊNCIAS	235
APÊNDICES	247
ANEXOS	250

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de pesquisa que tem como objeto de investigação a despatriarcalização das políticas públicas voltadas às mulheres, partindo de uma análise sobre os avanços e limitações do Programa Mulheres Mil (PMM) na Bahia, entre os anos de 2011 e 2015. Com este estudo, busca-se analisar as estratégias de empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social, egressas do PMM, tomando como referência a despatriarcalização das políticas públicas como um dos percursos fundamentais na efetivação das políticas sociais feministas. Do mesmo modo, a economia solidária é foco de investigação, nesta pesquisa, como importante itinerário para a construção de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher e o resgate da identidade regional.

O Mulheres Mil é um programa de extensão oferecido nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir de 2011, em todo território nacional. A princípio, foi um programa gestado e executado, em 2005, ainda como projeto piloto, implantado em treze Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) nas regiões Norte e Nordeste. O Programa foi estabelecido através do sistema de cooperação internacional¹ entre o governo brasileiro e canadense (*colleges*

¹ Chefes de Estado, ministros da Educação e de desenvolvimento, membros da cooperação internacional dos países em desenvolvimento, dirigentes de organizações não governamentais, funcionários de alto nível de agências internacionais, delegados e representantes de organizações da sociedade civil, a convite do Diretor-Geral da UNESCO, reuniram-se em Brasília, com a finalidade de alertar a comunidade mundial, em particular, os líderes das organizações multilaterais e bilaterais, para o não cumprimento da meta relativa à igualdade entre os gêneros no acesso à Educação Básica até 2005, por parte dos países envolvidos no compromisso de Educação para Todos; advertindo, ainda, para o risco premente que corriam esses mesmos países quanto ao não atendimento do objetivo referente à Educação primária universal até 2015, como de sobra, ao elenco de metas atreladas ao projeto maior do Banco Mundial na arena educacional, alardeado de forma espetacular aos quatro cantos do mundo globalizado, em nome do qual a periferia do capitalismo empreendeu as mais devastadoras reformas em seu sistema público de ensino: a Educação para Todos. Que essa notícia fosse propagada, então, em caráter de urgência nos eventos internacionais previstos para ocorrerem em 2005, como a Assembleia das Nações Unidas sobre a Declaração do Milênio, a Reunião dos Países do G8 na Inglaterra, a União Africana e o Fórum Econômico Mundial. No mais, a Declaração de Brasília recomendou, a rigor, mas do mesmo projeto, ou seja, um aprofundamento, com eventuais variações, das receitas até aqui adotadas, sintetizando-as em três recomendações centrais, que diziam respeito: aos professores; à igualdade de oportunidades educacionais para ambos os sexos; e aos recursos financeiros. Para mais informações ver em: BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – SETEC. Ministério da Educação. **Mulheres Mil na Rede Federal: Caminhos da Inclusão**. Brasília, 2011.

canadenses)² - representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e o apoio do Association of Canadian Community Colleges (ACCC)³. A concretização enquanto programa nacional deu-se através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) em parceria com a Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET)⁴. Os cursos ofertados pelo PMM abrangiam: a formação inicial e continuada (FIC) e a qualificação profissional e cursos técnicos⁵.

O Programa teve como financiadores e executores, pelo Canadá, a Association of Canadian Community Colleges (ACC), Canadian International Development Agency (CIDA) e os Colleges Canadenses. O Programa teve como financiadores e executores pelo Brasil, o Comitê Brasileiro de Planejamento e Coordenação. O Ministério da Educação do Brasil foi o coordenador do Programa, que teve como objetivo articular-se com o Comitê Executivo para as deliberações pertinentes. Realizou as gestões necessárias junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para aprovação dos planos de trabalho, das avaliações as ações e para a aprovação e utilização dos recursos previstos no Programa. A gestão era composta da seguinte forma:

- ✓ Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)
- ✓ Assessoria Internacional do Gabinete do Ministério da Educação (AL/MEC)
- ✓ Representante da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
- ✓ Um membro do Comitê Executivo;

2 Instituições de ensino do Canadá voltadas à aprendizagem prática e acadêmica, incluindo atividades de campo e laboratoriais. Para mais informação sobre o assunto ver em: FERRARI, Mari. **A Internacionalização dos Institutos Federais**: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/gFwF3dnT8KDqjkS9BsQVJJr/?lang=pt>>. Acesso em: 07 set. 2021.

3 O ACCC é uma organização nacional canadense, de adesão voluntária, que representa faculdades e institutos no Canadá e internacionalmente. Sua missão é defender e apoiar a aprendizagem fornecida por instituições membros e sua visão é ser a voz mais respeitada na educação superior (FERRARI, Mari. 2015, p. 1012).

4 Para mais informação sobre o assunto ver em: Portal MEC. Projeto Piloto Programa Mulheres Mil. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>>. Acesso em: 08 set. 2018.

5 Para mais informações sobre o assunto ver em: Portal MEC. Programa Mulheres Mil. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

- ✓ Um membro da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET)

Em virtude dos resultados obtidos, o Ministério da Educação instituiu nacionalmente, em 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil. Com uma metodologia denominada Acesso, Permanência e Êxito que passou a ofertar cursos profissionalizantes às mulheres em situação de vulnerabilidade social. São cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária em torno de 160 horas que atende públicos específicos de mulheres, utilizando uma metodologia que privilegia temas como direitos das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, sustentabilidade, entre outros, buscando promover a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. Cabe destacar que as metodologias usadas no Canadá foram reavaliadas para os IFs e adaptadas às realidades das alunas brasileiras. Já as instituições canadenses passaram a usar as lições aprendidas, visando aprimorar os seus próprios sistemas e práticas em atender grupos alvo. Essa parceria Brasil e Canadá teve também como objetivo fortalecer e aumentar as relações entre os dois países (Brasil, 2012).

Dessa maneira, o Programa insere-se no conjunto das políticas públicas do Governo daquele período, “com a finalidade de promover ações com vista à equidade, inclusão social, acesso à educação de qualidade e ao mundo do trabalho, cidadania e desenvolvimento local de mulheres em situação de vulnerabilidade social” (MEC/SETEC, 2012, p.4). Portanto, esta pesquisa investiga os principais impasses ao desenvolvimento de um programa como este: tinha em seu plano político-pedagógico tudo para fazer parte do conjunto das políticas públicas feministas. Investiga também os objetivos alcançados através da sua implementação em nível nacional. Da mesma maneira, contribuiu para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2000 e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão: erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental (Brasil, 2012).

O Programa Mulheres Mil é uma das estratégias de qualificação profissional que teve por objetivo agregar mulheres em todo território nacional, enquanto um desdobramento da política de qualificação profissional proposta pelo governo federal,

em atendimento ao seu planejamento e metas acima citadas. Por conta disso, o debate acadêmico sobre o Programa Mulheres Mil vem se ampliando à medida que são notáveis os resultados do Programa em diversas regiões do Brasil. Todavia, é perceptível suas limitações, especialmente, por tratar-se de uma política social voltada às mulheres sem a perspectiva de gênero em sua base de elaboração curricular e práticas pedagógicas. Cabe levantar a seguinte reflexão: como o fato de uma política pública pensada “para todas”, não contemplar os sujeitos em suas diversidades nas suas múltiplas possibilidades do ser mulher? Até porque, como afirma Oliveira:

A ideia de mulher apresentada pelo Programa Mulheres Mil é fundada a partir de um conceito heteronormativo [...] ser mulher não deve ser entendido de forma unívoca e essencialista. O programa deve privilegiar as diversas possibilidades de identidade de gênero [...] defendemos que haja capacitação em gênero de maneira ininterrupta para todos os profissionais envolvidos (2013, p. 155).

Embora a questão de gênero fosse ponto de interesse do Programa, serviu, inclusive, como uma das justificativas no sentido da qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Um dos trechos do Programa mostra essa preocupação.

A opção pelo recorte de gênero dá-se pelo crescente número de mulheres que estão assumindo a chefia das suas famílias, responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, fato que repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do País. [...] a Pesquisa Nacional de Domicílio (PNAD), de 2009, aponta que no período de 2001 a 2009, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de aproximadamente 27% para 35%. Em termos absolutos, são quase 22 milhões de famílias que identificam como principal responsável alguém do sexo feminino (Brasil, 2011, p. 04).

Mesmo que no senso comum se propague uma perspectiva extremamente favorável às mulheres, Campos destaca o seguinte:

dependendo de como se vive a escolaridade, a garantia de acesso, por si só, não leva à inclusão social; a qualidade da aprendizagem, as condições de socialização no ambiente escolar podem, ao mesmo tempo que incluem alguns, contribuir para excluir outros, tanto objetivamente, pelas oportunidades diminuídas ou negadas, como subjetivamente, pela vivência de experiências de rejeição social e de não reconhecimento de identidade (2003, p. 86).

Para tanto, busca-se com esta pesquisa entender a natureza do surgimento do Programa Mulheres Mil, as parcerias firmadas, as competências das instituições

ofertantes. Seguidamente, por se tratar de uma ação voltada para o público feminino, é feita uma aproximação com a categoria gênero, como forma de subsidiar o debate e a posterior análise do Programa no campus Seabra. A partir da seguinte perspectiva:

há uma emergência em incluir nos estudos, nas pesquisas e suas respectivas análises sujeitos que até então não apareciam, entre esses, a mulher, e vendo que essa categoria não era suficiente para abarcar todos os nós, iniciou-se assim, os estudos não mais sobre mulher, mas sobre mulheres (Ianni, 1990 p.76).

Embora a categoria gênero⁶ não será aprofundada nesta pesquisa, pela multiplicidade do seu debate, ao se tomar como objeto de estudo um Programa voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade social, acredita-se ser importante uma aproximação com o debate acerca desta temática. Uma vez que,

Ao analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pretende-se ir além da identificação de políticas e programas que atendam a mulheres, embora a identificação de tais políticas seja um momento necessário da própria pesquisa. Ao adotar o conceito de gênero como referência para a análise, procurou-se chamar a atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria (Farah, 2004, pp.47-48).

Para uma análise da categoria gênero é importante considerar, inicialmente, que se trata de uma relação construída historicamente entre homens e mulheres em uma sociedade que se funda na constante desigualdade em suas várias dimensões. Portanto, a categoria gênero, se considerada nessa direção, não é neutra. Para Scott (1995, p. 86) gênero “[...] é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação

⁶ Os estudos de gênero constituem um conjunto de saberes científicos, com categorias e metodologias, para análise comparativa das representações e condições de existência de homens e mulheres, em sociedades passadas e atuais. Não se trata de uma teoria única ou de um discurso unificado e homogêneo, mas de um espaço de interlocução que acolhe diferenças e controvérsias. [...] Desde o final da década de 1970, as acadêmicas feministas adotaram uma distinção conceitual entre sexo e gênero. A palavra sexo provém do latim *sexus* e refere-se à condição orgânica (anatômico-fisiológica) que distingue o macho da fêmea. Seu poder de distinção reside na estabilidade, ao longo do tempo. [...] A categoria gênero provém do latim *genus* e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. Em outras palavras, o gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutualidade, isto é, na possibilidade de mudança na relação entre homens e mulheres, ao longo do tempo. Não se trata de um atributo individual, mas que se adquire a partir da interação com os outros e contribui para a reprodução da ordem social (YANNOULAS; SAMPAIO, 2001, p.70-71).

humana”. Nesse sentido, a sociedade patriarcal estabelece as distinções e determina os papéis que devem ser exercidos por homens e mulheres. Assim, para se obter uma melhor compreensão do conceito e procurar um contraponto à ideia presente na sociedade patriarcal-capitalista, Costa afirma que:

O conceito de gênero não corrobora a tese de que a diferença essencial entre homens e mulheres deve se pautar na distinção entre os sexos, ou seja, diferença puramente biológica. Ao contrário, o termo gênero busca uma diferença entre o que está estabelecido, isto é, o dado que podemos identificar como natural e o que é construído. A discussão em torno do conceito de gênero procura, portanto, informar que é indispensável conferir maior valor de expressão à realidade construída e faz, portanto, referência aos processos de estruturas sociais e culturais que se impõem às diferenças biológicas (2008, p. 121).

Nesse sentido, os avanços nos estudos de gênero delinearão outras possibilidades de análises, uma vez que os estudos que se pautavam na opressão, na subordinação, na violência e na não participação das mulheres, agora viam e reconheciam que essas mesmas mulheres tinham ou criavam mecanismo de subverter ou mudar suas condições. São a partir desses pressupostos que as pesquisadoras começaram a adotar o empoderamento não apenas como termo, mas como uma das bases que fortalecem a categoria de gênero.

Essas abordagens de gênero foram mais tarde enriquecidas pelo conceito de gênero, que supera a universalidade contida na noção de patriarcado ao mesmo tempo em que avançam as críticas à utilização do termo mulher e iniciando um campo de discussão sobre mulheres e empoderamento, e este associado a gênero e não mais a sexo/corpo (Silva, 2009, p. 35).

Posto isto, a presente pesquisa foi desenvolvida a partir da(s) experiência(s) como gestora e docente do PMM, no campus Salvador e Seabra-BA do Instituto Federal da Bahia (IFBA), entre os anos de 2009 e 2014. Por isso, visa investigar de maneira minuciosa as experiências vivenciadas pelas egressas do Programa Mulheres Mil (PMM) - na cidade de Seabra, situada a região da Chapada Diamantina, Bahia. Experiências estas que, muitas vezes, invisibilizadas pelo olhar indolente das instituições organizadoras de tais políticas sociais. Assim sendo, o intuito desta pesquisa é investigar o Programa Mulheres Mil entre os anos de 2011 e 2015, avaliando avanços e limitações, bem como, estabelecendo uma comparação dos dados socioeconômicos coletados a partir das egressas, dos gestores locais e institucional. Portanto, esta pesquisa se esforça, inicialmente, em dar voz e visibilidade

às mulheres em situação de vulnerabilidade social que foram alunas do Programa na cidade de Seabra-BA.

A partir destas experiências desvelaram-se realidades bastante distintas: a cidade de Salvador e a cidade de Seabra, situada na região da Chapada Diamantina -BA. Sendo assim, serão analisados os dados levantados no campus Seabra – IFBA, a partir das egressas do Programa. Este campus foi definido como foco de investigação da pesquisa porque trata-se de uma região, até então, pouco analisada em termos de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Especialmente no que concerne às políticas públicas transversais, como o Programa Mulheres Mil. Diante disso, é inevitável e de extrema importância estabelecer uma análise comparativa entre os campi Seabra e Salvador. Pois, o intuito é fazer uma análise comparativa, no primeiro momento, no sentido de avaliar e compreender os aspectos, limitações e peculiaridades de um Programa situado num campus de uma grande capital e em um campus do interior.

Além disso, o intuito com esta pesquisa é apresentar dados qualitativos que demonstram, por vezes, um olhar raso sobre as transformações na vida das egressas por parte das instituições ofertantes. As informações obtidas através das fontes contribuíram para um entendimento mais aprofundado, detalhado, esmiuçado do objeto de estudo. Foi extremamente fundamental, no processo de pesquisa, ter descortinado o objeto a partir da própria expressão de indivíduos: as “mulheres mil”, suas linguagens e suas impressões/expressões de mundo são cruciais para o processo de investigação.

Por esse motivo, é preciso ter um olhar delicado para os sujeitos em suas múltiplas identidades, assim como um olhar metódico para realidades tão diversas: a de uma grande capital, como Salvador – a cidade em que ocorre a primeira experiência do PMM na Bahia – e a de uma cidade pequena, com 41.798 pessoas⁷, como Seabra. São sintomáticas as disparidades entre as alunas, do Programa Mulheres Mil, de uma grande capital e as alunas do interior: a cidade de Seabra. Por

7 População do censo de 2011. (IBGE, 2019). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/panorama>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

isso, a necessidade da pesquisa em uma região de grande importância para o estado da Bahia: a Chapada Diamantina.

Ainda sobre a necessidade da realização de uma pesquisa nesta cidade/região, pois há uma diferença explicitamente perceptível quando se trata do acesso ao mercado de trabalho, da elevação do nível de escolaridade das alunas do Programa após a conclusão dos cursos, entre outros aspectos associados à vulnerabilidade social, no momento em que examinamos realidades tão díspares: da capital e das cidades do interior. Desigualdades, especialmente, no que concerne ao nível de escolaridade, ao acesso à informação, à renda fixa⁸, saúde, inclusão digital. Existe também a necessidade de inclusão social das mulheres que participam ativamente no desenvolvimento econômico desta região. Pois, como consta no Plano Territorial de desenvolvimento sustentável do território da Chapada Diamantina, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):

assim é necessário que exista as políticas públicas voltadas para as mulheres a nível municipal, regional, estadual e federal, sejam implementadas e melhoradas urgentemente. Oportunidade de trabalho (curso profissionalizante); qualidade de vida familiar e melhoria na saúde pública especializada para as mulheres. Além disso, uma educação continuada de qualidade; ampliação do número de creches; transporte escolar de qualidade; qualidade dos profissionais de educação, aumento do índice de cobertura dos PSFs, e do número de consultas/exames, capacitação/humanização dos profissionais de saúde/segurança, implementação e divulgação do planejamento familiar e métodos contraceptivos, combate às DSTs/Pré-natal, implantação DEAM/NAM, implantação de Casa Abrigo, aplicação da Lei Maria da Penha, qualificação e fortalecimento de grupos produtivos, plano territorial de Políticas para as mulheres, capacitações, qualificação profissional (MDA, 2010, pp. 27-28).

Nesse sentido, Seabra está inserida em uma região que ainda precisa de um olhar atento para estas questões, especialmente quando se trata do acesso aos mecanismos de combate à violência contra a mulher e com relação ao índice de evasão escolar, que ainda é muito elevado quando se trata de avaliar as alunas das comunidades rurais, por exemplo. Ao avaliar o lócus de pesquisa por este contexto, o conceito de vulnerabilidade revela-se como um debate delicado e fundamental que será discutido ao longo da tese. De antemão, antecipo algumas reflexões a respeito deste aspecto.

8 Realidade da cidade de Seabra, cujo salário médio mensal em 2016, era de 1.9 salários mínimos, destacando o caso dos trabalhadores formais. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.9%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 51.6% da população nessas condições. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/panorama>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

Como o Programa Mulheres Mil é uma política pública desenvolvida para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e esta é uma temática bastante complexa, sendo que vulnerabilidade é um conceito com múltiplos significados e perspectivas de análise que não se resume unicamente ao aspecto socioeconômico. Pois, segundo Carmo e Guizardi:

A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos (2018, p. 2).

Em virtude da pluralidade de sentidos atribuídos, apresento, a seguir, uma breve análise sobre este conceito. No intuito de destacar alguns sentidos que se aproximam da definição dos critérios utilizados pelo Mulheres Mil para a seleção das beneficiárias do Programa.

[...] resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por fatores como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária que gera fragilidade dos atores no meio social (Ximenes, 2010).

Como processos complexos, carregados de contradições e ambiguidades, nesta perspectiva, definir a vulnerabilidade perpassa muitos aspectos e no caso específico do Programa Mulheres Mil, há uma definição do que seria “estar vulnerável”, que pode ser compreendida como:

[...] a vulnerabilidade destas mulheres não está necessariamente ligada a condições socioeconômicas. Por exemplo, a violência doméstica ultrapassa a questão de classe, já que, independentemente da renda familiar as mulheres são vítimas deste tipo de violência, única e exclusivamente pelo fato de serem mulheres (Oliveira, 2013, p. 85).

Outro aspecto analisado é o Atlas da Vulnerabilidade Social (IVS) - plataforma de consulta ao índice de Vulnerabilidade Social dos estados e cidades brasileiras (Brasil, 2017) -, alimentada com dados do Censo e da Pesquisa Nacional por amostra de domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mede o índice de Vulnerabilidade a partir de 16 indicadores organizados em três dimensões a saber: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho.

Na perspectiva de Vignoli, “vulnerabilidade é a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes” (2001, p. 2). Ainda nesse sentido, vulnerabilidade social é apresentada da seguinte maneira:

como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais econômicas culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (Vignoli; Filgueira, 2001 *apud* Ambramovay, 2002, p.13).

Todavia, a vulnerabilidade, de acordo com dados da plataforma acima referida, decorre de processos sociais amplos, contra os quais o indivíduo sozinho não possui meios para agir e cujos rumos só o Estado, através de políticas públicas, tem condições de alterar. Desta forma, vulnerabilidade social na perspectiva da plataforma, diz respeito à ausência ou insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional.

O debate em torno das políticas públicas/programas voltados às mulheres em situação de vulnerabilidade tem se tornado um campo de demanda acadêmica cada vez mais recorrente, pois a criação destes programas traz à tona a necessidade do acompanhamento das formas como têm sido realizados nos municípios brasileiros e o exercício reflexivo da pesquisa torna possíveis leituras de seu funcionamento em nível tanto nacional quanto local. Destaco ainda que este trabalho de pesquisa se justifica pela relevância que os Institutos Federais têm assumido, frente ao desenvolvimento de políticas, ditas como inclusivas, do governo federal e pelo potencial destas instituições públicas em se tornarem referência para os municípios do entorno em que estão inseridas.

Posto isto, esta tese está ancorada em três eixos de argumentação em torno do conceito e da prática de uma das dimensões estruturantes da sociedade patriarcal-capitalista no processo de formação/qualificação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social. A consideração desses três eixos argumentativos esclarece que, para conseguir alcançar tal objetivo é fundamental reconhecer o Mulheres Mil e a dimensão que teve como programa de extensão da Rede dos Institutos Federais. No âmbito da definição do objeto específico de estudo desta tese, as indagações se ampliaram, considerando a seguinte questão, como o problema central de pesquisa: De que maneira é possível promover políticas públicas que rompam com a perspectiva androcêntrica e incrementem políticas públicas feministas voltadas ao empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social?

Em função do alcance regional, que compreende o Programa Mulheres Mil no território do campus Seabra, optou-se por delimitar duas experiências que pudessem espelhar um espectro representativo do objeto de estudo, tais como: Analisar a economia solidária como via importante para o reconhecimento e a valorização dos saberes das mulheres das comunidades historicamente invisibilizadas pela vulnerabilidade econômica da ordem patriarcal-capitalista. Bem como, identificar os obstáculos encontrados no atendimento às particularidades regionais, na perspectiva de contribuir para a valorização e o resgate da identidade regional para que assim haja uma efetiva promoção do empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, é necessário destacar que, segundo o entendimento das autoras feministas que fundamentam esta pesquisa, o patriarcado e o capitalismo têm uma relação de muita proximidade, já que foi justamente o surgimento do sistema patriarcal que consolidou o capitalismo. O debate em torno da despatriarcalização⁹ como caminho para equidade de gênero é fundamentado na seguinte afirmação:

Se o capitalismo e o patriarcado são um sistema único, chamado patriarcado capitalista, então a luta contra a opressão de classe e de gênero deve ser unificada. A luta é obrigação de homens e mulheres embora a organização autônoma das mulheres permanecesse como uma necessidade prática (Haraway, 2004, p. 229).

No que concerne à despatriarcalização das políticas públicas como uma estratégia para a efetivação das políticas feministas, objeto de análise desta pesquisa, evidenciamos as lutas dos movimentos feministas por uma educação despatriarcalizada.¹⁰ Dessa maneira, as concepções identificadas foram:

sociedade patriarcal/capitalista; conhecimento masculino; educação patriarcal/sexista; sujeito masculino/branco/heterossexual. Referente à concepção de sociedade patriarcal/capitalista, as feministas denunciavam que a sociedade estava estruturada não só pelo capitalismo, mas também pelo Patriarcado (Silva, 2010, p.34).

⁹ Para mais informações sobre a temática ver em: MATOS, Marlise. Despatriarcalizar. Nosso jogo democrático. **Teorias e Debates** 91. março/abril 2011. Disponível em: <https://search.app?link=https%3A%2F%2Fpabramo.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F2%2F2015%2F01%2F43-marlise.pdf&utm_campaign=aga&utm_source=agsadl2%2Csh%2Ffx%2Fgs%2Fm2%2F4>. Acesso em: 22 jan. 2024

¹⁰ Para mais informações sobre a temática ver em: SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

No entanto, assinalando a despatriarcalização das políticas públicas para uma possível efetivação das políticas feministas a interseccionalidade desvela que as mulheres marcadas por intersecções ocupam lugares e funções distintas daquelas que não são marcadas por intersecções. É justamente essa capacidade de deslocar essa “mulher universal” que faz com que possamos ir além da eliminação de discriminações de gênero na sociedade patriarcal-capitalista.

Nesse sentido, vale destacar a importância de um olhar interseccional nesta pesquisa, pois a análise interseccional da realidade das diferentes mulheres e contextos supera a ideia de uniformidade entre os grupos, pois localiza e diferencia as opressões sofridas pelas mulheres, considerando as diferenças raciais, de gênero, de território. A interseccionalidade ultrapassa a naturalização das posições de mulheres e de suas identidades que são múltiplas, o que nos possibilita mirar além das simples relações hierárquicas de opressão entre homens e mulheres.

Por isso é fundamental analisar o objeto a partir da interseccionalidade para que não haja uma homogeneização da condição social e histórica das mulheres, levando a produzir uma falsa ideia de despatriarcalização. Uma vez que o patriarcado atinge todas as mulheres, porém de formas diferentes, por conseguinte a despatriarcalização não acontece da mesma maneira. A vivência da patriarcalização e da despatriarcalização está atrelada às opressões que são interseccionais, gerando assimetrias e ambivalências entre mulheres.

A respeito da metodologia utilizada como referencial para o desenvolvimento desta pesquisa é de natureza qualitativa e fundamentada no estudo de caso, sendo empregados diversos procedimentos metodológicos e diferentes técnicas. A entrevista foi o procedimento metodológico fundamental para a coleta de dados, nesta pesquisa, para dar voz e visibilidade às “mulheres mil”. É um estudo orientado a partir da seguinte compreensão: “a metodologia está diretamente relacionada ao modo como se olha para o contexto social que envolve o objeto de pesquisa, como percebe-se os problemas e como busca-se os caminhos que levarão às respostas” (Goldenberg, 2004, p. 21).

Os recursos metodológicos utilizados, sobretudo quanto às técnicas de coleta de dados, para a construção deste estudo foram a pesquisa documental, pesquisa de

campo e as entrevistas. No total, foram realizadas 14 entrevistas: cinco semiestruturadas e nove em profundidade. Para a realização das entrevistas foram utilizados depoimentos da equipe multidisciplinar (ex-gestores e docentes que atuaram no Programa) e das egressas do Programa Mulheres Mil do campus Seabra que estudaram entre os anos de 2011 e 2014.

A divisão das fontes em categorias se justifica pela orientação metodológica do cruzamento dos dados, no sentido de contribuir para um exame ampliado do objeto a ser pesquisado. Através dos dados fornecidos foi feita uma análise, entre os anos de 2011 e 2015, sobre o desenvolvimento, concretização e resultados do Programa Mulheres Mil. Procedimentos metodológicos que norteiam o desenvolvimento da pesquisa: levantamento, coleta e análise dos dados fornecidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e pela Pró-Reitoria de Extensão do IFBA; realização de entrevistas com os ex-gestores do PMM; realização de entrevistas com as egressas do campus Seabra-BA.

A coleta de dados através das entrevistas tem o propósito de delimitar as áreas/regiões de origem das alunas participantes do PMM e o seu impacto social na cidade de Seabra e região da Chapada Diamantina-BA. A realização das entrevistas visa ainda definir o perfil das egressas quanto ao acesso à renda fixa, além de fazer um levantamento da condição socioeconômica destas mulheres quanto ao aspecto do empoderamento, assim como o resgate da identidade regional nesta região. Uma das questões mais delicadas ao tratar da vida de outros sujeitos é que você terá que lidar com as suas próprias vidas. Quando a pesquisa requer, como eixo norteador para a investigação do objeto de estudo, a análise sobre a vida de uma outra pessoa, o que se apresenta à sua frente são histórias de vidas marcadas no corpo de um ser humano. E não apenas um objeto de investigação que é meramente foco de uma análise qualitativa/quantitativa de uma pesquisa acadêmica. São vidas que revelam, muitas vezes no silêncio de um olhar, a essência de um ser e não apenas dados estatísticos e quantitativos. Assim, a pesquisa qualitativa permite um aprofundamento na realidade e na subjetividade do tema estudado.

Trata-se, acima de tudo, de uma investigação que visa refletir e evidenciar dificuldades, limitações e obstáculos encontrados na execução de políticas públicas,

sintonizadas com uma ação feminista, voltadas às mulheres. Os avanços de tais políticas situam-se no campo do embate e na desconstrução dos valores ideológicos tradicionais. Mulheres estas que historicamente foram invisibilizadas e que formam um contingente de beneficiárias de programas sociais que, muitas vezes, preenchem apenas dados numéricos, tabelas e gráficos de políticas sociais que reproduzem uma estrutura social patriarcal que, muitas vezes, não têm como objetivo transformar os quadros de vulnerabilidade social.

Analisar as repercussões de tais políticas na vida das egressas do Programa Mulheres Mil e suas demandas regionais – assim como, investigar minuciosamente os avanços, as limitações e os obstáculos institucionais enfrentados na implementação de tais políticas - é o primeiro passo para a implementação das políticas públicas feministas e para que assim haja uma efetiva promoção do empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social.

A tese, que consiste nos resultados da pesquisa sobre as possibilidades de promover políticas públicas feministas voltadas ao empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social e a valorização dos saberes locais e regionais, através da economia solidária, está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo descreve o percurso metodológico para a realização da pesquisa e a fundamentação teórica da metodologia escolhida – a abordagem qualitativa e o estudo de caso –, bem como a sua adequação aos objetivos da pesquisa. Além disso, são apresentadas as técnicas utilizadas e os cuidados na sua utilização, assim como uma descrição da forma como foram utilizadas neste percurso investigativo. Autores como: Goldenberg (2004), Ludke; André (2013), Worcman; Pereira (2006), Chizzotti (1998), Minayo (2003), Yin (2001), Pires (2014), Denzin; Lincoln (2006), serviram como referencial para fundamentar os caminhos metodológicos desta pesquisa.

O segundo capítulo constitui uma abordagem teórica a respeito das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil. Todas essas questões, apresentadas de forma tópica, tangencial e sucinta fundamentadas em Ballestrin (2013), Curiel (2009), Cabnal (2018), Gargallo (2014) e Paredes (2013) no sentido de embasar teoricamente a discussão para uma abordagem investigativa baseada no feminismo comunitário, no ecofeminismo e no feminismo decolonial. No entanto, abrangeu também questões relacionadas ao contexto de inserção do Programa Mulheres Mil nas políticas públicas

voltadas às mulheres no Brasil. Nesse sentido, a análise feita neste capítulo reconhece a existência de diferentes pressupostos originados em debates nacionais e internacionais acerca dos significados de políticas públicas voltadas às mulheres.

O terceiro capítulo faz uma análise interseccional sobre o Programa Mulheres Mil na Bahia, ancorado em três eixos de argumentação: economia solidária, feminismo comunitário e identidade regional. Faz uma abordagem aprofundada a respeito da economia solidária, pois trata de importante ferramenta na construção de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher por meio do resgate da identidade regional. O desenvolvimento da discussão teve como alicerce a episteme feminista, baseada em Siliprandi (2000), Paula (2011), Alcântara (2014), Leite (2009), Sacavino (2016), Farah (2004), Faria; Nobre (2002). Neste capítulo, o debate a respeito da economia solidária vinculada ao feminismo comunitário é mais detalhado no sentido de analisá-lo como estratégica ferramenta na implementação de políticas públicas feministas e para o desenvolvimento do empreendedorismo social.

O quarto capítulo desenvolveu um debate a partir da coleta de dados, fez uma abordagem sobre o impacto Programa Mulheres Mil na vida socioeconômica das egressas. Investigou, dessa maneira, os avanços, barreiras e limites deste Programa na cidade de Seabra - situada na região da Chapada Diamantina, na Bahia - entre os anos de 2011 e 2015. Foi feita uma abordagem aprofundada a partir das entrevistas realizadas com a equipe multidisciplinar (docentes e ex-gestores) que atuou no PMM do campus Seabra, e a partir das entrevistas com as egressas. Fruto da coleta de dados surgiram múltiplas temáticas, neste capítulo, apontando os resultados da pesquisa. Tais como: violência contra a mulher, evasão escolar, a sociabilidade como elemento importante para o empoderamento e um caminho para a sororidade, cooperativismo/empreendedorismo social, etc. Debate fundamentado em Varanda (2018), Silva; Sardenberg (2014), Kipnis (2015), Farias; Fernandez (2013), Viana (2013).

Na conclusão é feita uma análise sobre as lacunas que impediram o desenvolvimento do Programa Mulheres Mil na Bahia. Além disso, esta parte da tese consiste na identificação de programas de extensão, como o Mulheres Mil, como estratégias de empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social, tomando como referência a despatriarcalização das políticas públicas como percurso fundamental na efetivação das políticas públicas feministas. Reflexões que permitem

a abertura de investigações futuras sobre a perpetuação de programas de extensão, como este, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em especial na Bahia.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: TÉCNICAS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Este capítulo expõe o percurso metodológico para a realização da pesquisa e a fundamentação teórica da metodologia escolhida: a abordagem qualitativa. Apresento, pois, os fundamentos da abordagem qualitativa, sua indicação, suas potencialidades e limites, os critérios de validade e os aspectos que a caracterizam, discutindo, em seguida, a sua adequação aos objetivos da pesquisa em curso, assim como as técnicas utilizadas na pesquisa. Portanto, neste capítulo apresento as orientações metodológicas e os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa. Com relação a cada uma das técnicas, faço referência às vantagens e riscos quanto ao seu uso, aos cuidados na sua utilização e descrevo a forma como foram utilizadas nesta pesquisa. O capítulo também apresenta informações sobre os principais métodos de pesquisa utilizados, os autores que serviram de referencial metodológico para esta pesquisa, assim como as entrevistas realizadas e as razões que levaram a escolha dos entrevistados.

Esta tese investiga o Programa Mulheres Mil na Bahia (2011-2015), analisando avanços e limitações, bem como, estabelecendo uma comparação dos dados coletados a partir das egressas, dos gestores locais e institucional a partir do processo de levantamento e coleta das fontes primárias no campus Seabra do IFBA. Os caminhos percorridos para o desenvolvimento desta pesquisa sobre as políticas públicas feministas foram como um labirinto com seus percalços, principalmente porque a literatura disponível que aborda a temática na Bahia e, em especial nas cidades do interior, ainda carece de avanço. Essa ausência na literatura reflete um hiato, uma lacuna, talvez até uma desatenção sobre as políticas públicas feministas, especialmente no que se refere ao objeto de análise desta tese. Notou-se uma escassez de trabalhos acadêmicos nesta área de pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Seabra-BA em dois períodos (no mês de setembro de 2023 e no mês de maio de 2024), tendo como objetivos principais, o estudo sobre a economia solidária e a identidade regional, no contexto do Programa Mulheres Mil, e os seus impactos na vida das egressas. A pesquisa abrangeu também questões relacionadas às particularidades regionais, na perspectiva de contribuir para a valorização dos saberes locais e regionais, tendo a

economia solidária como via importante para alcançar a independência e autonomia das mulheres. Dessa maneira, utilizo como referência para tais definições e escolhas as informações a seguir:

A simples escolha de um objeto já significa um julgamento de valor na medida em que ele é privilegiado como mais significativo entre tantos outros sujeitos à pesquisa. O contexto da pesquisa, a orientação teórica, o momento sócio-histórico, a personalidade do pesquisador, o ethos do pesquisado, influenciam o resultado da pesquisa. Quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais mais é capaz de evitar o *bias*¹¹ muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas (Goldenberg, 2004, p. 45).

Nessa perspectiva, Gamboa reitera que uma vez que o pesquisador/pesquisadora “é portador de uma cultura, de uma linguagem, de uma estrutura de pensamento e uma escala de valores; sua relação com o objeto, nesse sentido, não é neutra” (2012, p. 45). Esta tese consiste nos resultados da pesquisa sobre as possibilidades de valorização e o resgate da identidade regional para que assim haja uma efetiva promoção do empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, Boni e Quaresma afirmam:

[...] a partir do momento que o objeto de pesquisa é escolhido pelo próprio pesquisador, isso, de certa forma, desmistifica o caráter de neutralidade do pesquisador perante a sua pesquisa, já que na maioria das vezes, a escolha do objeto revela as preocupações científicas do pesquisador que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los (2005, p. 70).

A descrição inicial feita neste capítulo é das fontes de dados e documentações originárias da pesquisa bibliográfica a respeito das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil, que constituíram elementos importantes não apenas para elaboração do referencial teórico para a discussão do objeto de estudo, mas também como precursores do roteiro das entrevistas e reflexões subsequentes. Assim, a escolha pela metodologia qualitativa ocorreu por ser ela a mais adequada para possibilitar a compreensão em profundidade dos processos complexos que envolve o objeto de estudo, a análise das significações e do contexto social. Questões cuja delimitação, geralmente, é possível mais pela sua complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa.

¹¹ Segundo a autora, a utilização “do termo em inglês é comum entre os cientistas sociais. Pode ser traduzido como viés, parcialidade, preconceito” (*Id.*, 2004, p. 44).

Dessa maneira, é preciso destacar que a análise qualitativa dos dados levantados nesta pesquisa não descartou a possibilidade de uma análise quantitativa. Isso só foi possível na medida em que os dados quantitativos relacionados ao objeto desta pesquisa contribuíram de maneira qualitativa na discussão dos elementos levantados, como, por exemplo, um olhar aprofundado sobre os dados levantados a partir do nível de escolaridade das alunas do Programa e o processo de evasão escolar. Ressalto ainda que, segundo Pires:

Ao discutir questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais é incorreto pensar que a pesquisa qualitativa tem uma única opção metodológica. Outro erro é caracterizar a pesquisa qualitativa pelo emprego de técnicas específicas de coleta de dados. Pode-se empregar as técnicas de observação direta, entrevistas e análise documental e, ao mesmo tempo, traduzir os resultados em números. Da mesma forma, não se pode dizer que a pesquisa qualitativa se limita a descrever e explorar certos aspectos da realidade, pois, tanto a qualitativa quanto a quantitativa permitem descrever, compreender, explicar e avaliar (2014, p. 78).

Como é na dimensão da subjetividade que se afirma a abordagem qualitativa desta pesquisa, é necessário alcançar a compreensão das relações das atividades humanas com os significados que as motivam. Sendo assim, foi através da pesquisa qualitativa que se conseguiu penetrar nas intenções e motivações do objeto investigado, além do que esta se apresentou como uma opção metodológica coerente quando os processos de composição da pesquisa partiram de um estudo fundamentalmente interpretativo. Nesse sentido, a respeito da pesquisa qualitativa apresento a seguinte afirmação:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem (Denzin; Lincoln, 2006, p.17)

Em suma, entende-se que a pesquisa qualitativa permite um aprofundamento da realidade e da subjetividade do tema estudado. Sendo assim, Palilo destaca:

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem

qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (2004, p. 13).

A metodologia qualitativa é também a mais adequada para abordagem do objeto de estudo porque compreende desde processos de implantação de Programas voltados à formação/capacitação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social ao estudo de processos que implicou em análises em um nível aprofundado a respeito das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil e suas implicações. Como, por exemplo, a necessidade da despatriarcalização de tais políticas para que assim haja políticas sociais que atendam, de fato, as demandas singulares e diversas dessas mulheres. Políticas que consigam ser inclusivas de fato, ofertar políticas voltadas às mulheres com profissionais preparados para discutir questões de gênero e, ao mesmo tempo, que saibam preservar a identidade cultural/regional dessas mulheres.

O estudo desse contexto implica análises em um nível mais profundo. Nesse sentido, Minayo informa que “é o nível das motivações, os significados, as representações, as crenças e valores, as aspirações e atitudes, que se expressam por meio da linguagem comum e na vida cotidiana” (1993, p. 243). Ainda no sentido de orientar de maneira sensata e de encontrar um modo menos rígido de designá-la, Pires afirma que a pesquisa qualitativa se caracteriza por alguns aspectos, sejam eles:

a) por sua flexibilidade de adaptação durante seu desenvolvimento, inclusive na construção progressiva de seu objeto; b) por sua capacidade de se ocupar de objetos complexos, como instituições sociais, grupos estáveis e objetos difíceis de apreender; c) por sua capacidade de englobar dados heterogêneos e combinar diferentes técnicas de coleta de dados; d) por sua capacidade de descrever, em profundidade, aspectos da vida social relativos à cultura e à experiência vivida, exatamente pelo fato de permitir, ao pesquisador, compreender o ponto de vista do interior do objeto estudado; e) por sua abertura ao mundo empírico, expressa pela valorização da exploração indutiva do campo de observação (2014, p. 90).

A experiência ao longo do processo de pesquisa leva o pesquisador a entender que há uma comunicação intensa entre ele e o objeto de investigação. Um processo que o leva a encarar o objeto também como sujeito atuante na construção de seu trabalho de pesquisa. Ter uma percepção sensível e aguçada sobre o que seu objeto tem a revelar – desde os primeiros passos, passando pelas reformulações teórico-metodológicas necessárias até o resultado da pesquisa – é um dos aspectos fundamentais para o sucesso de uma investigação.

Apesar da metodologia ser um dos primeiros pontos a serem definidos num processo de pesquisa, por outro lado, é algo que pode sofrer modificações, de acordo com o andamento desta e as necessidades que o objeto apresenta. Estar ciente desses aspectos, como pontos fundamentais para o bom andamento do trabalho do pesquisador é a melhor forma de saber ouvir adequadamente o que o objeto de pesquisa “tem a dizer” e “sobre qual a melhor forma de se trabalhar com ele”. Sobre essa sensibilidade neste processo, Goldenberg afirma:

A pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância. Nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado — o "possível" para ele (2004, p. 13).

Como esta pesquisa trabalha com os marcos teóricos Políticas Públicas, Feminismo Comunitário, Economia Solidária e Identidade Regional as orientações metodológicas que se revelaram mais adequadas para nortear o objeto de pesquisa foram: a pesquisa qualitativa, como já explicitado, e o estudo de caso. No entanto, para poder fundamentar estas escolhas, compreende-se o quão importante é discutir alguns aspectos referentes a estas abordagens, buscando compreendê-las no contexto desta tese. Parece-nos ter feito a escolha certa, uma vez que a preocupação central desta investigação é exatamente analisar como se deu o processo de formação/qualificação profissional das alunas do PMM a partir do contexto das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil. Para referendar o estudo de caso nesta pesquisa, utilizo as seguintes informações:

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (Goldenberg, 2004, p. 34).

O estudo de caso é propício a este estudo como método de pesquisa, pois trata-se de uma investigação que se empenhou em compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características específicas dos fatos de maneira significativa dos eventos da vida real, pois tratou de um estudo cuja abordagem metodológica foi exatamente centrada em um problema que convoca a compreensão

abrangente de uma situação em questão. Pois, “O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos” (Goldenberg, 2004, p. 33).

Além disso, o foco/objeto desta tese se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em um contexto da vida real e utilizou várias fontes de evidência. Foi uma pesquisa em que a complexidade do caso foi estudada intensamente, os dados coletados por diversos meios e sujeitos/pessoas (objeto da pesquisa) foram entrevistados/analizados. Ademais, esta é uma investigação fundamentada no estudo de caso porque considerou perspectivas alternativas em que as características estão centradas na adaptabilidade e flexibilidade da pesquisa, uma vez que pouquíssimos estudos de caso terminarão exatamente como foram planejados. Pois, segundo Goldenberg:

Não é possível formular regras precisas sobre as técnicas utilizadas em um estudo de caso porque cada entrevista ou observação é única: depende do tema, do pesquisador e de seus pesquisados. Como os dados não são padronizados e não existe nenhuma regra objetiva que estabeleça o tempo adequado de pesquisa, um estudo de caso pode durar algumas semanas ou muitos anos. O pesquisador deve estar preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e com descobertas inesperadas, e, também, para reorientar seu estudo. É muito frequente que surjam novos problemas que não foram previstos no início da pesquisa e que se tornam mais relevantes do que as questões iniciais (2004, pp. 34-35).

Esta foi uma pesquisa que exigiu uma coleta de dados intensa nas idas a campo, buscou desvelar casos múltiplos, necessitando de sujeitos/depoentes diferentes (docentes que atuaram no Programa Mulheres Mil, ex-gestores e egressas). Em uma análise cujo intuito é contribuir para esclarecer uma situação na qual as informações são escassas e o objetivo é prover o meio acadêmico de maior conhecimento sobre a temática, como o caso desta pesquisa, o estudo de caso é o referencial adequado para a investigação. Pois, investigou temas pouco analisados até então. Como afirma Robert K. Yin, a respeito da necessidade do estudo de caso: “[...] ocorre quando o pesquisador tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno previamente inacessível à investigação científica” (2001, p. 63).

Para orientar a análise desta pesquisa, partimos do pressuposto de que a metodologia está diretamente relacionada ao modo como se olha para o contexto social que envolve o objeto de investigação, como se percebem os seus problemas e como se buscam as respostas. Nesse sentido, as suposições, interesses e propósitos levam a diferentes caminhos e perspectivas para a realização de uma investigação. Assim, a coleta de dados através das entrevistas teve o propósito de delimitar as áreas/regiões de origem das alunas participantes do PMM e o seu impacto social na cidade de Seabra e região da Chapada Diamantina-BA.

A realização das entrevistas teve o objetivo de definir o perfil das egressas quanto ao acesso à renda fixa, além de fazer um levantamento da condição socioeconômica destas mulheres quanto ao aspecto do empoderamento, assim como o resgate da identidade regional nesta região. Uma das questões mais delicadas ao abordar aspectos, experiências de vida de outros sujeitos é que o pesquisador terá que acessar lugares delicados. Nesse sentido, “O entrevistador não é um psicólogo. Não deve procurar subentendidos, não ditos. Porém, não evite a emoção” (Worcman; Pereira, 2006, p.224).

Quando a pesquisa requer, como eixo norteador para a investigação do objeto de estudo, a análise sobre as experiências de vida de uma outra pessoa, o que se apresenta à sua frente são experiências marcadas no corpo de um ser humano. E não apenas um objeto de investigação que é meramente foco de análise de uma pesquisa acadêmica. São vidas que revelam, muitas vezes, nas lágrimas que surgem ao rememorar tais experiências, a essência de um ser e não apenas dados estatísticos e quantitativos. Até porque “o ato de pesquisa não pode mais ser visto a partir de dentro de uma perspectiva neutra ou objetiva” (Denzin; Lincoln, 2006, p.32).

Sob esse olhar, é necessário entender que em todas as etapas da pesquisa vai se estabelecendo uma relação de confiança entre entrevistado e pesquisador, é a maneira mais coerente de se fazer emergir a melhor forma de lidar com o objeto de estudo. Pensar desta forma, foi o que levou aos referenciais metodológicos que orientam esta pesquisa. A escolha desses referenciais ocorreu por representar a possibilidade de ouvir diretamente as impressões, opiniões e visões dos sujeitos que

fizeram parte do Programa Mulheres Mil do campus Seabra entre os anos de 2011 e 2015.

Desta maneira, a proximidade ou familiaridade com o tema estudado se configura, a um só tempo, como elemento facilitador, pela intimidade no trato com o objeto da pesquisa, e como condição que demanda atenção vigilante quanto ao rigor nas interpretações e análises. Nessa perspectiva, Minayo apresenta a seguinte definição para a pesquisa qualitativa: “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (2003, p. 21).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa e o estudo de caso foram referenciais metodológicos utilizados neste trabalho na perspectiva de valorizar os aspectos do cotidiano, das experiências de vida que envolvem o objeto de estudo. Este foi o ponto de partida para a investigação de manifestações que se apresentam, quase que de maneira invisibilizada, no desenrolar dos processos de investigação dos grandes eventos, do olhar androcêntrico e, muitas vezes, das instituições ofertantes de programas como o Mulheres Mil. A utilização destes referenciais, nesta perspectiva, permitiu dar conta de aspectos ainda pouco analisados pela pesquisa acadêmica. Para referendar o percurso metodológico seguido para o desenvolvimento desta pesquisa, apresento a seguinte informação:

Pouquíssimos estudos de caso terminarão exatamente como foram planejados. Inevitavelmente, você terá que fazer pequenas, quando não grandes, alterações, que variam da necessidade de tomar uma direção inesperada (uma alteração potencialmente pequena) à necessidade de identificar um novo "caso" para um estudo (alteração potencialmente grande). O pesquisador habilidoso deve lembrar do propósito inicial da investigação, mas aí, se ocorrerem eventos imprevistos, ele provavelmente desejará alterar os procedimentos ou os planos (Yin, 2001, p. 83).

Por seguir estas premissas, ampliaram-se bastante as categorias de análise nesta pesquisa a respeito da documentação, fontes e temáticas de estudo, desvelando, dessa maneira, uma gama de possibilidades para execução do trabalho. Isto posto, o artifício da utilização deste método requer um arcabouço de procedimentos e requisitos específicos dessa área de conhecimento. Além do que,

dentro desse arcabouço de procedimentos e requisitos, o aspecto que mais se aproxima das demandas desta pesquisa é a definição de Chizzotti:

[...] a constituição de um trabalho qualitativo num processo de imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, numa espécie de mergulho nos sentidos e emoções do objeto; no reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; nos resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; na aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos; na constância e na ocasionalidade, na frequência e na interrupção dos acontecimentos; na fala e no silêncio, nas revelações e nos ocultamentos, na continuidade e na ruptura; no significado manifesto e no que permanece oculto (1998, p. 78).

Sendo assim, para referendar: a pesquisa qualitativa permite um aprofundamento na realidade e na subjetividade do tema estudado. Por isso, uma das questões mais complexas da investigação a partir da coleta de dados a partir das experiências vivenciadas pelo entrevistado é que o pesquisador terá que adentrar um terreno muito delicado, pois estará lidando com memórias, referências simbólicas e a própria experiência de vida do entrevistado. São vidas que revelam, muitas vezes no silêncio de um olhar e não apenas nos dados numéricos. Tal perspectiva de análise é fundamental no sentido de investigar as “mulheres mil” a partir do lugar de fala das egressas. Mulheres que deram - como “fruto do seu(s) ventre(s)”, do(s) seus olhares sobre o mundo - vida a esta pesquisa.

Nesse sentido, o trabalho de campo deve ser orientado pelo respeito aos entrevistados, sua cultura, valores, pelo estabelecimento de clima de confiança, atitude de atenção ao ouvir, e de estímulo à conversa no sentido de respeitar as suas experiências, opiniões, conhecimentos, etc. Por isso, “o corpo, os olhos, os movimentos fazem parte do diálogo e influenciam a construção da narrativa. [...] As melhores perguntas são aquelas que surgem da própria história que está sendo contada” (Worcman; Pereira, 2006, p.224).

Como informado, a metodologia utilizada para abordar a questão proposta é de natureza qualitativa. Sendo assim, tornando-se necessários diversos procedimentos metodológicos e diferentes técnicas: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas em profundidade e semiestruturadas. Esses procedimentos são utilizados em complementaridade. Essa perspectiva de investigação configurou-se como a mais adequada para possibilitar respostas à

problemática de pesquisa e outras questões, dela decorrentes, relacionadas aos objetivos da pesquisa realizada. É válido ressaltar que o exame minucioso de alguns documentos abriu, ocasionalmente, novos caminhos de pesquisa, resultando na reformulação de interpretações, ou mesmo, na modificação de alguns dos pressupostos iniciais.

Embora o conceito contemporâneo de documento inclua, além de textos escritos e impressos – leis, normas, pareceres, manifestos, políticas institucionais, jornais, revistas, arquivos, etc. – outros materiais como filmes, fotografias, registros audiovisuais e sonoros, manuscritos, etc. Neste percurso investigativo, os documentos utilizados para pesquisa foram os documentos produzidos no âmbito do governo federal - através das Portarias, normas e legislação que envolveram o tema da pesquisa - e os documentos produzidos pela equipe multidisciplinar do Programa Mulheres Mil (Guia Metodológico do Programa Mulheres Mil, currículo das disciplinas, Memorando, Ofícios, editais, Fichas de matrícula das alunas e fotografias). Estes documentos representaram importantes fontes, comprovando ou contrapondo informações relacionadas ao objeto de pesquisa.

A respeito da importância da pesquisa documental para a constituição desta tese, apresento como referência a seguinte informação:

Entre as vantagens do uso de documentos na pesquisa, ressalto o fato de que os documentos constituem fonte estável para consulta. Podem ser revisitados diversas vezes, inclusive para confirmação de informações ou indicação de novos estudos. Assim, configuraram-se em fontes valiosas para confirmar as afirmações e conclusões da pesquisa, dando mais estabilidade aos resultados obtidos (Guba; Lincoln, 1981 *apud* Lüdke; André, 2013, p. 39).

É válido ressaltar que para a realização da análise documental, foi efetuada uma avaliação crítica dos documentos a serem analisados, sua credibilidade e representatividade. Atenção especial foi dada à relativa objetividade dos documentos, entendendo que o documento já é uma interpretação de fatos, elaborada por seu autor, e não pode ser considerado como uma descrição imparcial. O documento tem um limite de informações a oferecer. É o que está nele registrado, não é possível “dialogar” com ele no sentido de se obter outras informações complementares.

Ao longo do processo da análise documental foi realizada, neste percurso investigativo, considerando o significado dos documentos, os contextos nos quais foram produzidos, seus autores, os interesses, as relações e os contextos em que foram produzidos, entre outros aspectos neles inscritos. A utilização da análise documental para identificar informações de interesse nos documentos, no sentido de contribuir para o desvelamento do objeto de pesquisa, possibilitou, com base no material coletado, confirmar ou refutar os temas dos quais se partiu no início da pesquisa e estabelecer as categorias de análise.

A realização de entrevistas se apresentou como procedimento metodológico mais coerente a esta pesquisa porque foi fundamental no sentido de resgatar as falas dos sujeitos envolvidos no processo de levantamento dos dados. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a equipe multidisciplinar que atuou no Programa Mulheres Mil e as egressas do campus Seabra. As entrevistadas foram selecionadas para atender um amplo espectro de posição econômica, idade, escolaridade, estado civil, área/região da cidade. Além de uma natural desconfiança inicial das egressas entrevistadas com uma pesquisadora não conhecida, todas permitiram - posteriormente a apresentação da pesquisa - que seus nomes aparecessem na tese (como consta nas entrevistas transcritas nos anexos), quando perceberam a sensibilidade ao ouvir suas falas e depoimentos emocionados ao tratar das experiências vivenciadas no Programa Mulheres Mil na cidade de Seabra. “A referência simbólica do diálogo é baseada no entrevistado. O entrevistador não deve pressupor que o entrevistado possui os mesmos valores e conceitos que ele” (Worcman; Pereira, 2006, p.224).

O que está em “jogo” nesse indelével território de levantamento de dados são traços de uma vida que - como uma querência em suas infinitas possibilidades/lugares se apresenta como laços - se entrelaçam, em algum momento. Laços que viram espelhos “nus” e que nos olhos se apresentam como espelhos reveladores de traços/dados importantes para a pesquisa. Assim, “A entrevista surge da interação entre entrevistado e entrevistador. Cabe ao entrevistador um papel ativo para a produção da história do entrevistado. Ambos são corresponsáveis pelo conteúdo gerado” (Worcman; Pereira, 2006, p.224).

As vantagens apontadas para o uso da entrevista estão, de certa forma, diretamente relacionadas às justificativas para o seu uso. Uma das vantagens da entrevista é que ela permite, de modo geral, a captação imediata da informação pretendida, possibilitando, também, confirmações, correções e esclarecimentos. Portanto, “enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado” (Lüdke; André, 2013, p. 34). Fundamentado nestes referenciais pôde-se desconstruir a concepção de que o conhecimento se produz baseado em métodos que exigem o distanciamento observador/objeto observado.

1.1 Procedimentos Metodológicos

A utilização das fontes primárias e secundárias foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Todavia, através da entrevista semiestruturada - recurso metodológico utilizado na consecução dos objetivos desta pesquisa – alicerce impreterível para que não incorra equívocos ou distorções a respeito da realidade do Programa Mulheres Mil na Bahia, em particular na cidade de Seabra, região da Chapada Diamantina. Especialmente as entrevistas realizadas com as egressas e gestores do Programa. A primeira entrevista foi realizada, no dia 02 de setembro de 2021, com a gestora institucional do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, a docente Paula Mara Messias Costa, que atua no campus Salvador. No entanto, representava o Programa no âmbito estadual, gerenciando e administrando os 17 campi em que o Programa tinha sido implementado na Bahia. Esta primeira entrevista foi fundamental para direcionar os caminhos para novas possibilidades de fontes de dados para a pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, esta é uma pesquisa qualitativa que visa desenvolver uma análise aprofundada do objeto a ser investigado. É um estudo orientado a partir da compreensão de que a entrevista foi um importante recurso, pois serviu como aporte necessário na reconstituição dos acontecimentos que envolveram as experiências vivenciadas no processo de formação/capacitação profissional do Programa Mulheres Mil do Campus Seabra, seus impactos na vida das egressas, lacunas e barreiras que impediram a sua continuidade no estado da Bahia. A coleta

de dados, portanto, feita da seguinte maneira: fontes primárias e entrevista semiestruturada. A divisão das fontes em categorias se justifica pela orientação metodológica do cruzamento dos dados, no sentido de contribuir para um exame ampliado do objeto pesquisado. Através dos dados fornecidos foi feita uma análise, entre os anos de 2011 e 2015, sobre o desenvolvimento, concretização e resultados do Programa Mulheres Mil do campus Seabra.

Os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa: levantamento, coleta e análise dos dados fornecidos pela equipe multidisciplinar do Programa Mulheres Mil, a realização de entrevistas com os e-gestores e docentes que atuaram no PMM do campus Seabra e realização de entrevistas com as egressas do Mulheres do campus Seabra. A coleta de dados através das entrevistas foi feita com o propósito de delimitar as áreas/regiões de origem das alunas participantes do PMM e o impacto social na vida das egressas. A realização das entrevistas teve como propósito definir o perfil das egressas quanto ao acesso à renda fixa, além de fazer um levantamento da condição socioeconômica dessas mulheres quanto ao aspecto do empoderamento através do resgate da identidade regional.

Vale ressaltar que “a coleta de dados não é um processo acumulativo e linear, cuja frequência, controlada e mensurada [...] os dados são colhidos, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos” (Chizzotti, 1998, p. 23). As informações obtidas através das fontes contribuíram para um entendimento mais aprofundado, detalhado, esmiuçado do objeto de estudo. É fundamental, no processo de pesquisa, descortinar o objeto a partir da própria expressão de indivíduos: as “mulheres mil”, suas linguagens e suas impressões/expressões de mundo foram cruciais para o processo de investigação.

Os depoimentos sobre as experiências vivenciadas pelas egressas do PMM do campus Seabra, os fatos que presenciaram, dos quais fizeram parte ou sobre os quais detêm informações, são os próprios instrumentos de construção da pesquisa que se propôs resgatar. Por isso, a importância da visibilidade e do lugar de fala das egressas através das entrevistas. Dessa maneira, é importante destacar que a subjetividade é uma marca constante deste referencial e isto significa que devemos estar atentos para

não incorrerem em equívocos ou em um olhar distorcido do objeto de pesquisa. No entanto, é essa subjetividade que nos leva a perceber aspectos e nuances não revelados por um referencial metodológico rígido e que desconsidera as subjetividades de um objeto de análise.

Dentre as consequências da valorização destes aspectos, apresentam-se as múltiplas intencionalidades do próprio pesquisador e do objeto a ser investigado, quando este “fala” por si mesmo. No entanto, isso só é possível se o pesquisador estiver ciente de que esta intencionalidade deva ser coerente e comprometida com a realidade que se tenha a ser revelada sobre o objeto. Dessa maneira, como afirma Goldenberg:

O interacionismo simbólico destaca a importância do indivíduo como intérprete do mundo que o cerca e, conseqüentemente, desenvolve métodos de pesquisa que priorizam os pontos de vista dos indivíduos. O propósito destes métodos é compreender as significações que os próprios indivíduos põem em prática para construir seu mundo social. Como a realidade social só aparece sob a forma de como os indivíduos vêem este mundo, o meio mais adequado para captar a realidade é aquele que propicia ao pesquisador ver o mundo através "dos olhos dos pesquisados" (2004, p. 27).

É preciso saber, também, que por mais que esta escolha metodológica abra um leque de possibilidades de abordagens, nunca será possível dar conta da totalidade do objeto e nem é a pretensão. Após seguir estas orientações é possível perceber que há algumas formas de aproximação coerente da realidade histórica que envolve o objeto de pesquisa. Todavia, é preciso saber que a experiência de vida de um indivíduo não pode ser totalmente revisitada, seja pelo pesquisador ou pelo próprio narrador da experiência. Por isso, devemos estar cientes de que, na relação entre entrevistador e entrevistado, um processo seletivo se impõe envolvendo o próprio recordar, relembrar de experiências vivenciadas. Portanto, ao analisar as potencialidades e os limites do método qualitativo, Minayo (1993, p. 243) considera: “que uma das questões apresentadas – sobre a cientificidade das ciências sociais – diz respeito, exatamente, à plausibilidade de se tratar uma realidade na qual, tanto investigadores quanto investigados são agentes”.

Esta tese teve como base tais referências para justificar a opção pela pesquisa qualitativa e o estudo de caso, evidenciando a seguir, o método de trabalho utilizado, que se fundamenta primordialmente na coleta de informações através de entrevistas.

Neste tipo de análise, cada entrevista é tomada na sua totalidade, compondo um discurso único e singular. Com esta metodologia tinha-se por objetivo evidenciar e discutir as tramas que envolveram o objeto de estudo. Para fundamentar o estudo de caso nesta pesquisa, utilizo a seguinte referência:

Dentro da concepção do estudo de caso que pretende apreender os aspectos ricos e os imprevistos que envolvem determinada situação, a fase exploratória se coloca como fundamental para uma definição mais precisa do objeto de estudo. É o momento de especificar questões ou pontos críticos, de estabelecer os contatos iniciais para a entrada em campo, de localizar os informantes e as fontes de dados necessárias para o estudo. Essa visão de abertura para a realidade tentando captá-la como ela é realmente, e não como queria que fosse, deve existir não só nessa fase, mas no decorrer de todo o trabalho, já que a finalidade do estudo de caso é retratar uma unidade em ação (Ludke; André, 2013, p. 25).

Antes do trabalho de campo e durante todo o processo de elaboração da tese, realizou-se um esforço permanente de revisão bibliográfica dos referenciais teóricos referentes ao tema, quais sejam, as políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil, políticas públicas feministas, autores que discutem o feminismo comunitário e a Economia Solidária. A realização da pesquisa documental exigiu um rigoroso trabalho de identificação dos documentos e fontes de informação. Para que nesta dinâmica trilha, a pesquisa de campo estivesse coerente com o objeto de estudo e pudesse apontar os melhores caminhos para alcançar a(s) resposta(s) da problemática central desta tese.

1.2 Como foram elaboradas as entrevistas

A entrevista foi o procedimento metodológico fundamental para a coleta de dados nesta pesquisa porque a necessidade de dar voz e visibilidade às “mulheres mil”, mesmo antes desta tese ter sido formalizada sob a forma de um projeto de pesquisa, as vozes dessas mulheres ecoavam em mim. Foi extremamente fundamental, no processo de pesquisa, ter desvelado o objeto a partir das suas próprias representações enquanto indivíduos, suas linguagens e suas impressões/expressões de mundo foram cruciais para o processo de investigação. Nesse sentido, Goldenberg (2004, p. 90) destaca: “A entrevista ou questionário são instrumentos para conseguir respostas que o pesquisador não conseguiria com outros instrumentos”.

Nesse sentido, a capacidade de resposta aos questionamentos da pesquisa foi fortalecida pela coleta de dados primários e com base na técnica de entrevista em profundidade (também referenciada como entrevista não dirigida) e na entrevista semiestruturada. Para cada entrevista foi elaborado, previamente, um roteiro¹² com questões norteadoras - dado o seu caráter flexível da modalidade da pesquisa qualitativa, de poder variar parcial ou totalmente, de acordo com as demandas e particularidades de cada depoente -, no decorrer das entrevistas, tanto com as egressas quanto com a equipe multidisciplinar, houve a necessidade de fazer alterações no roteiro das entrevistas. Até porque “O roteiro é apenas um estímulo. Se o entrevistado fizer sua narrativa sem perguntas, deixe-o seguir sem interrompê-lo. É necessário estar totalmente disponível” (Worcman; Pereira, 2006, p.224).

Há de se acrescentar também que as questões elaboradas para essas entrevistas foram baseadas, tanto na problemática original (De que maneira é possível promover políticas públicas que rompam com a perspectiva androcêntrica e incrementem políticas públicas feministas voltadas ao empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social?) quanto nas demais questões que surgiram no decorrer do trabalho de pesquisa. Para a definição desta modalidade de entrevista em que foi baseado, entre outros referenciais, na ideia de que nenhuma entrevista é proposta da mesma maneira que a anterior, principalmente porque as reflexões que surgem das entrevistas anteriores vão sendo acrescentadas e modificando as entrevistas posteriores. Sendo assim:

A entrevista é um momento solene, no qual o entrevistado está eternizando a sua história e o entrevistador participa da construção de um documento histórico. Deve ser tratada como inviolável. É importante preparar um ambiente acolhedor, bem como garantir que o entrevistado se sinta tranquilo. [...] O entrevistador nunca deve julgar o entrevistado. Exigir atitudes, discutir opiniões ou cobrar verdade e precisão histórica. O objetivo da entrevista é a visão pessoal que o entrevistado tem dos acontecimentos. Os dados obtidos não precisam ser absolutos. Se o entrevistado não se lembra de nomes ou datas, tente ajudá-lo, mas não insista. As perguntas são apenas para suscitar sua vivência pessoal e compreender sua visão de mundo (Worcman; Pereira, 2006, p.225).

Durante as duas fases da pesquisa de campo, na cidade de Seabra, em 2023 e 2024, foram realizadas 14 entrevistas: cinco semiestruturadas e nove em

12 O roteiro das entrevistas encontra-se no Apêndice. Foi elaborado um roteiro de entrevista para as egressas e outro roteiro de entrevista para a equipe multidisciplinar (ex-gestores e docentes).

profundidade. Para a realização das entrevistas foram utilizados depoimentos da equipe multidisciplinar (ex-gestores e docentes que atuaram no Programa) e das mulheres, egressas do Programa Mulheres Mil (PMM) que estudaram, entre os anos de 2011 e 2014, nos seguintes cursos ofertados pela instituição: Cursos Básico de Qualificação Profissional em Artesanato e Sustentabilidade e Cursos Básico de Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo. As entrevistas realizadas com a equipe multidisciplinar ocorreram no campus Seabra do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Foram realizadas entrevistas com os dois gestores responsáveis pelo Programa Mulheres Mil do campus Seabra e a gestora institucional, que representava o Programa em nível estadual. No caso da equipe multidisciplinar, foram entrevistados dois docentes e uma pedagoga.

Já as entrevistas com as egressas foram realizadas nas casas de cada uma delas, tendo em vista algumas exceções que, por causa da rotina do trabalho, algumas entrevistas foram realizadas em lugares improvisados, tais como: o local de trabalho delas (feiras livres), nas praças da cidade, etc. A seleção destas foi feita mediante alguns critérios: ter disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. A proposta inicial era, apenas, realizar a pesquisa junto às egressas, porém para que se pudesse entender a operacionalização do Programa não apenas sob uma perspectiva, a proposta se ampliou alcançando também os gestores.

Articular pessoas por meio da produção e conhecimento de suas experiências é fundamental para romper o isolamento de alguns grupos sociais e impulsionar processos de mudança das relações sociais, políticas e econômicas. Ouvir o outro é o primeiro passo para respeitá-lo. Além disso, acreditamos que a pessoa, a comunidade, o grupo que conta sua história, percebe a dimensão que realizou e reafirma sua capacidade de decidir e participar (Worcman; Pereira, 2006, p. 11).

Durante a coleta de dados, através das entrevistas com as egressas, houve um foco mais voltado para a vida pessoal e profissional, cujo intuito era analisar o que essas mulheres estão fazendo com o aprendizado recebido. Se o Programa promoveu a inclusão social e propiciou o aumento da escolaridade; se houve mudança financeira e autossustentabilidade com a qualificação profissional recebida por estas mulheres. E, aqueles que já tinham suas pequenas produções, se conseguiram desenvolver em algum aspecto a partir dos conhecimentos aprendidos nos cursos sobre empreendedorismo e economia solidária.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com as egressas e objetivou conhecer suas trajetórias de vida e a motivação pelo ingresso no PMM, a relação com os saberes e aprendizados desenvolvidos nos cursos ofertados no Programa e a influência dos conhecimentos adquiridos para as suas vidas. Buscou, ainda, averiguar suas experiências pessoais de vida para avaliar o impacto do Programa em dimensões diversas da vida, não só no âmbito profissional. No caso das entrevistas semiestruturadas, foram realizadas com a equipe multidisciplinar que teve como objetivo coletar informações sobre experiências, opiniões sobre a concepção, desenvolvimento e avaliação do Programa no âmbito estadual e na cidade de Seabra. Através destas entrevistas pôde-se ainda obter informações sobre outras ações de extensão realizadas no campus Seabra que se relacionaram com saberes locais e regionais, fruto do Programa Mulheres Mil.

As entrevistas foram realizadas tendo em mãos o roteiro acima descrito e, assim, o intuito foi coletar o máximo de informações possíveis da equipe multidisciplinar e, especialmente, das egressas a respeito de suas experiências durante o processo de formação escolar/profissional no PMM. As entrevistas foram gravadas para que fossem registradas todas as perguntas e todas as respostas e para que, com isto, estivesse assegurada uma análise coerente de todos os depoimentos. As entrevistas foram realizadas num formato de perguntas e respostas em que eram feitas as perguntas e a depender das respostas, poderiam surgir novas perguntas que não estavam, necessariamente, escritas no roteiro original. Dessa maneira, “Como o roteiro é apenas um orientador das entrevistas, outras perguntas surgirão durante o desenrolar da narrativa. [...]” (Worcman; Pereira, 2006, p.221).

O referencial a seguir foi também de fundamental importância para a realização das entrevistas, no sentido de orientar as questões para extrair informações significativas das (os) entrevistadas (os).

O ato de ouvir envolve observar e perceber de uma maneira mais genérica e não se limita a uma modalidade meramente auricular. Ser um bom ouvinte significa ser capaz de assimilar um número enorme de novas informações sem pontos de vista tendenciosos. À medida que um entrevistado relata um incidente, o bom ouvinte escuta as palavras exatas utilizadas (algumas vezes, a terminologia reflete uma importante orientação), captura o humor e os componentes afetivos e compreende o contexto a partir do qual o entrevistado está percebendo o mundo (Yin, 2001, p. 82).

Algumas dificuldades foram encontradas durante o processo de localização das egressas para serem entrevistadas porque, a princípio, não havia informações, registros, dados nas fontes primárias¹³ de onde encontrá-las. Foi então que através das idas a campo, que consistia no processo de levantamento e coleta das fontes primárias no campus Seabra do IFBA, que ocorreu a colaboração da equipe que fez parte da gestão¹⁴ do PMM para a localização das primeiras egressas que foram entrevistadas e, a partir destas, a localização das demais que foram entrevistadas. A seleção foi feita após uma série de buscas e tentativas de localização dessas mulheres nas comunidades e bairros de Seabra, com a participação do servidor Robson Luiz da Silva Menezes, avaliando os critérios, perfis, necessidades, interesses e disponibilidade das entrevistadas. Vale ressaltar que diante das dificuldades em localizar as egressas da zona rural e das comunidades quilombolas, não foi possível realizar as entrevistas com as alunas que se formaram no Curso de Iniciação Profissional de Produção de Produtos derivados da Mandioca.

Portanto, as entrevistas foram realizadas com as egressas dos bairros periféricos da zona urbana da cidade de Seabra, tais como: Bairro União, Boa Vista, Matinha, Laranjeiras. A maioria das egressas entrevistadas tinha ensino fundamental incompleto, estava desempregada antes do programa, tinha renda de familiar até dois salários-mínimos, era beneficiária do Programa Bolsa Família, separada/divorciada, pertencia a cor/raça preta ou parda e não possuía noções de informática. Como já elucidado, o estudo das entrevistas foi realizado por meio da análise qualitativa de conteúdo, e as categorias foram estruturadas a partir das seguintes premissas: a metodologia utilizada pelo Programa e a oferta dos cursos; os obstáculos para a permanência das mulheres no Programa e a continuidade dos estudos; as dificuldades de inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso e as contribuições do Programa para o segmento feminino.

13 Refere-se a todo material registrado durante o processo de matrícula das alunas quando o edital do Programa foi lançado e as inscrições e matrículas iniciaram, como consta nos anexos.

14 O servidor Sérgio Renato G. dos Santos, ex-gestor do PMM do campus Seabra, colaborou para encontrar a primeira egressa e a colaboração do servidor Robson Luiz da Silva Menezes (ex-gestor do PMM do campus Seabra) que também foi essencial para a localização das demais egressas, assim como disponibilizou a documentação necessária para o levantamento de dados referente ao Programa Mulheres Mil do campus Seabra.

As informações coletadas, durante as entrevistas em profundidade e as entrevistas semiestruturadas, foram transcritas, posteriormente, revisadas e analisadas. Após a realização de cada entrevista, dois procedimentos foram adotados: a transcrição¹⁵ e a análise¹⁶. Nesse processo, foi privilegiada a transcrição literal do depoimento dos(as) entrevistados(as). Para a realização da análise das entrevistas foi elaborado um novo roteiro de análise norteadora, na perspectiva de manter uma investigação coerente entre todas as entrevistas e formar um quadro geral do processo de formação/qualificação profissional das alunas do Programa Mulheres Mil do campus Seabra. Todavia, é compreensível as diferenças e particularidades de cada entrevistada. Sobre o processo de transcrição e análise das entrevistas apresento as contribuições de Bardin que considera:

[...] na altura da produção da palavra, é feito um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações. O discurso não é transposição transparente de opiniões, de atitudes e de representações que existam de modo cabal antes da passagem à forma languageira. O discurso não é um produto acabado, mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições (1997, p.170).

Na preparação e realização das entrevistas em profundidade, é necessário salientar a atenção que houve a esta e a outras vantagens comumente reconhecidas na utilização desta técnica, por exemplo, prever a flexibilidade da sua duração, o que foi útil em situações em que a entrevista se prolongou mais do que o planejado. A obtenção de respostas espontâneas também foi possível em função do tipo de interação alcançada entre quem entrevista e as(os) entrevistadas(os). Outra vantagem do uso desta modalidade de entrevista é que, como ela decorre de um contato direto entre informante e o entrevistador, algumas ações e reações puderam ser feitas de forma imediata durante as entrevistas, tais como, manifestações de entendimento e estímulo, de atenção e, especialmente, de agradecimento por resgatar momentos significativos e inesquecíveis na memória das egressas.

Em especial, no caso das entrevistas em profundidade, outras vantagens puderam ainda ser acrescentadas, como o surgimento de questões ou dimensões não pensadas pelo pesquisador, pois, a pessoa entrevistada, estando livre para falar, pôde

15 A transcrição das entrevistas está nos anexos.

16 A análise das entrevistas foi abordada/aprofundada no quarto capítulo.

trazer novos temas que enriqueceram o conteúdo e a análise da pesquisa. Essa técnica tem como característica permitir uma interação entre pesquisador e pesquisado tal que este se sinta mais à vontade para falar sobre o que é solicitado, sem a interferência frequente do pesquisador. A intenção da utilização desse instrumento é criar estímulo para que as respostas sejam dadas de forma narrativa, abrindo espaço para reflexão, elaboração, e ordenação própria do sujeito respondente. O recurso à memória e ao raciocínio são características desse tipo de técnica de pesquisa, o que permite analisar, dentro das falas das entrevistadas, as vinculações e relações efetuadas por elas sobre as experiências vivenciadas no Programa Mulheres Mil. Portanto, o método qualitativo e a técnica aqui empregada buscam contemplar a dimensão da experiência no processo de formação escolar das egressas.

Nesse processo, cabe destacar que houve uma preocupação em observar um conjunto de princípios, estratégias e recomendações, exigências e cuidados orientados pelos especialistas para a aplicação das entrevistas. Uma delas é a atitude do entrevistador, pois sabe-se que uma boa entrevista não se reduz à aplicação de uma técnica; ela depende também de qualidades e habilidades do entrevistador. Nessa perspectiva, Goldenberg afirma:

O reconhecimento da especificidade das ciências sociais conduz à elaboração de um método que permita o tratamento da subjetividade e da singularidade dos fenômenos sociais. Com estes pressupostos básicos, a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a "descrição densa" dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica. A quantidade é, então, substituída pela intensidade, pela imersão profunda — através da observação participante por um período longo de tempo, das entrevistas em profundidade, da análise de diferentes fontes que possam ser cruzadas — que atinge níveis de compreensão que não podem ser alcançados através de uma pesquisa quantitativa. O pesquisador qualitativo buscará casos exemplares que possam ser reveladores da cultura em que estão inseridos. O número de pessoas é menos importante do que a teimosia em enxergar a questão sob várias perspectivas (2004, p. 50).

Desse modo, foi observada a recomendação dos referenciais metodológicos que orientaram a atitude do entrevistador pelo respeito sincero às pessoas entrevistadas, sabendo que é indispensável obter a colaboração delas. Pois, sem isso, não há entrevista. Foi observada a recomendação de deixar as pessoas entrevistadas descontraídas, facilitando uma situação de confiança, de espontaneidade. Também

foi exercitada a prática de saber ouvir atentamente, não interrompendo o interlocutor, atentando para expressões faciais, pausas, gestos e entonações, que podem sugerir sentimentos diversos. Nesse sentido, Goldenberg destaca:

Como qualquer relação pessoal, a arte de uma entrevista bem-sucedida depende fortemente da criação de uma atmosfera amistosa e de confiança. As características pessoais do pesquisador e pesquisado são decisivas. É muito importante não se criar antagonismo ou suspeita nas primeiras abordagens. As atitudes e opiniões do pesquisador não podem aparecer em primeiro plano. Ele deve tentar ser o mais neutro possível, não sugerindo respostas (2004, p. 90).

No caso das entrevistas semiestruturadas, partiram de um esquema básico e flexível com questões previamente definidas. No decorrer das entrevistas, foi possível realizar as adaptações necessárias, como fazer perguntas complementares para esclarecer aspectos que não ficaram evidentes ou que necessitavam de aprofundamentos. Estas entrevistas tiveram como objetivos conhecer de maneira aprofundada o surgimento, organização/estruturação, lacunas e a interrupção do Programa Mulheres Mil na Bahia e, em especial, no campus Seabra a partir do olhar da equipe que atuou neste Programa.

A realização das entrevistas foi extremamente facilitada pela atuação de Robson Luiz da Silva Menezes (servidor do campus Seabra e ex-gestor do PMM), que efetuou contato com todas as possíveis entrevistadas de interesse para a pesquisa. Todas foram muito receptivas e, no processo de pesquisa, houve a observância das demais recomendações metodológicas, tais como: a escolha dos locais das entrevistas foi feita pelas pessoas entrevistadas, a utilização do gravador foi também acordada com os entrevistados, além da autorização para utilização das informações fornecidas no âmbito da pesquisa, assim como, a citação dos nomes dos entrevistados no texto da tese. Cabe destacar que todos os entrevistados autorizaram, por meio da gravação, a utilização dos dados obtidos no processo de pesquisa, nas entrevistas e na tese¹⁷. Além do registro, por meio de gravação, houve a possibilidade de realizar anotações à medida que se desenvolviam as entrevistas.

17 As informações encontram-se nos anexos.

É válido ressaltar que todo o cuidado foi tomado no sentido de, concluídas as entrevistas, proceder ao registro da complementação dos dados considerados mais significativos. Nessa perspectiva, utilizo a seguinte referência:

A esta altura, pode-se ver claramente como a clivagem quantitativo/qualitativo pode ser caracterizada como a que separa técnicas de "controle", por um lado, e de "compreensão", por outro. Mas isto, na verdade, não confronta a afirmativa mais forte feita, muitas vezes, em favor da pesquisa qualitativa, de que ela é intrinsecamente uma forma de pesquisa mais crítica e potencialmente emancipatória. Um objetivo importante do pesquisador qualitativo é que ele se torna capaz de ver "através dos olhos daqueles que estão sendo pesquisados" (Bryman, 1988, p. 61).

Para uma análise e uma abordagem das experiências vivenciadas no Programa do campus Seabra feita de maneira coerente, ficaria didaticamente mais clara a definição dessas experiências em três perfis: a dos docentes que ministraram as disciplinas nos cursos ofertados pelo Programa, a dos ex-gestores e as experiências das egressas. A divisão dos perfis foi fundamentada na pesquisa qualitativa, pois com este procedimento metodológico foi possível visualizar melhor os impactos do Programa na vida dessas mulheres. "[...] Uma consequência importante deste postulado é que o pesquisador só pode ter acesso a esses fenômenos particulares, que são as produções sociais significantes dos indivíduos, quando participa do mundo que se propõe estudar" (Goldenberg, 2004, p. 27). A metodologia qualitativa é também a mais adequada para abordagem do objeto de estudo desta pesquisa, fundamentada em Minayo "a cientificidade de uma abordagem qualitativa deve ser entendida como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas rígidas" (1993, p. 243). Sendo assim,

Definir o nível do simbólico, dos significados e da intencionalidade, constituí-lo como um campo de investigação e atribuir-lhe um grau de sistematicidade pelo desenvolvimento de métodos e técnicas têm sido as tarefas e os desafios dos cientistas sociais que trabalham com a abordagem qualitativa (Minayo, 1993, p. 245).

Ao examinar as histórias, os relatos e os comportamentos diversos das egressas do Programa Mulheres Mil do campus Seabra pode-se afirmar que elas sintetizam e expressam o Programa em suas nuances e subjetividades. Nesse sentido, as experiências vivenciadas pelas egressas são sempre processos de construção de algum aspecto da pesquisa que as fontes primárias ou documentais não deram conta e nesse processo de construção o investigador é o coadjuvante ou

o membro cuja participação é direta e definidora do que vai ficar registrado como válido. Como, por exemplo, no caso em que foi possível detectar, através das entrevistas, a narrativa de um dos sujeitos entrevistados que remete à questão do sujeito universal pensado pelas políticas/programas sociais e que contrasta com as pluralidades/multiplicidades/singularidades encontradas na realidade local. À vista disso,

Cria-se uma relação dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado que não será desfeita em nenhuma etapa da pesquisa até seus resultados finais. Esta relação viva e participante é indispensável para se apreender os vínculos entre as pessoas e os objetos, e os significados que são construídos pelos sujeitos. O resultado final da pesquisa não será fruto de um trabalho meramente individual, mas uma tarefa coletiva, gestada em muitas microdecisões, que a transformam em uma obra coletiva (Chizzotti, 1998, p. 83).

Norteando-se pelo estudo de caso como referencial metodológico, é preciso saber que um depoimento colhido através de uma entrevista só pode ser assim considerado se visar a construção de um documento, ou seja, que o fruto da sistematização da análise de uma entrevista ou o próprio depoimento transforme-se uma pesquisa válida para a construção de aspectos de um debate acadêmico pouco aprofundado. E, dessa maneira, para referendar a importância das entrevistas como recurso metodológico indispensável nesta pesquisa, houve uma preocupação em retratar a perspectiva dos participantes, buscando apreender suas motivações, valores, crenças e aspirações. Assim como, respeitando e compreendendo as suas atitudes e expressões na vida cotidiana. Daí, a opção pela utilização da metodologia qualitativa e o estudo de caso nesta pesquisa. Por esse motivo,

O estudo de um caso, seja ele simples ou específico, pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio e singular que incide naquilo que ele tem de único e de particular. Além disso, podem existir questões que vão sendo reformuladas ou abandonadas à medida que se mostrem mais ou menos relevantes (Lüdke; André, 2013, p. 20)

Os depoimentos sobre a experiência de vida das egressas, os aprendizados adquiridos ao longo do processo de formação/qualificação profissional, dos quais fizeram parte ou sobre os quais detêm informações, são os próprios instrumentos de construção das informações imprescindíveis que tentamos resgatar. Em um trabalho de pesquisa que utiliza os referenciais metodológicos apontados acima, a reconstituição das experiências vivenciadas pelas (os) depoentes perpassa por rever

a maneira como viveram os indivíduos e como forjaram as representações de si mesmos, da sociedade e dos processos de formação/qualificação profissional em que vivenciaram dentro do Programa Mulheres Mil. Tal concepção permite usar as memórias dos sujeitos entrevistados, como fontes importantes nesta pesquisa, além da possibilidade de articulá-las com os demais contextos socioculturais.

A divisão das fontes categorias analíticas e a sua utilização desta forma se justifica pela opção metodológica de cruzamento das informações retiradas através das entrevistas e das fontes primárias, na perspectiva de contribuir para uma análise ampliada do objeto pesquisado. Este cruzamento de dados possibilitou perceber quem eram os sujeitos naquele contexto de análise, o que pensavam sobre o processo da escolarização profissional no contexto do PMM. Metodologicamente imprescindível para que fosse possível compreender a ideologia que estava embutida no processo de implantação de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Além de poder melhor perceber a forma como estava montado o contexto pedagógico responsável pela formação escolar das alunas do Programa Mulheres Mil.

Quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, ou seja, quando a linguagem dos sujeitos é crucial para a investigação, a entrevista é um caminho imprescindível para a obtenção das respostas da pesquisa. Todavia, neste trabalho, as situações descritas acima se aplicaram porque as fontes documentais foram utilizadas também na perspectiva de validar as informações retiradas das entrevistas e porque os documentos aqui apresentados e analisados foram utilizados quando foi notado que estes representavam a expressão viva dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Nesse sentido, o processo de coleta de dados pode ser caracterizado como instigante na medida em que, a cada contato com os entrevistados, era possível perceber, entre outros, suas particularidades, o processo de inserção e participação no Programa, as experiências que vivenciaram, sempre em relação à etapa teórica construída ao longo da pesquisa.

Assim, para assegurar o mais amplamente possível a apreensão do real, foi feito o levantamento de dados que após analisados, puderam responder às questões desta pesquisa, nunca colocando a “veracidade” de uma em detrimento da outra fonte

de dados. Vale ressaltar que os métodos se alternaram também no sentido de que cada um tem suas vantagens e desvantagens e assim o que foge ao alcance de um método pôde ser compreendido pelo outro. Na fase da coleta e análise dos dados, momento ímpar da investigação, a cada nova resposta era possível partir do real - das falas, das experiências relatadas e do resgate dos registros teóricos, para o ideal – para o campo das ideias e formulações e, perceber que a hipótese levantada, neste caminho investigativo da pesquisa, poderia ser testada, reafirmada ou não diante da realidade posta. Cada fala era localizada a partir do olhar, da perspectiva do depoente/entrevistado.

O conjunto das experiências vivenciadas no processo de levantamento de dados a respeito da formação/qualificação profissional das alunas do PMM que é objeto privilegiado nesta investigação, leva a entender que a instituição ofertante representa apenas uma dimensão da multifacetada realidade social responsável pela definição dos papéis dos indivíduos na sociedade. A análise de aspectos diversos no processo de formação escolar foi feita no intuito de perceber que é neste espaço que esses papéis vão se reproduzir por – e para – uma ideologia dominante de gênero que reforça os estereótipos e cuja função é assegurar o *status quo* desses sujeitos. Dessa maneira, remetida à realidade do sistema estrutural da sociedade patriarcal-capitalista, às nuances da categoria gênero, e dentro da perspectiva da categoria formação/qualificação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Questões que foram debatidas ao longo desta tese.

Sendo assim, acredito que, com este capítulo, tenha alcançado o objetivo de delimitar de maneira clara o percurso metodológico seguido para o desenvolvimento desta tese. Assim como, explicitar as fontes de dados, técnicas e métodos utilizados mais adequados para o desenvolvimento da pesquisa. Até porque a realização de uma pesquisa é uma tarefa instigante e desafiante, que permite descobertas, e mesmo diante de vários desafios para realizá-la, acontece, também, o fascínio com e no seu processo de desenvolvimento. Isto ao passo em que é possível compreender os processos e dimensões social, cultural, econômica e histórica onde se localiza o objeto pesquisado e as suas determinações. Foi assim que se viveu a experiência desta pesquisa. No processo de conhecimento do objeto, pôde-se entender como uma totalidade interage e é parte de outras totalidades.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS FEMINISTAS: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA MULHERES MIL

O presente capítulo aborda as políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil, tendo em vista uma análise interseccional sobre o Programa Mulheres Mil (PMM) na Bahia e o seu impacto na vida socioeconômica das egressas. Investiga, dessa maneira, os avanços, barreiras e limites deste Programa na cidade de Seabra - situada na região da Chapada Diamantina - entre os anos de 2011 e 2015. Esta pesquisa investiga as estratégias de empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social, egressas do PMM, tomando como referência a despatriarcalização das políticas públicas como percurso fundamental na efetivação das políticas públicas feministas. Do mesmo modo, a economia solidária é foco de investigação, nesta pesquisa, como importante itinerário na construção de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher fundamentado no resgate da identidade regional.

Antes de aprofundar a discussão a respeito do Programa Mulheres Mil, inicio este capítulo fazendo uma análise contextualizada a respeito da dimensão das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil. De antemão, assinalo que se confunde no Brasil, frequentemente e de maneira equivocada, políticas públicas voltadas às mulheres com políticas públicas feministas. Vale destacar que esta pesquisa não pretende dar conta da discussão sobre as políticas públicas feministas em sua totalidade, diante do seu aspecto plural, mas sim, visa investigar de maneira minuciosa as experiências vivenciadas pelas egressas do PMM. Experiências estas que, muitas vezes, foram invisibilizadas pelo olhar indolente das instituições organizadoras de tais políticas sociais.

Como programa de extensão¹⁸, o Mulheres Mil foi oferecido nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo território nacional, a partir de 2008. Foi um programa gestado e executado como projeto piloto, inicialmente

¹⁸ O conceito de extensão surgiu na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, vinculado à ideia de educação continuada destinada não só às pessoas mais pobres, mas à população adulta em geral, que não se encontrava nas universidades. Posteriormente, nos Estados Unidos, registram-se atividades de extensão vinculadas à prestação de serviço nas áreas rurais e urbanas; oferta de cursos e conferências. A extensão universitária no Brasil apresenta resquícios desses dois modelos até os dias atuais. Para mais informações sobre o assunto ver em: NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. de (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

implantado nos CEFETs¹⁹. A concretização enquanto programa nacional – instituído pela Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011 do MEC²⁰ - deu-se por intermédio da SETEC/MEC em parceria com a Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica. O debate acadêmico a respeito deste Programa vem ampliando à medida que são notáveis o seu impacto em diversas regiões do Brasil. Todavia, é perceptível as limitações do PMM, especialmente, por tratar-se de uma política social voltada às mulheres sem a perspectiva de gênero em sua base de elaboração curricular e práticas pedagógicas. Apesar de ter sido criado no conjunto das políticas públicas sintonizadas com as ações feministas, como podemos verificar no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil:

Durante o período de 2007 a 2011 foi implementado o projeto Mulheres Mil, em cooperação com o governo canadense, visando a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, criando as pontes necessárias para que essas mulheres incrementem seu potencial produtivo, promovam a melhoria das condições de vida de suas famílias, de suas comunidades e contribuam para o crescimento econômico sustentável. Para tanto, foram desenvolvidos processos, metodologias, ferramentas técnicas e currículos que promovessem o acesso e a permanência em sala de aula e a formação em áreas profissionais específicas de cada localidade, assim como a transmissão de temas transversais para a formação cidadã, tais como comportamento sustentável, saúde e direito da mulher, inclusão digital, cooperativismo, proteção ambiental, dentre outros, com o intuito de possibilitar sua inserção no mundo do trabalho (Brasil/MEC, 2012, p.3).

Foi um programa criado no contexto das políticas públicas do Governo, em 2012, “com a finalidade de promover ações com vista à equidade, inclusão social, acesso à educação de qualidade e ao mundo do trabalho, cidadania e desenvolvimento local de mulheres em situação de vulnerabilidade social”

19 Os CEFETs eram as antigas ETFs (Escolas Técnicas Federais) que tiveram seu perfil alterado e que ficaram conhecidas por conseguir alta taxa de aprovação de seus alunos nos concursos vestibulares. As ETFs foram criadas em 1909 com o objetivo de formar mão-de-obra especializada para atender às exigências do desenvolvimento industrial do País. (MENEZES, E. T. de. *Verbete CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica*). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/cefets-centros-federais-de-educacao-tecnologica/>>. Acesso em: 12 mai. 2022. Os CEFETs são atualmente os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados em 2008 pela Lei nº 11.892, e fazem parte da rede de Educação Profissional pública no Brasil. Para mais informações ver: SILVA, P. J. da. e ROMANOWSKI, J. P. **Os Institutos Federais no Brasil**: da educação profissional à formação de professores. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23512_12121.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

20 Para mais informações ver em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=3019>. Acesso em: 20 jul. 2020.

(Brasil/MEC, 2012, p.4). Da mesma maneira, este foi um programa que, apesar das suas limitações, contribuiu para o alcance das Metas do Milênio promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2000 e aprovada por 191 países²¹. Entre as metas estabelecidas estão: a erradicação da extrema pobreza e da fome, a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental (Brasil, 2012).

Sendo assim, esta pesquisa investiga os principais impasses ao desenvolvimento de um programa como este: tinha em seu plano político-pedagógico tudo para fazer parte do conjunto das políticas públicas feministas, mas, enfrentou barreiras que impediram o seu desenvolvimento enquanto tal. Como podemos constatar no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil:

A produção técnico-científica referente ao Sistema de Acesso, Permanência e Êxito será composta pela produção e publicação de artigos e pelo fomento à pesquisa – constituição de grupos de pesquisa com foco em gênero. Sugerem-se linhas de pesquisa relativas a gênero e trabalho, gênero e saúde, gênero e tecnologia, gênero e educação, para citar algumas (Brasil/MEC, 2012, p. 41).

No entanto, apresenta dados estatísticos que demonstram, por vezes, uma compreensão superficial sobre as transformações na vida das egressas. As informações obtidas nesta investigação, pretendem fornecer um olhar ainda mais ampliado sobre o tema em questão: política públicas voltada às mulheres é uma política pública feminista? Bem como, um entendimento mais aprofundado, detalhado, esmiuçado do objeto de estudo: a despatriarcalização das políticas públicas como percurso fundamental na efetivação das políticas públicas feministas. Pois, é fundamental, no processo de pesquisa, descortinar o objeto a partir da própria expressão de indivíduos: as “mulheres mil”, suas linguagens e suas impressões/expressões de mundo são cruciais para o processo de investigação.

²¹ A partir de 2003, com o governo do presidente Lula, esse processo de institucionalização das políticas para as mulheres ganha novo impulso. A vinculação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) ao gabinete da presidência com *status* de ministério – já existente, mas vinculada ao Ministério da Justiça – abre uma nova fase de institucionalização dessas políticas nos diferentes níveis de governos (VIANA, 2013 p. 381). Para mais informações ver em: VIANA, R. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. *In*: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013. pp. 378-391.

Portanto, trata-se acima de tudo de uma investigação que visa refletir e evidenciar dificuldades, limitações e obstáculos encontrados na execução de políticas públicas, voltadas às mulheres. Os avanços de tais políticas situam-se no campo do embate e na desconstrução dos valores ideológicos tradicionais. Mulheres que historicamente foram invisibilizadas e que formam um contingente de beneficiárias de programas sociais que, muitas vezes, preenchem apenas dados numéricos, tabelas e gráficos de políticas sociais que reproduzem uma estrutura social patriarcal-capitalista que, muitas vezes, não têm como objetivo transformar os quadros de vulnerabilidade social do país. Esmiuçar as repercussões de tais políticas na vida das egressas do programa Mulheres Mil e suas demandas regionais – assim como, investigar minuciosamente os avanços, as limitações e os obstáculos institucionais enfrentados na implementação de tais políticas - é o primeiro passo para a implementação das políticas públicas feministas e para que assim haja uma efetiva promoção do empoderamento da mulher.

Enfatizo ainda que não adianta promover políticas públicas cujo objetivo é a mudança estrutural na vida de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, se as mesmas políticas reproduzem as dinâmicas da invisibilização sociocultural destas mulheres, assim como a naturalização das relações de poder que reproduzem o lugar social de vulnerabilidade. Para tanto, destaco a importância das políticas públicas voltadas às mulheres cujo intuito é proporcionar uma formação escolar integrada à qualificação profissional, através da economia solidária, e o resgate da identidade regional. Com a intenção de promover uma formação voltada à valorização da cultura local/ancestral da região.

Por isso, o resgate da identidade regional aqui mencionado como pressuposto importante para o empoderamento da mulher, está alicerçado ao (re)conhecimento dos valores e sabedorias ancestrais. Processo intimamente ligado aos mecanismos de valorização da diversidade das identidades sociais e na multiplicidade das manifestações culturais. Como podemos analisar a partir do trecho abaixo - retirado do Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) estão promovendo uma cultura de inovação e inclusão no âmbito da Educação

Profissional e Tecnológica, a partir das características, experiências e necessidades de cada território e de suas populações. Para a materialização dessa cultura, são criados mecanismos para a promoção do acesso das populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação gerados nos Institutos. O Programa Mulheres Mil intensifica esse processo impulsionando o desenvolvimento regional e institucional, pela melhoria do acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social à educação e ao mundo do trabalho. Assim, o Programa promove o crescimento humano dessas mulheres, por meio da melhoria de suas condições de vida (sociocultural e econômica), o que aumenta a possibilidade de elas contribuírem com a governança de suas comunidades, na medida em que se transformam em cidadãs, social e economicamente emancipadas (Brasil/MEC, 2012, p. 4).

Portanto, trata-se de um estudo desenvolvido a partir do suporte epistêmico do feminismo comunitário, assim como o ecofeminismo em seu um olhar interseccional, pois tem como intuito a valorização dos saberes ancestrais das mulheres das comunidades historicamente invisibilizadas pela vulnerabilidade sociocultural. Dessa maneira, “revolucionando teórica, política e conceitualmente as políticas voltadas para a autonomia e o empoderamento das mulheres” (Paredes, J., 2010, p. 23). E, assim, dar conta de um “feminismo de la diferencia” (Paredes, 2010, p. 78). Assim como, reforçar a importância da sororidade na perspectiva de que as conquistas são sempre coletivas, nunca individuais. A partir de enfoques epistêmicos que recompõem conceitos como políticas públicas voltadas às mulheres, luta feminista, patriarcado, violência estrutural, assim como, corpo-território no sistema tergêmino capitalista/patriarcal/colonial fundamentado no feminismo comunitário.

A análise a partir da despatriarcalização das políticas voltadas às mulheres, objeto de estudo desta pesquisa, pretende aprofundar o estudo sobre as políticas públicas voltadas às mulheres como um percurso imprescindível à efetivação das políticas feministas, tomando como referência a experiência do programa Mulheres Mil na Bahia. Dessa maneira, despatriarcalizar significa desconstruir a ordem patriarcal-capitalista vigente, que sustenta as hierarquias sociais de gênero e etnoracial. E, assim, (re)produz a vulnerabilidade social através de políticas assistencialistas, por exemplo. Destaco, é claro, a importância das políticas públicas assistenciais como dever do Estado e um direito social. No entanto, não é o foco de investigação desta pesquisa o aprofundamento deste ponto de análise. Todavia, a ênfase desta pesquisa é que tais políticas são utilizadas, em sua maioria, como estratégia de manutenção das desigualdades sociais, raciais e de gênero, em suas

diversas formas. Afinal, não é sem razão que o empobrecimento no Brasil tenha cor, gênero, classe social e território.

Portanto, despatriarcalizar as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social significa um plano de ação para a concretização de políticas públicas feministas. Sendo assim, considerando a discussão de gênero e a vulnerabilidade social, a mulher não branca encontra-se ainda mais à margem deste processo. A questão racial, mesmo não se tratando do eixo central de discussão desta pesquisa, não pode deixar de ser mencionada. Uma vez que: “a questão de raça/etnia, assim como a de classe, diferencia a experiência de gênero de forma significativa, daí não dever ser deixada de fora da análise feminista” (Faria; Nobre, 1997, p. 59).

Apesar de não ser foco de análise desta pesquisa, evidenciamos a necessidade de desvelar que a articulação entre raça e gênero se constitui como um dos fios que tecem o tecido do sistema/mundo patriarcal moderno, especialmente quando debatemos questões sobre as políticas sociais voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Portanto, cabe destacar que o uso do conceito de raça, em uma acepção de construção social e política, busca a descolonização das relações de dominação-exploração empreendidas sobre a prerrogativa de uma raça superior e de raças inferiores. Tomar o conceito de raça como um dos elementos constitutivos da subalternização de mulheres possibilitou ampliar o nosso olhar para as demandas das mulheres “racializadas” que, de certa maneira, ainda permanecem silenciadas e/ou tratadas de forma secundária.

A raça é uma construção social que “justifica” a experiência de dominação colonial durante o processo de colonialismo e colonização, em especial da América Latina, e que sobrevive até os dias de hoje. A defesa de que há diferentes estruturas biológicas que determinam uma raça superior e outras inferiores permitiu estabelecer hierarquias biológicas entre os humanos e as humanas através dos traços físicos. “La idea de raza, es decir, una supuesta diferente estructura biológica que ubicaba a los unos en situación natural de inferioridade respecto de los otros” (Quijano, 2005, p. 202).

Sendo assim, mulheres não brancas é o público que busca a formação escolar/qualificação profissional oferecida por programas como o Mulheres Mil. Diante desta realidade, a emergência do feminismo decolonial nessa discussão como

suporte epistêmico é essencial para o desenvolvimento de estudos como este. Sobretudo no que diz respeito a uma visão orgânica e articuladora das políticas públicas feministas, a partir de movimentos de inclusão, acolhimento e empoderamento baseados numa análise interseccional do feminismo que evidencia – especialmente pelo caráter multidisciplinar do Programa Mulheres Mil - a transversalidade de tais políticas. Afinal, a despatriarcalização das políticas públicas perpassa o feminismo decolonial, nesse sentido, fundamentado no feminismo comunitário. Isto posto, a partir da premissa do feminismo comunitário apresento o seguinte pensamento:

Os feminismos comunitários são movimentos de ação política, em contínua reconstrução que unificam as lutas pela despatriarcalização, a decolonialidade e o antineoliberalismo no contexto do mundo atual globalizado. Nesse sentido, entendemos que esses movimentos se colocam e contribuem para a construção da interculturalidade crítica que, de acordo com Walsh (2007, p. 7-8), significa uma construção de e desde os grupos/comunidades que têm sofrido uma história de submissão e subalternização. Uma proposta de um projeto político que também pode implicar uma aliança com pessoas e grupos que, de igual forma, buscam alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto para a transformação social, como para criar condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta forma, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si mesma. É um projeto de existência, de vida plena para todos e todas (Sacavino, 2016, p. 100).

Dessa forma, as diversas correntes do movimento feminista têm sua contribuição no sentido de levar em consideração a divisão social através de classe é basilar, pois o capitalismo reflete as condições do desenvolvimento socioeconômico no país e se retroalimenta da existência da mesma. No entanto, raça deve ser considerada de maneira prioritária, já que considerar raça – como um debate de construção ideológica - é considerar classe na histórica experiência do Brasil. É a população negra que ainda está, infelizmente, na base da pirâmide social, que está invisibilizada em diversos aspectos sociais e, portanto, mais vulnerável.

Portanto, o processo de empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social, especialmente das mulheres não brancas – perfil das alunas do Programa Mulheres Mil - através de uma economia solidária fundamentada no resgate da identidade regional, se apresenta como uma estratégia dirigida à valorização das suas próprias identidades socioculturais. Experiência utilizada no PMM através do recurso didático da metodologia de reconhecimento de saberes

(proposta pelos canadenses no momento de implantação do programa e que irei aprofundar no capítulo seguinte). E não pelo que é imposto pela sociedade patriarcal capitalista, no momento em que estabelece quais são as potencialidades, aptidões e habilidades dessas mulheres, e não modifica estruturalmente os lugares de vulnerabilidade social em cursos ofertados em programas sociais como o PMM. No momento em que (re)produzem o lugar social das mulheres não brancas, ofertando cursos como os de corte e costura, camareiras, recepcionistas, cuidadora de idosos, tornando as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social, como mais uma política assistencialista e não uma política pública eficaz antipatriarcal e antirracista.

A oferta de cursos de reciclagem de resíduos sólidos, por exemplo – experiência que tive enquanto gestora do PMM no campus Seabra-BA -, meramente significa um não romper com a vulnerabilidade econômica estabelecida pela sociedade patriarcal capitalista. Afinal, na perspectiva de Vergès (1998 *apud* Medeiros, 2021) não podemos esquecer que:

O trabalho de recolher os dejetos do mundo funciona também como um símbolo da descartabilidade dos corpos e vidas das mulheres negras e racializadas, promovida pelo imbricamento entre patriarcado-racismo-capitalismo, reforçados pelo colonialismo. Nas suas palavras “[...] a economia de produção de lixo é inseparável da produção de seres humanos fabricados como ‘sucata’, como ‘lixo’” (2021, p. 2).

Destaco, é claro, que tais transformações sociais não dependem exclusivamente de programas sociais como o Mulheres Mil. A participação do Estado é substancial nesta sequência, sendo que muitas dificuldades foram encontradas nos processos de estabelecimento das parcerias institucionais (experiências vivenciadas no campus Seabra-BA e que irei aprofundar no capítulo posterior). No entanto, não devemos nos equivocar imaginando que as instituições ofertantes e o Estado ainda não saibam lidar e implementar políticas públicas que promovam modificações estruturais na sociedade. Até porque:

Como luta social, o movimento tem enfrentado dilemas políticos e desafios organizativos que dele exigem uma reflexão permanente sobre sua programática e sua intervenção na conjuntura que, em última instância, devem considerar a historicidade de cada época e a análise crítica de suas referências teóricas, ações táticas e estratégicas como sujeito coletivo representativo das mulheres. Entre esses dilemas queremos destacar a

problemática da relação do feminismo com o Estado [...] (Cisne; Gurgel, 2008, p.71).

Ainda a respeito do movimento feminista e sua relação com o Estado, Cisne e Gurgel destacam:

O feminismo, como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos (2008, p.70).

A letargia no processo de implementação de projetos antipatriarcais e antirracistas, no processo de aprovação e no reconhecimento de modelos de negócio que rompam com a ordem patriarcal-capitalista como a economia solidária, são exemplos disso. Não só letargia como desvio na conotação do que seja um verdadeiro modelo de negócio que beneficia a todos e de ser visibilizado como uma política pública eficaz e acolhida pelo orçamento público. Afinal, a Prof^a Dr^a Ionara Magalhães – UFRB (informação verbal)²² afirma que “o subfinanciamento de tais projetos é intencional”.

Para que assim saibamos, por exemplo, desconstruir a ideia de que o trabalho informal, sem garantias pelo Estado, seja “conceituado” ultimamente como empreendedorismo. Não sendo, assim, invisibilizado por esta concepção neoliberal. Especialmente, como é o caso das egressas do PMM, em sua maioria mulheres não brancas e trabalhadoras informais. Isso significa que não conseguimos ainda modificar a “caixa preta”, a base estrutural da sociedade patriarcal-capitalista para a concretização de fato de políticas públicas feministas? Assim, políticas sociais voltadas às mulheres trata-se apenas do início da pressão historicamente desenvolvida pelo movimento feminista? Apresento estas reflexões e concluo com o seguinte pensamento: “[...] o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo” (Soares, 1998, p. 33).

Por isso, a proposta de estudo do empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social - através da economia solidária e a partir do resgate da

²² Informação adquirida em 2011 na palestra voltada à capacitação dos gestores do PMM, realizada no campus do IFBA em Salvador.

identidade regional - surge com o intuito de um olhar ampliado sobre a promoção de políticas públicas em seus processos produtivos. A economia solidária, tema a ser aprofundado no capítulo seguinte, de antemão destaca que é um debate que está inserido num novo contexto de mudança do padrão de desenvolvimento humano que desencadeia a produção a partir do coletivo em todos os seus aspectos, reforçando as identidades e os laços comunitários. Assim como, o estímulo à produção local, valorizando o que é da região, com o intuito de fortalecer o crescimento da produção local/regional. A título de exemplo: em que a terra passa a ser um bem comum e a produção voltada para o desenvolvimento coletivo, resgatando os laços de sociabilidade de uma cultura matrilinear. A episteme do feminismo comunitário e do ecofeminismo, referenciais teóricos desta pesquisa.

Sendo assim, pensar uma sociedade por perspectivas outras, por múltiplos olhares para o desenvolvimento humano significa enxergar novos caminhos, novas rotas, novas possibilidades para mudanças estruturais na vida dessas mulheres, em todos os seus aspectos. E não mais pela mesma corrente de um alicerce social que estabelece a ordem patriarcal-capitalista como único fluxo social viável para o progresso humanitário. Sendo assim:

[...] queremos destacar, neste texto, a problemática da relação do feminismo com o Estado. A complexidade do debate se concentra, pelo menos, em dois pontos. Primeiramente, no desafio de cumprir uma exigência da práxis feminista, manter-se em uma posição de autonomia diante das estruturas patriarcal-capitalistas que singularizam a condição de subalternidade das mulheres na sociedade como tem sido, historicamente, o papel do Estado. Isto porque as reivindicações do movimento feminista de diferentes formas têm como primeiro interlocutor as estruturas governamentais, na condição de formuladoras e executoras de políticas públicas. E, em segundo lugar, na compreensão da natureza contraditória – portanto, limitada e transitória – da reivindicação por políticas e programas sociais na luta pela emancipação humana, em particular, no processo de autodeterminação das mulheres. Partimos do pressuposto, portanto, que a emancipação das mulheres, como já delineamos, exige a construção de outra sociedade (Cisne; Gurgel, 2008, p.71).

Isso nos faz refletir sobre a sororidade enquanto ação política em sua dimensão coletiva. Afinal, toda mulher não-branca passou pela ajuda de outra mulher não-branca. Nesse sentido, feminismo comunitário e sororidade se tornam uma “via de mão dupla”, necessários para que sustentem a economia solidária, por exemplo. Visto que “o caminho para uma autossuficiência econômica maior necessariamente levará

a estilos de vida alternativos opostos à imagem da vida boa que nos é apresentada pela mídia de massa patriarcal capitalista de supremacia branca” (Hooks, 2020, p. 86).

Nessa perspectiva, segundo Anuradha Gandhi, as ecofeministas:

Acreditavam que as mulheres do mundo têm similaridades o bastante para lutar contra os patriarcados capitalistas e a destruição que estes geram. Pegando exemplos das lutas de mulheres pela preservação da base da vida contra a destruição ecológica por interesses industriais ou militares, concluem que as mulheres estarão na vanguarda da luta pela preservação ecológica. Advogam uma perspectiva de subsistência na qual as pessoas não devem produzir mais do que o necessário para satisfazer as necessidades humanas, e as pessoas deveriam usar da natureza somente o necessário, não para fazer dinheiro, mas para satisfazer necessidades comunitárias (2018, p.61).

Para tanto, Lang argumenta o discurso do desenvolvimento estabelecido no sistema capitalista:

O discurso do desenvolvimento, disseminado a partir da década de 1940, inculcou a ideia de que o modo de produção industrial e a acumulação de bens materiais são sinônimo de sucesso e qualidade de vida. O que se pensou e se fez em nome do desenvolvimento foi incluir territórios não capitalistas nos circuitos de acumulação de capital, transformar seres humanos em merxs consumidorxs, camponesxs em trabalhadorxs assalariadxs, bens naturais em commodities, propriedade coletiva em privada (2016, p. 72).

Segundo o panorama, a identidade regional é algo que possa ser pensado e constituído – a partir do eixo da economia solidária - através da sua essência singular. Não mais originária de uma cultura patriarcal-capitalista, fundamentada no consumo de massa. Portanto, se continuarem a “alimentar” qualquer um desses aspectos, setores, ramificações desta sociedade, continuará a abastecer a sociedade patriarcal capitalista. Trata-se de um processo de retroalimentação, sendo que o sistema capitalista é fruto da sociedade patriarcal. Não estou descartando, obviamente, que o patriarcado não tenha criado outras estruturas econômico-organizacionais de sociedade. Todavia, o que fundamenta, muito bem estruturada nos tempos atuais é esta, motivo de interesse dessa pesquisa: a sociedade patriarcal-capitalista baseada na cultura do consumo de massa. O que distingue a proposta da economia solidária, em que estabelece o consumo como algo necessário, e o consumismo como uma doença.

Dessa maneira, a economia solidária se aproxima dos princípios da matrilinearidade, desconstruindo, assim, a cultura patriarcal de massa. Afinal, segundo Narciso:

É geralmente aceite que as mudanças econômicas, nomeadamente a passagem de uma economia de subsistência rumo à economia de mercado e ao capitalismo, levam à desintegração do sistema matrilinear, uma vez que

esta mudança econômica enfraquece a economia tradicional, particularmente a agrária, em que tais sistemas existem (2013, p.12).

Por esse motivo, apresento a importância de uma abordagem interseccional neste estudo: feminismo comunitário, economia solidária, identidade regional, além do aspecto da sustentabilidade. A perspectiva interseccional, aliada à crítica da colonialidade do gênero, é fundamental para a compreensão da nossa realidade, forjada em um processo colonial escravocrata, patriarcal e racista, que marca profundamente as relações e muitos problemas do presente, considerando que a ordem social republicana foi erguida aprofundando desigualdades econômicas, raciais, de gênero e territoriais. A adoção de uma perspectiva interseccional analítica – não simplesmente descritiva – requer articular essas questões.

A interseccionalidade aqui é articulada a partir do debate de feminista, levando em conta a histórica experiência de uma sociedade patriarcal-capitalista e seus efeitos reiterados no presente. Os territórios compreendem desde os espaços físicos oficialmente delimitados e governados pelo Estado, até os corpos das mulheres concebidos como alvos de controle e múltiplas violências.

Sendo assim, uma análise interseccional do feminismo busca dar conta da inhomogeneidade do objeto de análise deste estudo: o programa Mulheres Mil – oferecido numa instituição pública, historicamente patriarcal - voltado às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim, visibilizar essas mulheres, egressas do PMM, torna-se um ato político e de resistência, na medida em que a invisibilidade é um processo deliberado. Portanto, considerar a perspectiva de gênero em uma sociedade patriarcal e capitalista é substancial, especialmente quando se trata de programas sociais voltados às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

2.1 Políticas Públicas Feministas ou Políticas Públicas para as Mulheres?

Início este ponto do debate a partir da seguinte interpelação: o Programa Mulheres Mil trata-se de uma política pública feminista ou uma política voltada às mulheres? Ao fazer uma investigação minuciosa do eixo curricular norteador do PMM e o contexto social em que este Programa foi implementado, para que possamos entender melhor a complexidade das políticas voltadas às mulheres - assim como entender melhor as barreiras sociais alicerçadas, muitas vezes, sutilmente em tais

políticas - dou início a esta discussão, analisando o que é política pública. Segundo Saraiva, é definida como:

[...] um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (2006, p. 29).

As políticas públicas feministas, em linhas gerais, são voltadas para a modificação estrutural na vida das mulheres. Do ponto de vista pessoal, na condição de indivíduos/sujeitos da sociedade, assim como do coletivo. No caso específico destas políticas, que estão alicerçadas em mecanismos de autonomia e empoderamento, sustentada numa visibilidade de ações, princípios e valores norteados a partir dessas mulheres. Sendo assim, tais políticas se constituem da seguinte forma:

Nessa discriminação de temas ligados à problemática da mulher, houve uma convergência com o movimento feminista. O feminismo, diferentemente dos 'movimentos sociais com participação de mulheres', tinha como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres. O movimento feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero (Farah, 2004, p. 51).

Dessa maneira, refere-se a uma política orientada “por uma escolha epistemológica anti-hegemônica” (Rea, 2015, p. 84). Seguindo essa perspectiva, a partir dos pensamentos de Rea podemos afirmar política esta norteadada:

[...] pelo feminismo como um conjunto de movimentos sociais e de práticas teóricas que, a partir do reconhecimento da situação de opressão e de inferiorização das mulheres, luta contra essa situação, mostrando o caráter histórico e não natural das relações de dominação que as submetem aos homens (2015, p. 84).

Nesse sentido, é fundamental evidenciar que as políticas públicas voltadas às mulheres são, de maneira geral, políticas sociais localizadas numa estrutura homogênea e uniforme de sociedade. Sendo assim, compreende-se esta análise a partir do debate a respeito de uma sociedade patriarcal que toma como pressuposto

para conceber tais políticas a perspectiva androcêntrica²³. Políticas voltadas para processos que naturalizam o “negacionismo” do Estado. Afinal, é sabido que historicamente a maior parte do que se tem documentado, de modo geral, está fundamentado numa perspectiva androcêntrica de análise. Isso quer dizer que, apesar dos avanços, “as pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (Scott, 1995, p. 73).

Uma sociedade cuja base está alicerçada numa cultura androcêntrica tem uma referência unímoda na construção de projetos sociais. Bem como, um olhar na implementação de tais políticas que corroboram nos processos de naturalização dos mecanismos de subjugação das mulheres, especialmente as que se encontram sob condição de vulnerabilidade social: as mulheres não brancas, em sua maioria, as mulheres negras. Portanto, é necessário um olhar sensível ao adentrar um universo como este, de múltiplas significações historicamente subjugadas. Em razão disso, não podemos esquecer que:

Na última década do século XX, passou-se a privilegiar a redução de investimentos em políticas sociais de cunho redistributivo e, concomitantemente, a transferir para a sociedade civil a responsabilidade com o atendimento das demandas sociais [...] Ao mesmo tempo, a revolução tecnológica e organizacional que marca os anos 1990 implicou mudanças na divisão do trabalho e na relação centro-periferia. Essas mudanças, combinadas com o processo de financeirização do capital e com o neoliberalismo, determinaram as principais transformações ocorridas na relação entre Estado, políticas sociais e movimentos sociais, na atualidade (Cisne; Gurgel, 2008, p.73).

Assim, despatriarcalizar significa enxergar caminhos e não seguir o fluxo de uma estrutura social “pré-moldada”. Uma estrutura social promovida por uma alienação ideológica, cultural que contribui para a reprodução dos sujeitos em seus lugares sociais de vulnerabilidade, de invisibilidade e de fala. Em vista disso, para que se possa ouvir estas mulheres a partir do seu lugar de fala. Cujo propósito é (re)pensar melhorias e avanços nos processos de implementação dessas políticas sociais, diagnosticando seus limites e falhas.

23 Androcentrismo como visão de mundo que toma o homem, o sexo masculino, como centro/referência para a construção e concepção de sociedade em seus diversos aspectos e ordem (social, religioso, político, econômico, cultural, etc). Para mais informações ver em: MORENO SARDÁ, Amparo. **El Arquetipo Viril protagonista de la historia**. 2ª Edição, Barcelona: Ediciones LaSal, 1986.

Por esse motivo, criando espaços e possibilidades para a desconstrução da violência epistêmica, para que o “subalterno fale” (Spivak, 2010, p. 12). Bem como, sejam ouvidas e não mais silenciadas pelos sistemáticos processos de opressão de gênero, classe e raça que se relacionam entre si e interferem na vida dessas mulheres. Processos de (re)produção dos sujeitos em suas vulnerabilidades sociais demarcadas por práticas regulatórias e por uma “precariedade induzida” pela ausência de políticas públicas eficazes. “Uma aquisição de um caráter dialógico na fala, criação de espaço onde o subalterno possa ser ouvido no reconhecimento que torne real suas aspirações e a sua história não seja negada” (Spivak, 2010, p. 14).

Dessa maneira, toma como parâmetro um modelo patriarcal, etnocêntrico, heteronormativo, entre outros, na construção políticas públicas voltadas às mulheres, sobretudo mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, para uma ação mais eficiente de tais políticas é necessário partir de uma mudança epistêmica para que se alcance o patamar das políticas feministas. A despatriarcalização de tais políticas sociais como caminho norteador para que atue como uma política pública feminista de fato. Como, por exemplo, na desconstrução de lugares sociais de gênero nos cursos de formação/capacitação profissional quando programas sociais oferecem cursos voltados exclusivamente aos grupos sociais demarcados em sua vulnerabilidade econômica, cursos voltados tão somente às mulheres, em sua maioria, negras: corte e costura, cuidadora de crianças e cuidadora de idosos, etc.

Nas palavras de Barreno compreende-se que:

Como consecuencia hoy existen mujeres en todas las instituciones y hasta en los más altos cargos de la oficialidad patriarcal como presidentas de la república, pero que lo único que han hecho estas mujeres es mejorar o perfeccionar la institucionalidad patriarcal, la que sigue inexorablemente y como siempre haciendo lo mismo contra los Otros. El único cambio ha sido para ciertas mujeres privilegiadas, pero el 90 % de la población humana y el 100% de la población no humana sigue en las mismas condiciones de desapropiación y de empobrecimiento permanente (2019, p. 29).

McCabe (2001) sugere que a internacionalização deste processo está mais relacionada à cooperação e ao entendimento. Dessa forma, Soares acrescenta:

Uma primeira observação é que estaremos tratando de políticas para as mulheres, colocando ênfase neste plural, pois entendemos que as mulheres são muito diversas nas suas condições de exercício da cidadania. Não podemos dizer a mulher brasileira, mas é preciso entender sua diversidade,

tanto no que se refere a suas condições econômicas, como sua heterogeneidade étnica, racial e cultural. Certamente a apreensão desta disparidade torna a proposição das políticas mais complexa, trazendo mais desafios para a construção da igualdade, mas é essencial que se leve em conta esse aspecto na implantação dessas políticas (2004, p. 113).

A partir de tal observação, é notório que o PMM está situado num conjunto de políticas públicas voltadas às mulheres, especialmente após a sua vinculação ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC/MEC)²⁴. Deste modo, submetido a uma estrutura institucional androcêntrica: seja na elaboração ou na sua concretização. Em contrapartida, não deixo de considerar as limitações e condições institucionais para a implementação de tais políticas públicas. Assim como a infraestrutura de cada campus que ofertava os cursos do PMM na Bahia. Nessa perspectiva, este estudo analisa também o cerne pedagógico do Programa Mulheres Mil, objeto desta pesquisa.

Nessa perspectiva, este estudo analisa o cerne pedagógico do Programa Mulheres Mil, objeto desta pesquisa, e o contexto político em que foi gestado: num cenário de “globalização e internacionalização das políticas educacionais”²⁵. Como o PMM surge em 2006 - ainda como projeto, articulado à Associação do Colleges Comunitários do Canadá - e é oferecido pelos Institutos Federais (Cefets na época), cujo objetivo era seguir a experiência dos Colleges canadenses. Orientado pela metodologia canadense: atender, de maneira individualizada, as demandas das mulheres em situação de violência. Ferrari (2015, p. 1007) afirma: “No Canadá, tem sido competência do setor público” a oferta de tais políticas voltadas à internacionalização das políticas educacionais.

Antes de aprofundar a análise sobre o PMM especificamente, vale destacar o peso institucional, o lugar-território social em que é ofertado um programa de extensão voltado às mulheres em situação de vulnerabilidade: os Institutos Federais. São as antigas Escolas Técnicas Federais (ETF) e antigas Escolas de Aprendizes e Artífices.

24 Em 2013, passou a contar com o custeio de vagas gratuitas por meio da Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O PRONATEC foi instituído em 2011, sob decreto Lei nº 12.513/2011. Para mais informações sobre o assunto ver em: MEC/PRONATEC. Programa Nacional. Legislação Presidência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 07 out. 2021.

25 Para mais informações sobre o assunto ver em: FERRARI, Mari. **A internacionalização dos Institutos Federais**: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000401003. Acesso em: 06 set. 2021.

Trata-se de uma instituição constituída com o intuito de formar jovens, do sexo masculino, para atender ao mercado de trabalho do crescente setor industrial no Brasil²⁶ nas décadas de 1960 e 1970.

Historicamente as mulheres tinham iniciado, em décadas anteriores, um caminho em busca da formação, mas este é o momento em que adentram no processo de formação técnica industrial. Isto explica a crescente presença de estudantes do sexo feminino em escolas tradicionalmente masculinas, como a ETFBA, mas não representou uma ampliação sensível da participação das mulheres no setor de produção [...] Esta realidade permite entender como a ETFBA reproduziu as bases da sociedade capitalista, marcada pela divisão social e sexual do trabalho e os fundamentos de um modelo de desenvolvimento reprodutor das desigualdades em implantação no país (Brito; Vanin, 2017, p. 12).

Dessa maneira, é irrefutável identificar o posicionamento político de uma instituição historicamente voltada para a formação de jovens do sexo masculino e o perfil acadêmico dos cursos que são oferecidos no Programa Mulheres Mil: cuidadora de idosos, cuidadora infantil, culinária, artesanato, etc. Vale salientar que eram cursos oferecidos neste programa, com uma preocupação voltada para a conclusão do ensino básico, em uma estrutura escolar voltada para a formação técnica e profissionalizante, sem levar em consideração as particularidades dessas mulheres: mães, trabalhadoras, donas de casa, desempregadas, viúvas, mães solo, etc. No geral mulheres não-brancas. “O Mulheres Mil trouxe o desafio de trabalhar com recortes de exclusão: mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, a maioria com baixa escolaridade e à margem do mundo do trabalho” (Rosa, 2011, p. 7).

Isto posto, deixo claro aqui o quão importante é sinalizar o meu lugar de fala, neste processo de análise, assim como, evidenciar o lugar de fala das mulheres que estão sendo investigadas. Dessa maneira, olhar estas mulheres em suas particularidades, é fundamental para (re)conhecê-las profundamente e entender os papéis sociais desempenhados, fruto de uma relação de opressão historicamente naturalizada. Constatar que o PMM se trata de uma política social voltada às mulheres em situação de vulnerabilidade e não uma política pública feminista significa localizá-lo no âmbito das políticas sociais assistencialistas. “Não há nada neutro - ao contrário,

26 Para mais informações sobre a temática ver em: BRITO, S. M. da S.; VANIN, I. M. **Formação técnico-industrial e mercado de trabalho na Bahia**: relatos de estudantes da Escola Técnica Federal da Bahia, na década de 1970.

há uma posição ideológica muito evidente de se continuar perpetuando as opressões” (Ribeiro, 2018, p. 29).

No caso específico do Mulheres Mil, Tavares e Araujo ressaltam:

No cenário das políticas públicas temos, no Brasil, a política em questão – Programa Mulheres Mil – política que, vista de maneira superficial, sem uma análise profunda, parece resolver a situação de extrema pobreza a partir da capacitação das mulheres beneficiadas pelo programa. Mas ao aprofundar estudos sobre a política, percebemos que a capacitação não tem, por si, necessariamente, como consequência tirá-las da situação de extrema pobreza. Os cursos ofertados até podem permitir que elas adentrem no mundo do trabalho. Mas não se trata de uma simples relação diploma-trabalho. Até mesmo porque, os cursos têm curta duração, sendo impossível o desenvolvimento de profissões complexas, que exijam aprofundamento de saberes, o que lhes proporcionaria, talvez, possibilidade de ocupar espaços no mundo do trabalho com maiores rendimentos financeiros (2018, p. 7).

Dessa maneira, trago para o debate a despatriarcalização das políticas como um caminho para as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social embasado ao fundamento teórico das Epistemologias do Sul, diretriz necessária para a construção de políticas sociais antipatriarcais, que promovam a equidade de gênero, autonomia e empoderamento da mulher, assim como a “eliminação da condição precária de cidadania das mulheres” que vivem em situação de vulnerabilidade.

Isto posto aponta que a luta antimachista não necessariamente é uma luta contra o sistema/sociedade patriarcal. Utilizo o conceito “despatriarcalização” no sentido de evidenciar que a formulação de políticas públicas voltadas às mulheres tem o intuito de ser até uma política pública social antimachista, em certa medida. No entanto, sem a finalidade de alterar a estrutura hierarquizada nos papéis sociais de gênero da sociedade. Contudo, não representa uma política pública “antipatriarcal”. Por isto, não se trata especificamente de uma política feminista. Sendo assim, referendada pelas asserções de Hooks:

Como todas e todos defensores das políticas feministas sabem, a maioria das pessoas não entende o sexismo ou, se entende, pensa que ele não é um problema. Uma multidão pensa que o feminismo é sempre e apenas uma questão de mulheres em busca de serem iguais aos homens. E a maioria desse pessoal pensa que feminismo é anti-homem. A incompreensão dessas pessoas sobre políticas feministas reflete a realidade de que a maioria aprende sobre feminismo na mídia de massa patriarcal (2020, p. 17).

No caso específico do Mulheres Mil, atento para a necessidade de construir novos olhares sobre a formação escolar/profissional, especialmente, sobre os cursos que são frequentemente oferecidos nos programas de extensão da instituição. Cursos estes que permanecem centrados em áreas de formação curricular que reproduzem as relações de dominação a que essas mulheres continuam hierarquicamente submetidas: culinária, artesanato, recepcionista, cuidadora infantil e de idosos.

As reivindicações das mulheres também refletem na sua inserção no mercado de trabalho, que cada vez mais tem se expandido nos espaços de ocupação hegemonicamente masculinos, no entanto percebe-se que o preconceito ao trabalho da mulher ainda existe, não sendo o mesmo valorizado e afetado pela precarização do trabalho (Barreno, 2019, p. 6).

Ainda segundo as palavras de Barreno (2019, p. 3), “un caso inconsciente de defensa de la institucionalidad patriarcal que ha oprimido desde siempre a las mujeres”. Sobretudo as mulheres em situação de vulnerabilidade social, pois são cursos que contribuem no processo de reprodução do lugar social hierarquizado da mulher, em sua maioria negra, quilombola, indígena,²⁷ . Muitas vezes, o lugar social do cuidado²⁸:

Por conseguinte, muitas das políticas públicas continuam a ver as mulheres como promotoras do bem-estar social, correndo-se o risco de as políticas públicas educacionais de gênero também continuarem sendo orientadas, na sua maioria, às mulheres de baixa renda da área urbana e rural, com o objetivo de que elas possam aperfeiçoar suas habilidades na costura, na nutrição, na saúde, no planejamento familiar, no secretariado e no artesanato, para que seus filhos possam ter melhores oportunidades de vida (Stromquist, 1996, p. 24).

Todavia, não podemos descartar as dificuldades institucionais encontradas pela gestão de programas de extensão como o Mulheres Mil. Na organização pedagógica e infraestrutura escolar para oferecer cursos de formação profissional que superem o estigma da “aptidão”, “vocação” e das “habilidades” das alunas. Sendo assim, ultrapassem o estigma do “trabalho de mulher”. Da mulher não-branca, nesse caso. Assim sendo:

As áreas são diversas e buscam convergir para as habilidades das alunas e a vocação da região. Por isso foram oferecidos cursos de corte e costura,

27 Dados segundo: KIPNIS, Beatriz Junqueira. **Mulheres em situação de vulnerabilidade social: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas**. São Paulo, 2015, p. 12.

28 Para mais informações sobre o assunto ver em: FARIA, N; NOBRE, M. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.

governança (camareira), alimentos, cuidador domiciliar e artesanato. Vale ressaltar que respeitar as aprendizagens não formais e contribuir para a (re)descoberta de talentos foi uma questão-chave na implantação do Mulheres Mil, e a contribuição valiosa dos colleges canadenses, que há décadas implantaram o processo de Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (RAP), válida e certifica os conhecimentos acumulados no decorrer da vida (Brasil/MEC, 2011, p. 8).

Apesar das dificuldades na implementação das políticas voltadas às mulheres no Brasil, é plausível perceber, em certa medida, a importância de tais políticas:

Políticas públicas, mesmo que compensatórias, trazem consigo algum poder germinativo de formação de cidadãos em sentido substantivo, em razão das dimensões morais e éticas inerentes às dotações monetárias feitas pelo Estado. O fato *per se* importa para a redefinição dos padrões da vida política democrática de uma sociedade (Rego, 2013, p. 209).

Contudo, é necessário deixar claro que o PMM foi pensado num contexto tensão política. O que nos permite refletir sobre a complexidade da implementação das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil.

Porém, para a Articulação de Mulheres Brasileiras (2011), o desenvolvimento do primeiro, assim como o segundo plano, aconteceu numa arena política tensa e complexa; e, no seu conjunto, apesar dos avanços, não foram concebidos a partir das perspectivas de enfrentamento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Por sua vez, as políticas sociais relacionadas à qualificação social e profissional, apesar das decisões e compromissos assumidos no II PNPM, não conseguiram engendrar mudanças em termos de ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho (Corcetti; Souza; Loreto, 2018, p. 921).

Trata-se, acima de tudo, de pensar em melhorias e avanço das políticas públicas voltadas para as mulheres, diagnosticando suas falhas e limitações. Uma das estratégias a ser utilizada para o diagnóstico de tais dificuldades é conhecer, de maneira mais individualizada, o perfil das participantes que frequentam os cursos do PMM, já que lidamos com um público bastante diversificado. Para avançarmos nesta questão, é imprescindível examinar tais políticas a partir de uma perspectiva de análise do pensamento antipatriarcal e decolonial²⁹.

29 Para mais informações sobre o assunto ver em: QUIJANO (2005). Colonialidad y modernidad-racionalidad. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso em: 17 mar. 2020. MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

O pensamento feminista decolonial fundamenta este capítulo, pois estamos debatendo um assunto complexo: a formação/qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Portanto, mulheres não brancas cuja formação é voltada para cursos na área do servir: cuidadora de idosos, reciclagem, culinária, etc. De antemão, antecipo que esta pesquisa foi orientada a partir dos pensamentos de Ribeiro (2017), Ballestrin (2013), Curiel (2009), Cabnal (2018), Gargallo (2014) e Paredes (2013), para uma abordagem investigativa fundamentada no feminismo comunitário, no ecofeminismo e no feminismo decolonial. No sentido de embasar teoricamente a discussão sobre as experiências vivenciadas no Programa Mulheres Mil.

Na perspectiva de uma política feminista que rompa com políticas sociais que (re)produzam a concepção sobre a mulher em situação de vulnerabilidade na condição e perspectiva epistêmica de um padrão histórico-social como objeto e não como sujeitos/atores de tais processos.

Pode-se dizer que a teoria decolonial se desenvolve como desdobramento de um movimento de aproximação e distanciamento entre grupos de intelectuais sul-asiáticos e latino-americanos que compartilham a ideia de se produzir teoria social crítica baseada no questionamento de um padrão histórico de poder em que está disposta a colonialidade, o capitalismo, o Estado-Nação, e o eurocentrismo (Ballestrin, 2013, p. 91).

Segundo as palavras de Djamila Ribeiro é imprescindível tal entendimento a partir do feminismo decolonial, pois:

Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos. De modo geral, diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. É como se ela se pusesse se opondo, fosse o outro do homem, aquela que não é homem (2017, p.35).

Não refutar o lugar hierarquizado da mulher em situação de vulnerabilidade social na sociedade patriarcal etnocêntrica nesse estudo, é um passo importante para o longo percurso que é a despatriarcalização de políticas públicas voltadas às mulheres e a construção de política pública antipatriarcal. Ou seja, existe uma construção nas estruturas sociais marcadas pelo patriarcalismo que “constitui -

internaliza e naturaliza- a condição da mulher como o Outro, o não sujeito de direitos. Opera a discriminação e submissão das mulheres nas esferas pública e privada, com alto grau de conformação entre ambos” (Bedía, 2014, p.14).

A partir da localização e apresentação das premissas centrais para a compreensão do norteamento teórico que orienta esta pesquisa, sigo a discussão deste capítulo enfatizando que a implementação de políticas feministas - e não políticas para as mulheres - significa desconstruir concepções androcêntricas na base de estruturação de programas voltados para as mulheres beneficiárias de políticas públicas como estas. Exige, dessa maneira, problematizações teórico-conceituais necessárias para desvelar os caminhos a serem seguidos na implementação de políticas públicas que possam olhar as mulheres em sua humanidade completa. Notadamente, visibilizando, por exemplo, as redes socioafetivas como redes que, muitas vezes, trazem um benefício humano maior, são mais eficazes do que as redes jurídicas que corroboram com a inadimplência do Estado. Sendo assim, evidenciando as barreiras sociais e políticas das chamadas “políticas públicas voltadas às mulheres”.

Sendo assim, “o desafio é poder visibilizar o alcance destas políticas públicas em fazer a diferença nas vidas das mulheres que se encontram em maior vulnerabilidade social” (Vergo, 2014, p. 2093). Uma das alternativas no sentido de ultrapassar tais barreiras, nos remete à articulação em dois campos: a despatriarcalização das políticas sociais voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade e a constituição de políticas públicas antipatriarcais. Consiste, dessa maneira, em romper com um feminismo liberal, etnocêntrico que corrobora para a inalteração do lugar socioeconômico de mulheres em situação de vulnerabilidade social, seja das comunidades periféricas e/ou que compõem grupos sociais mais oprimidos: negras, indígenas, lésbicas, trans, etc.

Significa desconstruir o lugar de subalternidade socioprofissional de cuidadora, camareira, artesã, corte e costura no seu processo de formação nos cursos oferecidos em programas como o Mulheres Mil. Nesse sentido, Costa e Ávila elucidam:

Com a irrupção dessas vozes histórica e estruturalmente reprimidas ou sem espaço, a discussão sobre diferença se desloca do plano de uma dicotomia de gênero (a diferença entre homens e mulheres, entre masculino e feminino)

e caminha rumo à exploração das diferenças entre as mulheres e no interior das mulheres [...] revelando o reconhecimento de que o campo social está intersectado por várias camadas de subordinação que não podem ser reduzidas unicamente à questão de gênero (2005, p.692).

Ao reconhecer que o PMM é uma política social voltada para as mulheres e não política feminista, fica claro o porquê da desatenção com as questões de gênero, por exemplo, no percurso formativo curricular dos cursos ofertados. Uma análise interseccional como passo significativo para a concepção e concretização das políticas públicas, é um importante viés na medida em que revela questões e tensões latentes: ser mulher, mulher negra, mulher trans, mulher lésbica, ser mulher com necessidades especiais, etc.

É importante sinalizar o quão displicente é, ao mesmo tempo complexo, dar efetividade a um programa social - dirigido à formação/capacitação profissional - voltado às mulheres em situação de vulnerabilidade sem levar em conta a perspectiva de gênero no seu processo de estruturação didático-curricular. Vale enfatizar que: “o gênero opera como uma estrutura de poder, da mesma forma que a classe, a raça ou a cultura. [...] O conceito de gênero identifica os espaços materiais e simbólicos nos quais as mulheres têm uma posição de desvantagem social” (Bedía, 2014, p. 10).

A partir da inquietação trazida acima, apresento a reflexão de Diniz:

As teorias feministas recentes ampliaram nosso horizonte de preocupações – mostraram-nos outras formas de entender os problemas do gênero, e passamos a falar de sexualidades, substâncias, performances, identificações ou identidades. Não quero ignorar a diversidade de interpelações da moral patriarcal aos corpos pelos problemas do gênero – o sexismo é um deles, a homofobia e suas variações lesbofóbicas ou transfóbicas são outros. Nessa multiplicidade de interpelações, uma delas parece ocupar a centralidade do regime político: a figura da potencial reprodutora asilada em uma família. Na falta de uma terminologia melhor, utilizo a ordem linguística do gênero – mulheres são os corpos cuja matéria sexada tem a potência reprodutora do útero. Além da potência reprodutora, é preciso que esse corpo seja interpelado como mulher. É no corpo que as ilusões de natureza e cultura se atualizam (2014 p.15).

Suscito ainda a importância de olhar as egressas em suas múltiplas e complexas situações de vulnerabilidade: social, econômica, sociocultural, etc. Critérios aplicados pelo Programa Mulheres Mil no processo de seleção das alunas, tais como: renda, escolaridade, ocupação, etc. Assim como, foi estabelecido tais critérios para avaliar o impacto do Programa na vida das egressas. Deste modo, conceber que vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas

atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos³⁰ (CNAS, 2004).

Segundo o Relatório Institucional da vulnerabilidade social publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que estabelece um novo parâmetro para avaliar o índice de vulnerabilidade social (IVS) no Brasil, podemos tomar como referência:

O IVS possui três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana; IVS Capital Humano; e IVS Renda e Trabalho. Essas dimensões correspondem a conjuntos de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo, sugerindo, no limite, o não acesso e a não observância dos direitos sociais (IPEA, 2015, p. 13).

A partir do contexto das políticas públicas no Brasil, no período em que o Mulheres Mil foi implantado, podemos analisar:

No período 2000-2010, a redução do IVS no Brasil foi de -27% e significou a passagem da faixa de alta para média vulnerabilidade social. Ainda que esse avanço tenha sido significativo para o país, um notável desempenho é observado entre 2010 e 2011, com a redução de 18% do IVS, ou seja, passando de 0,326 para 0,266, o que, conseqüentemente, alterou a posição do Brasil da faixa de média vulnerabilidade social para a baixa em apenas um ano. A partir de 2011, o Brasil se manteve na faixa de baixa vulnerabilidade social. Entretanto, a redução foi menos expressiva do que a observada na década de 2000. A taxa média de redução anual entre 2011-2015 foi de 1,75%, ao passo que no período 2000-2010 essa taxa foi da ordem de 2,7%. Entre 2011-2015, o IVS do Brasil passou de 0,266 para 0,248, o que caracteriza uma redução de 7%, menos significativa do que a observada em 2000-2010 (27%) (IPEA, 2018, p. 15).

Isto posto, torna-se um processo complexo e desafiador a ação de despatriarcalizar a vida, o tempo, o corpo e a memória, para que assim seja possível a institucionalização de políticas que valorizem/visibilizem a cultura e saberes dessas mulheres, o saber matrilinear desconstruídos pela perspectiva androcêntrica/ocidental/colonialista. À vista disso, “desnaturalizar a invisibilidade/subalternidade” (Paredes, 2010, p. 31) dessas mulheres implica pensar a partir da premissa: políticas públicas para as mulheres devem ser orientadas por

³⁰ Para mais informações sobre o assunto ver em: Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Cadernos de Saúde Pública e Assistência Social**. Rio de Janeiro. Março de 2018. Disponível em: <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/393/o-conceito-de-vulnerabilidade-e-seus-sentidos-para-as-politicas-pblicas-de-sade-e-assistencia-social#C9>>. Acesso: 26 nov. 2019.

políticas feministas. Requerendo, de toda forma, uma reconfiguração de conceitos como patriarcado, território, corpo, o tempo circular e violência estrutural. Dessa maneira, Dias e Matos ressaltam:

para que as políticas públicas se efetivem há uma condição fundamental, que é a capacidade de intervenção dos diversos atores políticos envolvidos no processo. As transformações propiciadas pelas políticas públicas só serão possíveis se os agentes demonstrarem capacidade não só para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, mas também para interagir e negociar de forma democrática com os diferentes atores envolvidos no processo (2012, p. 6)

A partir desta reflexão é oportuno analisar os critérios estabelecidos pelas equipes gestoras do PMM para definir quais mulheres necessitam/necessitavam daquela formação, naquela região. Sendo assim, quais “corpos que pesam”³¹? Vale destacar que diante das dificuldades em estabelecer parcerias institucionais, na região de Seabra-Chapada Diamantina e o pouco recurso destinado ao Programa, era perceptível, que havia dificuldade em fazer um levantamento mais aprofundado dos perfis das mulheres em situação de vulnerabilidade na região. Além disso, articular as demandas socioeconômicas dessas mulheres aos cursos oferecidos. Elementos que fomentaram esta pesquisa e o aprofundamento das questões levantadas.

2.2 Novos olhares a partir do programa Mulheres Mil: um estudo de caso na Bahia

Após o desenvolvimento de uma debate teórico-conceitual das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil e o seu impacto social, aprofundo este capítulo estabelecendo uma análise comparativa entre os campi Salvador e Seabra dos Institutos Federais na Bahia – onde atuei como gestora e docente do programa Mulheres Mil, entre os anos de 2011 e 2015. O objetivo desta análise é fazer um estudo contextualizado do programa Mulheres Mil na Bahia, e assim perceber em quais aspectos os cursos são ofertados em cada campus/cidade como um fator premente na formação profissional e, ao mesmo tempo, refletem as demandas socioculturais das alunas de cada região. E assim o desenvolvimento de uma

31 “Corpos que pesam” foi um conceito retirado do debate estabelecido por Judith Butler, em sua obra *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*, no sentido de trazer uma reflexão sobre as relações estabelecidas no corpo social a respeito da invisibilidade/visibilidade dos sujeitos na sociedade e suas relações de poder. Todavia, esta pesquisa não pretende aprofundar a discussão estabelecida pela autora em sua obra. Para mais informações sobre o assunto ver em: BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira L. (Org.). **O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade**. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2a Edição. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

investigação, de maneira mais aprofundada, sobre o contexto em que foram implantadas tais políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil.

Além disso, o intuito é estabelecer uma análise comparativa entre os campi – averiguando diferenças e semelhanças – no sentido de compreender as particularidades de cada região, atendendo as demandas das alunas a partir das especificidades locais. Visto que analisar o perfil das mulheres atendidas pelo Programa tem importância porque no espaço em que a política pública se desenrola, podem-se identificar aproximações e diferenças com relação a outras regionalidades. Para que assim haja uma implementação mais eficaz de tais políticas, pois a finalidade é também dar visibilidade aos saberes e práticas tradicionais das egressas. Deste modo, atendendo aos pilares das políticas públicas feministas e não, meramente, a uma política pública que se destina a preencher dados e tabelas orçamentárias de estratégias governistas, naturalizando as desigualdades sociorraciais que recaem sobre as mulheres não brancas.

O campus Seabra foi definido como objeto de investigação porque é uma região da Chapada Diamantina -BA, até então, pouco analisada em termos de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Especialmente no que concerne às políticas públicas transversais, como o Programa Mulheres Mil. A importância de estabelecer uma análise comparativa surgiu com o propósito de avaliar e compreender os aspectos, limitações e peculiaridades de um programa situado num campus de uma grande capital e num campus do interior: Salvador, a cidade em que ocorre a primeira experiência do programa na Bahia (o projeto piloto do PMM), e Seabra, cidade atualmente com 44.370 pessoas³².

São sintomáticas as disparidades entre as alunas do programa Mulheres Mil, de uma grande capital e as alunas do interior: a cidade de Seabra, tendo como exemplo. Por isso, a necessidade da pesquisa em uma região de grande importância para o estado da Bahia: a Chapada Diamantina. Seabra é uma cidade de destaque para a região, pois ocupa a posição, na hierarquia urbana³³, de centro de zona A (4A).

32 População estimada em 2021: 44.370 pessoas. (IBGE, 2021). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/panorama>>. Acesso em: 12 jan. 2022

33 A hierarquia urbana indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce a população de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a Cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrôpoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-regionais (3A e 3B), Centros de Zona

Apesar de ter a cidade de Salvador como sua principal região de influência. Assim, sendo considerada:

[...] a Capital da Chapada Diamantina, por sediar os mais diversos órgãos federais e estaduais, clínicas médicas e possuir o mais expressivo comércio da região. A cidade é favorecida por sua localização geográfica e pelas rodovias de acesso. Seabra possui ainda um Campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e um Campus do Instituto Federal da Bahia (IFBA) (CÂMARA MUNICIPAL, 2016).

Ainda sobre a necessidade da realização de uma pesquisa nesta cidade/região, pois há uma diferença explicitamente perceptível quando se trata do acesso à renda fixa das alunas do programa após a conclusão dos cursos, no momento em que examinamos a realidade da capital e das cidades do interior. Desigualdades, especialmente, no que concerne: ao nível de escolaridade, ao acesso à informação, à renda fixa³⁴, saúde, inclusão digital. E, principalmente, quando se trata do acesso aos mecanismos de combate à violência contra a mulher. Seabra não tem uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), cidade com índices de violência contra a mulher e evasão escolar ainda muito altos. Especialmente quando se trata de avaliar as egressas que faziam parte da zona rural, das comunidades quilombolas e bairros periféricos da zona urbana.

Ainda como projeto piloto em 2005, o Programa visava as regiões Norte e Nordeste do Brasil e tinha como objetivo principal subvencionar mil mulheres. “Em linhas gerais, o projeto teve como objetivo elevar a escolaridade, ofertar qualificação profissional e contribuir para a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho.” (Rosa, 2011, p. 7). Sua efetivação, enquanto Programa institucional, ocorreu em 2008 a partir de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e da CIDA e o ACCC. Segundo Rosa:

(4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma Cidade para fim de hierarquia urbana, trata-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem. (IBGE, 2021). Para mais informações sobre o assunto ver em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/panorama>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

34 Realidade da cidade de Seabra: Em 2019, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 118 de 417 e 75 de 417, respectivamente. [...] Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 51.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 204 de 417 dentre as cidades do estado. (IBGE, 2021). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/panorama>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

A primeira ação nasceu de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na época Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet), e os colleges canadenses. Lá foi realizado um projeto de extensão que ofereceu capacitação para camareira. O resultado foi tão impactante que o Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e da Associação dos Colleges Comunitários Canadenses, e o Brasil, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), resolveram construir um projeto para ampliar a ação para outros estados. Assim nasceu o Mulheres Mil, que, além do Rio Grande do Norte, foi estendido para mais 12 instituições (2011, p. 8).

O programa Mulheres Mil foi implantado na Bahia em 2006, a princípio como projeto piloto, no campus Salvador - ainda Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET), nesse período. O seu processo de expansão pelo interior do estado acontece entre os anos de 2011 e 2015, já como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA). O PMM é sistematizado a partir dos seguintes pilares: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Os cursos ofertados pelo Programa abrangem a Formação Inicial e Continuada (FIC), qualificação profissional e cursos técnicos. Os Institutos Federais (IFs) são incumbidos pela execução do PMM como um programa de extensão, sob a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

O MEC/SETEC foi responsável pela expansão do Programa em todo o território nacional, inicialmente nos Institutos Federais das regiões norte e nordeste - Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins – e, posteriormente, nas demais regiões do país. Foi um Programa concretizado através da Pró-Reitoria de extensão dos IFs, integrando as ações do Plano Brasil Sem Miséria³⁵ e constituindo as políticas voltadas para a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social, assim como “íntegra o conjunto de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero.” (Vergo, 2014, p. 2093).

O primeiro contato com o Programa Mulheres Mil ocorreu em 2009, no campus Salvador do IFBA, quando fui convidada pela então Reitora para ministrar aulas de Direitos da Mulher e Cidadania. Disciplina ofertada no módulo curricular educação e cidadania do Programa. Iniciei a experiência como gestora do PMM em 2011, no

35 O Plano Brasil Sem Miséria foi criado, durante o governo Dilma Rousseff, com o objetivo de superar a extrema pobreza do país. Plano este coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para mais informações sobre o assunto ver em: Revista um ano de resultados do Plano Brasil sem miséria. 2012.

campus Seabra e, posteriormente, retornei a Salvador como gestora e professora do Programa. Desempenhei o papel de gestora, no campus Seabra, em 2011. No campus Salvador atuei como gestora entre os anos de 2012 e 2013. Momentos em que aprofundei o meu contato com o PMM e senti na pele e na alma das mulheres, alunas do Programa, as dores, angústias, alegrias e tristezas do que era ser mulher em situação de vulnerabilidade socioeconômica e sociocultural.

O Programa Mulheres Mil implantado no campus Seabra no ano de 2011, intitulado Projeto Qualificação Profissional e Cidadania: novos olhares sobre a Chapada, cujo intuito era qualificar as artesãs da cidade de Seabra-BA e região, assim como oferecer cursos de iniciação profissional para mulheres que trabalhavam na coleta de resíduos sólidos na referida cidade. Para a execução deste projeto institucional, os gestores e a equipe multidisciplinar do Programa realizaram a divulgação do Mulheres Mil entre as mulheres da cidade de Seabra, através de visitas às comunidades periféricas.

Em seguida, foi feita uma seleção entre as mulheres, cujo objetivo era selecionar as que se encaixavam no perfil do Programa: atender mulheres que viviam em situação de vulnerabilidade social, que não tiveram a oportunidade e/ou a possibilidade de conclusão da escolaridade e propiciar a (re)inserção escolar e profissional dessas mulheres. Era um Programa cuja finalidade comprometia-se não só com a (re)inclusão no mundo escolar como também propiciar a iniciação profissional e qualificação para as mulheres residentes de comunidades periféricas da cidade de Seabra e região circunvizinha (municípios que compõem a microrregião de Seabra).

Os cursos do Programa Mulheres Mil ofertados no campus IFBA/Seabra visavam a qualificação profissional voltado ao Meio Ambiente, com destaque a área da reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos e o estímulo ao empreendedorismo, através das aulas de Cooperativismo e Economia solidária. O intuito destes cursos era alcançar dois perfis específicos de mulheres que viviam em situação de vulnerabilidade na região: as que “lidavam/sobreviviam” da coleta de resíduos sólidos e as que trabalhavam com algum tipo de artesanato. Como consta no Guia Metodológico do PMM: “[...] viabilizar os encaminhamentos de alunos conforme suas necessidades e interesses” (Brasil/MEC, 2012, p. 24).

Apesar das dificuldades em estabelecer parcerias institucionais ao longo do desenvolvimento dos cursos, o processo de seleção das mulheres se deu a partir da cooperação dos órgãos municipais que atuam na Assistência Social e com a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro União (Seabra-BA) que já desenvolviam trabalhos de conscientização com os moradores em relação à questão ambiental³⁶. A Bahia, por exemplo, é um estado que comporta aspectos socioculturais em uma complexidade muito diversa em relação a cada região. A realidade enfrentada nas cidades do interior do estado é muito diferenciada da realidade da capital e região metropolitana, e isso expressa os limites e as dificuldades encontradas pelo Mulheres Mil quanto ao aspecto da operacionalização do Programa em cada região do estado. Além disso, as dificuldades em promover as parcerias institucionais (DEAM, Defensoria Pública, Secretaria de saúde, etc.), pois estabelecer/fortalecer parcerias é fundamental para o combate à violência, promover cursos de qualificação profissional, entre outras questões, por exemplo. Esse aspecto representa os desafios encontrados na efetivação de políticas públicas, apesar dos significativos avanços das políticas voltadas ao combate à violência contra a mulher no âmbito nacional.

Há a necessidade de avançar em um compromisso institucional com uma política inclusiva, voltada para a cidadania participativa, para a diversidade de gênero e orientação sexual. É perceptível os limites do PMM no caso das alunas com necessidades especiais, alunas trans, entre outras demandas sociais a serem ainda atendidas. A violência contra a mulher, por exemplo, é uma questão que “sangra aos nossos olhos”. Portanto, um obstáculo social que não pode ser negligenciado e nem continuar sendo invisibilizado pelas barreiras estruturais da sociedade patriarcal e, muitas vezes, sutis da nossa vida. Todavia, não é objeto de estudo desta pesquisa. No entanto, é uma temática irrefutável aos nossos olhos, especialmente aos olhos de uma pesquisadora, professora e feminista que, por ter atuado como professora no

36 Para mais informações sobre o assunto ver em: Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Seabra-BA, Lei Nº. 270 / 05, de 27 de setembro de 2005. “Dispõe sobre a declaração de utilidade pública da Associação Comunitária dos Moradores do Povoado de Baraúnas do Malheiro e dá outras providências”. Disponível em: www.diariooficialdosmunicipios.org/prefeitura/Seabra. Salvador • Quarta-feira • 18 de outubro de 2006 • Ano XCI • Suplemento Especial Diário Oficial dos Municípios No 19.248. Prefeitura Municipal de Seabra. Acesso em: 20 jul. 2020.

PMM na disciplina “Direitos da Mulher e Cidadania”, vivenciou de perto realidades diversas e complexas em cada rosto, olhar e relato das mulheres, alunas do Programa, sobre a questão da violência.

A atuação do PMM, nesse sentido, tem como principal objetivo a prevenção e o combate a algo que abala a vida, a autoestima, a integridade física e moral da mulher: a violência. Através da disciplina “Direitos da Mulher e Cidadania” é feito um trabalho pedagógico que busca sensibilizar as alunas do PMM sobre a importância da autonomia emocional, financeira e a sororidade como caminhos para a autoestima e o empoderamento. Assim,

Observemos o impacto da violência de gênero contra as mulheres para além das estatísticas de sua incidência, no sentido de inscrevê-la na interpretação das causas do adoecimento, empobrecimento, desamparo à infância e evasão escolar, enfim, como obstáculos ao desenvolvimento pessoal e social para milhares de mulheres (Camargo, 1998, p.24).

Sendo assim, é preciso ter um olhar minucioso para os sujeitos em sua individualidade e complexidade. Assim como um olhar meticuloso para realidades regionais tão diversas. É perceptível tais diferenças, por exemplo, no acesso das mulheres à informação e aos mecanismos de defesa e combate à violência. Quando contrapomos o interior da Bahia e a capital, por exemplo. “Esta compreensão articula a violência de gênero às demais opressões e torna visível a transversalidade do conceito frente às categorias de raça/etnia e classe social.” (Camargo, 1998, p. 33).

Na realidade da cidade de Seabra-BA não há uma equipe especializada para esse tipo de atendimento, amparo e acolhimento. As mulheres, em geral, não encontram uma equipe preparada para atender esse tipo de violência, principalmente quanto ao apoio psicológico, tão necessário nestes casos. Nesse sentido, “quando o feminismo propõe políticas públicas para as mulheres, sinaliza para a necessidade de implementação de políticas que estejam a serviço da alteração das condições de vida das mulheres e que contribuam para a construção da cidadania e da igualdade” (Viana, 2013 p. 380).

A partir das ponderações elaboradas acima, faço minhas as palavras da professora Francesca Gargallo:

Hoje considero que a maior dificuldade está na minha formação como filósofa acadêmica e como ativista feminista urbana, que me limita para entender totalmente as formas e transformações das relações entre mulheres e homens de povos que estão fortalecendo a sua identidade na luta pelo território e a sua riqueza cultural (2015. p. 47)

Dessa maneira, fazer o levantamento e a sistematização dos dados que acentuam a condição de vulnerabilidade dessas mulheres é fundamental para a operacionalização de tais políticas não meramente como uma ação a mais, mas como uma política norteadora de um processo eficaz de transformação estrutural na vida destas mulheres. Assim, apresento a seguinte reflexão, que será aprofundada no capítulo posterior: analisar como a economia solidária pode funcionar no sentido de uma implementação eficaz de tais políticas, como estratégias de autonomia e empoderamento às mulheres do Programa Mulheres Mil. Sendo assim, como uma estratégia de concretização de políticas públicas feministas de maneira eficaz.

A partir da localização e apresentação das premissas centrais para a compreensão do norteamento teórico que orienta este estudo, aprofundar esta discussão enfatizando que a implementação de políticas feministas - e não superficialmente políticas para mulheres - significa desconstruir concepções androcêntricas na base da constituição de políticas públicas voltadas às mulheres beneficiárias de programas como o PMM. Exige, deste modo, epistemologicamente problematizações necessárias para desvelar os caminhos a serem seguidos na implementação de políticas públicas feministas. Que enxerguem, desta maneira, as mulheres em sua humanidade completa, no reconhecimento da cidadania de grupos sociais historicamente invisibilizados: mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e sociocultural, assim, mulheres não brancas.

2.3 Ouvindo as vozes do Programa Mulheres Mil na Bahia

A utilização das fontes primárias e secundárias tem sido fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Todavia, através das entrevistas - recurso metodológico utilizado na consecução dos objetivos desta pesquisa - alicerce impreterível para que não incorra equívocos ou distorções a respeito da realidade do Programa Mulheres Mil na Bahia, em particular na cidade de Seabra, região da Chapada Diamantina. Especialmente as entrevistas realizadas com as egressas e gestores do Programa. A primeira entrevista foi realizada no dia 02 de setembro de

2021, com a gestora institucional do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), a docente Paula Mara Messias Costa, que atuava no campus Salvador. No entanto, representava o Programa no âmbito estadual, gerenciando e administrando os 17 campi em que o Programa tinha sido implementado no estado da Bahia.

Introduzo este debate enfatizando o quão importante foi trazer informações a partir da realidade vivenciada pelas egressas e gestores. Segundo a docente Paula, a primeira experiência do Mulheres Mil na Bahia, ainda como projeto piloto, ocorreu em 2006, através de uma parceria entre os colleges canadenses e o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET). A primeira inquietação que surge é: o porquê o governo canadense buscou estabelecer uma parceria com o governo brasileiro, através do Ministério da Educação (MEC), para oferecer cursos de qualificação profissional que visavam a qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social? Segundo a premissa curricular do projeto de formação dessas mulheres, o governo canadense havia desenvolvido cursos de formação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social – no caso específico do Canadá, mulheres que viviam em situação de violência doméstica – como estratégia de empoderamento feminino. Assim, a região Norte/Nordeste brasileiro havia sido escolhida para implantar este projeto por se tratar das regiões do Brasil em que o índice de vulnerabilidade socioeconômica das mulheres é maior³⁷.

“O diretor geral, na época, foi contactado por um grupo do MEC dizendo que o CEFET ia ser procurado por um grupo de pessoas do Canadá que queriam fazer uma parceria com os CEFETs do Norte/Nordeste para implantar um projeto. Que veio a ser esse projeto Mulheres Mil. Então, para essa primeira reunião. Como eles deram “briefing” para o diretor, disseram que iam falar que era um projeto ligado a mulheres em vulnerabilidade social e que era um projeto que buscava dar cursos de qualificação para essas mulheres. Para que essas mulheres pudessem ter alguma formação para conseguir, quem sabe, trabalhar e aumentar a sua escolaridade. Verticalizar a sua escolaridade” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).³⁸

37 Para mais informações sobre o assunto ver em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). **Estatísticas de Gênero** - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 06 set. 2021.

38 Entrevista de pesquisa concedida em 02 de setembro de 2021, na cidade de Salvador.

A outra inquietação que surge é: por que a intenção era implantar um projeto voltado para mulheres, em situação de vulnerabilidade social, em instituições historicamente voltadas à formação profissional masculina? Ou seja, em instituições cuja formação profissional era, tradicionalmente, voltada aos alunos do sexo masculino, as antigas Escolas Técnicas³⁹. O plano dos canadenses era buscar instituições similares aos CEFETs. Uma vez que, tinham como finalidade implantar uma metodologia que já trazia do Canadá em instituições similares aos CEFETs. De acordo com as informações retiradas da entrevista:

“Fomos para essa reunião e aí ficamos sabendo o que eles queriam. Eles queriam implantar um projeto para mulheres. O que se chamava: projeto para mulheres. Ainda não tinha um nome. Ainda não era Mulheres Mil. Não tinha essa denominação. Eles estavam visitando todos os CEFETs do Norte/Nordeste e o objetivo deles era implantar uma metodologia que eles já faziam no Canadá. Em instituições similares aos CEFETs, lá no Canadá. Porque no Canadá têm os colleges que é uma estrutura similar aos Institutos Federais. Então, não é universidade, mas tem toda estrutura que nós temos. Enquanto Institutos Federais. Que na época era CEFET” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Para melhor compreensão, a professora Paula explica como funcionava a parceria Brasil-Canadá no início do Programa:

“E aí, o que, que consistia na parceria: o Canadá, através do MEC, dava o dinheiro para comprar o material escolar, para pagar o lanche e refeição das alunas. E se precisasse se locomover também, pra pagar o transporte também. Se precisasse fazer uma visita técnica. Se precisasse ter alguma aula prática, eles também... esse dinheiro que eles mandavam era para gastar nisso. Não era para comprar nenhum bem móvel, não podia comprar computador, nem nada. Era para comprar material escolar: caderno, borracha, fardamento, uniforme e os lanches delas, né!? Porque se elas iam ter aula, precisava ter lanche e o transporte quando fosse necessário. E o IFBA, na época, CEFET, fornecia os professores e fornecia o transporte para levar os professores do IFBA até a comunidade” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Como podemos analisar, a partir da premissa do projeto Mulheres Mil, que tinha essa preocupação no reconhecimento dos saberes e competências das mulheres, alunas do Programa, como podemos verificar abaixo no trecho da entrevista:

“Então, eles fizeram essa reunião com a gente e explicaram que eles queriam implantar, começar com grupos pequenos. Com grupos de 30 a 40 mulheres, para implantar essa metodologia de reconhecimento de saberes. Que é: descobrir o que essas mulheres já tinham, já sabiam, já conheciam. Fazer

39 Para mais informações sobre o assunto ver em: BRITO e VANIN, ref. 16, p. 39.

ajustes. Fazer as qualificações que elas tinham hiatos. Para conseguir certificá-las, nessas qualificações” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Como esta primeira experiência do Programa na Bahia foi na cidade de Salvador, em 2006, apresento alguns relatos coletados a partir desta primeira entrevista:

“Então, a primeira conversa era: que as aulas eram dentro da própria comunidade. Que a gente escolhesse uma comunidade na cidade de Salvador. E a gente escolheu a comunidade 2 de Julho. Que é aqui perto na Paralela, perto do Trobogy. A gente escolheu essa comunidade. E as aulas seriam... A gente teria que fazer parcerias com os representantes dos moradores. [...] Nos bairros têm líderes que representam a comunidade. Geralmente têm sedes. Na comunidade do 2 de julho tinha uma sede. Uma casinha lá que eles se reuniam. Então, a gente fez contato com esses moradores e a primeira turma, todas as aulas foram lá dentro da comunidade” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

A proposta em ministrar aulas nas comunidades tinha como o propósito facilitar o acesso das mulheres, alunas do Programa, aos locais em que iam assistir às aulas para os cursos de formação escolar/qualificação profissional. Já que o Mulheres Mil tinha como premissa o reconhecimento dos saberes e competências dessas mulheres. Todavia, alcançar este objetivo foi algo muito distante para a maioria dos campi, como podemos verificar através do depoimento abaixo:

“Mas, assim, o primeiro trabalho maior foi selecionar essas mulheres porque a gente tinha que selecionar mulheres com vulnerabilidade social, que quisessem estudar. E, no primeiro momento, a gente seguiu exatamente a filosofia deles de reconhecimento. A gente entrevistou cada mulher, viu o que cada uma queria. Qual era o desejo de cada uma. Só que no final, tinham 15, 17 qualificações a serem feitas. A gente percebeu que não ia ter braço para isso. Primeiro que a gente não tinha professores com formação para tudo que elas desejavam. E a gente não ia ter capacidade de fazer assim: uma turma com três, outra turma com quatro. Isso ia ficar inviável para colocar em prática. E aí, a gente resolveu colocar dois cursos da nossa área de turismo. Um que foi de recepcionista para Hotel, e o outro foi para camareira, que é o que a gente conhecia e sabia fazer” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Deste modo, as limitações em termos de infraestrutura nas instituições ofertantes foi um dos grandes empecilhos para conseguir colocar em prática a premissa do reconhecimento dos saberes e competências, proposta pelo projeto canadense. Por outro lado, alfabetizar muitas mulheres foi uma meta alcançada, especialmente nos campi do interior da Bahia.

[...] em nenhum Instituto, apesar de todo mundo se esforçar para colocar em prática realmente o reconhecimento de saberes e ser individualizado, nenhum Instituto conseguiu fazer isso. Por causa das nossas limitações de formação, de professores. Não tinha professor para todas as formações. Tinha aluna que queria ser cabeleireira. A gente não tem dentro do instituto os professores habilitados a dar aula de cabeleireiro. Então, todo mundo acabou fazendo como foi feito na Bahia mesmo. Escolhendo dois, três cursos e indo na comunidade e conversando com as mulheres e dizendo: a gente tem isso. Quem se interessa por esses cursos? E, nesse caso, assim a gente conseguiu alfabetizar várias mulheres” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Do nascimento ao “aborto” das ideias de um projeto feminista: institucionalização do Programa Mulheres Mil, da inclusão ao acolhimento das mulheres como alunas dos Institutos, representaria o início de uma política pública feminista? Podemos avaliar, através dos trechos da entrevista abaixo, quais foram as vantagens e adversidades, erros e acertos do PMM nesse sentido:

“Com a transformação de projeto para Programa, aí em 2008, o Ministério da Educação assumiu a questão financeira. Então, a parceria com o Canadá, ficou uma parceria somente, digamos assim: intelectual. O governo canadense a partir de 2008 não mandava mais dinheiro porque o MEC achou melhor que não. Porque também o Canadá não queria aumentar muito, não queria aumentar para o país todo. E o MEC achou, por bem, implantar em todo o território nacional e estipulou: cada campus que aderisse ao Programa Mulheres Mil, recebia o valor de cem mil reais para implantar em.... podia comprar em imóveis. A exigência era que o campus tivesse uma sala específica para abrigar o Programa. Onde ficassem o coordenador, onde as alunas pudessem frequentar, onde ficassem o material dessas estudantes. Então, tinha que ter uma sala, mas a verba de cem mil podia comprar móveis para equipar a sala, podia comprar equipamentos para computador, equipamentos para as aulas práticas. Então, tinha curso de corte e costura, esse dinheiro podia ser usado para comprar as máquinas de costura e, por aí vai... a depender da diversidade dos cursos. Podia comprar material didático. E tinha o valor específico que era à assistência estudantil. Que era para pagar tanto o transporte das alunas – porque aí nesse momento, nesse novo modelo de programa o MEC não exigiu mais que fossem dentro das comunidades, as aulas podiam acontecer dentro dos Institutos. E assim foi com a gente, a partir de 2008 os cursos eram todos dentro do Instituto, nas salas de aulas do Instituto e todos os estudantes eles, eram todas mulheres” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

A institucionalização do Programa representou o “aborto” de um projeto feministas? Por quais motivos? Apresento tais reflexões para podermos avançar na discussão sobre as principais barreiras que impediram a implementação de políticas públicas feministas e não apenas políticas voltadas às mulheres, que apenas naturalizam o negacionismo do Estado frente a invisibilidade das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Afinal, o que a cultura androcêntrica não faz - seja através das lacunas em dados de pesquisa seja através da inércia na implementação

de políticas públicas - que apenas reproduz o lugar de supressão vivenciado por estas mulheres. Sem escutá-las de fato, sem visibilizar o que elas têm a dizer sobre as suas vidas, de como é pensada a partir de si mesmas. Histórias vivenciadas por mulheres com feridas preteridas, sorrisos incertos, marcas nos corpos que revelam trajetórias de vida invisibilizadas, muitas vezes, nos lapsos dos dados acadêmicos, nas lacunas dos índices, nos hiatos das tabelas dos institutos de pesquisa.

A institucionalização de novos hábitos, principalmente ligados às transformações urbanas, como a chegada dos IFs no interior da Bahia/Brasil, por exemplo, produz novos sujeitos e lugares sociais e por isso a formação básica e os cursos de profissionalização sofrem algumas mudanças, dependendo de cada região, especialmente no que concerne à qualificação profissional no interior da Bahia. Como podemos analisar através do trecho a seguir da entrevista:

“Em 2008, os CEFETs viraram institutos, institucionalizaram. Foi quando veio a lei⁴⁰ que no governo Lula, através do ministro Fernando Haddad que os CEFETs se tornaram Institutos Federais. Com essa mudança de CEFET para Instituto Federal, o Ministério da Educação resolveu transformar o projeto Mulheres Mil em Programa Mulheres Mil. Resolveu que não só existiria apenas no Norte e Nordeste, mas em todo o país. Onde houvesse Institutos Federais poderia ser implantado e ia precisar de um gestor por Instituto. Porque até então, por exemplo: na Bahia só tinha Mulheres Mil acontecendo em Salvador. Então, só era um gestor local, um coordenador local. E assim sucessivamente em todos os outros estados só acontecia num único campus de cada CEFET. Em 2008, quando se tornou programa, o MEC nos convidou para uma reunião em Brasília. E nessa reunião foi um representante de cada instituto. E lá a gente fez uns documentos que estão na internet, mas se você não encontrar eu tenho em pen-drive. Que foram os manuais, os guias. A gente construiu junto e a partir daí ficou certo que, para aderir ao Programa Mulheres Mil, teria que participar de editais. Então, assim, saíram vários editais sucessivos até o ano de 2012. Saíram vários editais e nesses editais o instituto podia colocar de cada vez cinco campus. Então, assim, do primeiro edital, o IFBA pôde escolher cinco campi para implantar o Mulheres Mil, além do que já existia em Salvador. No segundo edital podia ser mais cinco, depois mais cinco e assim sucessivamente. E a escolha era feita... [...] Eu acho que foram três ou quatro editais que aconteceram. E esses editais eles poderiam, é... e com esses editais a gente foi aumentando. Então, só tinha em Salvador, colocou mais cinco campi, depois mais cinco, depois mais cinco. Eu acho que chegou a 16 campi que a gente conseguiu implantar o Programa Mulheres Mil” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

40 A lei nº 11.892 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Para mais informações ver em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

Como informado pela ex-gestora estadual, professora Paula, quando Fernando Haddad estava à frente da pasta do Ministério da Educação, em 2007, foi elaborado o documento “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas”, que estabelecia o novo programa institucional dos Institutos Federais:

uma rede com 354 unidades não pode manter as características do período anterior. A maturidade da rede federal de educação profissional e tecnológica e a escala e a dispersão das unidades por todas as mesorregiões do País exigem um novo modelo de atuação, que envolva o desenvolvimento de um arrojado projeto político-pedagógico, verticalidade da oferta de educação profissional e tecnológica, articulação com o ensino regular, aumento da escolaridade do trabalhador, interação com o mundo do trabalho e as ciências e apoio à escola pública (Brasil, 2007, p. 33).

Com a ampliação das instituições que forneciam esse tipo de educação, a concepção de educação que se pretendia fomentar nos Institutos Federais era a que estava inserida no planejamento de uma nação soberana, democrática e comprometida com a emancipação humana e o mundo do Trabalho. Naquela ocasião, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do período, destacou que os IFs estavam voltados para “uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios, e mais, na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele” (Brasil, 2011, p. 15).

Por outro lado, o desinteresse na omissão feminina, o silêncio dos dados, gráficos e tabelas das políticas públicas nacionais corroboram para a omissão do Estado frente às políticas públicas de gênero, especificamente às políticas públicas feminista. O que torna essa história ainda mais enigmática no seu desvelar. Os caminhos percorridos para o desenvolvimento deste estudo, são complexos labirintos a serem atravessados:

“Todas as estudantes tinham direito a um valor para a alimentação nos dias de aula, direito ao valor do transporte, além de todo o suporte. Aí, a partir desse momento, o MEC também exigiu que os Institutos tornassem o programa institucional. O quer dizer isso: as alunas eram matriculadas como estudantes, tipo SUFIC, mas eram matriculadas. Eram registradas no SISTEC, que é um sistema que contabiliza os alunos e a verba dos campi são projetadas de acordo no número de alunos matriculados nesse SISTEC. Então, as mulheres do Mulheres Mil também eram matriculadas no SISTEC. Eram matriculadas no sistema da época que era o SICAD, que era o sistema acadêmico da época. As mulheres teriam direito a usar o serviço médico, do SMO, em todos os campi que tivessem esse serviço. E também as mulheres passaram a serem atendidas pela assistência estudantil do campus. E assim foi feito: em alguns campi com mais profundidade, com mais... digamos assim, com mais profissionalismo. Alguns campus realmente colocaram isso em prática, em outros campi com mais dificuldade” (Paula M. M. Costa,

docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

A despatriarcalização de políticas públicas voltadas às mulheres - assim como a desconstrução da perspectiva androcêntrica na consecução dos objetivos destas políticas - especialmente na execução de projetos voltados às mulheres em situação de vulnerabilidade social sob uma estrutura escolar patriarcal, em que historicamente voltou-se para a formação de alunos, homens para o mercado de trabalho, são pontos de destaques imprescindíveis neste ponto de análise da pesquisa. Como tratado no trecho a seguir da entrevista:

“A partir de 2012 não teve mais edital para o programa Mulheres Mil porque foi criado o PRONATEC e, dentro das diretrizes do PRONATEC, o Mulheres Mil estaria dentro do PRONATEC. E o PRONATEC é um programa bem diferente do programa Mulheres Mil. Porque no PRONATEC tem especificado o valor para pagar professor, valor para pagar coordenador, valor para pagar todos os profissionais. É uma estrutura totalmente diferente, mas o MEC pegou o programa Mulheres Mil e colocou dentro do PRONATEC. Então, não tinha... Essa figura do gestor local, gestor institucional do Mulheres Mil ainda perdurou nos institutos como um todo, ainda em 2013. No máximo até 2014. Depois de 2014 o PRONATEC já tinha tomado tudo e o Programa Mulheres Mil começou a ser desconfigurado. Que foi assim, no efeito dominó, o Programa Mulheres Mil deixou de ser ofertado nos Institutos pouco a pouco. E eu considero assim, o “enterro” do Programa Mulheres Mil aí em 2014” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Dessa maneira, trata-se de evidenciar entre outros aspectos elencados acima, o que mais representou os empecilhos ao desenvolvimento do Mulheres Mil foi o fato de ter sido vinculado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego⁴¹ (PRONATEC/MEC). Em suma, Programa criado sob lei que:

Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências (Brasil, 2011).

41 Para mais informações sobre a temática ver em: BRASIL, 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Até porque ao analisarmos o contexto político em que o PRONATEC foi instituído, em 2011, podemos compreender eminentemente a sua finalidade e objetivos:

No que se refere aos objetivos expostos no documento citado (Portaria nº 168/2013), fica claro que a intenção declarada do Pronatec é “formar profissionais para atender às demandas do chamado setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País”. Este objetivo aparece tanto na bolsa-formação estudante (cursos técnicos) como na bolsa-formação trabalhador (cursos FIC). Isso também foi posto no documento que enviou o Projeto de Lei do Pronatec à Presidência da República, justificando-se com o chamado “apagão de mão de obra”. Vale lembrar que essa ligação que se propaga da educação com o desenvolvimento econômico segue uma tendência mundial, como apontamos anteriormente. Em relação à formação, para o atendimento das demandas do setor produtivo por meio dos cursos FIC, com carga horária de 160 horas, como se propõe o Pronatec na Bolsa-formação trabalhador, é pertinente atentar que esses cursos, na maioria das vezes, não formam para o mercado de trabalho. Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-2010)¹⁰, realizada em 2010, demonstra que a incidência dos cursos FIC, para inserção no mercado de trabalho, fica bastante aquém, em comparação com os cursos técnicos de nível médio e principalmente no que se refere aos cursos superiores (Silva, D.; Moura, D.; Souza, L., 2018, p. 28).

Não podemos deixar de analisar, de tal maneira, que este era um Programa, o Mulheres Mil, que estava em um movimento de integração ao conjunto das políticas públicas feministas - mesmo que de maneira embrionária e com suas disfunções a serem corrigidas - cuja finalidade era exatamente romper com a estrutura patriarcal-capitalista e que vai de encontro ao que é estabelecido na proposta/objetivo do plano de ação do PRONATEC: atendimento das demandas do setor produtivo (Silva, D.; Moura, D.; Souza, L., 2018). Assim, o enquadramento da mão de obra na ordem patriarcal-capitalista que (re)produz o lugar social da mulher em situação de vulnerabilidade econômica através, unicamente, da formação/qualificação em cursos como os de manicure, costureira, recepcionista, cabeleireira, etc. Como podemos avaliar a partir do trecho da entrevista abaixo:

“Porque, como o PRONATEC tinha assim: sufocado o Mulheres Mil. não tinha mais como ele acontecer, como ele acontecia antes: com aquele cuidado, com aquela questão praticamente individualizada. Porque o programa Mulheres Mil tinha um tratamento individualizado com as mulheres. Quem era gestor sabia da vida de todas as mulheres que eram alunas. No PRONATEC é diferente porque o volume do PRONATEC é muito maior. Enquanto o Programa a gente atendia, em cada campus, 80 mulheres no máximo, no PRONATEC eram 200, 300. Não tinha como fazer aquele tratamento mais individualizado. Aquela coisa assim: mais corpo a corpo que era feito antes” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Portanto, a manutenção de programas como o Mulheres Mil significa um ato político de resistência? Afinal, fica claro quais as intenções e objetivos no momento em que um programa nacional de políticas públicas, como o PRONATEC, inclui um programa voltado às mulheres, com toda a sua estrutura pedagógica, sua metodologia pronta e modelada para atender às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Por isso, podemos considerar que as intenções de programas como o PRONATEC, cujo objetivo é atender às demandas da sociedade capitalista-patriarcal, são incompatíveis com programas como o Mulheres Mil. Se apresentando, assim, como um grande obstáculo à implantação de políticas feministas, como fica claro no trecho da entrevista:

“Eu considero, isso é uma opinião minha, que o Programa começou a ser desvirtuado quando entrou no PRONATEC. E em 2014, para mim, foi a derrocada porque hoje não existe mais programa Mulheres Mil em nenhum dos Institutos. Teve alguns Institutos que ainda tentaram segurar. Aí em 2016 ainda tinha, até 2017... Ainda tinha o Instituto de Alagoas que tentou segurar, eu acho que até 2017 eles tentaram segurar o Mulheres Mil e depois não conseguiu mais” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Portanto, a oferta de qualificação profissional voltada às mulheres em situação de vulnerabilidade social, que estão historicamente invisibilizadas, tem de fato a intenção de transformar o quadro social hierarquizado das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica? Quando passam a ser camareiras, cuidadoras de idosos, recepcionistas, costureiras? Deste modo, a quem estes cursos estão atendendo de fato: ao Estado patriarcal, sociorracial ou aos seus anseios e demandas pessoais? Ou a um processo de formação profissional que considere, atenda e contemple os saberes, conhecimentos e pretensões destas mulheres? Por isso, destaco aqui a importância da oferta da disciplina “Economia Solidária” na formação escolar/profissional das alunas do PMM: empoderamento e identidade regional.

A sabedoria dos povos tradicionais só será vista e ouvida através do olhar, de fato, decolonial. Esta sabedoria, assim como os povos que foram invisibilizados estrategicamente, perderam a dimensão e a sua relevância na sociedade capitalista-patriarcal. Dessa maneira, a economia solidária será vista, revelada justamente como curso importante desses povos. Cognoscível juntamente com a sua expressiva identidade regional, cultural. A economia solidária, quando analisada a fundo, em suas características, apresenta a sororidade como base para o funcionamento,

desenvolvimento. Dessa maneira, funciona como um tipo de economia matrilinear, que se aproxima de um modelo econômico feminista.

Conhecer, reconhecer e respeitar. Assim, movimentos de insurgência passam a ter valores arriscados. Visibilizados como projetos políticos que são historicamente naturalizados em seus lugares marginalizados, diante das ameaças estruturais à sociedade patriarcal, eurocêntrica e heteronormativa. Pedagogias antipatriarcais e antirracistas são essenciais para esta desnaturalização. As instituições ofertantes têm instrumentos e caminhos para a implementação de tais políticas? É importante refletir o porquê do subcustear crônico das políticas inclusivas, nesse caso particular, das políticas feministas. À vista disso, Moraes assinala:

Há uma relação íntima entre a Ciência e as políticas de Estado, por isso será necessário a despatriarcalização do Estado e da Ciência para a implementação de políticas públicas eficazes. Não podemos esquecer que há uma relação íntima entre os dados estatísticos e os interesses políticos e ideológicos na implementação de políticas públicas (2014, p. 37).

Nessa perspectiva, qual seria o valor social na implantação de cursos de formação para mulheres em situação de vulnerabilidade social? Trata-se, além de tudo, de refletir o papel social e ideológico da educação, pois trata-se de cursos de qualificação profissional, através de políticas inclusivas voltadas para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Em uma instituição de ensino historicamente voltada à formação da população masculina cuja mentalidade e processos ideológicos androcêntricos, heteronormativos, na formação de sujeitos invisibilizados, majoritariamente, mulheres não brancas. Historicamente afeitas aos trabalhos manuais? Afinal de contas, a neutralidade e/ou inobservância institucional é intencional? Assumir a responsabilidade nos projetos políticos em curso e políticas públicas de reparação em curso. Nesse contexto, ao se tratar da nova realidade da Educação Profissional e Tecnológica em que foi inserido o Programa Mulheres Mil, é possível compreender que:

a Educação Profissional e Tecnológica, na última década, como uma das principais políticas públicas implantadas pelo Governo Federal na área da educação, sendo composta por um conjunto de ações e programas desde a reformulação das Escolas Técnicas e Centros Tecnológicos com a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, até programas focalizados como o Mulheres Mil (Santos; Rodrigues, 2012, p.7).

Sendo assim, discutir a questão de gênero em programas como o Mulheres Mil é fundamental no processo despatriarcalização das políticas públicas voltadas às mulheres. Assim, nessa discussão destaca-se que o diferencial mais significativo entre os sexos se configura como sendo o das relações de poder, sendo necessário aprofundar esta abordagem, de forma a não se assumir posturas que classifiquem como sendo específicas destes segmentos, determinados papéis da vida em sociedade, pois fica claro - através da entrevista realizada com a gestora institucional do PMM no Instituto Federal da Bahia – a partir de qual referencial/base político-pedagógica foi estruturado o PMM, na Bahia:

[...] o diretor geral do campus Salvador, na época, foi contactado por um grupo do MEC dizendo que o CEFET ia ser procurado por um grupo de pessoas do Canadá que queriam fazer uma parceria com os CEFETs do Norte/Nordeste para implantar um projeto. Que veio a ser esse projeto Mulheres Mil. Então, para essa primeira reunião. Como eles deram “briefing” para o diretor, disseram que iam falar que era um projeto ligado a mulheres em vulnerabilidade social e que era um projeto que buscava dar cursos de qualificação para essas mulheres. Para que essas mulheres pudessem ter alguma formação para conseguir, quem sabe, trabalhar e aumentar a sua escolaridade. Verticalizar a sua escolaridade” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Destaco a importância de discutir a questão de gênero, mesmo de maneira tangencial, porque um projeto voltado às mulheres, quem decidiu quais cursos a serem ofertados a princípio, na Bahia, foi um diretor, um homem. Não descarto a possibilidade dos homens poderem participar da construção de programas voltados exclusivamente às mulheres. Todavia, ainda vivemos em uma sociedade patriarcal, cuja estrutura androcêntrica fundamenta o pensamento das autoridades na construção das políticas públicas. Em se tratando de uma análise dentro da sociedade patriarcal-capitalista,

[...] tal posição deve ser repensada, pois do contrário, é-se obrigado a aceitar, sempre, o a priori do poder masculino e do lugar que o “homem” ocupa em qualquer que seja o sistema social, relegando à mulher uma participação na produção da vida social. [...] É necessário, por isso, uma abordagem do gênero que parta do princípio de que gênero denota uma relação entre dois termos e não mais uma relação constituída por um termo (homem) e uma relação (mulher) (Andrade, 2009, p. 88).

A partir destas informações cabe destacar que a sociedade estabelece as diferenças e impõem os papéis que devem ser exercidos por homens e mulheres. A despeito disto, Costa afirma que “[...] podemos inferir que a construção social da

identidade feminina é definida a partir de valores machistas que impõem a mulher à possibilidade, obediência e, acima de tudo, o dever de respeitar as vontades masculinas” (2008, p.121).

Por isso enfatizo que foi a partir de uma mentalidade patriarcal/androcêntrica que os primeiros cursos na Bahia foram decididos/ofertados. Ressalto a partir desta reflexão a importância das mulheres em cargos de chefia, de decisão, cargos de poder e não apenas homens decidindo sobre “corpos” femininos, suas demandas e futuros profissionais. Desmistificar elementos da relação de gênero, no que diz respeito às diversas questões enfrentadas na sociedade patriarcal-capitalista, não só no ambiente privado, mas também no espaço público, é fundamental para compreender a situação da mulher em uma sociedade que construiu o seu lugar sempre com base na subordinação. Afinal,

A cultura ocidental, a qual fazemos parte, desenvolveu um ideal de mulher institucionalizado pela Igreja e pelo Estado, perpassado historicamente mesmo que adequado de acordo com os acontecimentos e com as necessidades de cada época, assim, o que se pode ser constatado é que as mulheres sempre estiveram alijadas dos espaços de poder em uma sociedade construída sobre os pilares patriarcais e heteronormativos e durante muitos séculos só podemos ouvi-las através de uma epistemologia masculinizada (Blay, 2008; Foucault, 2003; Saffioti, 2004 *apud* Farias e Fernandez, 2013, p. 105).

As pessoas encarregadas de tomar as decisões, na maioria das vezes, são homens. Eles não estão nos nossos corpos e não buscam entender as necessidades das mulheres, exatamente porque a sociedade patriarcal fundamenta-se numa cultura distante da empatia, da sororidade. As mulheres precisam de lugares seguros para mudar isso. Através do trecho a seguir da entrevista podemos analisar nitidamente este aspecto:

“[...] E aí, imediatamente pensou na área de Turismo e Hospitalidade. Porque ele raciocinou que seriam cursos mais fáceis de serem passados para essas mulheres. Mas também ele não tinha muita informação e aí nos convidou” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Isto posto, o Programa Mulheres Mil apresenta a seguinte justificativa para a oferta desses cursos nesta primeira experiência que ocorreu na Bahia:

O Instituto Federal da Bahia enfrentou diversos desafios no processo de implantação do projeto, dentre os quais se destacam a violência existente nas

comunidades e as dificuldades de inserção das mulheres no mercado de turismo, em função do preconceito de cor e idade. Para driblar a questão do mercado, o IF ampliou a oferta e criou um curso novo, o cuidador domiciliar, que tem um potencial considerável de mercado de trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, para cada 100 crianças de até 14 anos, existiam 25 idosos de 65 anos ou mais. A previsão é de que em 2050 sejam 173 idosos para cada grupo de 100 crianças. Tanto na profissão de camareira quanto na de cuidador domiciliar, as alunas estão conseguindo acessar o mercado de trabalho. Para muitas mulheres, a capacitação na área de saúde está garantindo uma nova atuação profissional, com mais possibilidade de trabalho e maior remuneração, visto que a maior parte atuava como empregada doméstica ou como faxineira (Brasil/MEC, 2011, p. 32).

Apesar de ficar explícito, surge a seguinte inquietação: quais são os limites e barreiras que persistem no processo de implantação de políticas públicas voltadas às mulheres que impedem o estabelecimento desse tipo de base norteadora feminista em Programas como o Mulheres Mil? Já que fazia parte do projeto pedagógico na proposta canadense, como fica explícito no trecho abaixo:

“[...] Eles estavam visitando todos os CEFETs do Norte/Nordeste e o objetivo deles era implantar uma metodologia que eles já faziam no Canadá. Em instituições similares aos CEFETs, lá no Canadá. Porque no Canadá têm os colleges que é uma estrutura similar aos Institutos Federais. Então, não é universidade, mas tem toda estrutura que nós temos. Enquanto Institutos Federais. Que na época era CEFET” (Paula Mara Messias Costa, docente do IFBA campus Salvador, atuou como gestora estadual do PMM na Bahia).

Assim, ratifico o que trouxe na introdução: despatriarcalizar as políticas públicas voltadas às mulheres se apresenta como uma estratégia dirigida para a valorização das próprias identidades das mulheres em situação de vulnerabilidade social. E não pelo que é imposto pela sociedade patriarcal/androcêntrica, no momento em que estabelece quais são as suas vocações, capacidades e habilidades. Qual o impacto social disso, quando as aptidões, potencialidades e os talentos são estabelecidos a partir da concepção patriarcal-capitalista, especificamente das mulheres em situação de vulnerabilidade social?

É perceptível que, no processo de elaboração das políticas voltadas às mulheres, tais decisões devam ser pensadas com um olhar atento e sensível às questões de gênero⁴² pois, o contrário não modifica estruturalmente o lugar de

⁴² “A incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas aponta para a implementação de projetos específicos voltados às mulheres, que tenham a capacidade de responder à singularidade da situação feminina, desenvolvendo medidas de discriminação positiva para

vulnerabilidade social em cursos de qualificação oferecidos em programas sociais como o Mulheres Mil. Nesse sentido,

Afirmar que esses programas incorporam a dimensão gênero significa dizer que existe neles reconhecimento de que a clientela atendida não é homogênea, havendo uma diferenciação de gênero, com ações específicas em relação às mulheres. Isso não significa que os programas respondam à agenda de gênero e que incorporem a perspectiva de gênero, orientada para a redução de desigualdades entre homens e mulheres (Farah, 2004, p. 59).

Por isso, discutir tal questão significa ressignificar a importância das políticas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social, assim como, desconstruir a ordem patriarcal-capitalista vigente que cria os empecilhos estruturais-estruturantes no processo de construção de políticas públicas feministas.

neutralizar as dificuldades iniciais compartilhadas por alguns grupos de mulheres” (LISBOA; MANFRINI, 2005, p. 73).

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA, FEMINISMO COMUNITÁRIO E IDENTIDADE REGIONAL NO PROGRAMA MULHERES MIL

O presente capítulo aborda as políticas públicas feministas a partir da seguinte análise interseccional⁴³: economia solidária⁴⁴, feminismo comunitário e identidade regional. Este capítulo investiga o porquê a economia solidária ter sido um importante componente no processo de formação/qualificação das alunas do Programa Mulheres Mil. A investigação a respeito deste recorte deu-se porque a economia solidária integra o quadro de disciplinas do Módulo Educacional Central do PMM, intitulada Cooperativismo e Economia solidária. A economia solidária é ponto de interesse nesta investigação, pois trata de importante ferramenta na construção de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher e o resgate da identidade regional.

O módulo educacional central é a espinha dorsal e, por analogia, sustenta os demais módulos. Sempre de forma integrada e transversal, não se adianta, não se atrasa em relação ao desenvolver do itinerário formativo, acompanha-o e fomenta-o. Todas as disciplinas do módulo central aplicam-se à realidade do cotidiano das alunas e oferecem aplicabilidade imediata em suas vidas, na labuta diária, em suas casas e no trabalho (MEC/SETEC, 2012. p. 21).

Todavia, antes de adentrar nesta discussão apresento algumas informações a respeito do contexto de surgimento da Economia Solidária:

Antes de tudo, é importante sublinhar que não existe qualquer tipo de unanimidade no que se refere ao conceito de Economia Solidária. Para alguns, ele remete às experiências britânicas do início do século XIX, inspiradas por Richard Owen, nas quais sobressai a idéia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na idéia de autogestão e de controle operário sobre a produção (Singer, 2000b). [...] Juntamente com Chanial, Laville contextualiza a economia solidária na ampla crise econômica e cultural que marcou o final dos anos de 1960, na qual se

43 O conceito de interseccionalidade neste capítulo está fundamentado na economia feminista, na economia solidária e no feminismo comunitário. Afinal, a interseccionalidade surgiu no feminismo para dar conta da multiplicidade que existe no movimento feminista. Por isso, o mais coerente seria referir-se a “feminismos” (no plural), pois nenhum vai dar conta de abarcar todas as particularidades. O importante é o princípio da equidade - e não, necessariamente, da igualdade - seja o centro da discussão. Para mais informações ver em: FARIA, N; NOBRE, M. **Economia Feminista**. (Orgs). São Paulo: SOF, 2002;

44 “Economia Popular e Solidária: parceria com o MTE, que promove ações integradas de economia popular e solidária, como mobilização, assistência técnica, apoio ao comércio e incubação de empreendimentos solidários” (Brasil/SETEC, 2018, p. 20). Para mais informações ver em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

incluem a exigência de uma maior “qualidade” de vida, a reivindicação de um crescimento qualitativo e de uma política do nível de vida, “de levar em conta as dimensões de participação nas diferentes esferas da vida social, de preservar o meio ambiente, de mudar as relações entre os sexos e as idades” (Chanial; Laville, 2006, p. 50 *apud* Leite, 2009, p. 32).

A base da Economia Solidária é formada pelas relações de cooperação, pelo fortalecimento do grupo e das comunidades sem patrão nem empregado, e todos pensando no bem de todos e no seu próprio bem. Como a característica mais importante de todos esses empreendimentos solidários é a autogestão, isso significa que não há mais patrões e empregados. Os meios de produção (terra, equipamentos e instalações) pertencem a todos os que trabalham no empreendimento. Sendo assim, Singer define:

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da função dos resultados da mesma. O desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças de empreendimentos que não visam apenas nem principalmente aos lucros e os que sim o fazem, mas favorável aos primeiros (2009, p. 59).

A premissa básica da Economia Solidária, como novo modelo econômico é, justamente, favorecer a uma economia voltada para a participação das pessoas envolvidas e não a esse capitalismo selvagem que leva à acumulação de poucos sobre os muitos desfavorecidos no processo. Assim como, rever a estrutura neoliberal que deixa o mercado ser condizente com um único objetivo que é o lucro. Segundo os teóricos que trabalham com esse conceito, “a Economia Popular e Solidária ocupa lacunas deixadas pelo modo de produção capitalista que nem o mercado, nem o poder público conseguiram solucionar: o desemprego, a exclusão social, econômica e política, a insegurança alimentar, o acesso à educação e saúde, etc” (Guèrin, 2003, p. 75).

Dessa maneira, a Economia Solidária é estabelecida, no presente capítulo, a partir de uma análise entre o contexto regional que se insere a cidade de Seabra e as questões que envolvem esta temática. Antes disso, é válido fazer um breve recorte histórico da região que está inserida esta cidade: a Chapada Diamantina, que está associada a produção econômica da região à atividade do garimpo. Como pode ser verificado através das informações a seguir:

A ocupação socioeconômica da Chapada Diamantina resultou da expansão da pecuária no vale do São Francisco e das descobertas auríferas nas nascentes dos rios de Contas, Paramirim e Itapicuru, no início do século XVIII. Várias "bandeiras" passaram pela Chapada Diamantina à procura de ouro e pedras preciosas e de índios para escravidão. Contudo, o povoamento colonizador adveio inicialmente pelo Oeste, com as fazendas de gado [...] até que a necessidade de subsistência dos garimpos exigiu a ampliação das policulturas agrícolas, desenvolvendo os circuitos comerciais intra e inter-regionais (MDA, 2010, pp. 11-12).

No sentido de contextualizar a região que se insere a cidade de Seabra, objeto de estudo desta pesquisa, aponto as seguintes informações:

O Território da Chapada Diamantina (BA), localizado na região central do estado, ocupa uma área de 30.254,50 quilômetros quadrados, sendo composto por 23 municípios. Sua população é de aproximadamente 349.552 habitantes, dos quais 203.406 (58,19%) vivem na área rural, e o IDH territorial é 0,650. O Território conta ainda com 37.722 agricultores familiares, 3.534 famílias assentadas, 179 pescadores e 27 comunidades quilombolas. A região é diversificada em termos de vegetação (áreas com mata atlântica, cerrado, pantanal entre outras), clima e altitude, o que propicia cultivo de plantas tropicais e de clima temperado (Brasil, 2012).

No entanto, o intuito com este estudo é ampliar novas possibilidades de olhar este cenário, permitindo novas perspectivas de análise sobre o desenvolvimento econômico na região. “O fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Em primeiro lugar, porque as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada” (Guèrin, 2003, p. 56). Além disso, a produção agrícola das comunidades rurais na região pesquisada, sobrevive de outras produções, como pode ser verificado a seguir:

A produção agrícola é bastante diversificada, predominando quatro ramos principais: fruticultura, cafeicultura, hortaliças e alimentos básicos. Em toda a extensão territorial da Chapada Diamantina, os principais produtos comercializados são café, mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão e o gado de corte. Os alimentos básicos – feijão, milho e mandioca – são produzidos por, praticamente, todos/as os/as agricultores/os familiares, para a subsistência das famílias. [...] Frequentemente nas comunidades rurais são encontrados também trabalhos artesanais, como panos de prato e toalhas bordadas, cestarias feitas com palhas de milho ou fibra de banana, pequenas esculturas em madeira com temáticas do campo (MDA, 2010, pp. 17-18).

Pesquisar a economia solidária neste cenário resulta de um diagnóstico a respeito da importância de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher sem perder de vista o resgate da sua identidade regional. Dessa maneira, este capítulo tem também como propósito analisar a dimensão das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica a partir da sua

autonomia, na sociedade patriarcal-capitalista⁴⁵. Sendo assim, “Ousado e inédito na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Mulheres Mil trouxe o desafio de trabalhar com recortes de exclusão: mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, a maioria com baixa escolaridade e à margem do mundo do trabalho” (MEC, 2011, p. 7).

Portanto, a conceituação de economia solidária, por si só, já nos leva a uma visão da importância desse sistema para o empoderamento das mulheres, já que as mesmas, podem fazer parte da gestão de forma participativa e democrática sendo incentivadas a tomar decisões e minimizar as diferenças de funções entre mulheres e homens dentro de um empreendimento. É importante reiterar que a base da Economia Solidária é formada pelas relações de cooperação, pelo fortalecimento do grupo e das comunidades. Assim, além de valorizar, promover e articular as formas cooperativas e autogestionárias de produção, comercialização, consumo, crédito etc., a Economia Solidária tem em vista a construção de um novo projeto de desenvolvimento, que seja ao mesmo tempo sustentável, solidário e coletivo. Todas essas articulações estão de acordo com as propostas do Programa Mulheres Mil, ressaltando que as mulheres tenham mais possibilidades de empreender suas pequenas produções ao ponto de adotar até mesmo, outros caminhos e mecanismos de produção e desenvolvimento econômico. No contexto da Economia Solidária, destaco ainda como fato ou como dever, que a solidariedade supõe um laço recíproco e, portanto, surge a importância de debater a sororidade como caminho para efetivar tal processo.

Quando os indivíduos trabalham juntos, tendo em vista um objetivo comum, seu comportamento é chamado de cooperação. Nas organizações associativas⁴⁶, o raciocínio não é diferente. Elas são construídas sobre uma base comum de interesses

⁴⁵ O patriarcado explicita o vetor dominação-exploração sobre as mulheres, portanto, denuncia as desigualdades de gênero. Para as feministas marxistas, o patriarcado é uma “subestrutura” do capitalismo, especialmente por guardar em sua raiz um vínculo estreito com a propriedade privada. O patriarcado é uma forma específica das relações de gênero (a de desigualdades), enquanto gênero é uma categoria que também pode englobar relações igualitárias (CISNE, M.; GURGEL, T. 2008, p. 81).

⁴⁶ O conceito de Associação aparece aí como sociedade civil sem fins lucrativos que representa e defende os interesses dos associados. A legislação que rege é o Art. 5º, incisos XVII a XXI e Art. 174 parágrafo 2º e o Código Civil e devem ter no mínimo de duas pessoas físicas e/ou jurídicas, sem limite máximo (SEBRAE, 2009, p. 46).

de um grupo ou categoria, objetivos e identidade cultural própria, apoiando-se sobre o princípio de que as pessoas podem e devem se ajudar mutuamente para resolver seus problemas. O princípio moral é a solidariedade, que se expressa no critério operacional da cooperação, nesse sentido, cooperar significa produzir com outros. Dessa forma, as ações associativas ocupam a cada dia importantes espaços na sociedade, através da organização de grupos ou parcerias, inúmeras associações, cooperativas⁴⁷ e outras formas associativas específicas são adotadas. Assim, as organizações associativas apresentam – se como uma alternativa para a conquista de benefícios econômicos e sociais que, de forma isolada, jamais poderiam ser atingidos. De acordo com as premissas do Programa Mulheres Mil - exposta a seguir na proposta curricular do campus Seabra - havia uma tendência a estar mais próximas das práticas da Economia Solidária, pois as redes associativas sejam elas através de cooperativas ou associações convergem para esse tipo de economia.

Antes de aprofundar a discussão neste capítulo, apresento a seguinte ponderação a respeito da dimensão das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica a partir da sua autonomia:

O questionamento em torno da autonomia também se desenvolveu em torno do reconhecimento das diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres e do seu núcleo comum que possibilita a construção de uma identidade coletiva. Assim, foi instigante, nesse debate, a presença de um maior número de mulheres do meio popular no feminismo, que traziam demandas da imediatividade da sobrevivência em um cotidiano de extrema pauperização e invisibilidade política. Esse fenômeno provocou uma atualização das demandas feministas alimentando seu questionamento sobre a totalidade da vida social, com a centralidade do confronto com o patriarcado, o capitalismo e as formas tradicionais do fazer política (Cisne; Gurgel, 2008, p. 81).

Nesse sentido, cabe destacar que autonomia e empoderamento são vínculos estabelecidos de maneira correspondente. Assim, a definição de empoderamento pode ser compreendida da seguinte maneira:

E próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito (no sentido mais amplo: a decisão de adquirir ou ter a capacidade de fazê-lo), escolher, enfim, entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo,

⁴⁷ Os princípios que regem os valores do cooperativismo são: Humanismo, Liberdade, Democracia, Participação, Responsabilidade, Solidariedade e Justiça Social. Aparece o conceito de Cooperativa como sociedade civil de fins econômicos e sociais e seu principal fim é atuar em nível de mercado. Está na Constituição, Código Civil, Lei Federal (5.764/71) e legislações específicas. O limite mínimo de vinte pessoas sem limite máximo (SEBRAE, 2009, p. 46).

trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aufere poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos (Horochovski; Meirelles, 2007, p. 486).

Desta forma, trago a seguinte reflexão: o porquê a economia solidária é ministrada no Programa Mulheres Mil? Como consta no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do PMM: “A Economia Solidária traz em suas raízes os valores da construção coletiva, do diálogo, da ética do cuidado, da solidariedade e da cooperação” (MEC/SETEC, 2012, p. 32). Trabalhar a economia solidária no PMM, através da disciplina Cooperativismo e Economia Solidária, é construir a ideia de que o coletivo fortalece o individual; promovendo, de fato, a cidadania. No sentido da desconstrução epistemológica fundamentada de maneira estrutural pela sociedade patriarcal de que tudo na mulher faz parte de um sistema a ser explorado: a força de trabalho, o corpo, as concepções, o que está sendo produzido, etc. No intuito de romper um padrão social que prega a cultura da subserviência atrelada ao corpo feminino. Cultura esta que constrói a convicção de que tudo na mulher pertence a um sistema: patriarcal-capitalista.

Neste cenário, a disciplina Cooperativismo e Economia Solidária, ministrada no campus Seabra com carga horária de 20 horas, tinha como objetivo destacar a economia como parte do processo da formação humana tendo como ponto de partida a temática do trabalho. Correlacionando a economia solidária à vocação econômica regional da Chapada Diamantina, promovendo o desenvolvimento das comunidades locais. Como consta na ementa⁴⁸, a disciplina tinha como propósito:

- 1 Distinguir economia solidária no sistema capitalista, compreendendo a especificidade e a necessidade da construção da temática.
- 2 Estabelecer relações entre a Educação e o Trabalho na produção da economia solidária.
- 3 Promover a prática de eventos ligada à economia solidária como possibilidade de construção de um modelo de desenvolvimento mais participativo, mais justo e sustentável (PROGRAMA MULHERES MIL CAMPUS SEABRA, 2012).

Desta maneira, “para auxiliar as mulheres inseridas no programa a ampliar os seus conhecimentos é necessário que os conteúdos abordados nos cursos sejam baseados em situações da vida cotidiana” (MEC/SETEC, 2012, p. 16). No caso específico das egressas do Programa Mulheres Mil no campus Seabra-BA, a maioria

48 A ementa da disciplina ministrada no campus Seabra está disponível nos anexos.

trabalha na zona rural, vive em comunidades quilombolas⁴⁹ e em bairros periféricos da zona urbana da cidade. No caso das egressas da zona rural e comunidades quilombolas, boa parte das famílias sobrevive da agricultura familiar. “Estas comunidades ainda lutam por direitos elementares e a propriedade da terra é um deles. Apenas a partir de 1988 a Constituição Brasileira reconheceu às comunidades remanescentes de Quilombos o direito à propriedade das terras que ocupam” (MDA, 2010, p. 21).

As informações a seguir definem o grau de vulnerabilidade social da população, objeto de análise desta pesquisa:

Em geral, os municípios do território apresentam deficit habitacional ou inadequação de moradias. Assim faz-se necessário o investimento em programas como o Minha casa, Minha vida e os programas de habitação rural. Cabe ressaltar que nos últimos 10 anos os recursos destinados a essa área foram bastante significativos, porém não suficiente para atender a toda a demanda. No setor do Saneamento, na maior parte das comunidades rurais do território, a situação é pouco satisfatória. As principais questões referem-se à captação, tratamento e distribuição de água para abastecimento doméstico e à coleta e destinação de esgotos e lixo gerados nas localidades (MDA, 2010, pp. 55-56).

Atualmente a Bahia é o estado em que há o maior número de famílias beneficiárias por programas da agricultura familiar. Inclusive, a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos. Além disso, gera emprego e renda para milhões de pessoas em todo o território nacional.⁵⁰ É importante examinarmos a importância das famílias beneficiárias por programas da agricultura familiar chefiadas por mulheres. Pois, do total de famílias beneficiárias, 60% são chefiadas por mulheres, são participantes do Bolsa Família e de outros programas assistenciais⁵¹. Para compreender melhor o contexto de estudo, aponto a seguir algumas informações:

A renda das famílias é constituída em grande parte, pelo Bolsa Família e pelas aposentadorias, o que de certa forma mantém a vida das pessoas, uma vez que a produção agrícola em muitos casos ainda é incipiente no que se refere

⁴⁹ “O estado da Bahia é o que mais possui comunidades quilombolas. Em 2017 o estado tinha 736 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares” (SANTOS; SOUZA; SILVA, 2018, p. 8). Para mais informações ver em: SANTOS, E de A; SOUZA, L. R. de; SILVA, L. A. da. **Quilombolas da Chapada Diamantina e o enfrentamento da violência contra a mulher**. XX REDOR (Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero). Disponível em: <www.redor2018.sinteseeventos.com.br>. Acesso em: 13 fev. 2024.

⁵⁰ Para mais informações sobre a temática ver em: Atlas do Espaço Rural Brasileiro. (IBGE, 2017). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

⁵¹ Para mais informações sobre o assunto ver em: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Coordenação de Contas Regionais (COREF). Salvador, SEI 2018. Disponível em: <<https://sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2023.

à geração de renda suficiente para a sustentabilidade econômica (MDA, 2010, p. 21).

Neste caso, é oportuno analisarmos a agricultura familiar e a dimensão de gênero a partir da seguinte ponderação: “[...] Por não considerarem o papel econômico do acesso à terra e geralmente omitirem a dimensão de gênero no planejamento econômico, muitas políticas de desenvolvimento têm assumido um viés específico e sido pouco eficazes” (Nobre; Faria, 2002, p. 29). Afinal, o que adianta elaborar políticas públicas de crescimento econômico sem políticas de inclusão? Em suma, é necessário que as políticas de crescimento econômico dialoguem com outros aspectos sociais, para um efeito eficaz a sua intersecção com outros setores sociais se faz necessária. Como, por exemplo, a questão de gênero⁵². Por isso, a importância da fusão de análises nesta pesquisa. Nesse sentido, Siliprandi ressalta:

No Brasil ainda são poucas as organizações ou movimentos sociais que se preocupam em fazer essa relação, seja na teoria, seja na prática. Entre aqueles e aquelas que desenvolvem trabalhos na área da preservação ambiental e da Agroecologia, é bastante comum verificarmos um enfoque mais “produtivo” ou voltado para “a natureza” do que focado nas questões sociais – que incluiriam uma preocupação com o papel específico que as pessoas, e em especial as mulheres, desempenham nos sistemas produtivos em questão e com a sua situação de subalternidade no meio rural (2000, p. 62).

O cuidado em debater a economia solidária a partir do ponto de vista da economia feminista se dá porque ao abordar esta temática alicerçada a episteme feminista, a economia pode se tornar solidária de fato. Visando, dessa forma, um desenvolvimento regional/local mais amplo. Bem como, a efetivação da despatriarcalização das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Portanto, a importância das políticas públicas feministas justifica-se uma vez que o investimento num empreendimento chefiado por mulheres, caso exemplificado acima, é que o recurso quando investido nas mulheres, este é repassado imediatamente para a família. Assim sendo, investir na mulher é investir no

⁵² O conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo. [...] O conceito de gênero, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus componentes centrais desigualdades de poder (FARAH, M. F. S., 2004, p. 48). Para mais informações ver em: FARAH, M. F. S. **Gênero e Políticas Públicas**. Estudos Feministas. Florianópolis, 12(1), janeiro-abril/2004. pp. 47-71

coletivo; pensando, imediatamente, na infraestrutura da família, na casa, em alimentar os filhos, na educação das crianças, etc.

Enfatizo ainda que não adianta promover políticas públicas cujo objetivo é a mudança estrutural na vida de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, se as mesmas políticas reproduzem as dinâmicas da invisibilização sociocultural destas mulheres, assim como a naturalização das relações de poder que reproduzem o lugar social de vulnerabilidade, pois: “Alguns feminismos conseguiram transformar o signo da mulher em algo positivo, mas é fato que no patriarcado - que equivale ao capitalismo -, as mulheres sempre foram figuras negativas, um “outro” criado para a servidão” (Tiburi, 2021, p. 66).

Para tanto, destaco a importância de políticas públicas feministas e não apenas políticas voltadas às mulheres, cujo intuito é proporcionar uma formação escolar integrada à qualificação profissional, através da economia solidária e o resgate da identidade regional. Com a intenção de promover uma formação voltada à valorização da cultura local. Nesse sentido, Farah destaca:

Ao analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pretendeu-se verificar em que medida iniciativas do Estado têm contribuído, ainda que de forma embrionária, para modificar esse padrão, profundamente arraigado na sociedade brasileira (2004, p. 49).

Em vista disso, examinar esta pesquisa a partir de uma análise interseccional além de analisar a fragmentação ocorrida no Programa, permite alcançar com mais profundidade as desigualdades sociais, a sobreposição de opressões e as discriminações existentes sobre as mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Afinal, segundo a reflexão abaixo:

Especificamente no Brasil, a Economia Solidária se tornou mais expressiva a partir das décadas de 1980 e 1990, quando o desemprego em massa já observado em escala mundial tornou-se uma realidade no país. Iniciativas como os PACs (Projetos Alternativos Comunitários) - criados pela Cáritas -, as cooperativas construídas nos assentamentos de reforma agrária pelo MST e as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares são alguns dos projetos que contribuíram para a disseminação do movimento no país (Paula *et al.*, 2011, p. 326).

Dessa maneira, propõe-se desconstruir paradigmas, questões cristalizadas. Nesse sentido, Alcântara destaca a importância das políticas públicas e a economia solidária:

A Economia Solidária (ES) ganhou relevância principalmente nas três últimas décadas e, talvez, em função disso, tem sido estudada por um número significativo de pesquisadores desde então. Entretanto, apenas recentemente, tem-se discutido com maior frequência sobre a possibilidade de se aumentar o número de empreendimentos cooperativos, bem como sobre as formas de incentivá-los, por meio de políticas públicas. [...] A expansão e fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária são constantemente atrelados à formulação e implementação de políticas públicas. Essa vinculação não ocorre por acaso. Expandir e fortalecer uma prática remete à institucionalização desta, e políticas públicas constituem-se, a princípio, em mecanismos eficientes para cumprir tal tarefa (2014, p. 135-136).

Portanto, a economia solidária atrelada ao feminismo comunitário é resultado de uma proposta de estudo fundamentada no empoderamento da mulher levando em conta a autonomia financeira e o resgate da sua identidade regional. Antes de aprofundar o debate sobre este aspecto cabe destacar que o termo empoderamento⁵³ começou a ser usado pelo movimento das mulheres ainda nos anos setenta. E para as mesmas, as mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais. É preciso saber o que tira o poder, ou o que não dá condições para que ele aconteça ou ocorra. No caso específico deste trabalho com as mulheres que cursaram o PMM do campus Seabra, identificamos que as condições de vida ou a falta delas é um fator que influencia nas relações sociais. Para Friedmann (1996, p. 31), por exemplo, “a pobreza, portanto, desempodera, retira dos pobres a condição de usufruir substantivamente os direitos de cidadania.”

Dessa maneira, não teria como discutir empoderamento sem abordar o aspecto da autonomia e, no contexto deste capítulo, esta é baseada na independência financeira da mulher em situação de vulnerabilidade social, na produção da sua

⁵³ O termo “empoderamento” tem sido usado em múltiplos sentidos, nem sempre com um sentido de emancipação. No campo do desenvolvimento, é às vezes usado como sinônimo da participação ou integração das pessoas no planejamento e desenvolvimento e confundido com bem-estar social ou redução da pobreza. Porém implícita nos diferentes usos da palavra está a noção de pessoas obtendo poder sobre as próprias vidas e definindo o próprio planejamento; é geralmente associado aos interesses dos desprovidos de poder, e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada, sem especificação de o que esta mudança implica. Para mais informações sobre a temática ver em: DEERE, C.D; LEON, M. **O Empoderamento da Mulher**: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

própria fonte de renda, tomando como suporte a sororidade como elemento fundamental para o seu fortalecimento. Por isso a economia solidária está inserida num novo contexto de transformação do padrão de desenvolvimento humano que desencadeia a produção a partir do coletivo, reforçando as identidades, sororidade e os laços comunitários. Assim como, o estímulo à produção local, valorizando o que é da região, com o intuito de fortalecer o crescimento da produção local/regional. Isto posto, é destacado a seguir:

A Economia Solidária consiste em novas formas de atuação que permitam a construção de redes de solidariedade e de igualdade, dentro de uma prática que se diferencie do modo de produção e/ou comercialização capitalista. Inserem-se nessa perspectiva diversos atores, dentre os quais cabe destacar: os empreendimentos econômicos solidários (que podem tomar diferentes formas, tais como experiências coletivas de agricultura familiar, empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão, cooperativas populares, associações de trabalhadores, grupos informais de produção, dentre outros), agentes públicos (gestores envolvidos com políticas públicas de inclusão social, legisladores etc.) e órgãos de apoio (ONG's, incubadoras de cooperativas populares, universidades etc.) (Paula *et al.*, 2011, p. 324).

Sendo assim, trazer a economia solidária pelo viés do feminismo comunitário⁵⁴ é propício a esta investigação, pois somos constantemente envolvidos em uma narrativa que nos convence de que nossa existência é definida pela competição e pela busca incessante do sucesso individual. Nos bombardeiam com ideias competitivas, de que devemos sempre superar uns aos outros, em vez de reconhecermos nossa independência e a necessidade essencial de nos enxergarmos com o olhar coletivo. Historicamente, fomos feitos essencialmente para compartilhar, para o coletivo. Ao pensar sob essa perspectiva, a vida toma outro significado quando mulheres passam a entender o sentido da sororidade e passam a compartilhar. Isso significa resistir ao que cega os nossos olhos e nos faz vislumbrar a beleza e as conexões humanas/femininas sem que elas sejam, obrigatoriamente, transformadas em

⁵⁴ O feminismo comunitário, que nasce nos inícios do século XXI, é um movimento social presente atualmente em vários países do continente americano. Tem a sua origem nas lutas de resistência contra o sistema capitalista, patriarcal e colonial das mulheres indígenas frente às práticas sistemáticas de violação de seus direitos, dos de suas comunidades e povos, assim como dos direitos da natureza e a exploração selvagem dos recursos naturais. Trata-se de um movimento com forte cunho político (SACAVINO, S., 2016, p. 99). Para mais informações ver em: SACAVINO, S. **Tecidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, Perspectiva Decolonial e Educação Intercultural**. Uni-pluri/versidad, Vol. 16, N.º 2, 2016.

espécies de transações comerciais onde nossos valores como cidadãos são tabelados e preestabelecidos exclusivamente em valores monetários.

Logo, novos modelos de estrutura organizacional de cooperativas, por exemplo, podem ser importantes alicerces para a desconstrução epistemológica da tendência em assumir o androcentrismo como único modelo de representação social: o que deve ser tido como padrão de conduta, atitude, ideias, conceitos e/ou experiências de vida e de trabalho. Aspectos associados ao modelo patriarcal no sentido de analisar processos históricos, cotidianos, experiências de vida que se entrelaçam, mas que muitas vezes são subnotificados por critérios de análise androcêntricos

Considerar a economia solidária vinculada ao feminismo comunitário como importante recurso para a construção de novos paradigmas. Assim como, perceber o cooperativismo como imprescindível ferramenta no fortalecimento das relações de sororidade. Diante disso, pensar sororidade também no sentido de apoio afetivo e emocional, solidificando os laços através da(s) identidade(s) e pertencimento. Em consideração a isso, examinar o impacto dos laços estabelecidos a partir da sororidade na vida cotidiana, financeira/material e emocional dessas mulheres, egressas do PMM do campus Seabra. Isso nos faz refletir sobre a sororidade enquanto ação política em sua dimensão coletiva.

Portanto, a economia solidária vinculada ao feminismo comunitário como estratégica ferramenta na implementação de políticas públicas feminista. Além disso, feminismo comunitário é enfoque epistêmico que fundamenta esta pesquisa, pois está inserido em um novo contexto de mudança do padrão de desenvolvimento humano que desencadeia a produção a partir do coletivo em todos os seus aspectos, reforçando as identidades e os laços comunitário contribuindo também para o desenvolvimento do empreendedorismo social.

Como apresentado no Guia Metodológico do PMM:

Ainda incipiente no Brasil, o empreendedorismo social surge como uma força das bases no sentido de organizar-se e buscar soluções que beneficiem toda a comunidade. Em síntese, representa o movimento de empoderamento das comunidades, tornando-se uma realidade. [...] Assim, este conceito se aplica aos objetivos do Programa Mulheres Mil de forma integrante e inovadora,

permitindo que se construa com as alunas um acesso e um modelo de permanência no mundo do trabalho mais sustentável do que o que se tem praticado: uma inserção no mundo do trabalho inclui o diálogo com as cooperativas populares, os bancos de desenvolvimento comunitário e as organizações híbridas, juntando elementos sem fins lucrativos com elementos com fins de lucro, tais como pequenos negócios desenvolvidos para criar trabalho e renda nas comunidades desfavorecidas (Brasil/MEC, 2012, p. 32).

Gostaria de salientar que a proposta desenvolvida no projeto político-pedagógico do PMM, denominada empreendedorismo social, difere totalmente da concepção neoliberal do empreendedorismo⁵⁵. Como um discurso justificador do trabalho informal e precarizado da população mais vulnerável na sociedade atual que se sustenta sem proporcionar as garantias trabalhistas (CLT), frente ao desemprego estrutural vivenciado na contemporaneidade. Nesse sentido, Varanda aponta:

Em consequência da escravidão e das hierarquizações sociais estabelecidas pela colonialidade do poder, o trabalho autônomo e por conta própria no Brasil vêm se constituindo, historicamente, enquanto alternativa às formas de opressão, discriminação e exclusão presentes no mercado formal de trabalho. [...] Tendo em vista a constatação de que o exercício do trabalho informal extradoméstico, para muitas mulheres, se inscreve em estratégias que permitem compatibilizar o uso do tempo nestas atividades com tarefas domésticas e de cuidado com filhos e parentes próximos, de que forma a auto-organização econômica das mulheres, nestes contextos, pode sustentar processos voltados à autonomia e à emancipação feminina? (2018, p. 4).

Por esse motivo, o Programa Mulheres Mil define o empreendedorismo associado ao cooperativismo popular e ações solidárias como empreendedorismo social. Nesse sentido, o Guia Metodológico do PMM orienta o seguinte passo a passo para a concretização deste modelo de empreendedorismo:

- Realizar um estudo da cadeia produtiva.
- Definir os objetivos do empreendimento solidário.

⁵⁵ As relações de subordinação do capital sobre o trabalho vão ganhando outros contornos, talvez até mais cruéis, tendo-se em vista o crescente incremento das formas precárias de trabalho e a diminuição das formas de proteção social. A inserção nessas formas de trabalho não-assalariadas se explica, em grande medida, pelo contexto econômico que já não comporta a promessa do pleno emprego (SCHWENGBER, A. M., 2003, p. 118). Para mais informações sobre a temática ver em: SCHWENGBER, A. M. Economia solidária – de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. Caderno nº 3 da Coordenadoria Especial da Mulher. In: PMSP/SDTS. **Trabalho legal, ilegal e ‘alegal’; novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil**. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres. São Paulo, 15 de maio de 2003. (mimeo.).

- Escolher coletivamente uma comissão para tratar das providências necessárias à criação do empreendimento solidário, com indicação de uma coordenadora dos trabalhos.
- Analisar a adequabilidade do empreendimento solidário e, para tanto, realizar estudo técnico de viabilidade econômica e social.
- Realizar reuniões com todos os interessados em participar do empreendimento solidário, a fim de verificar as condições mínimas necessárias para que ele seja viável.
- Desenvolver o plano de negócios.
- A comissão deverá preparar a constituição da cooperativa ou empreendimento solidário, elaborando ou examinando a proposta de estatuto e determinando outras providências, de modo a criar de fato e de direito o empreendimento (denominação, sede, foro, área de ação, prazo e ano social).
- Realizar formações sobre os processos gerenciais administrativos e financeiros.
- Buscar parcerias com organizações e/ou especialistas para obtenção de assessoria técnica em economia solidária (Brasil/MEC, 2012, p. 32).

Podemos analisar que, a partir desta proposta, a economia solidária pode se tornar uma experiência que circunda na contramão do capital - que, por sua vez, funciona de uma forma competitiva/individualista de desenvolver a economia -, já que a partir deste viés, toma como referência a sororidade, o coletivo/cooperativismo. À vista disso, Leite sublinha: “A economia solidária estaria emergindo como fruto ao mesmo tempo da crise da sociedade salarial e do processo de terceirização da economia. Diante da exclusão social provocada por esses fenômenos, ou da chamada nova questão social” (2009, p. 33).

Seguindo o panorama, a ideia do resgate da identidade regional é algo que deva ser constituído – a partir do eixo da economia solidária - através da sua essência singular, a partir do fortalecimento da economia local. Por isso, a sororidade como um caminho para tal. Não mais originária de uma cultura patriarcal-capitalista, fundamentada no consumo de massa. Portanto, a complexidade desta cultura, é que quanto mais abastece qualquer um dos seus aspectos, setores e/ou ramificações, mais continuará a abastecer a sociedade patriarcal-capitalista. Trata-se de um

processo de retroalimentação⁵⁶ sendo que o sistema capitalista é fruto da sociedade patriarcal. Por outro lado, Gaiger aponta a seguinte análise a respeito deste aspecto:

Vale pensar que muitas experiências, embora localizadas e pudessem ter dificuldades, que muito dificilmente poderiam apontar para um projeto de transformação mais radical da sociedade, despontam como novas formas de sociabilidade, nas quais setores mais vulneráveis da sociedade vêm encontrando possibilidades de inserção social que lhes têm permitido recuperar a dignidade e a auto-estima. Essas experiências poderiam estar apontando não para uma transformação radical da sociedade em seu conjunto, mas para um tipo de convivência com a produção capitalista (2000, p. 189).

É analisada, nesta pesquisa, a economia solidária fundamentada na episteme feminista e, ao mesmo tempo, retomado o debate a respeito da despatriarcalização das políticas como um caminho para as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social embasado no fundamento teórico das Epistemologias do Sul. À vista disso, requer pensar a desconstrução de toda uma estrutura patriarcal de políticas sociais, pois “las mujeres antes eran dependientes de sus maridos y ahora algunas han pasado a ser dependientes del Estado y del gran capital” (Barreno, 2019, p. 19).

Em razão disso, a economia solidária é proposta de estudo, pois definitivamente não é o modelo de desenvolvimento cuja base está assentada numa sociedade de consumo que assegura a individualidade-competitividade que irá superar o lugar social de vulnerabilidade das mulheres desfavorecidas. “Elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista” (Cisne; Gurgel, 2008, p. 70). Como modelo oposto a esta ordem patriarcal-capitalista, a sororidade - defendida tanto pelo feminismo comunitário quanto pelo ecofeminismo - garante, dessa maneira, a autonomia e liberdade para as mulheres. Nesse sentido, o aspecto da sustentabilidade faz parte do eixo curricular do Programa Mulheres Mil e também é defendido pelo movimento do feminismo comunitário, como pode ser analisado a seguir:

[...] O patriarcado, para as feministas comunitárias, é o sistema de todas as opressões que oprimem a todo ser que vive no planeta e, por isso, a toda a humanidade (homens, mulheres e pessoas intersexuais) e à natureza,

⁵⁶ Segundo Lipovetsky (2007), a sociedade Pletórica, motivada pelo hiperconsumo. Para mais informações sobre a temática ver em: LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade do hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

historicamente construído sobre o corpo sexuado das mulheres. Para as feministas comunitárias, o patriarcado precede à colonização, ou seja, algumas formas dele já estavam presentes nas culturas originárias. Um aspecto original do movimento é a unificação do enfoque e das lutas na defesa da terra e do corpo, já que concebem ambos espaços territoriais como lugar para a realização da vida em plenitude (Sacavino, 2016, p. 100).

Pesquisar a economia solidária neste cenário resulta de um diagnóstico a respeito da importância de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher sem perder de vista a sustentabilidade e a economia solidária pelo viés do resgate da identidade cultural. A emergência de um campo de visão mais amplo sobre a complexidade de práticas sociais e produtivas que vão na contramão do capital e que convivem no âmbito deste sistema apresenta-se como um desafio à proposição de programas de apoio e incentivo aos pequenos negócios. Assim sendo,

O conceito mais abrangente de território define-o como espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições; e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão (social, cultural e territorial) e sentimento de pertencimento (MDA, 2010, p. 7).

Trata-se de um estudo desenvolvido a partir da premissa do feminismo comunitário, assim como do ecofeminismo em seu olhar interseccional – cognoscível juntamente com a sua expressiva identidade regional, cultural -, pois tem como intuito a valorização dos saberes ancestrais das mulheres das comunidades historicamente invisibilizadas pela vulnerabilidade sociocultural. Dessa maneira, revolucionando teórica, política e conceitualmente as políticas voltadas para a autonomia e o empoderamento das mulheres. Isto posto, Siliprandi categoriza:

De uma forma bastante simplificada, poderíamos identificar os princípios do pensamento ecofeminista nas seguintes questões: do ponto de vista econômico, existe uma convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a Natureza, ou seja, a dominação das mulheres e a exploração da Natureza são dois lados da mesma moeda da utilização de “recursos naturais” sem custos, a serviço da acumulação de capital; para o ecofeminismo, o pensamento ocidental identifica, do ponto de vista político, a mulher com a Natureza e o homem com a cultura, sendo a cultura (no pensamento ocidental) superior à Natureza; a cultura é uma forma de “dominar” a Natureza; daí decorre a visão (do ecofeminismo) de que as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da Natureza, porque a sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher. As políticas científicas e tecnológicas que têm orientado o desenvolvimento econômico moderno são políticas que reforçam essa visão, não sendo “neutras” do ponto de vista de gênero ou ambientais. A

própria forma de pesquisar a história tem seguido esses princípios, e, portanto, não tem evidenciado como se deu a exclusão das mulheres do mundo do conhecimento “científico” e como a sua visão de mundo (de integração com a Natureza) foi sendo subjugada pela idéia de dominação (2000, p. 63).

A partir do olhar das egressas do Programa Mulheres Mil e da gestão do PMM do campus Seabra-BA, esta investigação aponta propostas para a construção de políticas públicas feministas que promovam o empoderamento da mulher, alicerçado no resgate da identidade cultural. Em função disso, o resgate da identidade regional pode ser o caminho para alcançar novas direções, tomando como referência o preservar das tradições culturais e da cultura popular. Pensando dessa maneira:

Desenvolvida pelos Community Colleges Canadenses a metodologia adotada no Programa Mulheres Mil intitulada de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARA) prevê o reconhecimento de saberes, haja vista que todas as aprendizagens formais ou não formais adquirida pelas mulheres proporcionarão a qualificação nas áreas necessárias à complementação de seus saberes e conhecimentos já adquiridos. Para a inserção dessa metodologia do programa no Brasil foram realizadas adaptações frente às especificidades legais e a estrutura do modelo educacional brasileiro (Brasil, 2012, p. 42).

Portanto, avaliando as repercussões e efeitos do PMM na vida dessas mulheres, já que:

O Programa é dirigido a grupos de mulheres pertencentes a um mesmo território, com histórias de vida e identidades comuns, uma vez que a perspectiva territorial presume a integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas. Pressupõe, ainda, a compreensão do território como lugar que possibilita o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (Brasil/MEC, 2014 p. 5).

A proposta deste capítulo, fundamentada na episteme feminista, resulta em um olhar ampliado sobre os processos produtivos. Trata, neste caso, da economia solidária a partir da concepção de economia feminista, pois:

O universo de análise da economia dominante - neste caso, a estrutura capitalista patriarcal - restringe-se a: como se move o comércio, o governo e o mercado onde circula o dinheiro. A economia feminista amplia este universo de análise, considerando o informal, aquilo que se dá sem ser estritamente monetário, como o universo doméstico (Nobre, 2002, p. 12).

Nesse sentido, cito o estudo de Faria e Nobre quando avaliam a visibilidade das mulheres como sujeitos de análise pelo viés da despatriarcalização das políticas públicas. Afinal,

Além da crítica ao paradigma dominante, o aporte da economia feminista é tornar visível a contribuição das mulheres à economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde, educação e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia (2002, p. 13).

A “Economia do cuidado”⁵⁷ tem sido um tema bastante debatido no âmbito acadêmico e político. Afinal, 76% das mulheres são responsáveis pelo cuidado, o trabalho invisibilizado e não remunerado. As mulheres dedicam 25 horas por semana às tarefas domésticas enquanto os homens apenas 11 horas. 92,7% das mulheres pretas realizam os maiores índices de tarefas domésticas. Mulheres pardas realizam 91,9% e mulheres brancas realizam 90,5% das tarefas. A seguir uma breve análise histórica sobre a origem do trabalho do cuidado:

Essa família de modelo provedor-dona de casa das classes trabalhadoras teve por inspiração a família burguesa da classe capitalista, cujas tradições diferiam das da aristocracia ou das dos proprietários de terras. A família burguesa criou uma divisão entre os homens, que saíam para trabalhar na nova esfera pública, e as mulheres, relegadas ao lar, que permaneceu sendo a esfera privada. O lar não era mais reconhecido como um local de trabalho; tornou-se idealizado como o “refúgio” para o qual o marido podia voltar. As mulheres eram consideradas muito frágeis para os mundos viciosos do comércio e da vida política (uma visão algo diferente da aristocrática ou aldeã) e, eram vistas como mais apropriadas para a “maternidade” (também um desvio das “tradições” aristocráticas e aldeãs da época). Logicamente a família burguesa era apoiada por empregados, algumas vezes por um batalhão deles. Essa parte da estrutura familiar não podia ser copiada pelas classes trabalhadoras, que eram elas próprias serviçais domésticos ou empregadas de fábricas de famílias burguesas. Mas o homem (o marido) ia para o trabalho e a mulher (esposa) ficava em casa. Na versão da classe trabalhadora, a mulher fazia as compras, cozinhava e cuidava das crianças sem serviçais. Em certo sentido, era ela a empregada, exceto pelo fato de não ser paga por seu trabalho doméstico (Friedman, 2002, p. 90).

Neste mesmo panorama histórico, o capitalismo industrial trouxe muitas mudanças para as famílias, mas não terminou com os laços patriarcais o que atrelou ainda no século XIX o trabalho feminino às necessidades da família e da sociedade. Mudanças que ocorreram ao final do século passado e os ataques ao sistema patriarcal vão romper barreiras, mas, até hoje a sociedade patriarcal continua

⁵⁷ Para mais informações ver em: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/politica-nacional-de-cuidados-visa-diminuir-a-desigualdade-de-genero-no-mundo-do-trabalho>>. Acesso em: 03 jun. 2024.

perpetuando as desigualdades no que concerne aos sexos. Nesse sentido, quando analisamos o processo de formação profissional e o processo de escolarização, Bradley afirma:

Isso continua a ser uma ‘força’ ainda hoje direcionando meninos e meninas para as carreiras apropriadas. Assim, as verdadeiras culturas da divisão sexual do trabalho, então continuam o processo, ajudando a perpetuar noções de identidades sexuais distintas, o que trabalho para homem e o que trabalho para mulher. Isso é poderoso e deforma a ambos, homens e mulheres (1989, p. 229).

A ideologia dominante de mundo, representada pelas autoridades eclesiais, intelectuais e políticas, sustentou durante séculos a crença de que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens e por isso não precisariam receber qualquer tipo de instrução formal. Mentalidade que predominou muito tempo na Europa, nos países ibéricos e, por consequência, no Brasil. Durante o período colonial, as raras escolas para meninas que existiam aqui – geralmente estavam ligadas aos conventos – ensinavam costura, bordado, higiene feminina, dentre outros afazeres necessários a uma mulher “*casadoira*”⁵⁸

Foi preciso muito esforço e muita luta para que a educação feminina fosse além de uma instrução de boas maneiras voltada para o lar. Nesse sentido, a importância da despatriarcalização das políticas públicas está exatamente no sentido da desnaturalização da ideologia patriarcal de uma sociedade que não enxerga as mulheres como sujeitos, mas como objetos, “máquinas de cuidar”. Portanto, “O capitalismo utiliza as relações de gênero para produzir um exército de reserva, enquanto elas realizam trabalho não pago em suas casas como forma de manter as corporações” (Peet; Hartwick, 2015 *apud* Butzke et al., 2020, p. 119). Sendo assim, Varanda aponta a seguinte proposta de análise:

[...] por uma perspectiva de gênero eurocêntrica e aliada a ideologias neoliberais ao buscar a identificação de habilidades, supostamente femininas

⁵⁸ Termo utilizado no século XIX para se referir às moças das classes abastadas que recebiam uma educação exclusivamente voltada para as atividades a serem desenvolvidas no espaço doméstico, cuja intenção era prepará-las para o casamento. Uma mulher bem instruída e que desempenhava os afazeres domésticos com muita destreza eram habilidades necessárias para as moças que desejavam um bom casamento. Vale ressaltar que até o início do século XX apenas as mulheres das classes abastadas tinham acesso à educação formal. Para mais informações sobre o assunto ver em: LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp – Contexto, 2000.

(culinária, artesanato/costura, cabeleireira, manicure), que possam ser empresariadas ou tornadas produtivas sob os moldes convencionais. Ainda que, em muitas situações, possa estar circunscrito a estas atividades, o trabalho feminino pobre e negro em favelas e bairros de lata⁵⁹ integra um sistema de reprodução social da vida cuja essência não é dada pelo alcance de padrões de produtividade e pelas hierarquias e divisões sociais capitalistas clássicas. Estas diretrizes entram em contradição com lógicas de reciprocidade e compartilhamento, sob as quais são criadas estratégias redistributivas e laços de sociabilidade, fundamentais à expansão da autonomia econômica e simbólica das mulheres negras (Varanda, 2018, pp.4-5).

Nessa perspectiva, reitero a discussão abordada no capítulo anterior: qual o sentido da escolha dos cursos na formação/qualificação das alunas do Programa Mulheres Mil? Atender a “Economia do cuidado” quando é ofertado cursos como Cuidadora de Idosos, Cuidadora Infantil, Recepcionista, Artesanato, Culinária, etc. cuja intenção é a identificação de habilidades “supostamente femininas” para atender as demandas da sociedade patriacal-capitalista? Dessa maneira, visualiza-se a imagem da mulher como reprodutora, cuidadora de crianças e idosos e responsável pelos afazeres domésticos, conforme tem sido naturalizado durante séculos. Dessa forma, corrobora-se o posicionamento de Lascoumes e Le Galès, que defendem que “os instrumentos constituem uma forma concentrada de conhecimento sobre o controle social e as formas de exercê-los, como é o caso da manutenção do segmento feminino em ocupações relacionadas à reprodução social” (2007, p. 18).

Observamos que, geralmente, num equivocado julgamento de valor social, o trabalho das mulheres no contexto da “Economia do cuidado” é considerado “leve”, “insignificante”, caracterizado como uma “ajuda” à família. Ao longo do processo histórico, as mulheres têm sido responsabilizadas pelas “obrigações” familiares, “trabalho este não remunerado, realizado para os outros membros da família, considerado de secundária importância e, portanto, um trabalho invisível, feito não para si, mas para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (Arruda, 1998, p. 56).

⁵⁹ “Nomenclatura utilizada em Portugal para se referir a bairros pobres e ocupações em solo urbano com características semelhantes às das favelas no Brasil” (VARANDA, A. P. de M., 2018, p. 5). A autora fez uma pesquisa centrada em uma análise comparativa entre Brasil e Portugal. Para mais informações ver em: VARANDA, A. P. de M. **Gênero e pequenos negócios em periferias urbanas brasileiras e portuguesas**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, 2018.

Visto que, “Quando se analisa a construção cultural do papel da mulher e sua condição subalterna é preciso delimitar qual o conceito de cultura abordado. Nesta perspectiva é enfocada a cultura como modo de vida social e historicamente construído” (Farias; Fernandez, 2013, p. 108). Tal concepção remete a uma divisão tradicional do trabalho com base no gênero, que contribui para perpetuar “a manutenção de mulheres em profissões e funções de mercados informais, muitas vezes ausentes de vínculos e cobertura dos sistemas de seguridade social” (Carpenedo, 2011; Gois, 2016 *apud* Corcetti; Souza; Loreto, 2018, p. 926).

A “Economia do cuidado” e a demanda pela formação profissional/escolarização das mulheres estão intrinsecamente ligadas, pois ao fazer uma análise histórica remete ao longínquo século XIX, pois a isto se vinculava a modernização da sociedade, a “higienização”⁶⁰ da família, a adequação às normas sociais de boa conduta e a construção de uma pátria de jovens “educados”. O futuro do país apontava para um ideal de civilização que só seria alcançado através da escolarização em massa e o papel feminino possuía direta e indiretamente uma importância básica: para a sociedade da época, no exercício da maternidade estava tacitamente incluída o cuidado e a instrução dos filhos. E, ainda que as reivindicações por uma educação feminina viessem a representar um ganho para as mulheres, sua educação continuava a ser justificada por seu destino de mãe.

Nesse sentido, Louro aponta a relação entre a escolarização das mulheres no Brasil e o trabalho do cuidado:

Em boa parte das regiões do país nas primeiras décadas do século XX, cada vez mais se podia distinguir uma rede de ensino formal, havia escolas certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; fundadas por congregações religiosas femininas ou masculinas, mantidas por entidades laicas ou por leigos, mas uma coisa estava bem definida: professores para meninos e professoras para meninas. Assim, ler, escrever, contar e saber a doutrina cristã consistia os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para meninos, noções de geometria e para as meninas, bordado e costura (2000, p. 444).

⁶⁰ Campanhas médicas e higienistas do século XIX incentivavam a educação feminina na perspectiva de formar uma mãe bem instruída, mais preocupada com o cuidado, criação e instrução dos seus filhos. Habilidades que passavam a ser exigidas diante da necessidade de modernização e progresso na formação da nação brasileira. Para mais informações sobre a temática ver em: SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Nessa perspectiva, a formação escolar com vistas a um futuro profissional não foi, ao longo dos séculos, um aspecto valorizado para as mulheres. Reflexo da distinção social feita entre a ideia do “ser feminino” e “ser masculino” no que dizia respeito aos papéis sociais e “capacidades” estabelecidas, este é um fato marcadamente notável. Em geral, a invisibilidade do trabalho feminino em diversos setores/áreas da sociedade sustentou historicamente o argumento da não legitimação do trabalho assalariado das mulheres nestas áreas/setores. Paulatinamente, argumento que parecia um tanto enfraquecido diante do que historicamente se apresentou: mulheres das classes mais baixas sempre experimentaram de alguma forma a participação no mundo do trabalho, de maneira informal ou formal de trabalho.

Dessa maneira, despatriarcalizar as políticas públicas voltadas às mulheres se apresenta como uma estratégia dirigida à valorização das próprias identidades das mulheres. E não pelo que é imposto pela sociedade patriarcal-capitalista, no momento em que estabelece quais são as suas vocações, capacidades e habilidades. Qual o impacto social disso, quando as aptidões, potencialidades e os talentos são estabelecidos a partir das próprias identidades, autonomia e empoderamento, especialmente das mulheres em situação de vulnerabilidade social? Nesse sentido, a economia solidária, quando analisada a fundo, em suas características, apresenta a sororidade como base para o funcionamento, o seu desenvolvimento. Reconhecível, neste contexto de estudo, juntamente com a sua expressiva identidade regional/cultural. Dessa maneira, funciona como um tipo de economia matrilinear, que se aproxima de um modelo econômico feminista. Nesse sentido, Nobre faz a seguinte análise:

Os valores que movem o *homo economicus* derivam, segundo a economia neoclássica, da escassez de recursos existente na sociedade. Na competição por esses recursos, cada indivíduo se torna o mais eficiente possível. Essa competição vai organizando a sociedade de mercado por meio de uma mão invisível. Para as economistas feministas existem outros valores regulando as relações econômicas. Por exemplo, a reciprocidade. Uma primeira impressão que temos é de que a reciprocidade teria um valor positivo associado ao gênero feminino (2002, pp. 12-13).

Políticas públicas feministas e economia solidária é ponto de conexão imprescindível no contexto desta pesquisa por tratar-se de uma importante via ao empoderamento feminino. Por isso, tal conexão se apresenta como importante parâmetro para - criando as pontes necessárias para que as mulheres incrementem

seu potencial produtivo - a implementação de tais políticas sociais no sentido do empoderando econômico como sinônimo de autonomia financeira e o resgate da identidade cultural das mulheres invisibilizadas pelos espaços de poder. Ou seja, mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade e invisibilidade social⁶¹. São os grupos sociais que recebem menos (são mulheres pardas e negras) e que precisam de mais atenção, de políticas públicas efetivas. Não é objeto de análise desta pesquisa, todavia, é válido salientar:

Os/As economistas feministas que ignoram os aspectos raça e racismo encaram problemas que são análogos, mas distintos dos problemas gerados pelo fato de se ignorar o aspecto classe. [...] Se querem lutar por justiça social ou esperam organizar-se com êxito contra o sexismo e outras opressões, os/as feministas não podem simplesmente ignorar a injustiça do racismo (Matthaei, 2002, p. 58).

A intersecção raça, gênero e classe social condiciona estruturalmente determinados grupos sociais, especialmente as mulheres negras, a produção e reprodução das desigualdades sociais no Brasil. Podemos observar esses dados em indicadores de avaliação para diversos setores, tais como: educação, trabalho, violência e saúde, que podemos analisar a seguir:

Quando abordamos aspectos da relação homem e mulher no trabalho, a partir do recorte racial, acrescentamos parâmetros novos que nos permite uma visão mais clara e profunda da sociedade brasileira. Assim, quando mulheres com capacidade produtiva idêntica à dos homens recebem remuneração inferior, essa diferença é acentuada quando relativa à mulher negra. A razão histórica para tal estado de coisas apresenta muitas justificativas, que, porém não dão conta do problema. [...] Pesquisas como as realizadas por IBGE, IPEA e DIEESE precisam ser analisadas de forma a ser aplicadas ao planejamento governamental, seja federal, seja estadual ou municipal, como contribuição às propostas de políticas públicas que visam combater as desigualdades de raça e gênero, ainda presentes no mercado de trabalho (Nogueira; Jacino, 2013, pp. 279-280).

São direitos básicos óbvios e que já deveriam ter sido consolidados. Em razão disso, a (re)construção epistemológica das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil apontada por Nobre:

A partir dessa análise do lugar ocupado por homens e mulheres na sociedade, do grau de acesso que têm à renda, ao trabalho, aos recursos, as

⁶¹ São mulheres que vivem “[...] em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CADÚNICO, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada [...]” (Brasil, 2014, p. 06).

feministas acompanham as políticas econômicas, em especial as de ajuste estrutural e seu impacto diferenciado sobre homens e mulheres, e elaboram e propõem políticas de fortalecimento das mulheres e de reversão das desigualdades de gênero (2002, p. 14).

Como citado anteriormente, no caso específico do PMM no campus Seabra uma boa parte das alunas morava/trabalhava na zona rural ou em comunidades quilombolas, portanto, pensar a oferta da disciplina Economia Solidária como importante proposta alternativa ao modelo do agronegócio, da produção atual é um dos caminhos para consolidar também o resgate da identidade regional. Até porque como consta no Guia Metodológico do PMM:

Especialmente neste momento de ressignificação do ensino agrícola nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, há uma demanda premente por atendimento e oferta de formação emancipatória e geradora de autonomia, que atenda às características e especificidades locais e regionais [...] Considerando esta experiência, entende-se que tanto a educação profissional urbana como a agrícola devem assim contemplar a conexão da teoria com a prática, dando ênfase ao saber fazer, reconhecendo assim o conhecimento prévio de trabalhadores e trabalhadoras, de modo a promover uma formação socialmente valorizada (Brasil/MEC, 2012, p. 24).

Sendo assim, são mulheres que vivem sob o contexto de uma política econômica que amplia as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Nesse sentido, a economia solidária surge como uma proposta para um novo desenvolvimento humano, pois:

Trata-se de uma economia que confronta os interesses da reprodução do capital e do poder, pois possui caráter anticapitalista: ela não está aprisionada na lógica do capital, na valorização da premissa de que “quanto mais se tem, mais se quer”, a qual, historicamente, substituiu o princípio do “suficientemente basta”. Dessa forma, a Economia Solidária aponta para a compreensão de que a economia não é o fim supremo, mas apenas um instrumento que objetiva o sustento da vida e a melhoria da condição humana (Paula *et al.*, 2011, p. 324).

Quando os indivíduos trabalham juntos, tendo em vista um objetivo comum, seu comportamento é chamado de cooperação. Nas organizações associativas⁶² o raciocínio não é diferente. Elas são construídas sobre uma base comum de interesses de um grupo ou categoria, com objetivos e identidade cultural própria, apoiando-se sobre o princípio de que as pessoas podem e devem se ajudar mutuamente para

⁶² O conceito de Associação aparece aí como sociedade civil sem fins lucrativos que representa e defende os interesses dos associados. A legislação que rege é o Art. 5º, incisos XVII a XXI e Art. 174 parágrafo 2º e o Código Civil e devem ter no mínimo de duas pessoas físicas e/ou jurídicas, sem limite máximo (SEBRAE, 2009 p. 46).

resolver seus problemas. O princípio moral é a solidariedade, que se expressa no critério operacional da cooperação, nesse sentido, cooperar significa produzir com outros. Dessa forma, as ações associativas ocupam a cada dia importantes espaços na sociedade, através da organização de grupos ou parcerias, inúmeras associações, cooperativas⁶³ e outras formas associativas específicas são adotadas. Assim, as organizações associativas apresentam – se como uma alternativa para a conquista de benefícios econômicos e sociais que, de forma isolada, jamais poderiam ser atingidos.

(Re)pensar o modelo econômico patriarcal-capitalistas sob a episteme feminista, é olhar a atividade produtiva que “não considera a produção e o consumo de alimentos apenas como uma mercadoria e busca conciliar a agricultura e as comunidades locais com processos naturais para o benefício comum da natureza e dos meios de subsistência” (Michelotti, 2005, p. 53). Afinal, o PMM é sistematizado a partir dos seguintes pilares: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, dialogando com o que é defendido pela Economia Solidária e por Lipovsky: “consumir melhor, escolher produtos de melhor qualidade, mais respeitadores do meio ambiente” (2007, p. 344).

No caso das egressas do PMM do campus Seabra-BA, é propor uma produção em harmonia com a identidade regional/local, já que estamos tratando de egressas em que parte significativa é da zona rural, de comunidades quilombolas e boa parte deste território está sob o comando da agricultura familiar. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI):

Tomando-se os territórios com domínio da agricultura familiar, os cinco com maior participação do segmento são Itaparica, Chapada Diamantina, Metropolitano de Salvador, Bacia do Paramirim e Piemonte da Diamantina. Em 2015, a agricultura familiar representava entre 64% e 82% da agropecuária dessas regiões [...]. A criação de bovinos e outros animais, as lavouras temporárias e os serviços relacionados à agricultura (especialmente mandioca, cana-de-açúcar e feijão) foram identificados como as principais atividades desses territórios ao longo da série analisada. No caso específico

⁶³ Os princípios que regem os valores do cooperativismo são: Humanismo, Liberdade, Democracia, Participação, Responsabilidade, Solidariedade e Justiça Social. Aparece o conceito de Cooperativa como sociedade civil de fins econômicos e sociais e seu principal fim é atuar em nível de mercado. Está na Constituição, Código Civil, Lei Federal (5.764/71) e legislações específicas. O limite mínimo de vinte pessoas sem limite máximo. (SEBRAE, 2009 p. 46).

da Chapada Diamantina, a cultura do café está entre os maiores valores do total da agropecuária nesta região (SEI, 2018, p. 3).

Desta maneira, resgatando o conhecimento ancestral, assim como, o resgate da sua(s) identidade(s) e (re)construindo um novo olhar sobre a economia da cultura local. Não necessariamente androcêntrico/ patriarcal-capitalista. Por exemplo, a agricultura sintrópica (agrofloresta) que trata de um modelo alternativo ao padrão agroquímico do plantio. Trocando, por consequência, sistemas monoculturais por agroflorestais, por exemplo. No entanto, “A pobreza - um fator raramente mencionado quando o assunto é sustentabilidade - também está diretamente relacionada à deterioração da qualidade ambiental e à perda dos recursos naturais” (Michelotti, 2005, p. 56).

Com o propósito de atender às especificações firmadas com a implantação do Programa Mulheres Mil no campus Seabra:

Resultado da parceria firmada entre o Brasil e o Canadá, o programa Mulheres Mil foi implantado em 2012 no Campus Seabra do IFBA com o objetivo de oferecer qualificação profissional e cidadã para mulheres, a partir de 18 anos, com ensino fundamental completo ou em conclusão, moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e integrantes do Território de Cidadania. A seleção consistiu na aplicação de questionário socioeconômico e entrevista domiciliar, realizadas durante visitas às localidades e reuniões com entidades civis populares. Entre as formações ofertadas, estiveram artesanato e sustentabilidade; técnicas de reciclagem e empreendedorismo; processamento de alimentos derivados da mandioca. Ao todo, quase 200 mulheres dos povoados Tenda, Baixãozinho (quilombola) e Barro Vermelho, ao lado dos municípios de Brota de Macaúbas e Souto Soares, receberam certificação, até o final de 2014, quando as últimas atividades foram finalizadas no campus (Brasil/MEC, 2018).

O Programa de Formação e Qualificação Profissional e Social em Economia Popular e Solidária nos Institutos Federais é fruto do trabalho coletivo de grupos, organizações e instituições que trabalham com iniciativas que visam o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil, nos estados e nos territórios que visam o empoderamento da mulher e a preservação da identidade regional/local. Até porque durante muito tempo, as mulheres foram invisibilizadas na prática do desenvolvimento socioeconômico em suas cidades e regiões. Portanto, abordar esta temática tem como propósito contextualizar também a questão do desenvolvimento regional em sua relação com as mulheres.

3.1 Inclusão Digital: ampliando horizontes

Este tópico tem como objetivo abordar a inclusão digital como importante recurso para a inclusão social. Trabalhada como disciplina no Programa Mulheres Mil, a disciplina inclusão digital é ministrada em todos os cursos oferecidos no PMM. Como pode ser verificado a partir da imagem abaixo, nesta disciplina as alunas recebem uma formação cujo intuito é a inclusão no mundo da tecnologia. O objetivo é fazer com que a tecnologia seja um caminho na efetivação dos direitos: “[...] procurando sempre propiciar o acesso às tecnologias geradas e desenvolvidas naquela instituição à população feminina em foco” (Brasil/MEC, 2012, p. 21).

Figura 1 – Aula de inclusão digital no Laboratório de Informática do campus Seabra



Fonte: Acervo do Programa Mulheres Mil Campus Seabra (2011)

Que a tecnologia seja um mecanismo facilitador de direitos, pois Ferreira e Duarte, quando tratam da experiência do PMM no Mato Grosso destacam:

De acordo com Quadros (2004) as mulheres negras avançam muito pouco no seu nível de escolaridade se comparadas às mulheres de raça/cor branca. Por esse motivo perdem uma posição de destaque no mercado de trabalho nos empregos bem remunerados. Ademais, o baixo nível de escolaridade influencia a sua inserção nos empregos informais sem carteira assinada (2018, p. 176)

Raça, gênero e território são recortes de devem ser observados com atenção com relação a este aspecto, pois as pessoas da zona rural têm mais dificuldades no

contexto digital e no acesso à internet. Cabe destacar esta questão, pois boa parte das alunas do PMM fazia parte da zona rural e comunidade quilombola. A partir dessa premissa, é entender o fato de a discriminação territorial atrelar-se à questão racial, uma vez que:

ser do território campesino negra/o, indígena e mestiça/o é ser duplamente subalternizada/o tanto pelo território que habita, quanto por sua origem étnica-racial. Imbricada a estas subalternizações está aquela de gênero uma vez que ser mulher em um território que carrega consigo as marcas do silenciamento e da subalternização impostas por um modelo de sociedade baseada na hierarquização dos povos é ser triplamente subalternizada. (Quijano, 2005, p. 204).

No que se refere a inclusão digital, um outro dado significativo é que o Brasil conseguiu um fenômeno precipitado e contraditório, um dos reflexos do baixo nível de alfabetismo ou do analfabetismo funcional no contexto digital é que essas pessoas ficam mais vulneráveis à desinformação, abusos e crimes virtuais. Nesse sentido, o “analfabetismo digital” é a incapacidade de entender o mundo digital e usufruir da tecnologia moderna, principalmente com relação ao domínio de ferramentas como planilhas, internet, editor de texto e design de páginas web. Quando há uma escolaridade precária, a pessoa fica muito mais manipulável, não tem senso crítico. Por isso a importância de Programas como estes que incluem em sua formação a qualificação profissional e a verticalização do ensino. Segundo o IBGE são 11 milhões de analfabetos funcionais e 170 milhões de brasileiros que não têm acesso à internet⁶⁴ (IBGE, 2015).

Nesse caso, o PMM ofertava a disciplina Inclusão Digital, que poderia ser uma ferramenta para instrumentalizar as alunas a circularem melhor pelo mundo digital, fazendo, assim, um trabalho de conscientização e amadurecimento no uso das redes sociais através desta disciplina. A proposta da inclusão digital como possibilidade de inclusão social está voltada para a erradicação do analfabetismo digital, pois a educação não se faz hoje sem tecnologia, um computador, notebook, telefone celular e internet.

⁶⁴ Para mais informações sobre a temática ver em: IBGE (2015). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/19898-suplementos-pnad3.html?edicao=9131&t=destaques>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

O Brasil optou pela quantidade, em detrimento da qualidade com o caso do analfabetismo funcional no contexto digital. Que poderia ter sido evitado através de programas como estes, que tinha em seu eixo curricular disciplinas de inclusão digital. Como ser verificado na imagem abaixo:

Figura 2 – Aula de inclusão digital no Laboratório de Informática do campus Seabra



Fonte: Acervo do Programa Mulheres Mil Campus Seabra (2011)

É perceptível que, muitas vezes, a mulher tem a habilidade, mas não tem a oportunidade para fazer o curso que lhe ajude a desenvolver o talento. Reiteradamente a mulher não sabe que existem programas de crédito para desenvolver o seu talento, criando, assim, novas formas de trabalho e sobrevivência. Fazer com a as políticas públicas feministas seja a base, o “dar a mão” ao grupo de mulheres para que possam descobrir os seus talentos. Para que possam acreditar em si mesmas. A área digital é um campo de estudo em ascensão no Brasil e com possibilidades de ultrapassar a questão de gênero da sociedade patriarcal-capitalista.

Os resultados deste estudo têm como intuito encontrar ressonância junto às organizações econômicas populares que vêm participando desta pesquisa e, ainda, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Dar voz às empreendedoras locais e projetos sociais mais visibilizados, fazer com que haja uma comunicação de “dentro para dentro”. Diferente da grande mídia, trazer um novo olhar. Com uma percepção de participação popular maior. Criar uma cultura de maior

divulgação da própria cultura, da produção local. A partir da inclusão digital, desmistificar a noção das comunidades periféricas.

Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico e das comunicações dá origem a outras formas de diversidade. Os recursos audiovisuais e eletrônicos, vistos em outro tempo como ameaças homogeneizadoras, estão suscitando formas novas de multi e interculturalidade ao pôr em interação, em condições desiguais, as culturas letradas, audiovisuais e digitais. Nas cidades, coexistem a poucos passos livrarias, teatros, cinemas, lojas de discos e de vídeos, negócios de videogames, e — sobretudo nos países de menor nível econômico — cibercafés nos quais se democratiza o acesso às redes digitais (Canclini, 2008 p.26).

A ideia de que a comunidade pode se conectar através do articulador comunitário, do blog comunitário, do aplicativo que colabore no desenvolvimento econômico local/regional. São ferramentas que poderão ser utilizadas por quem conhece a própria comunidade. E até mesmo excelentes vias para atrair projetos sociais mais coerentes, políticas públicas voltadas à inclusão, à diversidade e à interseccionalidade. Que as tecnologias sejam facilitadoras da realização de sonhos de sujeitos que imaginavam o acesso às novas tecnologias como um lugar, muitas vezes, inatingível. Como pode ser verificado na imagem abaixo da aluna que, na época, nunca tinha tido contato com um computador.

Figura 3 – Aula de inclusão digital no Laboratório de Informática do campus Seabra



Fonte: Acervo do Programa Mulheres Mil Campus Seabra (2011)

3.2 Identidade Regional: um elemento de resiliência?

Ao fazer a análise a respeito do PMM no campus Seabra-BA - que faz parte de uma autarquia federal de ensino responsável pela oferta de cursos técnicos, licenciaturas, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), tecnologias, engenharias e pós-graduação – é notável que uma parte (95%) das mulheres que frequentava o Programa Mulheres Mil estava desempregada e/ou em trabalhos informais, tais como: coleta de resíduos sólidos e/ou trabalhadoras da zona rural. E já na condição de egressas, a situação de vulnerabilidade social não modifica substancialmente, pois a maioria sobrevive de atividades na zona rural ou trabalho informal na zona urbana da cidade de Seabra.

Quando se trata das egressas na zona urbana, estão em trabalhos informais no geral. Como, por exemplo, jogo do bicho⁶⁵ venda de produtos em feira livre, empregadas domésticas ou desempregadas. Após a coleta de dados, foi verificado também, que no caso da minoria das egressas, com relação ao emprego formal estava relacionado ao trabalho de Agente Comunitária de Saúde e Agente de coleta de resíduos, limpeza e conservação das áreas públicas (conhecido popularmente como gari⁶⁶. Por esse motivo, é imprescindível a criação de políticas públicas cujo objetivo deveria ser voltado à superação de vulnerabilidades sociais conquistando a autoestima por meio do trabalho que trouxesse autonomia, independência e empoderamento à estas mulheres. Até porque, como consta no Guia Metodológico do PMM:

⁶⁵ O jogo do bicho foi uma loteria inventada no Rio de Janeiro em 1892 com intuito de gerar fundos para o recém-inaugurado Zoológico da cidade, mas devido a sua grande popularização acabou proibido pelas autoridades. Essa loteria foi criada pelo barão João Batista Viana Drummond, fundador do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro. A intenção por trás da ideia era nobre: o barão queria atrair mais gente para o zôo, compensando o corte de verbas do governo, que mantinha o lugar. Para alimentar toda a fauna, Drummond mandou imprimir o desenho de 25 bichos nos ingressos. Pontualmente às 5 da tarde, sorteava um deles. Quem tivesse a figura vencedora ganhava 20 vezes o valor da entrada. [...] Apesar de ser considerada uma contravenção penal, o jogo do bicho vem sendo, cada vez mais, propagado, em consonância com o princípio de adequação social. Sendo alvo de divergências doutrinárias sobre a possibilidade de criminalizar ou liberar de vez esse jogo [...]. (SOUSA, M. L. de M. 2017, p. 2). Para mais informações ver em: SOUSA, M. L. de M. **Jogo do Bicho**: Incógnita Brasileira. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 08. Ano 02, Vol. 01. pp 161-183, novembro de 2017.

⁶⁶ Para mais informações sobre a temática ver em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/07/06/regulamentacao-da-profissao-de-gari-e-aprovada-na-cas>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

É essencial um trabalho integrado e articulado da equipe multidisciplinar na instituição com os parceiros, a fim de criar condições para que as educandas sejam incluídas e acolhidas no mundo do trabalho e estejam devidamente habilitadas para tanto. Este trabalho inicia-se no período de acesso, quando as mulheres estão apresentando sua realidade através dos documentos e questionários aplicados. Em seguida, as alunas passam por um diagnóstico da sua situação socioeconômica e educacional, e são incluídas no processo de qualificação profissional do Programa (Brasil/MEC, 2012, 31).

Ao analisar mulheres em situação de vulnerabilidade social, não podemos esquecer o fato de que a questão de classe passa, fundamentalmente, pelas relações raciais. Portanto, como afirma Nogueira e Jacino:

Outros indicadores são remuneração extremamente baixa da população negra, principalmente comparada à de outros grupos, quadro que se agrava quando se destaca a questão de gênero, considerando que as mulheres sofrem uma dupla discriminação. As mulheres negras ingressam mais cedo e são as saem mais tardiamente do mundo do trabalho, são as mais afetadas pela taxa de desemprego e/ou discriminação salarial; independentemente de escolaridade equivalente à de mulheres brancas, recebem salários menores (2013, p. 281).

No que se refere à situação social das mulheres, Gonzalez (2020) demonstra como transformações na sociedade brasileira produziram acesso a direitos e mobilidade social ascendente para as mulheres brancas, em contraposição às mulheres negras, que continuavam ocupando as posições mais precarizadas e vivenciando as situações de racismo. A autora se refere a uma divisão racial do trabalho produzida no Brasil, que “impediu a presença negra em vários espaços, e menciona também os colonialismos internos produtores de desigualdades regionais e aprofundamento de desigualdades raciais” (Gonzalez, 2020, p. 96).

Dessa maneira, existem realidades diversas dos grandes centros urbanos. Deste modo, verificamos quem são essas mulheres, para quem essas políticas foram criadas e assim diagnosticamos os seus impactos e as suas fissuras de maneira profícua. Por isso, a importância desta pesquisa: amplificar as vozes destas mulheres. É notável que para o pleno desenvolvimento de Programas como estes, as parcerias são essenciais no processo de implementação, especialmente nas cidades do interior. Pois, a maioria da população pobre é mulher negra, mais especificamente 70% da população pobre é mulher e mais de 80% dos beneficiários dos programas sociais são mulheres. “A pobreza é consequência de processos econômicos, políticos e

culturais” (Ceccon; Portes, 2019, p. 44).⁶⁷ Além disso, a maioria das mulheres é responsável pela chefia dos lares. O que nos leva a seguinte reflexão:

No Brasil, essa questão assume especial relevância tendo em vista o fato do trabalho autônomo e por conta própria se configurar como um recurso, frequentemente, utilizado por pessoas inseridas nos programas sociais de transferência de renda do Governo Federal. Contrariam, desta forma, boa parte do senso comum que costuma associar os participantes destes programas a indivíduos que não trabalham (Varanda, 2018, p. 6)

Em uma sociedade patriarcal-capitalista determinados espaços/estruturas ainda não são pensados/planejados para serem ocupadas por mulheres, especialmente quando se trata de mulheres inseridas em contexto de vulnerabilidade social. Isto posto, “O patriarcado, versão de gênero do capitalismo e do racismo, sempre privou as pessoas de sua expressão própria. O capitalismo só suporta seus ventríloquos e seus bonecos, jamais a fala autêntica, poética e política” (Tiburi, 2021, p. 54).

As políticas públicas deveriam enxergar a mulher em sua totalidade, na sua complexidade, globalidade. Olhar a mulher como um todo. “O apoio dos governos estaduais é particularmente importante para a realização de eventos que envolvam vários municípios próximos, garantindo local e transporte, em parceria com as Prefeituras Municipais e as Unidades Ofertantes” (Brasil/MEC, 2012, p. 22). Em contrapartida, é válida a seguinte indagação: por que o Programa Mulheres Mil não permaneceu em sua versão original e, logo, foi inserido em outro Programa do Governo Federal para atender diferentes demandas profissionais? Em quais aspectos o PMM avançou e em quais aspectos retrocedeu? Uma política pública com esta dimensão tem a sua relação com o governo em questão?

O Mulheres Mil foi um programa de resistência, mesmo com disfunções a serem corrigidas, por ser uma proposta voltada à qualificação profissional, verticalização da escolaridade e o empoderamento das mulheres, fundamentado no resgate da identidade regional. Como podemos constatar na oficina que as alunas do campus Seabra fizeram denominada Projeto Qualificação Profissional e Cidadania:

⁶⁷ Para mais informações ver em: CECCON, R. F.; PORTES, V. de M. **Mulheres em situação de pobreza extrema**: gênero, raça e classe social. Saúde em Redes. 2019; 5(3):43-57. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18310/24464813.2019v5n3p4357>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

novos olhares sobre a Chapada Diamantina⁶⁸ cujo objetivo era exatamente que essas mulheres valorizassem a sua região/localidade assim como valorizassem a sua própria identidade como mulher. Vale ressaltar que a valorização no sentido do empoderamento a partir da sua identidade histórica, ancestral, cultural e não no sentido de orientação sexual.

Outro aspecto a ser evidenciado no PMM é a verticalização do ensino, pois é um Programa que lida com mulheres com níveis de escolaridade baixos e, por esse motivo, a verticalização da escolaridade pode ser um dos caminhos para a democratização do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. A respeito da escolarização das mulheres na sociedade brasileira e o seu empoderamento trago a seguinte análise histórica:

A educação das mulheres no Brasil é um fato recente. Devido à posição que as mulheres ocupavam na sociedade, a reclusão dentro do lar e o papel que era atribuído a elas, não permitiam que as mulheres tivessem acesso às escolas, muito menos a graduação. No início da Primeira República o positivismo teve muita influência, quer no governo, quer entre militares, em muitos círculos intelectuais e essa ideologia incitou que as mulheres fossem às escolas, estudassem, pois assim elas formariam homens inteligentes para a “nação” brasileira. Com isso, muitas mulheres começaram a estudar, se tornaram professoras e o magistério tornou-se uma profissão majoritariamente feminina. As mulheres só conseguiram romper as barreiras legais a respeito da educação e da segregação sexual – pois havia escolas específicas para as mulheres, nas quais os conteúdos ensinados eram totalmente guiados pela ideia de que a mulher tem como função social cuidar do lar e dos filhos; e escolas masculinas - em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atribuiu equivalência entre os cursos secundários. A partir daí o curso normal secundário passou a ser frequentado intensamente por mulheres, o que possibilitou também a entrada dessas na educação superior. Várias amarras referentes à educação formal e pública das mulheres foram sendo rompidas no transcorrer da história. Com o passar do tempo, a educação se tornou uma ferramenta de empoderamento para muitas mulheres [...] (Galetti, 2011, pp. 70-71).

Neste aspecto, como proposto no Guia Metodológico do PMM a respeito dos objetivos do programa:

A concepção pedagógica do Programa baseia-se na flexibilidade, sendo, portanto, capaz de aceitar desenhos novos e instituir itinerários formativos que permitam o diálogo com os saberes não formais e com o conhecimento de mundo trazido pelas mulheres, bem como de permitir um trabalho na verticalização do ensino, promovendo a integração dos diferentes níveis de educação inicial e continuada com a pesquisa e a extensão (Brasil/MEC, 2012, p. 9).

⁶⁸ Dados sobre o curso nos anexos.

A economia solidária é foco de investigação neste capítulo, pois trata de importante acessório na construção de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher por meio do resgate da identidade regional. Portanto, é compreensível que o aspecto identidade regional seja um fator fundamental no contexto da formação escolar dessas mulheres. No entanto, após a análise feita é perceptível que a verticalização da escolaridade pode ser também um dos caminhos para esse empoderamento. Especialmente no que concerne às cidades do interior da Bahia em que foi implantado o PMM.

Por isso, justapõe e mescla os caminhos que levam ao elemento identidade regional como um fator preponderante quando se trata da formação das alunas do Mulheres Mil. Para que, assim haja de fato, uma política pública feminista e não apenas uma política pública voltada às mulheres, uma política que influencie de forma considerável na vida dessas mulheres. Sendo assim, o PMM, especialmente a experiência no campus Seabra, abarcava uma multiplicidade de alunas, de comunidades diversas – da zona rural, comunidades quilombolas e bairros periféricos - e fazia um trabalho metodológico diferenciado: ouvir a turma e adequar suas metodologias ao perfil da turma. Nesse sentido, Sacavino acrescenta:

A interculturalidade fortalece a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, assim como questiona uma visão essencialista de sua constituição. Potencia os processos de empoderamento, principalmente de sujeitos e atores inferiorizados e subalternizados e estimula os processos de construção da autonomia num horizonte de emancipação social, de construção de sociedades onde sejam possíveis relações igualitárias entre diferentes sujeitos e atores socioculturais (2016, p. 102).

Estabelecer, assim, relações efetivas entre as políticas públicas feministas, portanto, a extensão, o ensino e a pesquisa. Para que possam participar de forma orgânica e atuante no processo de empoderamento e autonomia dessas mulheres. E, assim, constituído de modo espontâneo.

Os conceitos, região e desenvolvimento, trazem significados e experiências de outros espaços e tempos (eurocêtricos) que se impõem aos nossos espaços e tempos [...] A ideia é romper com a reflexão e prática voltadas a experiências de desenvolvimentos alternativos em regiões limitadas por narrativas hegemônicas situadas no espaço e no tempo. Questionar os conceitos é um primeiro passo na reflexão e prática de alternativas de desenvolvimento e de alternativas à ficção chamada região (Butzke *et al.*, 2020, pp. 118-119).

O intuito é avaliar e compreender os aspectos, limitações e peculiaridades de um Programa voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade social numa região específica do interior da Bahia, portanto:

Desse ponto de vista, cada epistemologia alternativa – feminista, terceiro mundista, homossexual, operária – indica as condições históricas que produzem as oposições conceituais a serem superadas, mas não gera conceitos universais nem objetivos políticos. Como o gênero é também uma classe e uma categoria racial em culturas estratificadas segundo classe, raça e, também, gênero, a experiência isolada de uma mulher não pode servir de base para concepções e políticas que nos emanciparão a todas da hierarquia de gênero (Harding, 1993, p. 23).

É válido salientar que não é possível construir qualquer política pública sem perspectiva de ações e resultados, “articulando desenvolvimento/região como as categorias de gênero e de mulheres como categorias abertas e não universais” (Butzke *et al.*, 2020. p. 120). Portanto, reforço o caráter pedagógico do Mulheres Mil enquanto um Programa de formação do indivíduo.

A razão deste debate é que a efetivação de políticas públicas feministas tem por finalidade sensibilizar as mulheres para que compreendam que o controle sobre os seus corpos é uma ferramenta para a manutenção da sociedade patriarcal-capitalista. Pois, assim, as mantêm sem autonomia, dependentes da condição patriarcal e das políticas sociais e o trabalho não remunerado de mães, esposas, etc. é o que estrutura toda a mão de obra barata da sociedade capitalista. O que fortalece a economia do cuidado de fato é um mecanismo estabelecido para a manutenção das mulheres não-brancas, em situação de vulnerabilidade social, na base da sociedade. Afinal,

Mesmo com maior escolaridade, a mulher continua sendo considerada uma força de trabalho secundária por diversas instâncias (empresários, instituições do mercado de trabalho, formuladores das políticas públicas e até pelas teorias econômicas) e, apesar do avanço das taxas de ocupação de empregos e as contribuições para a economia dos países, as mulheres ainda são consideradas mais caras e menos produtivas, apesar de não haver evidências estatísticas de produtividade segmentada por sexo. A perspectiva que considera a mulher como força de trabalho secundária contribui para debilitar a sua posição e a confinar as mulheres a um lugar subordinado no mercado de trabalho, tal como tem sido na história da humanidade escrita pelos homens (Abramo, 2007, p. 56).

Desta forma, a premissa da natureza egocêntrica dos seres humanos se sustenta no trabalho socialmente invisibilizado, tratado de maneira inferior, de menor

importância. Historicamente o trabalho reconhecido e valorizado é o do homem, geralmente, das elites. Que é individualista, competitivo, acumulador, que não distribui e não reconhece as redes de apoio e das estruturas sociais para que ele mesmo consiga se desenvolver. Daí mesmo vem a ideia da natureza humana egoísta, mas se a natureza humana partisse de outros referenciais de sujeito? Como, por exemplo, os sujeitos do cuidado e não apenas as mulheres como sujeitos do cuidado. Afinal,

Se os pais da teoria capitalista tivessem escolhido uma mãe em vez de um homem burguês solteiro como a menor unidade econômica para suas construções teóricas, não teriam sido capazes de formular o axioma da natureza egoísta dos seres humanos da maneira como fizeram (Lessem; Schieffer, 2010, p. 124).

Dessa forma, a sociedade não enxerga as mulheres como pessoas, mas como máquinas de cuidar. E assim acontece a reprodução dos “lugares sociais” na base social através de cursos profissionalizantes que contribuem para reproduzir a Economia do Cuidado. Como enfatizado anteriormente, cuidar também é trabalho e muitas tarefas são executadas por uma única mulher que, muitas vezes, enfrenta uma dupla jornada de trabalho. Apesar dos ganhos significativos em direitos, educação e saúde, em acessos a empregos e meios de subsistência.

Porém, ainda persistem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares, o que indica a continuidade de modelos tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, em virtude do tempo consumido com as tarefas do cuidado. [...] As mulheres continuam ocupando setores caracterizados como “femininos” e mal remunerados (Corcetti; Souza; Loreto, 2018, pp. 918-919).

Para referendar o debate nesse sentido, aponto as informações abaixo a respeito das experiências vivenciadas no Programa Mulheres Mil:

Logo, Carpenedo (2011) analisou a produção de subjetividades nas políticas públicas de equidade de gênero no campo do trabalho, concluindo que elas propõem a diminuição das desigualdades de gênero no mundo laboral, ao mesmo tempo em que traem seus preceitos de equidade, ao produzirem novas hierarquias entre os sujeitos ou, ainda, ao reproduzirem as já conhecidas hierarquias entre homens e mulheres, muitas vezes por meio do reforço do papel cuidador e reprodutor da mulher. Ou seja, há uma naturalização desses papéis e, até mesmo, incentivo à criação de associações e cooperativas, que se colocam mais como uma alternativa ante a vulnerabilidade e à miséria do que como uma forma de inclusão decente das mulheres no setor produtivo (Corcetti; Souza; Loreto, 2018, p. 914).

Imaginemos se este trabalho fosse reconhecido e bem remunerado? Cuidar de quem cuida é essencial também para garantir os direitos das crianças e um mundo

melhor para todas as pessoas. À vista disso, é proporcionar o empreendedorismo social a partir da mulher em situação de vulnerabilidade social através de políticas públicas voltadas ao empoderamento e autonomia. Pensar o desenvolvimento econômico - além dos horizontes do trabalho do cuidado, especialmente porque são as mais pobres e periféricas que estão sobrecarregadas deste tipo de trabalho - através de Programas como o Mulheres Mil para que mais mulheres se desenvolvam economicamente dentro dos seus territórios, resgatando as suas identidades regionais/locais/ancestrais. E assim, “[...] o combustível responsável por operar a mudança de valores para uma nova economia e forma de vida” (Paula *et al.*, 2011, p. 325).

Debater uma formação voltada para empreendedoras, visando o fortalecimento das iniciativas de Economia Popular e Solidária e a construção de redes produtivas fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade e a partir daí, criar projetos de consciência ambiental, organização popular e na valorização das dinâmicas territoriais é fundamental no atual contexto social. Trabalhadoras em situação de vulnerabilidade socioeconômica, alinhadas com a política da Economia Solidária, na garantia da transversalidade, interdisciplinaridade e educação popular cujo intuito é contribuir para o fortalecimento das iniciativas de economia solidária e com a construção de redes produtivas fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade e organização popular. Pois, é preciso enxergar o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que “reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional” (Arruda, 1996, p. 27). Nesse mesmo sentido, a autora afirma:

É nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; [...] o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia (Arruda, 1996, p. 4).

Afinal, precisamos ir além do discurso do desenvolvimento econômico pela perspectiva do produto interno bruto (PIB)⁶⁹ E olhar por perspectivas outras, tais como:

⁶⁹ O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. [...] O

O território da Chapada da Diamantina tem fortes raízes culturais e um acervo ambiental que o referencia como espaço de investimento turístico, em nível nacional e internacional. Possui riquezas naturais e culturais atrativas, como cachoeiras, montanhas, rios, monumentos históricos e culturais, inclusive inscrições rupestres. Acrescentam-se as práticas agroecológicas em comunidades tradicionais e áreas de assentamentos de reforma agrária o que vem despertando a atenção e a curiosidade de muitas pessoas que visitam a Chapada, e abre espaço para o turismo rural. O Território entende que é preciso priorizar investimentos que possam contribuir para elevar o PIB dos municípios. Com isso, tem havido uma crescente preocupação com o fomento à agricultura familiar e a gestão dos recursos naturais, com o intuito de promover o turismo, o ecoturismo e o turismo rural como formas de alavancar o PIB dos municípios (MDA, 2010, p.15).

Assim sendo, este capítulo debateu o empoderamento feminino, o olhar das políticas públicas na perspectiva feminista, e a mulher como agente do desenvolvimento econômico e do resgate da identidade cultural. Já que este não pode deixar de reconhecer as contribuições das mulheres para a economia e para a sociedade. Além disso, buscou dialogar também, mesmo que de forma tangencial, com os estudos realizados sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável fundamentado na episteme do feminismo comunitário.

PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo. (IBGE, 2023). Para mais informações sobre a temática ver em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

4 O PROGRAMA MULHERES MIL NO CAMPUS SEABRA: NOVOS OLHARES SOBRE A CHAPADA DIAMANTINA

Este capítulo faz uma análise centrada na mulher como agente do desenvolvimento econômico, na sustentabilidade ambiental e no empoderamento feminino a partir das experiências do Programa Mulheres do campus Seabra do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Vale salientar que os dados aqui apresentados são parciais, pois fazem parte de um projeto maior aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Neste caso, como mencionado inicialmente, o Programa Mulheres Mil fez parte de 13 estados da região Norte/Nordeste e posteriormente foi inserido ao PRONATEC⁷⁰. Por esse motivo, deixou de ser ofertado em muitos campi do IFBA.

Os Institutos Federais (IFs) são incumbidos pela execução do Programa Mulheres Mil, sob a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). A SETEC foi responsável pela expansão do Programa em todo o território nacional. O Mulheres Mil, como programa de extensão, compreende um conjunto de atividades que articula os saberes (acadêmico, científico e tecnológico), o conhecimento tácito, a realidade socioeconômica e cultural da sociedade ao qual está inserido. Um programa de extensão deveria beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. Deve fazer parte da formação acadêmica do/da estudante e se materializa através de cursos, programas e projetos que ampliam a vivência e, como essencial, deve extrapolar a sala de aula.

A experiência do PMM no campus Seabra, onde ocorreram as atividades de extensão pesquisada, mostrou um outro olhar sobre a Chapada Diamantina: revelou a região do semiárido⁷¹, dos povos originários, comunidades quilombolas, do saber

70 O PRONATEC, vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ref. 14, p. 41.

71 “A região semi-árida do Estado da Bahia foi delimitada pela Resolução Nº 10.929 - Julho/1994 do Conselho Deliberativo da SUDENE, agregando um total de 257 municípios” (SEI, 2001, p. 13). O semiárido baiano é a região hoje que compõe 287 municípios, 22 territórios de identidade, 85,6% do território baiano e 53,1% da população baiana. Para mais informações ver em: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), p. 2. Fonte: Censo Demográfico (2024); IBGE

local, da cultura da mandioca, da riqueza cultural deste território e do potencial que isso poderia trazer para a região. A princípio neste campus foram ofertados dois cursos: Cursos Básico de Qualificação Profissional em Artesanato e Sustentabilidade e Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo. Cada curso no turno vespertino, oferecendo 50 vagas cada um - sendo reservado 5% das vagas para portadores de necessidades especiais, como é possível verificar nos documentos anexados. Posteriormente, foi ofertado o Curso de Iniciação Profissional de Produção de Produtos derivados da Mandioca.

O edital, com inscrições gratuitas, foi lançado em 2011 para o ingresso em cursos básicos de qualificação profissional ministrados com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas, com aulas três vezes na semana (segunda, quarta e sexta) e oficinas/palestras mensalmente. Com a seguinte configuração curricular:

Quadro 1 - Módulo curricular do Programa Mulheres Mil

Conteúdo	Carga Horária
Leitura, interpretação e formação de textos	12h
Expressão artística e corporal	06h
Cidadania e direitos da mulher	08h
Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	08h
Relações humanas e desenvolvimento interpessoal	08h
Geração de renda: cooperativismo e empreendedorismo	08h
Saúde da mulher	08h
Inclusão digital	06h
Matemática aplicada	06h

Fonte: MEC/SETEC, Módulo educacional central, 2012

O módulo educacional central apresenta as disciplinas obrigatórias a serem cursadas no Programa. Para o ingresso nos cursos deve atender os seguintes requisitos: ser do sexo feminino, ter no mínimo 18 anos, possuir o ensino fundamental incompleto. O processo seletivo era realizado em duas etapas, sendo a primeira a avaliação dos documentos e do questionário socioeconômico e a segunda uma entrevista, ambas de caráter classificatório. Tais critérios foram estabelecidos no

âmbito nacional, pelo MEC/SETEC, para todas as unidades de ensino que ofertassem o PMM. Exceto a questão das vagas que dependia da estrutura de cada campus.

Vale salientar que o sistema de ingresso visava contemplar instrumentos e mecanismos de acolhimento que levassem em consideração o público-alvo de forma que viabilizasse o acesso à formação profissional e cidadã dos/as sujeitos nos cursos de desenvolvidos na modalidade presencial. Neste sentido, foram adotados instrumentos de seleção inclusivos, como por exemplo, entrevistas por meio de questionário socioeconômico, sorteios, dentre outros que garantissem a inserção da população mais vulnerável. A seleção das mulheres foi feita após uma série de reuniões em comunidades da zona rural, nos bairros periféricos da cidade de Seabra e outros municípios da Chapada Diamantina, com a participação de uma assistente social, avaliando os critérios, perfis, necessidades, interesses e disponibilidades das candidatas. Após a seleção, as alunas foram regularmente matriculadas. O objetivo do Programa nacional era que as alunas fossem beneficiadas com financiamento estudantil, auxílio transporte, auxílio alimentação, material didático, atendimento médico, odontológico e psicológico, mas isso não era possível em muitos campi, especialmente os das cidades do interior, em virtude da sua infraestrutura.

O Programa Mulheres Mil buscou se estruturar em torno da metodologia de acesso, permanência e êxito. Os serviços de acesso incluem ações de busca das alunas, composição da infraestrutura, ingresso e acolhimento. Para viabilizar o acesso das mulheres no Programa, um escritório (sala) de acesso deve ser estruturado em cada instituição ofertante, ou seja, em cada campus e uma equipe multidisciplinar deve ser montada e capacitada para o Programa. A capacitação da equipe, ou seja, dos gestores ocorreu em Brasília, por meio da SETEC. O Guia Metodológico do PMM define a metodologia de acesso, permanência e êxito da seguinte maneira:

Chamamos de acesso o processo de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a comunidade que resulte em inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais e, conseqüentemente, sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho. Os serviços de acesso incluem ações de busca e de ingresso. Ações de busca são aquelas que iniciam e consolidam a interface e o diálogo com a comunidade, o que permite às instituições conhecer e se aproximar daquela realidade, identificando suas necessidades, desafios e demandas, e permitindo, assim, a definição de suas políticas e diretrizes. Neste momento é vital o estabelecimento de confiança mútua para que o diálogo se consolide e produza frutos. O principal objetivo do acesso é viabilizar o ingresso e a permanência com êxito da população feminina brasileira em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional, visando sua inclusão educativa e sua promoção social e

econômica. Por meio da formação e elevação de escolaridade, pretende-se dar-lhes condições de melhorar seu potencial de empregabilidade, a qualidade de suas vidas, de suas famílias e de suas comunidades (Brasil/MEC, 2012, pp. 4-5).

Intitulada de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARA), foi uma metodologia desenvolvida pelos Community Colleges Canadenses e adotada no Programa Mulheres Mil que prevê o reconhecimento de saberes, haja vista que todas as aprendizagens formais ou não formais adquirida pelas mulheres proporcionarão a qualificação nas áreas necessárias à complementação de seus saberes e conhecimentos já adquiridos. Para a inserção dessa metodologia do programa no Brasil foram realizadas adaptações frente às especificidades legais e a estrutura do modelo educacional brasileiro. Esta metodologia está ancorada na teoria de Jean Piaget, pois, defende-se que a produção do conhecimento só é possível a partir de experiências anteriores. Assim, “desde a infância os indivíduos realizam um processo contínuo e infinito de construção de conhecimentos” (Brasil, 2012, p. 8).

Isto posto, conseqüentemente todo conhecimento prévio do indivíduo sobre determinado assunto é considerado fundamental no processo de ensino aprendizagem. Com o intento de atender esse objetivo, as práticas de ensino realizadas no decorrer das atividades do Programa foram planejadas de modo que as mulheres sejam o centro do processo educacional e sujeito ativo de sua própria aprendizagem. Por isso, foram elaboradas propostas de atividades em grupos e individuais, dinâmicas, rodas de conversas, oficinas e palestras.

Nesse sentido, durante a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) FICs de Artesanato, Técnicas de Reciclagem e Produção de Produtos derivados da Mandioca foi proposto currículos, metodologias e estratégias didáticas que promovessem o acesso e a permanência em sala de aula das mulheres, bem como garantisse a formação nas áreas profissionais específicas não desconsiderando, nesse cenário, a identificação dos saberes adquiridos ao longo da vida dessas mulheres. Dessa maneira, de acordo com o Guia Metodológico do PMM:

A identificação dos saberes é o processo que faz a analogia entre o que o indivíduo sabe e o que pode fazer, relacionado a um propósito específico à medida que se relaciona com currículos/programas, certificações, padrão ou resultado de desempenho obrigatório (Brasil/MEC, 2012, p. 12).

Com base nesse preceito, os processos de organização curricular dos Cursos FICs no Programa Mulheres Mil do IFBA campus Seabra foram elaborados em conformidade com a Legislação Vigente (Lei N.9.394/1996/LDB; Lei N. 11.741/2008⁷²; Lei N.11.892/2008⁷³; Resolução CNE/CEB N. 04/2010⁷⁴) e de acordo com as características das mulheres público-alvo do Programa. Portanto, os cursos ofertados estavam inseridos nos seguintes Eixos Tecnológicos: Eixo 1- Ambiente e Saúde; Eixo 2- Desenvolvimento Educacional e Social e Eixo 3- Gestão e Negócios.

Outra metodologia utilizada pelo Programa foi o Mapa da Vida, que consistia na atividade de elaboração realizada em todos os cursos ofertados e que possibilitou um ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres. De acordo com o Guia Metodológico do Programa Mulheres Mil, o mapa da vida “potencializa as mulheres como autoras das histórias de suas vidas, de seus grupos, ou seja, as experiências podem ser narradas e registradas por suas protagonistas” (Brasil, 2012, p.13). A construção do Mapa da Vida é uma metodologia de extrema importância no contexto do PMM porque estimulava os indivíduos a organizar a sua história de vida obedecendo a uma ordem cronológica que possibilitava cada um visualizar a trajetória vivenciada. Além disso, fazia com que o sujeito ao contar aspectos da sua vida selecionasse o que deseja compartilhar. Era um momento único, em que as alunas conseguiam ser escutadas de fato e que relatavam suas trajetórias de vida, dando ênfase aos fatos marcantes. Tais como: dificuldades, sonhos conquistados e seus anseios por um futuro mais promissor.

No que se refere ao processo de formação profissional, o curso de Artesanato ocorreu em diversas modalidades de aprendizado: com a palha, o crochê, trabalhos artesanais com a garrafa pet, retalhos e etc. O curso tinha por finalidade fazer com que as educandas aprendessem também a valorizar e multiplicar a sustentabilidade

72 Altera dispositivos da Lei N. 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm>. Acesso em: 20 ago. 2023.

73 Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 20 ago. 2023.

74 Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

no município. Já no curso de Técnicas de Reciclagem, a formação efetuou-se a partir de novas técnicas de aproveitamento de resíduos sólidos, coletas seletivas e produção de diversos materiais para desenvolvimento do empreendedorismo. Além da formação técnica, as alunas deveriam desenvolver as seguintes competências e habilidades: atuar como cidadãs críticas dentro das perspectivas pessoais, profissionais, sociais e culturais, buscando a aquisição, o domínio e a sistematização da leitura, interpretação e escrita, como meio de comunicação e expressão para uma participação ativa no exercício da cidadania. Bem como desenvolver as capacidades de pensar, raciocinar e interagir socialmente, utilizando-se do conhecimento histórico, científico e matemático e suas tecnologias transformando o meio em que vive.

Após tais considerações, podemos analisar as experiências apresentadas com base nos depoimentos abaixo, iniciando com o relato do ex-gestor do PMM do campus Seabra que reforça o aspecto da cultura local e como o PMM do campus Seabra soube aproveitar para ofertar um curso a partir do potencial econômico da região. Segundo este relato, uma região muito voltada para agricultura familiar e para o comércio dos produtos derivados da mandioca.

“Seabra é uma região voltada muito pra questão da agricultura. E até então, a gente percebia principalmente a agricultura familiar. O comércio era muito forte dos produtos derivados da mandioca. [...] E a gente resolveu implantar também esse curso: Produtos Derivados da Mandioca. E quando a gente parte para o aspecto social e quando a gente parte pra o aspecto cultural, aí isso tem uma importância porque no próprio Programa Mulheres Mil a gente percebia que nas conversas que tinha no dia a dia, principalmente nas aulas práticas tinha todo um ritual por de trás, toda uma cultura que por de trás não é revelada, não é vista. A gente só percebe quando tá presente pra entender todo o contexto: como tirar uma mandioca, qual o período, fase da lua essa coisa. O ritual do cântico, da dança... Que todo esse processo que a gente consegue identificar, mas a gente só identifica quando a gente tá presente” (Robson Luiz da Silva Menezes, Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais do campus Seabra).⁷⁵

O depoimento da professora Therezinha Leitão (docente do IFBA no campus Seabra, atuou também como professora do PMM nas seguintes disciplinas: Sexualidade e Saúde da Mulher e Coleta Seletiva e Consumo Sustentável), reitera o relato anterior e traz mais informações a respeito do curso Produtos Derivados da Mandioca:

75 Entrevista de pesquisa concedida em 21 de setembro de 2023, no campus Seabra do IFBA.

“Pra preparação e manipulação, e de forma a mandioca poderia gerar produtos que poderiam ser ventáveis. Basicamente isso. E assim, a gente da academia sempre tem aquela arrogância, o tempo todo a gente precisa se policiar porque sempre fica achando que vai ensinar alguma coisa. Aí a gente ficou na perspectiva de: vamos buscar pessoas especializadas em derivados da mandioca. Na verdade, não foi nada disso! E era uma comunidade quilombola, de Souto Soares. Chama Segredo. Esse nome tem a ver mesmo com a comunidade. Esse nome, Segredo, é porque a comunidade vivia em Segredo até então. Praticamente o primeiro contato, foi através do Mulheres Mil, do IFBA.”⁷⁶

Fica evidente o papel dessas mulheres e a liderança feminina no desenvolvimento do potencial econômico regional (da produção da mandioca), se tivermos em conta o papel ativo da condição de agentes para a promoção da cultura popular. São troca de saberes seculares: enquanto essas mulheres passavam as experiências relacionadas ao cultivo da mandioca, revelavam os conhecimentos ancestrais e a cultura local da região. Como podemos verificar no relato a seguir:

“[...] Era uma turma com tanta sabedoria, com tanto conhecimento que a gente chegou à conclusão, a equipe de docentes chegou a conclusão que a gente tinha que sentar e ouvir o que essas mulheres tinham pra ensinar pra gente” (Therezinha G. Leitão, docente do IFBA campus Seabra, atuou também como professora do PMM).

Nesse sentido, o PMM inovou ao possibilitar que as egressas passassem os seus conhecimentos às novas alunas. Dessa maneira, reconhecendo nestas mulheres o quão “eram plantadeiras de sementes que germinariam” e, assim, foi de grande sensibilidade por parte da equipe multidisciplinar reconhecer a sabedoria dos povos tradicionais. O processo de ensino-aprendizagem, desta forma, era colocar a prática pedagógica da disciplina Economia Solidária, por exemplo, como uma ferramenta que as estimulasse, percebesse o potencial que era trabalhar em grupo e com temas multidisciplinares. Pois, a finalidade é dar visibilidade aos saberes e práticas tradicionais das egressas e o empoderamento dessas mulheres. Como podemos constatar a partir do depoimento a seguir, a respeito da experiência vivenciada no campus Seabra:

“Então, o Mulheres Mil revelou um sertão de violência/bruto, mas também revelou um sertão de cultura, de riqueza porque as senhoras, principalmente as anciãs, elas traziam uma riqueza de leitura de mundo, de visão de mundo que era fantástico. No curso de artesanato, algumas, as das primeiras turmas inclusive, a gente convidou algumas para ministrar aula nas turmas seguintes. Então, elas que eram alunas passaram a ser professoras de outras colegas, de outras turmas. Então, isso a gente não imaginava a dimensão que isso

76 Entrevista de pesquisa concedida em 19 de setembro de 2023, no campus Seabra do IFBA.

tomou. Por quê? Primeiro de valorização desse saber e aí, segundo, de também colocar em contato mulheres de comunidades diferentes, de realidades diferentes” (Therezinha G. Leitão, docente do IFBA campus Seabra, atuou também como professora do PMM).

Experiência que, por sua vez, trata da valorização dos saberes originários, da valorização da identidade regional, da cultural local/regional. E, não deixou de ser fundamentado no que consta no Guia Metodológico do PMM:

Quando se analisa o nível de escolaridade em que as mulheres estão, constata-se que elas trazem consigo uma aprendizagem que se deu através do cotidiano, de forma empírica [...] Considerando este cenário, a identificação de competências e habilidades anteriormente adquiridas é de extrema importância na recuperação desses conhecimentos, na humanização do processo ensino-aprendizagem, contribuindo também para a elevação da autoestima dessas mulheres (Brasil/MEC, 2012, p. 13).

No campus Seabra, a aula inaugural foi realizada no dia 16 de novembro de 2011, nas dependências do auditório do campus e contou com a participação dos gestores do campus, membros da equipe multidisciplinar do Programa Mulheres Mil, representantes do poder Executivo e Legislativo municipal, além de representantes de bairros do município de Seabra. Contou com a presença de cem mulheres residentes em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e entraram para a história como as primeiras alunas deste campus. No decorrer do evento foi entregue os materiais (pasta e camiseta com a logomarca do Programa: caderno, caneta, lápis, entre outros) às mulheres ingressantes nos cursos ofertados.

O propósito era que desfrutassem de todos os direitos e acessos aos serviços oferecidos pelo Instituto, entre os quais: financiamento estudantil e material didático. Durante a solenidade de abertura, a então Diretora do campus Marta Quadros Fernandes, deixou claro que o programa não veio para solucionar os problemas histórico-sociais, mas, para - juntamente com as parcerias locais - contribuir com o empoderamento da mulher, com profissionalização e o acesso à educação. A partir do depoimento abaixo podemos perceber a repercussão da implementação do Programa na cidade de Seabra:

“Então, assim, no início foi uma demanda muito grande, muitas mulheres mesmo tinham interesse. Até porque elas tinham vontade de se tornarem empreendedoras. Ter sua própria renda, o seu próprio sustento porque muitas delas passavam por situação de agressão familiar, desde o próprio preconceito. Então, elas viam aquela oportunidade no Mulheres Mil que elas tornassem independentes. Certo!? Foi uma repercussão muito boa na cidade,

a procura muito boa. E com tanta dificuldade a gente conseguiu montar essas turmas” (Robson Luiz da Silva Menezes, ex-gestor do PMM no campus Seabra, Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais).

Nesse sentido, o PMM inova metodologicamente ao colocar em sala de aula alunas com idades diversas, inova também por se sensibilizar ao protagonismo da mulher e a valorização do trabalho de outras mulheres. Dessa maneira, as mais velhas passaram o seu conhecimento para as mais novas. Essa metodologia de trabalho contribuiu para o empoderamento das egressas e para o resgate da identidade regional. O que nos leva a analisar a ação da mulher no desenvolvimento regional, e ainda na sustentabilidade como elementos fundamentais se considerarmos o papel da mulher como guardiã dos mais essenciais valores culturais. Além disso, esta metodologia pôde colaborar no combate ao etarismo. Afinal, a discriminação por conta da idade é uma realidade muitas vezes silenciosa na vida dessas mulheres e, ao envelhecer, a mulher continua estigmatizada, alvo de expectativas desproporcionais. Em suma, idade não define habilidades. O depoimento a seguir nos ajuda a compreender melhor:

“Foi a gente lidar com um público de diversas idades. Desde mulheres de 18 anos – porque o Programa só pegava mulheres de 18 anos, salvo engano – até uma senhora de 60, 64, 70 anos procurava abraçar. Então, era uma turma assim, mesclada, onde os mais jovens interagem com mais velhos. Iam construindo aprendizagem. Isso pra gente foi enriquecedor, foi aí pra gente é referencial. Você conseguir formar uma senhora de 64 anos dentro do Programa” (Robson Luiz da Silva Menezes, ex-gestor do PMM no campus Seabra, Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais).

O outro aspecto que podemos analisar sobre o combate ao etarismo foi que no processo de seleção das alunas, um dos critérios para o ingresso nos cursos era que havendo empate, a candidata de maior idade tinha prioridade na ocupação da vaga. Como podemos observar no Guia Metodológico do PMM:

Contribuir com o desenvolvimento da competência institucional na aplicação de metodologias, instrumentos e currículos que materializem os processos de inclusão e permanência das populações historicamente excluídas do sistema educacional e do mundo do trabalho. [...] O sistema de acesso deve, portanto, ser democrático e inclusivo, promovendo a sustentabilidade e a equidade, independentemente da faixa etária e do conhecimento educacional prévio (Brasil/MEC, 2012, p. 5)

Como citado no capítulo anterior, no Programa Mulheres Mil é ofertada uma formação voltada à qualificação profissional, assim como, a verticalização da escolaridade. A verticalização do ensino ofertada no PMM em paralelo aos cursos

profissionalizantes tem a seguinte finalidade, como consta no Guia Metodológico do PMM:

A elaboração do currículo, para atender, além da elevação da escolaridade, à formação profissional, deve integrar o conteúdo curricular central às necessidades de qualificação e geração de renda, respeitando e considerando o conhecimento previamente adquirido pelas alunas. É objetivo do Programa Mulheres Mil levar as mulheres a alcançar pelo menos o Proeja Fundamental; no entanto, a elevação de escolaridade é considerada prioridade e será fomentada, preparando as alunas do Programa a seguir seus estudos, sejam eles técnicos ou tecnológicos (Brasil/MEC, 2012, p. 22).

Pois, como foi constatado a partir da coleta dos dados a respeito do nível de escolaridade das alunas do Programa no campus Seabra. Dados coletados dos cursos ofertados no ano de 2011 (como consta nos anexos): no curso de qualificação profissional em Artesanato e Sustentabilidade um número maior de alunas com nível de escolaridade mais baixo, ou seja, fundamental incompleto. Vale destacar a média de idade das alunas: entre 20 e 65 anos. Já no caso do Curso de Iniciação Profissional em Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo um número maior de alunas com ensino médio completo. A média de idade das alunas: entre 21 e 58 anos. Como pode ser verificado no quadro abaixo a respeito dos cursos:

Quadro 2 - Perfil escolar/nível de escolaridade das alunas dos cursos de Artesanato e Técnicas de Reciclagem

Curso	Total de Alunas	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo
Artesanato e Sustentabilidade	25	15	2	3	5
Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo	25	10	1	0	4

Fonte: Programa Mulheres Mil Campus Seabra (2011)

Os perfis escolares foram baseados na análise dos documentos fornecidos⁷⁷ pela equipe multidisciplinar. No entanto, os aspectos que mais se destacam das experiências escolares foram os que puderam ser obtidos a partir do depoimento das egressas nas entrevistas. Baseados nesses perfis, dois aspectos foram analisados: o

⁷⁷ Vide anexos.

contexto escolar da época e a região em que estudaram: zona rural. A respeito da baixa escolaridade das alunas do PMM podemos analisar as seguintes informações:

A falta de escola na zona rural e o trabalho infantil são as principais causas da baixa escolaridade, o que dificulta a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Muitas são chefes de família e integram hoje o contingente de trabalhadores do mercado informal ou engrossam as estatísticas de desemprego. A maioria trabalha como empregada doméstica e na realização de serviços gerais (Brasil/MEC, 2011, p. 32).

O outro aspecto deste ponto é que um dos motivos determinantes para a formação profissional/técnica por parte das mulheres das camadas baixas e que conseguiram concluir o ensino primário é que não se pode esquecer que, de um modo geral, “as meninas das camadas populares estavam desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas” (Louro, 2000, p. 445).

Outro ponto a respeito desta questão é que sob a ótica das categorias de gênero e raça podemos constatar que, a maioria das mulheres de raça/cor negra inseridas no Programa Mulheres Mil no tocante ao nível de escolaridade possui apenas o ensino fundamental incompleto. Já as mulheres não negras possuem o ensino médio completo. De acordo com Quadros:

as mulheres negras avançam muito pouco no seu nível de escolaridade se comparadas às mulheres de raça/cor branca. Por esse motivo perdem uma posição de destaque no mercado de trabalho nos empregos bem remunerados. Ademais, o baixo nível de escolaridade influencia a sua inserção nos empregos informais sem carteira assinada (2004, p. 109).

O Mulheres Mil, apesar de ter uma estrutura curricular ofertada por módulos, foi uma Programa teve uma iniciativa interdisciplinar – como no caso do campus Seabra - composto não apenas por um quadro curricular que ofertava as disciplinas para a formação/qualificação das alunas, mas também disponibilizou oficinas e palestras de acordo com as demandas e necessidade das alunas. Como consta na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito utilizada no Programa Mulheres Mil:

Essa metodologia prevê o reconhecimento de saberes, considerando que as mulheres são sujeitos de direitos e que todas as aprendizagens formais ou não formais que elas venham a ter proporcionarão a qualificação nas áreas necessárias à complementação de seus saberes e conhecimentos já adquiridos. Portanto, é de extrema importância que os cursos, antes de serem

negociados entre ofertantes e demandantes, estejam alinhados às demandas das realidades dessas mulheres e de seus saberes (Brasil/MEC, 2012, p.10)

À vista disso, como podemos verificar na palestra sobre “Planejamento Familiar e DSTs⁷⁸”, realizada no dia 9/12/2011, ministrada pela Enfermeira do município de Palmeiras-BA, próximo a Seabra. Tendo em vista a sensibilidade da equipe gestora em perceber que o público do Programa era de mulheres em situação de vulnerabilidade social, incorporando, assim, ao planejamento da instituição ofertante e as ferramentas de avaliação ao cotidiano dessas mulheres. “[...] um fio importante são as contribuições dos feminismos comunitários para a educação intercultural, tendo como pano de fundo a perspectiva decolonial” (Sacavino, 2016, p. 101). Dessa maneira, fazendo com que estas mulheres tenham mais conhecimento sobre seus corpos, pois a informação é uma estratégia de defesa, funciona como um escudo protetor. O autoconhecimento sobre seus corpos é também uma forma de empoderamento/autonomia. O fator autonomia, por este ponto de vista, é também uma forma de autocontrole.

A importância da interação com a comunidade em que as alunas estão inseridas é outra ferramenta essencial de participação da mulher nos processos de desenvolvimento e sustentabilidade da região. A respeito da atuação na comunidade no Guia Metodológico do PMM consta:

A opção pela ida diária à instituição muitas vezes tem de ser substituída pela oferta das aulas na própria comunidade, por quaisquer impossibilidades das alunas de comparecerem diariamente no espaço físico da instituição. Nesses casos, a instituição deve-se preparar para essa oferta diferenciada, dando condições adequadas à equipe multidisciplinar para oferta dos serviços e da assistência às alunas. Também deve-se buscar parcerias com escolas ou associações de moradores para que se consiga um espaço adequado para a instalação de uma estrutura de sala de aula, ainda que muitas vezes essa estrutura seja provisória (Brasil/MEC, 2012, p. 29).

Sobre ferramentas importantes no processo de empoderamento, pode ser tratado não apenas o procedimento da formação profissional de mulheres que trabalham em sua maioria na informalidade, como também no desenvolvimento da qualificação profissional de mulheres que já trabalham por meio de cooperativas. Deste modo, cooperativas é pensar em gerar mais renda para as mulheres, para as

78 Dados fornecidos pela equipe que fez parte da gestão do Programa Mulheres Mil. O servidor do campus Seabra do IFBA, Robson Luiz da Silva Menezes (ex-gestor do PMM) quem forneceu tais dados. Como pode ser verificado nos anexos.

famílias, valorizar e viabilizar outros caminhos para o semiárido. Fortalecendo, assim, a autonomia das mulheres. Como pode ser verificado a partir da imagem abaixo⁷⁹, a partir da experiência do PMM do campus Seabra com a Federação da Agricultura e Pecuária do estado da Bahia (FAEB)⁸⁰:

Figura 4 – Aula do Curso de Iniciação Profissional de Produtos derivados da Mandioca em parceria com a FAEB



Fonte: Acervo do Programa Mulheres Mil Campus Seabra (2011)

Nesse sentido, exponho abaixo a experiência vivenciada no campus Seabra a partir do relato de Laura N. D. do Sacramento, Pedagoga do IFBA do campus Seabra e que teve também a experiência como gestora do Programa Mulheres Mil em outro campus.

“[...] Foi uma mobilização, assim: então, interessante! E aí, a experiência foi interessante nesse sentido de você ir até a comunidade. Então, nós fomos até a comunidade para vivenciar aquele processo. A gente vê o quanto elas estavam ali... digamos que empoderadas naquele movimento de mobilização, de ensinar o que elas tinham aprendido aqui naquele momento.

⁷⁹ Imagem/fotografia retirada pela equipe gestora do Programa Mulheres Mil das alunas do curso Produtos Derivados da Mandioca ministrado no Campus Seabra.

⁸⁰ Instituição privada mantida pelos produtores rurais da Bahia, a FAEB é entidade sindical de grau superior, com sede e foro na cidade de Salvador. Faz parte do Sistema Sindical Rural e está integrada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que congrega todas as Federações Estaduais e está sediada em Brasília. A missão da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (FAEB) é representar, organizar e fortalecer o produtor rural baiano, defender seus direitos e interesses, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor agropecuário. Para mais informações ver em: <<https://sistemafaeb.org.br/sobre/>>. Acesso em: 13 set. 2023.

Os familiares enquanto estavam ali envolvidos naquele espaço. Então, teve um lanche comunitário.”⁸¹

Programas como estes têm os seus resultados e consequências em várias ordens na comunidade: o empoderamento dessas mulheres vai além, perpassa as famílias e as comunidades. Como podemos observar no depoimento a seguir:

“Eu já tinha uma experiência de Mulheres Mil do Instituto Federal de Alagoas. Que eu trabalhava como gestora desde 2011 e quando eu vim pra cá eu finalizei esse processo, mas foi a primeira vez que eu tive essa experiência de, de fato fazer digamos uma culminância do curso dentro da comunidade. Que geralmente a gente faz aquele trabalho da comunidade de diagnóstico, de analisar qual comunidade ia ser atendida. A gente faz uma primeira abordagem, mas a gente não retorna ali. E foi a primeira vez desse retorno e foi bem interessante, assim, a proposta que a gente pensou junto com elas. Então, pra mim foi uma das vivências mais importantes em todo o Programa. E em todo o meu período de experiência no Programa, que foi esse retorno à comunidade. E do quanto as famílias ali estavam envolvidas” (Laura N. D. do Sacramento, Pedagoga do IFBA campus Seabra-BA e ex-gestora do Programa Mulheres Mil).

As aulas Teórico-Práticas, baseiam-se em pilares que possibilitem aos/às participantes a construção de conceitos, procedimentos e atitudes, bem como na concepção de educação popular e pedagogia da alternância em que são reservadas as atividades práticas relacionadas ao tempo comunidade. Além disso, a metodologia pauta-se na educação diferenciada, na vivência coletiva e autogestionária dos espaços educacionais, bem como na perspectiva da indução à continuidade de formação e escolarização de mulheres no protagonismo das comunidades. A partir desta perspectiva, a disciplina Economia solidária, ministrada no PMM, pode ser utilizada como um mecanismo de fomento ao potencial dessas alunas. Através do trabalho que elas desenvolvem, possibilitando, dessa maneira, o empoderamento da mulher embasado no resgate da identidade regional. Como podemos observar no depoimento abaixo:

“[...] É! Justamente para dar conta das outras atividades que elas tinham, muitas trabalhavam com a agricultura familiar. Outras já tinham experiência com artesanato na comunidade e tinha que conciliar com os afazeres da família. Então, a gente ajustava ali os horários para que elas pudessem dar conta desses outros afazeres e nesse processo a gente foi pensando em como também dá um retorno à comunidade que elas pertencem” (Laura N. D. do Sacramento, pedagoga do IFBA campus Seabra-BA e ex-gestora do Programa Mulheres Mil).

81 Entrevista de pesquisa concedida em 19 de setembro de 2023, no campus Seabra do IFBA.

Nesse sentido, ainda abordando a disciplina Economia solidária como uma importante ferramenta para o empoderamento da mulher e também enfatizando a importância da identidade regional através da experiência nas comunidades da cidade de Seabra-BA. Nessa perspectiva, o intuito é a formação de lideranças a partir das mulheres para fortalecer estratégias de organização e da atuação nos espaços de participação, com foco no trabalho. Que busque ainda um preparo para autonomia e igualdade das mulheres, como também, para o combate às desigualdades de gênero através da economia solidária e de processos de autogestão.

Este imaginário em torno das relações econômicas dificulta a percepção de um microempreendedorismo de caráter popular que se afirma como prática de resistência e como expressão sociocultural - vinculado a hábitos, modos de vida, elementos subjetivos, formas de saber e à produção de conhecimentos – subalternizado e invisibilizado em contextos urbanos periféricos. A emergência de um campo de visão mais amplo sobre a complexidade de práticas sociais e produtivas não-capitalistas que convivem no âmbito deste sistema apresenta-se como um desafio à proposição de programas de apoio e incentivo aos pequenos negócios (Varanda, 2018, pp. 2-3).

O intuito é proporcionar uma formação voltada a desnaturalização da divisão sexual do trabalho, que trate sobre economia feminista, trabalho produtivo e reprodutivo e o impacto da divisão sexual do trabalho sobre a autonomia das mulheres, ampliando, dessa maneira, a participação de outras mulheres da comunidade. Como podemos constatar através do relato a seguir, a partir da experiência vivenciada no campus Seabra:

“E do quanto as famílias estavam ali tão envolvidas naquele processo e do quanto outras mulheres estavam ali felizes com a conquista da outra, né!? Perguntando quando que ia ter outros cursos. Então, você vê que isso é um retorno muito pertinente” (Laura N. D. do Sacramento, Pedagoga do IFBA campus Seabra-BA e ex-gestora do Programa Mulheres Mil).

A importância das políticas públicas feministas, do empoderamento e as repercussões não só para quem é beneficiária de programas de extensão e aprendizagem como o PMM. É perceptível o impacto do Programa em toda a comunidade, como podemos observar através da seguinte declaração:

“[...] E também, de certa forma, incentivar outras mulheres ali daquela comunidade a retomar os estudos de alguma forma. Que fosse em um curso de curta duração, como é a característica desse Programa. Desses cursos que foram ofertados aqui do Mulheres Mil, quanto em outros” (Laura N. D. do Sacramento, Pedagoga do IFBA campus Seabra-BA e ex-gestora do Programa Mulheres Mil).

A imagem abaixo ilustra a iniciativa da equipe multidisciplinar do campus Seabra em colocar em prática o que sugere no Guia Metodológico a respeito das visitas às comunidades das alunas:

Figura 5 – Visita da equipe gestora à comunidade das alunas



Fonte: Acervo do Programa Mulheres Mil Campus Seabra (2011)

Isto posto, Economia Solidária, o Feminismo Comunitário e a Identidade Regional são elementos fundamentais sendo que a finalidade é despertar o protagonismo das mulheres, promovendo a participação ativa em seus processos formativos e produtivos. E, dessa maneira, produzir subsídios para a formação de mulheres, elaboração de materiais e espaços de difusão e intervenção para a promoção da igualdade e autonomia econômica. Assim sendo, cursos que fomentem a construção de formas de acesso ao mundo do trabalho, por meio de ações coletivas e do reconhecimento do trabalho das mulheres. “Além disso, deverá ser estruturado e implementado um conjunto de ações visando a inserção da população feminina no mundo do trabalho de forma sustentável” (Brasil/MEC, 2012, p.26). Afinal, o empoderamento da mulher é um aspecto categórico para o desenvolvimento sustentável.

Assim como, contribuir para o aumento do acesso ao trabalho e renda das trabalhadoras da Economia Popular e Solidária. Fortalecer as redes produtivas,

fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, organização popular, trabalho associado e na valorização das dinâmicas territoriais. Incentivar o aumento da escolaridade entre o público atendido. Estimular a criação de um Observatório de Economia Popular e Solidária nos territórios atendidos pelo Programa. Assim como, através de tais processos de formação a construção de uma rede de multiplicadoras, difusoras de conhecimentos e ações construtivas para a promoção da igualdade e de autonomia para essas mulheres. Como podemos observar:

Há diferenças que se acentuam quando a análise da situação das mulheres no mundo do trabalho tem o recorte de cor ou raça, geração e território, apontando para uma situação de maior vulnerabilidade para as mulheres negras, rurais, indígenas, quilombolas, trabalhadoras das águas e aquelas que vivem nos territórios periféricos de aglomerados urbanos. As mulheres são as mais pobres, as que ocupam postos de trabalho mais precarizados e, portanto, com menores rendimentos (Cisne; Gurgel, 2008, p. 84).

Proporcionar a autonomia econômica dessas mulheres é fundamental para nortear as políticas públicas que visam a equidade de gênero. O que a cultura androcêntrica não faz, seja numa análise teórica ou seja através da implementação de políticas públicas. Apenas reproduz o lugar de opressão vivenciado por estas mulheres, sem escutar de fato o que elas têm a dizer sobre as suas vidas, sem visibilizar os seus lugares de opressão ou de como é pensada a partir de si. Histórias vivenciadas por mulheres com feridas omitidas, sorrisos incertos, marcas nos corpos que revelam trajetórias de vida invisibilizadas, muitas vezes, nos dados, índices dos institutos e das pesquisas acadêmicas.

Sobre a formação das mulheres em situação de vulnerabilidade social e a “escolha” profissional destas mulheres. Os cursos e a formação destas mulheres, qual o lugar social a que lhes é colocado/imposto? A serviço de quem está a formação profissional dessas mulheres? “O problema é que a ideia de “escolha” também não é abstrata, tendo em vista as condições patriarcais da sociedade e da cultura. Nesse sentido, o que significa escolher em um mundo machista, no qual a base simbólica da cultura não prevê espaço para a real liberdade das mulheres?” (Tiburi, 2021, p. 67). Pensando dessa maneira, políticas públicas feministas são importantes e não apenas políticas voltadas às mulheres porque “O feminismo propõe que as pessoas se tornem

conscientes disso e possam ultrapassar esse estado de coisas injusto no que concerne às mulheres e às demais minorias políticas” (Tiburi, 2021, p. 68).

O PMM tem que lidar com uma demanda muito diversificada, por uma heterogeneidade social. Por isso a importância das parcerias, além da formação técnico-educacional. Este Programa tinha como objetivo impactar a vida social das alunas, como podemos constatar a partir dos dados fornecidos pela equipe técnica que fez parte do PMM no campus Seabra: contribuir para a equidade e igualdade de gênero; diminuir a violência doméstica; melhoria da renda familiar; contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas, assim como, melhorar as relações familiares e comunitárias.⁸²

4.1 Violência: uma temática irrefutável aos nossos olhos

Embora quando esta pesquisa tenha sido concebida (ainda na condição de projeto de pesquisa) não tenha sido definido que a temática “violência contra a mulher” seria objeto de discussão neste trabalho, não pude deixar de notar que este era um aspecto muito citado nas falas dos entrevistados. Muito mencionado nas entrevistas realizadas com a equipe gestora, com os docentes do Programa Mulheres Mil e, especialmente, com as egressas. É uma discussão que não será aprofundada nesta tese, pois trata-se de uma temática com demandas múltiplas.

Todavia, quando a “invisibilidade gritante” da temática passava a ser substituída por horas incansáveis de entrevistas, conversas, lembranças, lágrimas nos olhos, ficou claro que não pôde deixar de ser abordada. Até porque, como questão irrefutável aos nossos olhos (e ouvidos), não pode ficar omitida. Muito menos continuar sendo invisibilizada pelas barreiras estruturais projetadas pela sociedade patriarcal, especialmente quando nos referimos às mulheres das cidades do interior e da zona rural. Territórios em que há maior dificuldade para encontrar suporte para combater este mal que sangra aos nossos olhos diariamente.

Sendo assim, não adiantaria promover políticas públicas cujo objetivo é a mudança estrutural na vida das mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, se as mesmas políticas reproduzem as dinâmicas de invisibilização e/ou

⁸² Para mais informações ver em: MEC. **Programa Mulheres Mil**: Campus Seabra. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/seabra/extensao/programa-de-extensao/mmil>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

naturalização de algo que abala a vida, os corpos e a saúde emocional dessas mulheres. Afinal,

O movimento feminista em sua historicidade vem buscando mais visibilidade para as mulheres principalmente em relação a igualdade com respeito às diversidades, quebrando tabus e ideias historicamente formuladas e reproduzidas social e culturalmente (Santos; Souza; Silva, 2018, p. 7).

Por esse motivo, através do relato abaixo podemos analisar esta realidade complexa que perpassa o Mulheres Mil: a violência⁸³ vivenciada pela maioria das mulheres que frequentou o PMM no campus Seabra entre os anos de 2011 e 2015.

“Eu lembro que teve uma vez que a gente chegou a ter que socorrer uma aluna que veio pra aula e estava machucada. Porque ela tinha sofrido violência dentro da casa dela, pelo marido. E aí, então, a gente se deparou com situações que você tinha que dar uma solução, você tinha que dar um encaminhamento. Eram coisas muito práticas, muito reais, muito concretas” (Therezinha G. Leitão, docente do IFBA campus Seabra e atuou como professora do PMM).

Nesse sentido, a informação passada pelo ex-gestor Robson Luiz da Silva Menezes também revela esta realidade. Além da falta de apoio institucional, parceria e estrutura que a equipe do PMM do campus Seabra vivenciou ao ter que lidar com esta situação:

“Porque teve situação de vulnerabilidade, situação de agressão familiar que eu, enquanto gestor ou o próprio colega, que também enquanto gestor – e a própria Instituição como um todo, que tava em formação -, a gente não tinha esse suporte. A gente viu que essas mulheres precisavam de uma ação voltada para a psicologia, de uma ação voltada para Assistente Social e a gente não tinha esse suporte. Então, muitas das vezes vamos supor: teve vários casos de agressão familiar, do marido chegar em casa bêbado bater. E no outro dia a gente ia procurar ajuda, dependia do município, mas o município não entendia o Programa e nem a necessidade. Então, a gente via que a gente ficava de mãos atadas, nessa situação. Dá um suporte maior pra essas pessoas. E... identificamos casos aqui, na época do Mulheres Mil, nós tínhamos alunas que eram alcoólatras e a gente via que a gente precisava que essas alunas tavam pedindo ajuda e muitas das vezes a gente não teve o suporte. Justamente se tivesse esses profissionais a gente conseguiria abraçar e fechar todo um ciclo que a gente pretendia” (Robson L. da S.

83 A partir dessa breve discussão, podemos afirmar a relevância da temática aqui levantada, ou seja, a questão da violência contra a mulher negra é de suma relevância em comunidades quilombolas, já que elas se configuram como um cenário de convivência de grupos sociais desse perfil, não apenas étnico, mas de classe social. [...] Comunidades quilombolas do município de Seabra/Ba, pertencente ao Território de Identidade da Chapada Diamantina. Foram entrevistadas 49 pessoas, 14 homens e 35 mulheres, entre a faixa etária de 16 a acima de 55 anos, porém o maior número foi entre 16 a 25 anos de idade. Como era de se esperar, a maioria identificou como violência doméstica a física. Mas o curioso é que mais da metade afirmou não conhecer nenhum tipo de violência contra a mulher (SANTOS, E de A; SOUZA L. R. de; SILVA, L. A. da., 2018, pp. 8-9), ref. 46, p. 103.

Menezes, ex-gestor do PMM e Técnico em Assistente em Educação do campus Seabra).

O depoimento do professor Carlos Eduardo Carvalho de Souza, que ministrou a disciplina Empreendedorismo no PMM do campus Seabra, nos faz ter um olhar ainda mais sensível para a questão da violência vivenciada por muitas mulheres, alunas do Programa:

“Eu estava sentado no intervalo ali, de 20 minutos esperando e conversa vem, conversa vai, relato de: “minha filha morreu, meu ex-marido matou na minha frente”. Coisas que eu não estou acostumado, nem preparado. Entre aspas, mas foi no sentido de me mostrar melhor, entender melhor tudo isso. Saber de fato com quem tô lidando no dia a dia. Isso aconteceu também, óbvio porque a gente construiu uma relação assim de abertura, né!? De confiança. Não era uma enquete. Não era nada disso, foi uma experiência muito, muito enriquecedora” (Carlos Eduardo Carvalho de Souza, docente do IFBA campus Seabra).⁸⁴

Outro aspecto a ser destacado é o dilema da evasão escolar pontuado em alguns depoimentos. São diversos os fatores que levam à evasão escolar. Por outro lado, o baixo índice de escolaridade e a evasão escolar das “mulheres mil”, um dos fatores que mais está ligado a esta questão é a maternidade e o fato de serem mães solo.⁸⁵ Os dois fatores: invisibilidade e desumanização das pessoas que sofrem o problema. Questão que também está ligada ao aspecto do mercado de trabalho. Pois, quem contrata não quer empregar, muitas vezes, uma mulher com criança⁸⁶. São mulheres, portanto, com poucas oportunidades no mercado formal de trabalho. Como podemos observar a partir do depoimento abaixo a respeito da dificuldade das alunas com filhos em frequentar o PMM:

“A gente teve, muitas vezes, alunas que chegava pra gente e falava: ah, eu não vou poder vim porque eu não tenho com quem deixar os meus filhos” (Therezinha G. Leitão, docente do IFBA campus Seabra e atuou como professora do PMM).

A respeito desta situação o Guia Metodológico do PMM afirma:

84 Entrevista de pesquisa concedida em 20 de setembro de 2023, no campus Seabra do IFBA.

85 A grande maioria das mulheres que cria os filhos sozinhas é de pretas e pardas. Segundo o IBGE: responsável sem cônjuge com filho, cor: preta/parda, rendimento: até meio salário-mínimo. Para mais informações sobre a questão ver em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0&cat=-15,-16,55,-17,56,-18,58,128&ind=4704>>. Acesso em: 13 set. 2023.

86 Para mais informações sobre a temática ver em: BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **Trabalhadoras brasileiras dos anos 90**: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. Mulher e Trabalho. 2011, pp. 95-105.

Outra questão igualmente importante refere-se à assistência às crianças no período no qual a educanda está em sala de aula. A instituição deverá oferecer os serviços de creche da instituição aos filhos das educandas e, em casos da ausência dessa infraestrutura na instituição, deverá buscar outros auxílios para assegurar esse benefício a elas. [...] É importante ressaltar que os maiores índices de evasão entre esse público está diretamente relacionado à falta de alternativas para assistência às crianças (Brasil/MEC, 2012, p. 29).

Mesmo diante das dificuldades em estabelecer parcerias e quanto à infraestrutura do campus, a professora Therezinha relata que a equipe multidisciplinar do PMM se organizou nesse sentido para manter as alunas com filhos nos cursos:

“[...] Aí, nós criamos um espaço, na época, pra receber essas crianças. Mas, assim, sempre correndo aquele risco porque, se a gente for levar mesmo legalmente falando, a gente não poderia porque teria que ter um espaço, uma creche. A gente ia adaptando assim: então, elas traziam as crianças pra que elas pudessem frequentar. Não deixar de vim na aula. Era bacana. E quando terminava o curso era só festa, né!? Elas faziam bolo, “bexiga” ... Elas gostavam muito, assim! E a gente também!” (Therezinha G. Leitão, docente do IFBA campus Seabra e atuou como professora do PMM).

Mesmo tendo em vista um significativo índice de desistência das alunas ao longo dos anos nos cursos ofertados, seja por falta de transporte - como foi o caso da dificuldade no caso específico das alunas da zona rural – ou mães solo que por falta de trabalho formal/renda teve que abandonar o Programa para cuidar do sustento da casa/família; ou seja por questões familiares/pessoais. Como nos casos específicos de relações abusivas, que muitas alunas foram vítimas, e que por falta de apoio das parcerias institucionais acabaram desistindo dos cursos. Muitas têm histórias de abandono, violência e histórico de trabalho infantil. Em comum, elas têm a necessidade de melhorar ou garantir a renda familiar. A violência - sejam agressões físicas, morais e/ou psicológicas que estas mulheres sofrem no dia a dia - fecha as portas em suas vidas e as deixam ainda mais fragilizadas, influenciando em muitos aspectos das suas vidas e, nesse caso específico, no aumento da evasão escolar.

Quando se trata do acesso aos mecanismos de combate à violência contra a mulher, Seabra-BA é uma cidade que ainda não tem uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Cidade com índices de violência contra a mulher e evasão escolar ainda muito elevados. Especialmente quando se trata de avaliar as egressas que fazem parte da zona rural, das comunidades quilombolas e bairros periféricos da zona urbana, pois as mulheres negras sofrem mais violência,

estatisticamente falando. As estatísticas escancaram ainda mais o machismo, aliado ao racismo. E, entendendo isso poderíamos perceber que homens negros também compactuam com o machismo, a misoginia e o racismo – os homens brancos são os responsáveis de forma estrutural, os mesmos criaram todo esse sistema que dá suporte ao racismo estrutural. Em suma, lutar contra o machismo, mas ignorar o racismo é, de qualquer maneira, alimentar estrutura⁸⁷ similares. Por isso a importância de políticas públicas que fortaleçam as mulheres em sua diversidade étnica e cultural e, assim, passem a se unir respeitando a intersecção de recortes, entendendo que mulheres negras sofrem muito mais abusos. Em todas as dimensões. Não é uma causalidade, é um problema social e por isso, as políticas precisam ser antirracistas e quando se trata de políticas voltadas às mulheres que sejam políticas públicas feministas de fato.

Cabe enfatizar que a omissão no atendimento das alunas do Mulheres Mil que foram vítimas da violência doméstica - informado no depoimento de membros da equipe multidisciplinar do Programa - por parte dos agentes de órgãos públicos prestadores desse tipo de serviço e que, na verdade, deveriam proteger as vítimas e reparar as consequências por estas causadas, não deixa de ser mais uma violência sofrida por estas mulheres: a violência institucional. Em suma, as intervenções institucionais e políticas em torno da questão da violência doméstica ainda refletem uma visão androcêntrica. Sobre a violência contra a mulher na Bahia apresento a seguir os seguintes dados:

A Bahia, segundo dados divulgados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, ocupa o segundo lugar no ranking de atendimento do Ligue 180 [...] De janeiro a outubro de 2011, foram registrados 53.850 atendimentos envolvendo mulheres baianas. O estado só perde em números para São Paulo, que lidera o ranking do Ligue 180. Em 72% das situações registradas na Bahia, os agressores são os cônjuges das vítimas (Silva; Sardenberg, 2014, p. 124).

A cultura patriarcal de objetificação da mulher contribui para que atos de violência sejam minimizados, desvalorizados e até mesmo aceitos como parte da

⁸⁷ “Se racismo e machismo são elementos fundadores da sociedade, as hierarquizações de humanidade serão reproduzidas em todos os espaços. [...]” (RIBEIRO, D. 2018, p.77). Para mais informações sobre a temática ver em: RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

dinâmica dos relacionamentos. Talvez por isso a dificuldade da equipe multidisciplinar do campus Seabra em encontrar apoio nos casos de violência sofrido pelas alunas do Programa. É pertinente sublinhar que as mulheres passaram a denunciar mais os casos de violência doméstica. As autoridades assumiram outra conduta e postura relativas ao assunto, quando comparamos o início do Programa aos dias atuais. Deixaram de omitir-se, todavia, há muito o que avançar ainda porque enquanto a sociedade mantiver uma estrutura que normaliza a violência, estará normalizando muitos corpos silenciados pela violência. Como podemos verificar abaixo:

As mudanças jurídicas como a Lei Maria da Penha estão trazendo mudanças graduais importantes. Porém, ainda existe uma distância entre a lei e os elementos práticos que acabam reproduzindo a estrutura social machista, todavia presente na sociedade brasileira. Apesar do grande avanço na questão, a questão rural permanece como um grande silêncio, sendo que a ausência de dados sobre o contexto rural dificulta a melhor compreensão destas relações sociais. [...] Assim, uma recomendação desta pesquisa para a administração pública é a produção de pesquisas e dados sobre o tema, de forma a subsidiar o debate público e a consequente elaboração de políticas públicas (Kipnis, 2015, p. 5).

No geral as mulheres já passam por toda uma dificuldade de acesso para formalizar uma denúncia na delegacia, ação que exige uma logística nem sempre acessível para as mulheres em situação de violência. Especialmente as mulheres em situação de vulnerabilidade social. As mulheres do campo/zona rural, muitas longe dos povoados, sofrem todo tipo de abuso e violência sem ninguém, muitas vezes, saber e sem ninguém ouvir os seus clamores. Pois, discutir sobre a violência contra a mulher é tratar também da temática do desamparo, por parte do Estado, desamparo social, desamparo dentro de casa. São inúmeras instâncias, pois sabemos que a subnotificação dos casos de abuso e violência são enormes. Até porque a violência se sustenta do silêncio.

[...] No entanto, na mídia, em geral, figuram-se notícias quase que semanalmente de mulheres que foram assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros em todo o país (lembrando que estas notícias e dados estatísticos fazem referência quase que exclusivamente as capitais) (Farias; Fernandez, 2013, p. 102).

Desconstruir toda essa estrutura machista/misógina, que “permite” e naturaliza isto, é uma luta longa, mas que não pode parar. Um dos caminhos para a acabar com toda esta estrutura é o acesso ao conhecimento/informação através de políticas públicas efetivas. Como, por exemplo, o aperfeiçoamento de cursos ofertados por

Programas como o Mulheres Mil, que colaborou significativamente na sensibilização/conscientização dessas mulheres para a questão da violência, relações abusivas que eram vítimas. Como podemos perceber através do relato abaixo o impacto do Programa na vida dessas mulheres:

“Muitas foram impactadas, sim! Muitas se separaram. Muitas saíram da situação de violência. Buscaram outros caminhos, foram ser autônomas, construíram a sua independência financeira. Várias! Eu posso citar um exemplo do grupo que a gente tinha, a turma que era Derivados da Mandioca. E essa turma era muito bacana” (Therezinha G. Leitão, docente do IFBA campus Seabra e atuou como professora do PMM).

Ainda a respeito da evasão escolar, o professor Carlos aponta a seguinte experiência vivenciada no campus Seabra:

“E naquele início, era tudo mais intenso, nesse contexto, uma correria. É... Eu lembro que no início do curso eram turmas de 40 mulheres, depois com passar do tempo, diminuiu drasticamente [...]” (Carlos Eduardo Carvalho de Souza, docente do IFBA campus Seabra, ministrou a disciplina Empreendedorismo no PMM).

Sobre esta questão o Guia Metodológico do Mulheres Mil destaca em seu Módulo de Acesso, Permanência e Êxito:

O Módulo de Permanência e Êxito faz parte de uma cultura inclusiva que promove a criação de uma comunidade escolar segura, acolhedora, colaborativa e estimulante, com ênfase na valorização do sujeito. Nesta perspectiva é importante a implementação de todas as formas de apoio, em uma rede de atividades de suporte que melhorem e ampliem a capacidade da instituição em responder adequadamente à diversidade desse grupo de educandas e de suas demandas sociais e evitar a evasão (Brasil/MEC, 2012, p.26).

A evasão escolar é uma realidade vivenciada em muitos campi, analisando avanços e limitações, bem como, estabelecendo uma comparação dos dados coletados a partir das egressas, dos gestores e docentes que participaram do Programa. No entanto, a partir do relato a seguir, podemos perceber que houve esforço por parte da equipe gestora do campus Seabra para a permanência das alunas nos cursos:

“Óh, os professor quando veio aqui mesmo. Quando a gente foi bem recebida lá e também as colegas que ia também tava gostando também muito. No começo eu queria até desistir e eles não deixaram de jeito nenhum” (Hélia

das Virgens Anjos, 43 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).⁸⁸

A partir da coleta dos dados feita no campus Seabra, outro fator que também influenciou na evasão escolar foi a dificuldade na infraestrutura deste campus nos primeiros anos de estruturação do Programa. Pois, é válido considerar que a questão da infraestrutura dos campi nas cidades do interior é um ponto importante para o desenvolvimento de Programas como estes. Geralmente os Institutos Federais nas cidades do interior ficam afastados do centro da cidade e, no caso específico da cidade de Seabra, além da distância, outro fator foi o acesso ao Instituto, pois estava localizado num terreno cujo acesso era através de uma estrada sem asfalto ou calçamento. A instituição ficava isolada de qualquer outro imóvel ou outra instituição na época, o que provocava dificuldades e riscos para muitas alunas que não tinham acesso ao transporte escolar. Como podemos constatar através do depoimento abaixo:

“O transporte era porque era da escola. Então, tinha que pegar outros alunos e também era muito longe, era muito longe. Uma vez a gente veio de a pé, porque a mulher passou mal lá, tinha problema de arritmia e a gente teve que vim a pé, não achou o carro. O Robson não tava na hora também e era muito longe. O transporte é que era se tivesse... Não tinha asfalto não. Era muito perigoso. Era mato, chão e mato. E aí, a gente resolveu sair de lá, eu e minha irmã ela endoideceu logo. Ela queria: “não abre, abre!”. O guarda, assim, não deixou a gente todo mundo fez: Eita! Todo mundo correu. Aí o transporte é que tá faltando ali, o transporte. Falta de transporte. Mas, a respeito de sem ser o transporte tava tudo bom” (Cláudia Maria das Virgens Anjos, 46 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).⁸⁹

De fato, sozinhas as mulheres ficam mais vulneráveis. Entretanto, é necessário criar um ambiente mais acolhedor para essas mulheres, quando isso é viável para a instituição. O que nos leva a considerar que o fator evasão nesta realidade específica pode estar relacionada a diversos outros motivos, tais como: dificuldade na infraestrutura escolar, problemas com o transporte escolar relatado pela maioria das egressas e, especialmente, dificuldade em estabelecer parcerias naquela região. Dificuldades, muitas vezes, que ultrapassam a capacidade acolhedora e colaborativa da equipe multidisciplinar, já que o PMM foi um Programa montado com uma verba

⁸⁸ Entrevista de pesquisa concedida em 13 de maio de 2024, na cidade de Seabra.

⁸⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 13 de maio de 2024, na cidade de Seabra.

apenas para atender a assistência estudantil/ bolsa discente. Neste caso, a contribuição da equipe gestora, docente, convidados e/ou palestrantes contava com o trabalho voluntário. Exemplifico tais dificuldades com as informações trazidas através do relato abaixo:

“[...] a gente tinha o desafio de implantar, contratar professores. Porque, até então, o nosso quadro era o mínimo, com pessoas da Rede mesmo que estavam aqui para ajudar e também a gente teve uma dificuldade muito grande na compra do material. Porque recurso nós tínhamos, o Governo Federal tinha liberado o recurso, mas como a gente tava nesse processo de implantação a gente tava nessa demanda aí de organização. Mas, com todos os desafios, a gente começou os cursos com a carga horária que o próprio Programa trazia, né!? Dentro da linha acadêmica” (Robson Luiz da Silva Menezes, ex-gestor do PMM e Técnico em Assistente em Educação do campus Seabra).

Uma das estratégias para evitar a evasão escolar poderia ser: “Ademais, as famílias assistidas pelo Bolsa Família poderão ser orientadas a participar de processos de qualificação profissional de modo a criar possibilidades de se tornarem empregáveis” (Silva, 2016, p. 40). Além disso, os obstáculos em promover as parcerias institucionais (Delegacia da cidade, Defensoria Pública, Secretaria de saúde, entre outras), pois estabelecer/fortalecer essas parcerias torna-se de extrema importância no combate à violência e, como consequência, a evasão escolar. Tal aspecto representa os desafios encontrados na efetivação das políticas públicas feministas, apesar dos significativos avanços das políticas voltadas ao combate à violência contra a mulher no Brasil.

As orientações que constam no Guia Metodológico do PMM a respeito do estabelecimento das parcerias - com o intuito de criar condições para que as alunas sejam incluídas no mundo do trabalho, se tornem empreendedoras, etc. - é uma realidade muitas vezes inacessível para grande parte das cidades do interior da Bahia. Como pude observar, através da ida a campo, nos depoimentos colhidos através das entrevistas, os obstáculos enfrentados em estabelecer parcerias na experiência do Programa Mulheres Mil no campus Seabra. Dessa maneira:

São grandes os desafios para os organismos de políticas para as mulheres, enquanto uma nova institucionalidade no âmbito do Estado, como o de enfrentar os limites e contradições próprios das estruturas dos governos. A implementação de políticas para as mulheres, com perspectivas feministas, em âmbito da administração municipal, situa-se nesse contexto, cujas múltiplas expressões da sociedade capitalista-patriarcal que incidem na vida

cotidiana da maioria das mulheres apresentam-se como desafios gigantescos para uma ação que se pretende transformadora (Viana, 2013 p. 381).

A partir deste trecho do capítulo, levanto uma análise a partir de um outro viés, uma outra questão: é inevitável e de extrema importância estabelecer uma breve observação sobre o fato de gestores homens, em um Programa voltado às mulheres, impede/impediu o avanço do Programa na região? Ou contribuiu para trazer a diversidade, multiplicidade de olhares no processo de formação dessas alunas, além de desconstruir paradigmas da estrutura patriarcal, androcêntricos, misóginos, etc.? Podemos também cogitar a possibilidade do início da despatriarcalização das políticas públicas? Podemos considerar tal reflexão através do depoimento a seguir: sobre o impacto do PMM no próprio campus Seabra.

“Mas, isso foi muito rico, foi rico porque a gente aprendeu muito. Eu, enquanto gestor, aprendi a lidar com o outro, aprendi a ver o outro, aprendi a ver a luta pelo empoderamento feminino. Foi aí que a gente partiu pra ter uma defesa. Eu falo isso porque hoje a gente trabalha muito com a questão das comunidades quilombolas e justamente envolvendo essa questão de gênero, envolvendo essa questão do empoderamento” (Robson Luiz da Silva Menezes, ex-gestor do PMM e Técnico em Assistente em Educação do campus Seabra).

Vale ressaltar que a nomeação/escolha de gestores homens para um Programa como este ocorreu pela estrutura da Instituição Ofertante na época. O campus Seabra em 2011 estava ainda em processo de estruturação, havia poucos servidores e por isso, Sérgio Renato e Robson Luiz da Silva Menezes assumiram a gestão do PMM. Levanto esta reflexão e trago abaixo o seguinte depoimento:

“A gente tava numa sala cedida pela Uneb, onde a gente desenvolvia as atividades lá no prédio da Uneb. Uma sala pequena. Até então tinha cinco servidores, a gente dava conta. Preparando justamente todo o terreno pra mudar para as nossas instalações. A coisa foi fluindo, foi andando que veio a instalação da água, a instalação da energia e nós decidimos já poderíamos “residir”, seria o termo... na Instituição pública que é nossa. [...] E nós adotamos esse Programa. A gente procurou fazer uma pesquisa de demanda e dentro das condições que a gente tinha de estrutura e de tudo. E acho que os dois primeiros cursos que a gente implantou foi o Artesanato e Reciclagem, Empreendedorismo, não me recordo agora” (Robson Luiz da Silva Menezes, ex-gestor do PMM e Técnico em Assistente em Educação do campus Seabra).

No entanto, a ida a campo - após entrevista realizada com o servidor Sérgio Renato Gonçalves dos Santos, que também foi gestor do PMM do campus Seabra - trouxe questões importantes a serem analisadas a respeito dos desafios vivenciados

neste campus. Através da informação abaixo é perceptível a influência de uma estrutura básica no desenvolvimento de Programas como estes. Afinal, fica inviável a efetivação de políticas que visam a equidade de gênero sem orçamento suficiente para a implementação de tais políticas públicas. Evidencia-se, dessa forma, o quanto é necessário o investimento em políticas como estas. Este é um relato de um entrevistado que apresenta uma questão universal pensada pelas políticas/programas sociais e que contrasta com as especificidades/singularidades encontradas na realidade local:

“Primeiro: pra gente, tava difícil inicialmente porque a gente tava no período de implantação do campus. E quando você tá em um processo de implantação de uma unidade você tem toda uma dificuldade estrutural. De estrutura mesmo: de veículo para se deslocar, de sede, de materiais. É... de algo novo na formalização do projeto, de elaborar o projeto, de ver por onde você começava, né!? Tanto também porque nosso corpo era tão reduzido de servidores que o Programa Mulheres Mil, a ideia inicial, era tentar abarcar essa parte mais frágil das mulheres dentro da sociedade. E aí, o seguinte: e a ideia era que os gestores inicialmente fossem mulheres, né!? Esse é o primeiro desafio. A gente tinha, enquanto servidores, a gestão do campus em si, não tinha pessoas disponíveis para ocupar a gestão do Programa, né!? E aí, eu Sérgio, técnico administrativo aqui no campus, recém-chegado, pra mim também era uma novidade, né!? Na verdade, tinha acabado de tomar posse, mesmo vindo de outra instituição federal da área de ensino também, mas aí a gente começou, eu e Robson, que é técnico educacional, a gente acabou abarcando a ideia por conta que a gente entendeu que o Programa é muito importante pra região, né!?” (Sérgio Renato G. dos Santos, ex-gestor do PMM, Técnico em Assistente em Educação do campus Seabra).⁹⁰

A partir desta importante informação trago a seguinte consideração: sua composição estrutural reflete as tentativas de tutelarem programas como estes? Como, por exemplo, a introdução do Mulheres Mil ao PRONATEC impediu a ampliação de seus objetivos? Que talvez fosse transformar-se em uma política pública feminista e não meramente uma política voltada às mulheres. Há de se considerar, por outro lado, a resistência oposta de certos setores no avanço de tais políticas sociais.

O depoimento a seguir nos faz refletir sobre as adversidades enfrentadas no processo de implantação do Programa no campus pesquisado:

“Teve por que o seguinte: muita turma e você faz todo o projeto pedagógico e tal, e você faz a busca. Então ficou um tempo das entrevistas para iniciar o curso por conta das estruturas, de material e tal. Esse negócio de máquina. Nesse tempo você acaba tendo um certo desgaste da turma. Então, você fez

90 Entrevista de pesquisa concedida em 21 de setembro de 2024, no campus Seabra do IFBA.

a escolha, a pessoa fica na expectativa. Então, houve essa interrupção, não me lembro direito quanto tempo foram, mas acaba tendo um certo prejuízo no desenvolvimento geral” (Sérgio Renato G. dos Santos, ex-gestor do PMM, Técnico em Assistente em Educação do campus Seabra).

Tais depoimentos revelam a necessidade de mais atenção e, portanto, promover de maneira articulada uma formação e capacitação de servidores públicos em programas de extensão dessa natureza e em políticas para igualdade de gênero. Como podemos analisar através da informação abaixo:

No caso do programa Mulheres Mil, no momento em que os gestores realizaram o curso em Brasília, havia entre os profissionais da rede, uma preocupação com a ausência de formação para atuar com o tema de gênero e diversidade na escola em uma rede gerenciada pelo governo federal (Silva, 2016, p.137).

Até porque o PMM era formado por uma equipe multidisciplinar voluntária. É perceptível que, mesmo não tendo uma equipe preparada para trabalhar em um programa de extensão voltado às mulheres em situação de vulnerabilidade social, pois tinha falhas e lacunas quanto às questões de gênero, teve professores que se esforçaram, nesse sentido - mesmo não sendo a sua área de estudo/pesquisa -, e buscaram se atualizar na temática para poder trabalhar com o público em questão. Como podemos perceber através do relato abaixo:

“É, a gente conhecia um pouco das necessidades, principalmente em relação às questões que – não tem como, infelizmente toda vez que você tem um grupo de mulheres a questão da violência de gênero surge, né!? É muito forte. E acredito que não seja só aqui. Em toda parte, né!? Então, essas questões foram... À medida que elas iam aparecendo na turma, porque a gente fazia um trabalho metodológico muito diferenciado, a gente não chegava lá... Bom, eu já não trabalho assim! E aí, teve uma feliz coincidência de outros colegas que se dispuseram a trabalhar de uma forma diferente: de ouvir a turma e adequar suas metodologias para o perfil da turma” (Therezinha G. Leitão, docente do IFBA no campus Seabra, atuou como professora do PMM).

A partir da coleta de dados podemos considerar que, no processo de verticalização do ensino, as ementas das disciplinas ofertadas no PMM do campus Seabra tinham como objetivo uma proposta inovadora e multidisciplinar ao dialogar, por exemplo, o conteúdo da disciplina Língua Portuguesa com às questões que perpassavam a realidade da mulher. Como podemos verificar abaixo o caso específico da professora que ministrou essa disciplina para as alunas do campus Seabra e que tinha conhecimento sobre a questão da mulher na história do Brasil, feminismo e as relações de gênero, sabendo dialogar de maneira interdisciplinar o conteúdo da

disciplina com a realidade da mulher brasileira. Isso fez, por exemplo, que as alunas tivessem uma motivação maior nos estudos. Foi uma proposta metodológica dinâmica, pois contribuiu consideravelmente no processo de verticalização da escolarização das alunas como parte da dimensão social do empoderamento, além de trabalhar a questão da identidade regional por ter feito uma abordagem interdisciplinar do conteúdo. Como podemos verificar um trecho do conteúdo ministrado na disciplina⁹¹:

- A aprendizagem de conhecimentos básicos da Língua Portuguesa, necessários à leitura de si e do mundo e ao despertar da escrita como espaço interação.
- Refutar os valores machistas que ancoram a segregação da mulher no mercado de sua cultura;
- Visualizar as relações racistas que impõem à mulher negra uma segregação ainda maior;
- Reconhecer a necessidade de ruptura com o paradigma machista na educação das novas gerações;
- Desvelar alguns dos mecanismos que dão suporte à educação machista, criando entraves ao avanço feminino;
- Localizar segregação histórica da mulher negra, situando o debate de gênero no contexto racista de formação do país;

4.2 Ouvindo as vozes dos grupos sociais invisibilizados: as egressas do Mulheres Mil

Como exposto no capítulo anterior, as informações obtidas através das fontes, especialmente das entrevistas realizadas com as egressas, contribuíram para um entendimento mais aprofundado, detalhado, esmiuçado do objeto de estudo. Foi fundamental, no processo de pesquisa, descortinar o objeto a partir da própria expressão de indivíduos: as “mulheres mil”, suas linguagens e suas impressões/expressões de mundo foram fundamentais para o processo de investigação

Parâmetros como nível de escolaridade, ocupação, estado civil, etc. foram estabelecidos para avaliar o impacto do Programa na vida das egressas. Todavia, foi feita uma análise criteriosa através do depoimento das egressas sobre a importância do Programa na vida de cada uma, seja no processo de empoderamento, seja no processo de socialização, verticalização do processo de escolarização, entre outros aspectos. Tal como podemos observar a partir do relato a seguir:

91 A ementa da disciplina está disponível nos anexos.

“Só tenho a dizer que através do curso Mulheres Mil mudou muito a minha vida. Entendeu!? Não só a minha, como muitas mulheres, né!? Não só a mim, como mulheres... Como eu adquiri muito conhecimento. Então, Mulheres Mil é uma mulher ser forte, de garra, de determinação. É ter seu próprio negócio, é uma mulher corajosa, ter competência. Entendeu!? É uma mulher mil! Mulheres mil! Entendeu!? É o curso pra todas as mulheres. Mulheres que... Às vezes tem mulher que não tem renda nenhuma, a mulher não sabe ler, mulher que às vezes foi sem saber... Eu já sabia ler, mas tinha muitas mulheres que não ler. Lá no curso teve muito aprendizado. Assim, não só do curso, de saber ler, falar, a pessoa é.... Às vezes, a pessoa tímida com aquela força, com aquelas mulheres, aquelas colegas, todas colegas, assim, né!? Aqueles só mulheres, né!? Então, é uma coisa que trouxe muito... Foi uma coisa muito boa, não só pra mim, mas todas as mulheres” (Maria Mádia de Souza, 62 anos, egressa do Programa Mulheres Mil do campus Seabra, cursou Artesanato e Sustentabilidade).⁹²

As informações trazidas através do depoimento abaixo reiteram os esclarecimentos feitos pelos gestores a respeito das dificuldades na execução de um programa como o Mulheres Mil e a falta de estrutura e investimento:

“Eu achei que podia ter sido melhor - não sei se foi porque foi naquela época, naquela época era mais difícil, né!? - materiais, faltou muito material. Material didático do curso, assim, né!? Foi muito... foi difícil, né!? E também transporte, faltava transporte. Às vezes, tinha uma mulher que foi de Artesanato da zona rural que às vezes não tinha transporte pra buscar ela. As meninas que mora longe, né!? E às vezes faltava transporte, faltava muito transporte. Às vezes faltou transporte, aí teve um pouco de dificuldade pra gente. E, às vezes faltou muito material, tecido, essas coisas assim” (Maria Mádia de Souza, 62 anos, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA do campus Seabra, fez o curso de Artesanato e Sustentabilidade).

Apesar das dificuldades e limitações, o PMM do campus Seabra trouxe repercussões importantes no sentido de sensibilizar as alunas a respeito da sustentabilidade, especificamente a respeito dos efeitos do lixo para o meio ambiente:

“O lixão lá, que o pessoal joga lá... as doenças também, né!? As doenças que o pessoal às vezes joga no rio aí, o lixo aí no rio coxó, né!? Que joga o lixo! E aí, com as palestras melhorou muito. E, naquela época, tinha muita doença de esquistossomose, por causa do lixo, por causa do rio. E melhorou muito, melhorou bastante. O lixão, o pessoal, aquele pessoal, catando lixo pra vender também. Entendeu!? Teve, a gente foi no lixo, no lixão também. Uma visita no lixão pra ver lá como era a situação lá do lixão. A gente foi fazer uma visita lá. E aí trouxe muitos benefícios, assim, sobre essas palestras” (Maria Mádia de Souza, 62 anos, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA do campus Seabra, cursou Artesanato e Sustentabilidade).

Era uma preocupação não só para as alunas que cursavam Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo, mas para as alunas de todos os cursos. Afinal, o

92 Entrevista de pesquisa concedida em 14 de maio de 2024, na cidade de Seabra.

objetivo do Programa era sensibilizá-las para a questão da sustentabilidade, pois era uma realidade enfrentada na região. Como podemos analisar a partir das informações mencionadas no Plano Territorial de desenvolvimento sustentável do território da Chapada Diamantina:

A quantidade e a qualidade da água foi objeto de reclamação em muitos municípios, assim como a contaminação do meio ambiente com esgotos e lixos domésticos. A situação atual é determinada, por outro lado, pelo comportamento das pessoas residentes nas localidades, pois não existe consciência ambiental, na visão dos/as representantes municipais (MDA, 2010, p. 56)

Além disso, esta é uma temática que fazia parte do eixo curricular do Mulheres Mil, visto que o objetivo do Programa estava centrado na tentativa de delinear caminhos para o crescimento econômico, levando em consideração a preservação do meio ambiente. Como podemos verificar no Guia Metodológico do PMM:

Ao se elaborarem os módulos, portanto, deve-se ter essa clareza, pois o aprender para saber fazer deve estar associado ao saber ser, daí a importância também dos temas transversais presentes no Plano Educacional, perpassando todas as atividades dos módulos, permitindo assim a estruturação de um currículo integrado que prepare essas mulheres para um ingresso e permanência no mundo do trabalho de forma mais sustentável (Brasil/MEC, 2012, p. 20).

Nesse cenário, é extremamente necessário pensar em soluções para questões que são mais do que individuais, e sim sociais. Então, para que a vida das mulheres e a vida de quem elas cuidam sejam efetivamente valorizadas, as ações individuais, da sociedade civil, do setor privado, e sobretudo do setor público precisam de um olhar amplificado e passar a pensar o cuidado, a sobrecarga e feminização da pobreza de maneira intersetorial e conectada. O depoimento do ex-gestor Sérgio Renato demonstra o quão importante foi o aprendizado sobre sustentabilidade através do PMM:

“Eu digo para você entender, eu digo dessa parte de Reciclagem, né!? Entender Resíduo Sólido, que não é lixo. Então, você botar isso na mentalidade das pessoas que convive diariamente, até hoje, é passar do tempo, mas você acha tudo é lixo, tudo que é descartado. Não tem serventia. Então, isso é muito complicado. Até pras pessoas mais instruídas até. Então, isso é muito importante! E elas saírem sabendo: poxa! Eu posso reaproveitar, posso reutilizar, posso fazer algo diferente. Então, isso é importante. Então, na verdade, você não só cria as oportunidades de entendimento de alguns assuntos, mas como também você abre oportunidade para elas verem o mundo de outra forma” (Sérgio Renato G. dos Santos, ex-gestor do PMM, Técnico em Assistente em Educação do IFBA campus Seabra).

São inúmeras vezes dessas mulheres, um coletivo plural e diverso, onde há similaridade em muitos aspectos. O relato da egressa Maria Mádia evidencia aspectos importantes e representativos a respeito do Programa na vida dessas mulheres:

“Através do curso. E palestras também, palestras sobre violência, os tipos de violência. [...] Direito da mulher, a violência que a mulher sofre. A mulher sofre todo tipo de violência. No dia a dia a mulher sempre sofre todo tipo de violência: física, moral, né!? Só a pessoa falar uma palavra já tá... depende da palavra que fala com a mulher, já é violência, né!? Tem vários tipos de violência. Então, isso eu aprendi com o curso. Isso aí foi no curso também que eu aprendi” (Maria Mádia de Souza, 62 anos, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA do campus Seabra, cursou Artesanato e Sustentabilidade).

No depoimento da egressa Hildete Souza Santos, que foi aluna do PMM no ano de 2012, trouxe aspectos importantes e representativos a respeito do Programa na vida das alunas. A questão da sociabilidade e o impacto que este Programa trouxe na vida dessas mulheres é um detalhe significativo a ser analisado:

“É... porque, às vezes você tá tão fora das pessoas que você não consegue se comportar direito quando tá no meio delas. [...] no Programa a gente consegue ser mais humilde, ser mais solidária, ser mais comunicativa, entendeu!? E coisas assim, que eu não ligava para esse tipo de coisa... Solidária eu sempre fui, mas esse negócio de comunicativa, de me aproximar das pessoas. Eu nunca fui disso e lá, eu aprendi. [...]” (Hildete Souza Santos, 70 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).⁹³

No Programa Mulheres Mil a importância do empoderamento das mulheres e seus impactos emocionais. Até porque foi um momento em que desencadeou uma nova etapa na vida destas mulheres no município de Seabra e da região da Chapada Diamantina, como podemos verificar no relato abaixo:

“[...] Porque a gente aprende muita coisa principalmente a conviver com as pessoas. Quando a gente fica fora das coisas que acontece no mundo, a gente tá meio isolado e lá eu me senti uma pessoa atual. Entendeu? Uma pessoa que fazia parte do progresso, da vida. Uma pessoa que tinha o porquê falar: hoje à tarde eu vou fazer alguma coisa. Hoje à tarde eu tenho aula no IFBA” (Hildete Souza Santos, 70 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Conhecer a diversidade cultural que está em torno dessas mulheres apresenta-se como um dos fatores fundamentais para a compreensão da efetiva implementação e funcionamento de programas como esses. Assim como, para elucidar equívocos e

⁹³ Entrevista de pesquisa concedida em 20 de setembro de 2023, na cidade de Seabra.

orientar estes programas que tenham convergência com as demandas das alunas e não o contrário. O impacto do PMM na vida das mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podemos perceber a dimensão da repercussão deste Programa através do relato a seguir:

“E também teve uma parte, que na época eu tava numa situação muito difícil. Entendeu!? Eu tinha netos pequenos que dependia de leite, de fralda, sabe!? Minha menina não tinha condições, eu também tava sem condições... E nessa época quando eu vi esse Programa, quando eu fui contemplada, eu não sabia que a gente ia receber um valor mensal. E quando lá teve a reunião com Sérgio e Robson e ele falou desse auxílio, aí pra mim foi uma maravilha! Foi o mesmo que Deus ter mandado uma riqueza pra mim. Saber que todo mês eu ia receber aqueles cem reais. E também, quando terminou o curso nós recebemos oitocentos reais cada uma” (Hildete Souza Santos, 70 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Assim, para a implementação do PMM percebemos a dimensão da assistência estudantil na vida dessas mulheres, já que é um Programa voltado às mulheres em situação de vulnerabilidade social, e que também influencia na questão da evasão escolar em muitas instituições ofertantes. Em virtude do elevado índice de evasão, foi instituída bolsa permanência no valor de R\$ 100,00 (cem) reais. Como podemos verificar no trecho a seguir do Guia Metodológico:

No que se refere à assistência estudantil, é imprescindível que as alunas recebam auxílio para que permaneçam no Programa, já que a grande maioria não possui uma renda mínima para sua manutenção e de sua família. Além disso, a assistência estudantil lhe garante um suporte financeiro para sua formação acadêmica. [...] Esta população torna-se, assim, aluna regular da instituição, com acesso a todos os serviços que cada instituição oferece (Brasil/MEC, 2012, p. 29).

A voz emocionada no depoimento das egressas diz muito sobre o impacto desse Programa em suas vidas. Muito mais do que uma formação que as leve à inserção no mercado de trabalho. É algo substancial, algo significativo, simbólico. Algo do empoderamento feminino que perpassa a sociabilidade das mulheres em Programas como estes, que ultrapassem a condição de meros formadores para o mercado de trabalho. “[...] Daí a importância da ‘fala’, como expressão e autoexpressão no contexto do poder” (Tiburi, 2021, p. 54). Como podemos observar o impacto deste Programa:

Em linhas gerais, o projeto teve como objetivos elevar a escolaridade, ofertar qualificação profissional e contribuir para a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho. Saindo da linguagem objetiva, pode-se afirmar que

também promoveu diversos outros impactos que por sua essência não são tão simples e óbvios de serem mensurados, tais como a descoberta da cidadania, o resgate da autoestima, a melhoria nas relações familiares e no convívio das comunidades, além do estímulo às mulheres a voltarem para os bancos escolares. Resumindo: pessoas que voltaram a acreditar em si mesmas (Brasil/MEC, 2011, p. 7).

É restabelecer esse potencial feminino que promove a autonomia financeira e emocional das mulheres que passam a perceber que podem direcionar as suas próprias vidas, serem donas dos seus corpos e figuras detentoras de sabedoria e do poder soberano em suas regiões. Até porque antes do aprendizado/conhecimento adquirido através dos cursos, mulheres que entendiam os trabalhos relegados a elas como funções “naturais” da sua condição de gênero. Quanto mais informação, menor será o número de vítimas da violência em todos os sentidos (física, psicológica, patrimonial). Por isso a importância de Programas como o Mulheres Mil em cidades do interior, como podemos observar no depoimento abaixo:

[...] Olha, até eu começar a fazer parte do IFBA, Mulheres Mil, eu não entendia o Direito das mulheres. Eu achava que por ser mulher, tinha que suportar tudo de marido, de outras pessoas na rua. De outra pessoa tratar mal e você: “ah! Deixa pra lá, entrega a Deus.” Eu aprendi que a mulher tem os seus direitos. Principalmente porque... Assim, eu trabalho, porque antes eu trabalhava e chegava: toma aqui, oh! Seu serviço não serve mais pra mim. [...] Aprendi que eu tenho que correr atrás dos meus direitos por aquele tempo trabalhado. E outra coisa: sobre mulher... mulher e marido, mulher não pode ser submissa do marido. Ela tem que ter sua autoridade porque ela é um ser humano. E ela com ele forma um casal e um casal é um casal! Não é uma pessoa, assim, isolada que só um pode falar e o outro tem que calar. Como eu achava que era. Lá eu aprendi a ter os meus direitos. Agora, qualquer coisinha eu tô atrás dos meus direitos. Qualquer coisa” (Hildete Souza Santos, 70 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

As informações trazidas através deste depoimento revelam o quanto o acesso ao conhecimento - passado seja por um curso de formação/qualificação profissional e/ou pela verticalização do ensino, como foi o caso do PMM - é imprescindível para o empoderamento, autonomia e independência dessas mulheres. Em suma, nenhuma mulher nasce acreditando que mereça menos direitos do que os homens. Este é um processo histórico-cultural em que é naturalizado de geração em geração e que faz as pessoas acreditarem na diferenciação e desigualdade de poder. Assim, a sociedade patriarcal perpetua pessoas machistas e misóginas, através de um processo cultural e também por estratégica pressão social. Este processo ocorre também através de uma educação patriarcal que distingue homens e mulheres

convertendo essas diferenças em desigualdades – mas, que também enaltece “o masculino” e que molda a sociedade para funcionar através dessa lógica androcêntrica - que são justificadas como algo definido biologicamente. Por isso, a importância da despatriarcalização das políticas públicas voltadas às mulheres. Em especial, às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim,

[...] Se observarmos a postura feminina diante da perpetuação dessa injustiça social, veremos em certos nichos da sociedade uma acomodação e uma resignação estranhas, como se fosse natural, aceitável e, portanto, desnecessário contestar. Infelizmente, a estrutura preconceituosa e machista está inserida no sistema educacional do país. É primordial que o processo de luta pela igualdade de gênero e de raça seja acompanhado de uma mudança na estrutura de ensino (Nogueira; Jacino, 2013, p. 280).

O depoimento da egressa entrevistada revela uma nova mulher, aquela que encontra a sua própria identidade e que, em última análise, reconhece os seus direitos e a sua cidadania. Nesse sentido, é oportuno ressaltar que empoderamento é um processo interno, tanto que o mais apropriado é utilizar o termo empoderar-se. O curso/programa sensibiliza a mulher e o processo de empoderamento acontece de dentro para fora. Mudanças que são perceptíveis em camadas internas, específicas. Nesse sentido, a disciplina “Relações Interpessoais” também teve um efeito significativo, simbólico e, muitas vezes, imensurável na vida das alunas. Por isso, compartilhar informações, desmistificar, desnaturalizar as relações tóxicas e a violência são passos importantes para que essas mulheres identifiquem que vivem em relações abusivas. Quando estão vivendo em relações abusivas, uma das primeiras tentativas do abusador é excluir a mulher do convívio social. Como pude constatar através das experiências passadas nas entrevistas com as egressas. Por esse motivo, informação é essencial nesses casos e o caminho para isso é a educação.

O impacto do PMM na vida das egressas da cidade de Seabra foi algo singular. A maioria relata a questão da sociabilidade, das amizades estabelecidas e de se sentirem acolhidas pela equipe do Programa. O brilho no olhar, a lágrima e a voz emocionada das egressas “vale mais que mil palavras”, ao lembrar do Programa Mulheres Mil, durante o processo de coleta de dados passaram tantas informações quanto às suas falas/depoimentos. Como podemos perceber a seguir, relatos que

demonstram um saudosismo de uma época que ficou marcada nas vidas dessas mulheres:

“Aí, a gente sempre foi bem... ali a gente foi bem acolhida. Naquele na, na lá no, nos Mulheres Mil. E o que eu, e o que eu sinto mais saudade, daquela época é porque naquela época a gente se viu, assim, a autoestima pra cima. Hoje a gente já não tem mais isso. Eu era outra pessoa, eu me sentia muito, muito, muito bem lá. A gente ia aprendendo... Eu era mais ansiosa e tomava um remédio, só que naquela época eu não tomava o Diazepam. [...] E era bom que a gente conhecia, a gente ria, a gente brincava. Tinha Dete... E a gente brincava, a gente distraía. Não tinha como você pensar é... pensar negativo dali sabe!? A gente não tinha como ficar triste porque pessoas boas estavam ali dentro. E quando chegava lá você era mais bem acolhida ainda, lá se era... a gente era bem acolhida lá naquele lugar. Porque assim as pessoas passavam pra gente as coisas que a gente não sabia e ensinava coisas. Ali a gente era outra pessoa. Depois que acabou, mudou tudo!” (Cláudia Maria das Virgens Anjos, 46 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Através do relato abaixo, podemos verificar como o Mulheres Mil proporcionou diferentes outros impactos sutis que, por sua natureza não são tão simples e óbvios de serem mensurados, tais como: o resgate da autoestima, o empoderamento, a sociabilidade, etc. Como um lugar de reconhecimento de si mesmo e do outro, de crescimento mútuo e, dessa maneira, através dos cursos de qualificação profissional, é possível haver o aspecto da cidadania compartilhada também.

“O Mulheres Mil significou muita coisa na minha vida. A gente fez prova... Reciclagem. Aprendemos a fazer arte e também a gente é... Eu, da minha parte, também tive muito reconhecimento assim o valor de mulher que eu não tinha naquela época. O Mulheres Mil me ajudou muito e hoje eu sou a mulher mudada, graças aos Mulheres Mil. Mudou muito mesmo. [...] porque naquela época é... que nem tem que falar a verdade, né? Eu era alcoólatra. E aí, Mulheres Mil me ajudou muito. Eu saí do alcoolismo, briguei com meu esposo... O Mulheres Mil me ajudou, me levou para o Hospital. Hoje eu sou separada, hoje eu sou uma mulher independente. Graças ao Mulheres Mil, me dei mais valor. Tudo isso foi bom, maravilhoso na minha vida” (Hélia das Virgens Anjos, 43 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Como mencionado algumas vezes, nas entrevistas realizadas com as egressas as disciplinas “Direito da Mulher” e “Sexualidade e Saúde da Mulher” trouxeram um novo olhar para as alunas do campus Seabra. Contribuiu para que elas, através do empoderamento, fossem sensibilizadas sobre os seus direitos, fazendo que se apoderassem dos seus próprios direitos. Como mencionado anteriormente, são mulheres que passam por um processo de autorreconhecimento e, assim, ocorre o

empoderamento: que acontece de dentro para fora. A instituição ofertante, o Programa/Curso faz o papel de sensibilizá-las para que elas tomem consciência.

O Programa, através dos cursos, palestras e oficinas, proporcionou dimensões de mundos inimagináveis para essas mulheres: o resgate da autoestima e a possibilidade de se libertar do alcoolismo, a libertação de relações tóxicas e abusivas. Como podemos perceber no depoimento abaixo:

“Significou, assim, o quanto a gente tem valor e a gente não sabe, né? E o Mulheres Mil ensinou o tanto de valor que a gente tem. A formatura que foi linda, a gente foi bem reconhecida, foi maravilhoso! Não esqueço em nenhum momento, o quando a gente saía daqui ia para lá para cima do IFBA. Chegava lá era bem recebida, muito bem recebida mesmo. Eu naquela crise. Eh, fui machucada assim... Depois eu recebi todo o apoio deles. O professor Robson me ajudou bastante [...]” (PAUSA)

Para referendar, interroguei a entrevistada se ela havia sido machucada pelo seu marido na época? E ela respondeu:

“Isso. Foi, foi. E aí, eu recebi muita ajuda. E hoje eu posso dizer que o Mulheres Mil mudou muito minha vida. Foi muito difícil e a melhor coisa que aconteceu na minha vida, que foi um sonho realizado, foi sair do alcoolismo. O Mulheres Mil me tirou. Graças a Deus. Ajudou bastante, me ajudou bastante. Hoje eu sou uma mulher mudada. E aí, hoje eu tenho a minha casa, meus netos, meus filhos. Meu filho um formou, tá em São Paulo já com a família dele. O outro formou tá trabalhando aqui no mercado. Graças a Deus todos nunca, nenhum é dependente do álcool, nem de bebida, nem de álcool, nem de droga, de nada. Acho que foi um espelho que os Mulheres Mil me deu e eu passei para os meus filhos, graças a Deus” (Hélia das Virgens Anjos, 43 anos, egressa do PMM do campus Seabra-BA, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Para muitas mulheres fazer parte do Mulheres Mil é fazer parte de um universo de possibilidades, como pode ser percebido através dos depoimentos: ser aluna do IFBA⁹⁴ (mesmo que através de cursos de extensão), foi criar um ambiente de amizade novo com as colegas por meio da sociabilidade proporcionada pela interação entre os cursos. Além do aprendizado e a troca de saberes através das disciplinas e o resgate da autoestima, que elas relataram sentir muita falta. Quando perguntado sobre o que motivou as egressas a fazerem os cursos ofertados na época (2011/2012) pelo PMM,

94 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) é uma instituição pública de ensino que oferece cursos técnicos de nível médio (integrado), superiores e de pós-graduação em diversos campi da Bahia. “A extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, deve intensificar a relação entre a instituição e a comunidade externa.” Para mais informações ver em: <https://portal.ifba.edu.br/proex/inicio/a_extensao>. Acesso em: 27 jun. 2024.

as respostas geralmente foram que elas estavam em busca do novo, aumentar a renda, emprego e autonomia. Como podemos constatar a partir das informações abaixo:

“Ah, eu vou fazer esse curso! Não, eu vou fazer! Porque eu quero adquirir mais conhecimento. Eu quero, eu quero aumentar minha renda mais, né!? E saber... ser uma pessoa mais esclarecida. [...] Trabalhava de Agente Comunitária de Saúde. Eu já tinha o segundo grau completo, mas eu vi que o curso ia trazer muita... mais experiência, né!? No trabalho, como eu já trabalhava com o público, em bairro, né!? É, aí eu achei, achava que ia ser útil para o meu trabalho. Então, eu mergulhei em tudo, né!? E fui fazer o curso, um curso muito bom, muito proveitoso. Um pouco de dificuldade, mas todo trabalho tem dificuldade, né!? Mas, eu se saí muito bem. Quando eu vi o meu diploma, fiquei orgulhosa de mim. Com muito sacrifício, eu, eu venci!” (Maria Mádia de Souza, 62 anos, egressa do Programa Mulheres Mil do campus Seabra, cursou Artesanato e Sustentabilidade).

E como informado pelos gestores, a busca destas mulheres pelo Programa veio principalmente pela vontade de se tornarem empreendedoras, ter sua própria renda. Adquirir independência financeira porque a maioria delas passava por situação violência, viviam em relações abusivas e até mesmo por causa do próprio preconceito que vivia na cidade pela condição de vulnerabilidade social. Então, elas viam naquela oportunidade oferecida pelo Programa Mulheres Mil, se tornarem independentes e terem autonomia. Como podemos analisar através do relato abaixo:

“Eu falei que eu queria fazer porque eu queria já mudar de vida. Eu queria ter uma postura melhor, uma vida melhor e eu acreditei muito no Mulheres Mil e deu certo. Minha vida melhorou 100%, graças a Deus! Hoje eu sou muito grata aos Mulheres Mil, graças a Deus. Muito feliz mesmo hoje” (Hélia das Virgens Anjos, 43 anos, egressa do PMM do campus Seabra-BA, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Portanto, ao implantar o Mulheres Mil as instituições ofertantes construíram ferramentas de acesso para um público em condição de vulnerabilidade social que, por sua vez, há décadas sequer imaginava adentrar os Institutos Federais. Por isso:

Mais do que um projeto, essa ação representou o comprometimento com a inclusão social e, conseqüentemente, contribuiu para a construção de um país mais justo e igualitário e para o alcance das Metas do Milênio, promulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e aprovadas por 191 países que se comprometeram com a promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, a erradicação da extrema pobreza e da fome e a garantia da sustentabilidade ambiental (Brasil/MEC, 2011, p. 10).

O PMM apesar de ser um Programa voltado para a qualificação profissional e verticalização do ensino, através das entrevistas foi possível captar aspectos mais

subjetivos e imensuráveis na vida dessas mulheres, especialmente quando tratamos do impacto emocional do Programa no cotidiano de suas vidas. Quando perguntado sobre o período em que cursaram o Programa Mulheres Mil ouvimos os seguintes depoimentos:

“Mas eu, eu tive muita experiência ali. Foi muito aprendizado. Tomara que volta porque para mim foi uma experiência muito boa que eu tive na minha vida. Eu me senti outra, me sentia viva ali, eu me sentia bem acolhida, eu... não só eu não, como todas que estavam lá. Tinham umas que era depressiva também, que pior do que eu ainda, e recuperou tanto, tanto! Eu fico besta assim, óh! Ali era um local que onde a pessoa chegava desanimada, saia animada” (Cláudia Maria das Virgens Anjos, 46 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Apesar do Mulheres Mil ter suas disfunções a serem corrigidas, foi um Programa de resistência por ter trazido significativas contribuições na vida das egressas. A oportunidade de resgatar a autoestima e até mesmo a diminuição dos efeitos de processos depressivos em alunas que chegaram a pensar em cometer suicídio, por exemplo. Ao receberem apoio afetivo e emocional, solidificando laços de solidariedade através da(s) identidade(s) e pertencimento. Pelo fato de serem acolhidas em espaços/ instituições que jamais havia pensado em adentrar, em frequentar. Como podemos observar no depoimento abaixo (autorizado pela entrevistada):

“Geralmente quando a gente fez a inscrição, eles não citou, não citou, assim, tipo bolsa, tal... aquela coisa. Vamos colocar a questão de de financeira assim, eles colocou assim é um curso que é pra desenvolver a a ..., desenvolver as mulheres que têm habilidade, empreendedorismo. Se você, se você quiser abrir um negócio, aprender e tal desse jeito, influenciou. Aí vai, vai de nós é tal lugar e vai ter explicar desse jeito. Vai ela em tal lugar, nós não sabia nem o que era o IFBA. Mulher, aí eu falei: eu quero! Eu falei e eu fiz a inscrição. Sabe de uma coisa? Eu quero! Sabe porque? Eu quero porque eu tô sofrendo muito com depressão. Eu comecei, eu comecei a iniciar uma depressão que eu não tô dormindo bem, tô tentando fazer suicídio e tudo. A cabeça tá ruim todos os dias... Aí eu falei bem assim. E ela: então vai ser bom para você. Mas não me garantiu que eu vou, que eu ia conseguir. Só fez a minha inscrição. Aí com o tempo, depois me chamou. Ah, mas foi uma benção! Aí, eu acho foi a primeira vez que o ônibus veio, pegou a gente, foi muito bom. Aí eu gostei do primeiro dia. Nós gostamos do primeiro dia, nós já achou diferente: uma escolona dessa aqui e nunca vi. Ninguém nunca viu aqui no lugar desse assim e aí longe, né!?” (Valdemira das Virgens Anjos, 34 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).⁹⁵

⁹⁵ Entrevista de pesquisa concedida em 13 de maio de 2024, na cidade de Seabra.

É apropriado fazer uma ressalva nesta discussão porque tal temática não é foco de análise desta tese. Todavia, apresento este caso para exemplificar a imensurável repercussão do Programa na vida dessas mulheres, permitindo debruçar sobre a condição humana de uma maneira mais empática, compreendendo melhor o empoderamento feminino em suas múltiplas dimensões e o aprofundamento da condição do ser mulher em situação de vulnerabilidade social. Como podemos observar no depoimento abaixo:

“E para nós, para mim, pelo menos para mim e algumas mulheres naquela época, tinha muita, tanto eu como as mulheres tinha muito é... decadência aquela, aquela coisa de depressão. Tudo aquela informalidade de, de lidar com as pessoas, de não estudar porque ficou muitos anos sem estudar. Então, é... ficou, foi surpreendente assim: e era que é o quê? Aí de repente a gente meteu as cara e foi e foi sim! Foi muito bom, foi uma experiência boa, gostamos muito. Aprendemos muitas coisas boa. Eh.. aulas que deixou a gente leve. Tinha algumas aulas a respeito de de de de medicina assim... quando a gente tinha, deixava o corpo da gente leve. A gente se sentia bem. Eu, eu até esqueci o nome da professora, mas gostamos muito da, do trabalho dela, sabe? E aí, fez muito bem a gente aquele, aquele trabalho que ela fez lá. Aí, nós aprendeu a fazer um bocado de coisa. Aí interagiu assim, ajudou a mente. É uma coisa que os psicólogos orientam muito, né!? [...] A gente tava precisando muito, muito daquilo, né!? De um conforto daquele para poder ajudar a mente da gente. E aí chegou bem na época, bem na hora que a gente tava precisando, foi muito bom. Eu gostei. Gostei mesmo. Hoje eu já me sinto muito bem” (Valdemira das Virgens Anjos, 34 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Uma boa saúde emocional é crucial para o bem-estar individual e coletivo. Portanto, uma mulher com boa saúde mental impacta toda a sociedade. São repercussões que circundam não unicamente no âmbito da formação escolar e da qualificação profissional. Nas instituições ofertantes de programas como estes, é essencial também promover a conscientização sobre a importância do cuidado com a saúde emocional – através de palestras, oficinas, etc. -, antes que ela se reflita em problemas físicos. Afinal, as mulheres são mais suscetíveis a transtornos de estresse porque as desigualdades sociais, de gênero e de raça afetam de forma diferente as mulheres. Um dos principais fatores que deixam as mulheres mais vulneráveis aos sofrimentos psicológicos é a sobrecarga mental e física a partir das jornadas de trabalho.⁹⁶ Dessa maneira, as experiências vivenciadas em outros campi

⁹⁶ Para mais informações sobre a temática ver em: Ministério das Mulheres. **Diagnóstico e Propostas para o Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres no Brasil**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/agosto/grupo-de->

contemplados pelo Programas Mulheres Mil, demonstram situações similares ao campus Seabra, como podemos analisar através das experiências no Instituto Federal do Espírito Santo.

Constatou-se, portanto, na fala da egressa, que, algumas vezes, o objetivo da matrícula não foi a busca por uma colocação no mercado de trabalho. Enfim, foram diversos os motivos pelos quais as mulheres procuraram o programa: algumas mulheres se matricularam, pois consideravam que os cursos eram uma “terapia”, como motivo para sair de casa; pelo auxílio financeiro que o programa proporcionava; enquanto algumas procuravam um aperfeiçoamento e outras vieram em busca de uma oportunidade de emprego (Corcetti; Souza; Loreto, 2018, p. 928).

Experiências que levam a compreender questões numa perspectiva mais humana, permeadas por inúmeras dinâmicas sociais. Reflexões produzidas por questões existenciais. A partir da dor do outro, construindo, dessa maneira, o fortalecimento da sociabilidade e, assim, a construção da empatia, da sororidade. Dessa forma, promovendo inúmeras repercussões como, por exemplo, o empoderamento e o resgate da autoestima de mulheres que voltaram a se cuidar, a acreditar em si mesmas e cultivando o autoamor.

“Eu falei: meu Deus, aqui é bom! Aí não tiver opção de desistir nem um dia. Depois desse dia para cá. Eu falei: eu vou continuar, eu vou continuar porque eu gostei, eu gostei. A simpatia, eu... sei lá. Alguma coisa me cativou, alguma coisa me cativou e eu vou continuar. Aí eu fiquei. Eu gostei, eu gostei e comecei. Eu não quis faltar mais. Só quando tinha, assim, um problema com minhas filhas, assim... duas filhas. Até a depressão naquela época, eu... eu... minha melhorou. Você acredita!? Melhorou muito a minha depressão naquela época, graças a Deus” (Valdemira das Virgens Anjos, 34 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Em suma, a promoção da saúde emocional direcionada às mulheres é essencial para prevenir também a violência de gênero e, nesse sentido, retomar a temática da violência de gênero é falar do sofrimento de corpos e de sofrimentos emocionais. Na maioria das vezes, um lugar naturalizado pela culpabilização das vítimas. Portanto, deve ser um “terreno a ser tocado” com muita sutileza, pois existe um processo de naturalização da violência pela sociedade patriarcal e, desta forma, é um procedimento de desconstrução é muito complexo. Muitas vezes elas não são educadas para ter essa consciência, sensibilizá-las para acessar essa consciência é

um longo e profundo trabalho de desconstrução, pois a transformação social demanda um esforço coletivo. Até porque, como afirma Heise:

O impacto da violência doméstica como agravamento à saúde pública só foi reconhecido recentemente por organizações internacionais como a OMS (Gómez, 1993). Em inúmeros estudos, verifica-se o risco de depressão, toxicomania, atos de autodestruição, tentativas de suicídio e suicídio entre mulheres abusadas física e sexualmente. Estima-se que 19% dos anos perdidos por morte ou incapacitação física em mulheres em idade produtiva devam-se à violência de gênero (1994, p. 34).

No entanto, é perceptível o quanto o PMM colaborou no processo de empoderamento e recuperação da autoestima de muitas mulheres vítimas de relações abusivas, como podemos perceber nos relatos abaixo:

“Nessa época, eu tinha esposo, mas meu esposo me judiava bastante. Então, foi lá que eu aprendi também sobre isso também... [...] foi lá que eu aprendi, aí eu levava a minha filha porque a minha filha via o pai, meu marido me espancando, batendo. Aí minha filha era bem moreninha... levava ela comigo e lá eles acolhia ela. Oh, que benção! Eles acolhia ela. Então, por que que eu levar minha filha? Porque também foi um aprendizado para ela aos poucos. [...] E graças a Deus, foi aprendendo aí eu, eu fui aprendendo mais um pouco aí. Aí, todo mundo falava para mim: meu Deus, como é que tu tá aguentando viver nessa vida, Cláudia? Aí, foi lá que eu aprendi com as pessoas, com os professores como é o direito. Como é que a pessoa deve... Aí, foi aonde eu tomei atitude e separei dele. Tem 14, 15 anos que eu separei dele” (Cláudia Maria das Virgens Anjos, 46 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Precisamos estar conectados com a violência de gênero vivenciada por essas mulheres especialmente as que não se dão conta quando são vítimas de relações abusivas, pois muitas delas acabam interiorizando os valores que as vitimizam. São várias etapas que desencorajam as mulheres a lutarem pelos seus direitos, mas quando estão unidas têm muito mais força para ultrapassar estas etapas, como foi perceptível no relato acima. Ao cruzar os dados das entrevistadas, a questão da sociabilidade foi um dos pontos mais abordados. O aspecto da sororidade é extremamente importante e deveria ser aprofundado nas políticas públicas feministas. Afinal, se as mulheres não se sensibilizarem umas pelas outras, quem o fará? O que fica claro é que a mudança social necessita de um esforço coletivo. Por isso, é necessário desenvolver estratégias profundas de autopreservação, buscando conhecimento sobre seus próprios corpos e consciências sustentada na sororidade. Contudo, proporcionado pelas políticas públicas feministas de fato.

O que fica claro é que as mulheres precisam conhecer os seus corpos, estabelecer limites, o que é inegociável para elas e expressar o sentem para se sentirem saudáveis. E a sororidade construída através do feminismo comunitário pode ser um recurso fundamental nesta caminhada de autodescoberta, autocuidado e expressão. “O primeiro aspecto a ser destacado desde esta perspectiva de ser sujeitas e atoras é desnaturalizar a invisibilidade ou a subalternidade das mulheres e tomar consciência da importância da mulher na configuração social” (Sacavino, 2016, p. 102). A partir das informações abaixo é perceptível os avanços que muitas alunas do Programa vivenciaram ao longo do tempo em torno da violência doméstica.

[...] eu vou te falar: só Deus sabe, só Deus, Deus sabe todas as coisas. Sofria muito na mão do meu marido. Era muito ciumento, muito, muito, muito! Então, não aguentava mais conversar.... Briga dentro de casa e meus filhos tudo pequeno, aí eu botar meu filho para escola, eu só tinha menina de 4 anos, aí eu levava comigo porque eu não aguentava mais. E lá eu me sentia acolhida, entendeu? E lá eu senti a coisa por pessoas que eu não conhecia e que foi lá na minha amiga que aprender a conhecer pessoas boas, que foi me ensinando o que eu aprendi o que eu não sabia. Eu fui aprendendo com elas. Então foi uma benção na minha vida, meu Deus!” (Cláudia Maria das Virgens Anjos, 46 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Inclusive, quando uma mulher percebe e compreende os abusos e violências que sofreu durante a vida, isso gera um lugar potente, de luta e toma consciência de que é vítima de fato e pode fazer algo a partir disso. Quando o abuso é escamoteado, escondido, essa mulher adocece e se sente incapaz, impotente, desequilibrada emocionalmente. Por isso, o acesso ao conhecimento é um caminho para desnaturalizar a violência. Proporciona autodefesa, autonomia para as mulheres escolherem e se posicionarem contra todo um sistema que oprime, naturaliza e “justifica” atitudes de agressividade dos homens. Afinal, a misoginia e a objetificação das mulheres fazem parte de uma cultura que está enraizada na sociedade patriarcal. Em suma, como afirma a própria Maria da Penha⁹⁷: “A vida só começa quando a

97 O caso Maria da Penha é representativo da violência doméstica à qual milhares de mulheres são submetidas em todo o Brasil, pois foi vítima de agressões e tentativas de feminicídio por parte do marido na época. “Maria da Penha Maia Fernandes nasceu em Fortaleza-CE, 1º de fevereiro de 1945, é farmacêutica bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966, concluindo o seu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977 [...]” Para mais informações ver em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

violência acaba.”⁹⁸ Na vida dessas mulheres que reconstruíram a autoestima e passaram por um processo de empoderamento através das trocas de saberes, informações compartilhadas nos cursos ofertados no PMM e também através da sociabilidade/convívio com outras mulheres. Neste processo, é imprescindível para a construção da sororidade quando a sociabilidade é fundamentada no feminismo comunitário.

A partir deste ponto é viável sustentar o seguinte princípio para a formação de políticas públicas feministas: sobre a importância de visibilizar as redes de afeto como redes que, muitas vezes, trazem um benefício humano maior - no sentido de reforçar a eficácia da sororidade, pois “temos a sorte de saber, em todos os dias da nossa vida, que a sororidade ainda é poderosa” (Hooks, 2020, p. 39). E assim compreender a economia solidária como um desses caminhos para o fortalecimento da sororidade. Com a mudança de hábitos e mentalidades, planta-se a semente que dá início a um longo e sinuoso processo histórico. A respeito da importância da sociabilidade fortalecida no Programa Mulheres Mil, fundamento esta importância a partir das seguintes informações:

Logo, percebeu-se que, por vezes, o objetivo principal da mulher que procurou pelo programa foi sair de casa e socializar-se, haja vista que, de acordo com Marques (2010), quando comparadas com as classes médias, as redes de indivíduos em situação de pobreza tendem a serem menores, mais locais, menos coerentes e com uma sociabilidade menos diversificada. O mesmo autor também aponta que, na análise individual de variabilidade da sociabilidade dos sexos, percebe-se que as mulheres pobres têm menores proporções nas esferas do trabalho e do lazer, e maiores, na esfera da igreja (Corcetti; Souza; Loreto, 2018, p. 928).

De maneira sucinta, viver numa sociedade patriarcal-capitalista é encarar uma série de desafios. A efetivação de políticas públicas feministas é a luta por um mundo mais igualitário. Aprender que diferença não é divergência e sensibilizar as alunas de Programas como o Mulheres Mil que elas comecem a compreender o significado de sororidade como um caminho para o empoderamento e também, a partir daí, é um

98 Em 07 de agosto de 2006, foi sancionada no Brasil, a Lei Nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta Lei tem sido o principal instrumento, desde então, para prevenir e coibir todos os tipos de violência praticadas contra as mulheres. Lei que também estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Assegurando que essas mulheres tenham a oportunidade de viver sem violência. Para mais informações ver em: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.html>. Acesso: 14 fev. 2024.

processo que leva a aprender a respeitar as mulheres que tomem decisões diferentes umas das outras. Nessa perspectiva,

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade (Berth, 2019, p. 18).

Por outro lado, apesar das dores serem similares (relações tóxicas, abusivas, violência), elas não estão na pele da outra para saber qual é a decisão, o modelo, o arranjo que vai cuidar melhor da outra naquele momento, naquele contexto. Pois, o Programa Mulheres Mil tem em suas premissas:

A aproximação com os estudos culturais me possibilitou olhar o Mulheres Mil como um artefato cultural, entendido como um dispositivo pedagógico que pela transversalidade do currículo “educa em” e “educa para”: se olharmos para o seu currículo, para além da obrigatoriedade de qualificar em uma atividade produtiva, o Programa Mulheres Mil educa em saúde; educa para que as mulheres percebam situações de violência doméstica e, assim, tenham a possibilidade de se defender; educa para que possam produzir-se empreendedoras; educa para questões do meio ambiente e da sustentabilidade (Silva, 2016, p. 30).

Concluo o debate a respeito à violência vivenciada pelas mulheres que foram alunas do PMM com a seguinte reflexão: nos dias atuais as mulheres têm se calado menos diante das situações de violência e isso aumenta as estatísticas do quadro de violência contra a mulher quando comparado aos anos anteriores. O que gostaria de saber são dados longitudinais - possíveis através das pesquisas a respeito das políticas públicas - capazes de revelar ao longo da vida das mulheres em situação de vulnerabilidade social o impacto da violência. Afinal, será que o aumento das denúncias tem afetado a reincidência da violência? É mais uma oportunidade para levantar o debate e sensibilizar o Estado sobre a emergência de políticas públicas feministas de fato.

Além disso, é preciso entender que a violência contra a mulher não é um problema isolado, mesmo quando se passa no ambiente doméstico (como os casos relatados pelas egressas do PMM). É um problema social e, portanto, público. Os indivíduos que cometem atos de violência precisam ser responsabilizados. Mas, se as estruturas que criam esses indivíduos não mudam, não dá para esperar uma resolução particular. A violência contra a mulher não acontece isoladamente, faz parte de um sistema que estrutura toda uma sociedade, é um fenômeno que se reflete em diversas dimensões sociais e, portanto, também no poder público.

Por esse motivo, a urgência por políticas públicas feministas e o caminho para tal inicia através da despatriarcalização das políticas voltadas às mulheres. Enquanto a perspectiva de gênero não for sensatamente adotada em todas as fases da política pública, o Estado brasileiro estará sendo conivente com o machismo e a misoginia na nossa sociedade. Dessa maneira, criar políticas públicas que viabilizem programas de qualificação e inserção profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade, é uma das estratégias para alcançar mulheres que não conseguem sair de suas casas, por serem responsáveis pelo trabalho do cuidado de membros da família, como foi o caso de algumas alunas contempladas pelo PMM do campus Seabra.

Outro ponto a ser analisado a partir da coleta de dados é que quando interrogadas sobre as lacunas do Programa, algumas egressas do PMM informaram que cogitaram a possibilidade da formação de uma cooperativa na cidade de Seabra. Todavia, este projeto não foi à frente por alguns fatores, tais como: falta de investimento do governo, falta incentivo, etc. Como alegam através dos relatos que podemos analisar abaixo:

“Eu acho assim na época que a gente fez o curso. É época que fala que a gente fez o curso, eu acho que deveria é... o Governo deveria ter se dedicado mais pra nem ter acabado e... e o que a gente tava, eh fazendo a gente levar adiante, entendeu? Ter um empurrãozinho porque a gente sabe que é difícil, né? Mas, se o governo tivesse dedicado um pouco mais sobre isso, talvez hoje tinha um centro de reciclagem, né!? Aqui na cidade precisa, eu acredito que em todas as cidades porque é muita, é muita... desperdício de material. E aí, eu acho que faltou isso: um empurrãozinho para a gente não ter feito o curso em vão. Em vão assim: de não ter dado continuidade no trabalho que a gente nem fez lá dentro. E a gente fez o curso e ficou por isso mesmo, mas se tivesse uma ajuda teria sido bem melhor. [...] eu sonhava assim: tinha algumas colegas também que sonhava e a gente até brincava. A gente ria do IFBA. Às vezes a gente descia andando que é um pouquinho longe, né? Aí, a gente descia dando risada de lá até aqui conversando sobre uma

cooperativa e a gente falava assim: é, a gente vai formar uma cooperativa aí vai chegar um ponto que vai sair caminhão entrando, caminhão saindo com uns projetos da gente, né? Mas infelizmente ficou só num sonho” (Andreia Souza Vieira Ferreira, 49 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).⁹⁹

Nesta perspectiva, o próprio Guia Metodológico do PMM destaca:

A instituição deverá definir estratégias e buscar os meios necessários para viabilizar espaços e estruturas das unidades de produção, inclusive com o envolvimento de parcerias locais interligadas com todo o sistema educativo da instituição, para que as educandas possam executar e produzir conforme as especificidades do curso em que estão inseridas. Poderão ser construídas, nas instituições, plantas pilotos e/ou ser viabilizado o uso de espaços de terceiros ou de parceiros. No caso de impossibilidade de se ter um espaço físico destinado a funcionar como unidade de produção, serão envidados esforços para a criação de espaços alternativos, que, adaptados, atenderão às necessidades da formação. No caso de serem utilizados locais cedidos por parceiros, a instituição será responsável por firmar acordos de cooperação técnica, dando amparo jurídico para a realização das parcerias, definindo as atribuições de cada membro do acordo. Uma preocupação recorrente para a qualificação das educandas será a captação de recursos e o gerenciamento financeiro, material e humano, orientando quanto à necessidade do estabelecimento de normas e procedimentos de uso das unidades de produção, sua manutenção preventiva e corretiva, além da expansão e desenvolvimento do patrimônio inicial, do empreendimento (Brasil/MEC, 2012, p. 33).

Como abordado, a dificuldade em estabelecer as parcerias foi um dos motivos que impossibilitou a concretização do projeto das cooperativas citado nos relatos das egressas. Vale ressaltar que diante das dificuldades em estabelecer parcerias institucionais, na região de Seabra e Chapada Diamantina, e o pouco recurso destinado ao Programa - já que o Mulheres Mil foi um programa com uma estrutura montada para funcionar com equipe multidisciplinar, docentes, palestrantes, etc. cujo trabalho era voluntário -, talvez tenha sido outro ponto que prejudicou o avanço e desenvolvimento do Programa em seu formato original. Sendo assim, será necessário o amadurecimento das políticas públicas para o fortalecimento das cooperativas em programas com estruturas e estes formatos. E no caso específico de programas como o Mulheres Mil, o protagonismo das mulheres e valorização do trabalho de outras mulheres.

As informações trazidas pela egressa Maria de Lourdes reiteram os dados trazidos no relato anterior:

⁹⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de maio de 2024, na cidade de Seabra.

“Verba no sentido, pra poder pá, porque era para vim uma verba para gente empenhar no desenvolvimento do, do lixão. Que era para gente cuidar do lixão que tem aqui em cima. E aí a verba ficou de vim e não veio essa verba. Então, ficou o plano, ficou o projeto sem acabar, sem concluir [...] É que a gente começou até fazer... acho que foi eu e Geny, a gente fez um levantamento do lixão. Fizemos levantamento lá na Pedra Preta que é um galpão lá que tem reciclagem, né? A gente foi fazer esse levantamento para poder vim um projeto pra gente trabalhar com eles, só que esse projeto não veio e ficou inacabado. A gente foi lá e tudo. Conversou com o pessoal que trabalhava, trabalhava lá na cooperativa. Só que o projeto não foi para frente. [...] Nós tentamos, é...as Mulheres Mil tentou associar com eles para, para fortalecer eles. Só que o projeto não foi para frente por causa da verba que não veio. Entendeu!? Aí não foi concluído. Na época lá era Robson que era o nosso gestor, era Sérgio o gestor também. E Therezinha que era a nossa professora. Eles foi tudo muito bom. Eles, né!? Robson é... era tudo pessoa legal com a gente. Ajudava bastante. Robson me ajudava bastante a gente. Só que o projeto não, não foi para frente” (Maria de Lourdes de Souza Pinto, egressa do PMM do campus Seabra, 49 anos, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).¹⁰⁰

O Guia Metodológico do PMM aponta a importância da elaboração de um plano de ação para a inserção das mulheres, alunas do Programa ao mundo do trabalho: “Portanto, a equipe multidisciplinar deve elaborar um plano de trabalho para detalhar todas as ações/articulações que precisarão ser realizadas para a implantação e execução do Mulheres Mil e acesso das alunas ao mundo do trabalho” (Brasil/MEC, 2012, p.7). Ainda nesse sentido, como consta no próprio Guia Metodológico do Mulheres Mil:

É essencial um trabalho integrado e articulado da equipe multidisciplinar na instituição com os parceiros, a fim de criar condições para que as educandas sejam incluídas e acolhidas no mundo do trabalho e estejam devidamente habilitadas para tanto. Este trabalho inicia-se no período de acesso, quando as mulheres estão apresentando sua realidade através dos documentos e questionários aplicados (Brasil/MEC, 2012, p. 31).

Através das informações trazidas pela egressa Geny Barbosa podemos levantar mais observações sobre a questão das cooperativas:

“Foi isso: que nós queria fazer a cooperativa, nós ia fazer. Depois acabamos desistindo. Quem é que nós foi fazer a visita lá no lixão de Salvador, foi para isso veio uma moça de lá também para explicar aqui para nós, mas acabou que nós desistindo, falta de interesse de todos queriam. Uma sozinha, duas não dá para fazer. Aí, nós acabamos desistindo. Então é só isso mesmo” (Geny Barbosa de Souza, 67 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Artesanato e Sustentabilidade).¹⁰¹

¹⁰⁰ Entrevista de pesquisa concedida em 16 de maio de 2024, na cidade de Seabra.

¹⁰¹ Entrevista de pesquisa concedida em 16 de maio de 2024, na cidade de Seabra.

O PMM tinha como propósito a qualificação social e profissional de empreendedoras em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, como podemos identificar através no depoimento apresentado anteriormente: “Então, assim, no início foi uma demanda muito grande, muitas mulheres mesmo tinham interesse. Até porque elas tinham vontade de se tornarem empreendedoras. Ter sua própria renda [...]” (Robson Luiz da Silva Menezes, ex-gestor do PMM e Técnico em Assistente em Educação do campus Seabra). Nesse sentido, Leite aponta as seguintes informações:

As experiências de cooperativismo no Brasil concentraram-se, até os anos de 1980, no meio rural. Nas cidades, seu surgimento deveu-se a um duplo processo. De um lado, a crise econômica que se abre no início da década com seu forte impacto sobre o desemprego será seguida de um processo de reestruturação produtiva e econômica que especialmente, a partir da década de 1990, terá fortes repercussões no mercado de trabalho com um significativo processo de desestruturação do mesmo, evidenciado em todos os seus indicadores: diminuição do trabalho industrial, aumento do desemprego e do tempo em que os trabalhadores passam a levar para encontrar outras formas de colocação no mercado de trabalho, aumento da informalidade, queda do valor real dos salários etc. Tal desestruturação será uma consequência direta não só das baixas taxas de crescimento econômico (quando não de retração), como também dos processos que acompanham a reestruturação empresarial, tal como o enxugamento das empresas e a decorrente terceirização e precarização das condições e das relações de trabalho (2009, p. 42).

O Mulheres Mil foi um Programa cujo objetivo estava alinhado, a princípio, com a política da economia popular e solidária, com foco no acesso e permanência em ocupações demandadas pelo setor produtivo local e/ou relacionadas à vocação econômica do território, visando à inclusão e inserção no mundo do trabalho, priorizando-se a articulação dos conhecimentos teóricos/práticos da formação básica e de qualificação profissional. Todavia, a partir dos depoimentos apresentados podem ser levantadas novas considerações sobre a questão abordada:

Prova disso são os diversos problemas enfrentados no interior dos empreendimentos de Economia Solidária, dentre os quais, podemos citar: a resistência dos trabalhadores em assumir cargos diretivos; a pouca ou inexistente preocupação dos trabalhadores com a qualificação profissional; e a baixa participação dos trabalhadores na tomada de decisões, mesmo podendo fazê-lo. Tudo isso se liga, diretamente, a questões como a naturalização da opressão e a reprodução de práticas e valores capitalistas no interior das novas estruturas criadas pela Economia Solidária, mas aponta, ainda, para outra direção: podemos falar de um “enclausuramento” do imaginário dos trabalhadores, que atua obstruindo a construção de um novo modo de pensar e de se situar no mundo, amparado não mais por valores capitalistas, mas solidários. [...] Acredita-se que uma efetiva transformação social requer não apenas a construção de novas estruturas sociais, mas também a criação de um novo imaginário capaz de sustentar novas práticas e olhares sobre a realidade (PAULA *et al.*, 2011, p. 324-325).

Por isso a importância de implementar as estratégias de empoderamento na mulher em situação de vulnerabilidade social tomando como referência a despatriarcalização das políticas públicas como um dos percursos fundamentais na efetivação das políticas sociais feministas. Para que estas mulheres passem a ter, no processo de formação/qualificação, uma visão orgânica e articuladora e que consigam levar esta visão à prática profissional. À vista disso, examinemos a seguinte reflexão:

A racionalidade econômica capitalista é impregnada de sentidos colonialistas e oculta uma diversidade de formas de regulação, de relações de trabalho e de trocas que são tratadas como elementos residuais a serem suprimidos mediante à modernização de espaços e atividades. Este imaginário em torno das relações econômicas dificulta a percepção de um microempreendedorismo de caráter popular que se afirma como prática de resistência e como expressão sociocultural - vinculado a hábitos, modos de vida, elementos subjetivos, formas de saber e à produção de conhecimentos – subalternizado e invisibilizado em contextos urbanos periféricos. A emergência de um campo de visão mais amplo sobre a complexidade de práticas sociais e produtivas não-capitalistas que convivem no âmbito deste sistema apresenta-se como um desafio à proposição de programas de apoio e incentivo aos pequenos negócios (Varanda, 2018, p.3).

Com isso, é pertinente que destacar que apesar da trajetória pessoal descrita e do caminho acadêmico percorrido mostra-se como as dimensões e indicadores de empoderamento se manifestam na dinâmica do grupo e como os relacionamentos com as instituições ofertantes incidem no comportamento sociocultural e criativo, no empoderamento de suas integrantes e no desenvolvimento sustentável da região. Como podemos observar a partir das informações a seguir:

“Eu achei extremamente importante, foi algo novo. Você tinha mulheres que tinha dificuldade de cortar uma caixa porque a mão não entrava na tesoura direito, por conta da lida, né? Então, isso é muito importante” (Sérgio Renato G. dos Santos, ex-gestor do PMM, Técnico em Assistente em Educação do campus Seabra).

Quando interrogadas sobre o impacto do Programa em suas vidas no geral e na possibilidade de conseguirem emprego, já que o objetivo principal do Mulheres Mil é ofertar cursos para formação/qualificação profissional, ouvimos as seguintes declarações:

“Na verdade, a gente aprendeu a fazer os puff, o sofá. Eu lembro do sofá de garrafa pet que a gente fez e algumas coisas das flores e os jarros de, de papelão que a gente... que a gente fez. E teve uns pano de prato também que a gente fez lá, já já fazia parte do outro grupo, né? [...] É, já fazia parte do outro, mas mesmo assim a gente fez. A gente também fez. Todo mundo junto fez. É uma casinha e tudo bonitinho. Ah, achei tão bom aquilo ali, gostei tanto

daquilo. Eu pejei para fazer aquilo ali em casa e não acertei. E eu queria fazer e tentei fazer não acertei de jeito nenhum. E eu falei: Óh, Meu Deus! Cadê? E eu doido para fazer um que eu achei tão bonitinha a casinha, os pano de prato dobradinho assim sabe!? E mostrando as casinhas feitas, aí eu eu olhei óh o meu o que eu fiz: ficou tão bonitinho! Já, já eu não acerto fazer aqui. A cabeça, a mente e lá eu vou a gente evoluiu muito! A professora tinha uma habilidade de lidar com uma pessoa assim também com mais calma, com mais educação. Com aquela coisa, então facilitava. Já em casa não, a gente não consegue mesmo, né? Por isso que é... Lá foi muito bom!" (Valdemira das Virgens Anjos, 34 anos, egressa do PMM do campus Seabra, cursou Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo).

Como abordado anteriormente, o fortalecimento emocional dessas mulheres é também uma forma de empoderamento. Afinal, a dependência emocional é também um dos fatores que dificulta muitas mulheres de se libertarem de relações tóxicas, abusivas e de outras dificuldades no âmbito da autonomia emocional, especialmente mulheres em situação de vulnerabilidade social. Foi perceptível que o acesso ao conhecimento permitiu a essas mulheres se enxergarem não apenas como vítimas e passaram a se conscientizar sobre a importância da desconstrução de processos de culpabilização da mulher como vítima, que a sociedade patriarcal impõe. São mulheres que passaram a enxergar a amplitude de mecanismos de ajuda e autocuidado, resgate da autoestima, autonomia e empoderamento para conseguir se curar de tantas "feridas": alcoolismo, relações abusivas, depressão, etc. Apesar de não ser o propósito central do Programa, este teve seus impactos imensuráveis neste sentido na vida das egressas do campus Seabra.

A metodologia utilizada neste campus contribuiu para a elevação da autoestima destas mulheres, bem como contribuiu para o fortalecimento dos vínculos afetivos entre elas. Em suma, foi possível constatar que, as dificuldades enfrentadas por essas mulheres ao longo de sua vida, sem dúvida, as impulsionaram a seguirem em frente em busca de novas oportunidades de crescimento, especialmente, no âmbito pessoal.

4.3 Uma breve análise sobre as lacunas, barreiras e impasses ao desenvolvimento do Programa Mulheres Mil

Concluo este capítulo expondo a seguir informações que estão relacionadas aos possíveis entraves ao desenvolvimento do Programa e como aconteceram as mudanças. Inicio apresentando a seguinte reflexão: de que maneira o Programa Mulheres Mil poderia ter avançado permitindo às mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade no acesso a cursos profissionalizantes que poderiam

contribuir para a melhoria de seu potencial produtivo, visando a sua inserção no mundo de trabalho, sob a perspectiva de melhoria de suas vidas? A partir desta reflexão, fica claro a respeito do PMM:

Os resultados permitem concluir que o Programa Mulheres Mil teve limitações para o pleno alcance dos objetivos propostos, em termos da redução da pobreza e inclusão das mulheres com risco de vulnerabilidade social no mundo do trabalho. Mesmo com os auxílios financeiros destinados às alunas e à parceria realizada com os Institutos Federais de Educação, a técnica utilizada para a implementação do PMM, dentro da perspectiva “top down”, propiciou reduzida emancipação, não contribuindo para a melhoria do nível de escolaridade e não promoveu capacitação profissional condizente com o mercado laboral local; enfim, não fomentou a equidade de gênero (Corcetti; Souza; Loreto, 2018, p. 933-934).

Assim, esta pesquisa teve como propósito investigar os principais impasses ao desenvolvimento de um Programa como este: tinha em seu plano político-pedagógico tudo para fazer parte do conjunto das políticas públicas feministas, mas, enfrentou barreiras que impediram o seu desenvolvimento enquanto tal. Como podemos constatar no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil:

A produção técnico-científica referente ao Sistema de Acesso, Permanência e Êxito será composta pela produção e publicação de artigos e pelo fomento à pesquisa – constituição de grupos de pesquisa com foco em gênero. Sugerem-se linhas de pesquisa relativas a gênero e trabalho, gênero e saúde, gênero e tecnologia, gênero e educação, para citar algumas (Brasil/MEC, 2012 p. 41).

Ao analisar o papel das instituições ofertantes, os IFs, nesse processo de formação/qualificação profissional das mulheres - instituição e práxis pedagógicas historicamente androcêntrica, como abordado no primeiro capítulo –, ao implantar programas que tentam discutir, dialogar, abordar e trabalhar questões de gênero em seu eixo curricular. Como podemos verificar a partir das informações a seguir:

Esses enfoques de gênero muitas vezes incidem na promoção do bem-estar social para a maioria das mulheres carentes envolvidas no programa, mas não oportunizam autonomia, nem a essas nem às mulheres como um grupo, como demonstram as pesquisas realizadas com foco no Programa Mulheres Mil, em diversas cidades brasileiras. [...] Nesse contexto, as políticas públicas de equidade de gênero promovem a entrada das mulheres em mercados marginalizados, marcados pela informalidade e ausentes de vínculos e de cobertura dos sistemas de seguridade social; perpetuando, assim, o lugar complementar e secundário do trabalho feminino no Brasil (Corcetti; Souza; Loreto, 2018, pp. 914-915).

Permeiar estes espaços é trilhar uma constante luta de resistência histórica das mulheres nos espaços de poder. Por isso a importância da despatriarcalização das políticas públicas como um caminho para a efetivação de políticas públicas feministas. Nesse sentido, a despatriarcalização das políticas públicas feministas tem a ver com a questão pontuada por Cisne e Gurgel:

Como ponto de divergência, a questão da autonomia político-organizativa do movimento se expressa na necessidade histórica de se estabelecer canais de interlocução com o Estado, objetivado nas políticas públicas e ações governamentais. Para alguns grupos feministas, isso equivale a integrar-se em postos da burocracia do Estado e a colaborar com ele na reflexão, proposição e avaliação de ações e teorias acerca da condição das mulheres na sociedade. Outros acreditam que essa “contribuição burocrática” coloca o movimento em uma perspectiva de subordinação, fragilizando sua autonomia e, por conseguinte, seu potencial de resistência e contestação perante o Estado burguês-patriarcal (2008, p. 80).

Portanto, é basililar ponderar os propósitos velados na oferta de cursos de formação específicos para mulheres em situação de vulnerabilidade social, permitindo, dessa maneira, uma releitura dos programas de extensão voltados às mulheres, nomeadamente o Programa Mulheres Mil oferecido nos Institutos Federais. Tal qual, num processo constante de “adaptação” social aos espaços de formação profissional historicamente patriarcal-capitalistas. De qualquer maneira, o que adianta ofertar cursos de capacitação/qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade se estes mesmos cursos reproduzem a dinâmica estrutural da sociedade patriarcal-capitalista cujo objetivo é (re)produzir o lugar social das mulheres em situação de vulnerabilidade/desigualdade social? A partir desta reflexão, aponto a seguinte informação, tomando como referência os dados do PMM em outros campi (IFMT)¹⁰² similares aos da realidade estudada nesta pesquisa.

Cinquenta e seis por cento (56%) das mulheres atendidas no Programa Mulheres Mil encontram-se desempregadas. Apenas quarenta e quatro (44%) estão inseridas no mercado de trabalho. Grande parte dessas mulheres possui uma renda per capita de até dois salários mínimos e são responsáveis pelo sustento da sua família. Destacam como atividades desempenhadas pelas mulheres para a obtenção da renda, os trabalhos domésticos (cozinhar; limpar casa e passar roupa); os serviços como babás e manicure. No que diz respeito às condições de moradia, podemos afirmar que, a maioria das mulheres não possui casa própria moram em residência alugada e/o cedida (Ferreira; Duarte, 2018, p.177).

¹⁰² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT), campus Pontes e Lacerda.

Por isso, as únicas maneiras da mulher ser dona de si é conhecendo os seus direitos e tendo independência financeira, em função disso a importância do acesso ao conhecimento através dos processos de verticalização de ensino por meio de programas como este: programas socioeducativos que podem funcionar nesse sentido. E, só assim poderão fazer escolhas por si mesmas e não pelas demandas do mercado, do Estado ou pressão social. A partir de tais constatações, fica claro a respeito do PMM:

Além disso, o programa após a sua finalização, não foi capaz de incentivar a continuidade dos estudos, devido a dificuldades que as prefeituras têm na estruturação de turmas que atendam à disponibilidade das egressas, que enfrentam, na maioria das vezes, obstáculos para gerir o trabalho, a casa e a escola, demonstrando a continuidade dos modelos tradicionais de gênero, que sobrecarregam as mulheres, em virtude do tempo consumido com as tarefas do cuidado (Corcetti; Souza; Loreto, 2018, p. 934).

A verticalização do ensino para mulheres em situação de vulnerabilidade social é uma questão complexa no Brasil, pois a execução do Programa tinha como base uma política social de inclusão e gênero que possibilitasse às mulheres, entre 18 e 70 anos, com baixos índices de escolaridade e em situação de vulnerabilidade social o acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Todavia, após serem capacitadas nos seus respectivos cursos, essas mulheres deveriam ter tido a oportunidade de elevar seu nível de escolaridade, o que não aconteceu na maioria dos casos. Como pode ser analisado a seguir:

O Programa Mulheres Mil proporcionou aumento da autoestima, considerável processo de mudança interpessoal e intrapessoal, visibilidade social na área educacional e maior participação das egressas na comunidade local; mas, não foi capaz de alterar o cenário de vulnerabilidade social em que se encontravam as mulheres participantes da política; ou seja, ele não contribuiu de maneira significativa para a elevação da escolaridade e para a entrada e/ou retorno dessas mulheres ao mercado de trabalho (Oliveira *et al*, 2013, p. 33).

Em 2013, o Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) por meio da iniciativa denominada Bolsa Formação. A oferta é resultado da parceria entre o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM), articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema no país. Ele é executado pelas unidades da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. O que pôde ser notado é que o Mulheres Mil foi

um Programa que teve por objetivo a autonomia, o empoderamento das mulheres através do empreendedorismo social, assim como, o desenvolvimento regional. Todavia, o seu deslocamento para o PRONATEC foi um dos fatores que impediu o avançar do PMM, não apenas na Bahia, mas em outras regiões do Brasil. Como pode ser constatado a partir das experiências no campus Inconfidentes, no sul de Minas Gerais:

Em seguida, Miller explicita o sentido atribuído à migração do programa: “nós estamos falando de uma metodologia que não vai ser mais o Mulheres Mil do Canadá que lá em dois mil e não sei quanto, quando essa parceria veio aqui para o MEC, quando o MEC adotou essa parceria e essa metodologia. Nós estamos falando agora de atingir milhares e milhares de mulheres, nós estamos falando da possibilidade de atingir... quiçá um milhão de mulheres à medida que essa metodologia de fato consiga ser implementada nas mesmas condições, no mesmo formato, no país inteiro”. Esse discurso formaliza a mudança estrutural do programa, ou seja, se no primeiro momento em que houve a oferta permitiu-se que os IF tivessem a liberdade para re/interpretar, adaptar e adequá-lo à sua comunidade e entorno, a sua fusão a outros programas sociais do governo federal determina o engessamento daquilo que talvez tenha sido o que o programa tivesse de mais valioso que seria a flexibilidade de sua metodologia que agora, multiplicada de forma exponencial, talvez não tenha as mesmas possibilidades de acolhida e inserção dos sujeitos (Silva, 2016, p. 115).

Já o PRONATEC, de acordo como é compreendido como o centro do debate acerca dos Programas de formação/qualificação profissional na atualidade. Foi criado pelo governo federal brasileiro, por meio da Lei 12.513, em 26 de dezembro de 2011, e se constitui como um conjunto de ações que visam ampliar a oferta de vagas na Educação Profissional Tecnológica brasileira, como informado na citação acima. Tal Programa tem metas ousadas e visa atender a oito milhões de beneficiados. Sobre isso, vale destacar:

Para atingir suas metas, os objetivos do Pronatec são: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Técnica de nível médio e de cursos e programas de Formação Inicial e Continuada (FIC) de trabalhadores; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público, por meio da Educação Profissional e; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional (Santos; Rodrigues, 2012, p. 8).

O Mulheres Mil foi uma experiência em que as mulheres conheceram e estabeleceram laços de afetividade através da sociabilidade que possibilitava fortalecer a sororidade, o que já não acontecia no momento em que o Programa foi transferido para o PRONATEC. Torna-se perceptível com este deslocamento do

Programa Mulheres Mil para o PRONATEC que há uma mudança também nos objetivos e até mesmo no perfil do público atingido:

Um fator apresentado para a migração do Mulheres Mil para o Pronatec parece ter incidido na constatação governamental de que no Pronatec Brasil Sem Miséria, 66% do público são mulheres e, deste público, 52% são jovens de 17 a 29 anos, cadastradas no CadÚnico (Silva, 2016, p. 111).

O que fica claro é que antes havia uma proposta mais inclusiva, que abarcava mulheres de diversas idades e - especificamente, no campus Seabra, teve o propósito de combater o etarismo, formando/qualificando mulheres com mais de 60 anos, com o PRONATEC há uma mudança, pois o foco é voltado para o público mais jovem. O discurso “possibilitar o acesso a quem mais precisa” não condiz com as exigências do PRONATEC. Dessa maneira, foi possível verificar que a mudança do Programa não possibilitou um acesso mais inclusivo, flexível e atento a uma diversificada demanda social, pois no PRONATEC há limitação de cursos, pois é uma formação mais voltada para atender o mercado de trabalho.

Cabe destacar que não desconsidero, é claro, o contexto atual em que vivem as mulheres mais jovens em situação de vulnerabilidade social e, por conta disso, a necessidade da emergência de políticas sociais, como apontam as informações a seguir. Tendo em vista, por exemplo, os dados revelados pelo IBGE nos últimos anos:

Uma análise do grupo etário de 18 a 24 anos de idade, faixa comparável com outros países membros e parceiros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), evidencia que, em 2020, não estar ocupado nem estudar se tornou a situação mais comum entre os jovens adultos no Brasil. O percentual dos jovens que não estudavam nem estavam ocupados passou de 29,3% em 2019, para 34,1% em 2020, ultrapassando o percentual de jovens adultos em qualquer outra situação de atividade. Em 2021, o percentual de jovens de 18 a 24 anos que não estudavam nem estavam ocupados permaneceu elevado, em 31,1% (IBGE, 2022).

Afinal, não é sem razão que o empobrecimento no Brasil tenha cor, gênero e território. Por esse motivo, aponto aqui estas informações: “Deste montante, 41,9% eram de mulheres pretas ou pardas, 24,3% de homens pretos ou pardos, 20,5% de mulheres brancas e 12,5% de homens brancos” (IBGE, 2022). O ponto de partida são as políticas públicas e as instituições escolares os percursos necessários para a efetivação de tais políticas. O Estado precisa produzir políticas públicas eficazes para modificar estruturalmente esta situação.

A realidade é que, no Brasil, nota-se que as mulheres que se movimentaram para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto, as mulheres em situação de vulnerabilidade social e, em sua maioria negras, se dirigem para a produção e para o setor de prestação de serviços, com destaque para o serviço doméstico, setor em que persistem os níveis salariais mais baixos e maior nível de informalidade (IBGE, 2014). Nesse sentido, “os principais desafios às mulheres pobres no Brasil referem-se à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, à moradia (saneamento básico, educação, saúde e segurança) e à luta contra a discriminação salarial” (Lisboa; Manfrini, 2005 *apud* Corcetti; Souza; Loreto, 2018, p. 938). A nova plataforma da vulnerabilidade social, cujos índices são de 2011-2015, demonstram as seguintes questões:

[...] Nesse sentido, um dos aspectos centrais na agenda de desenvolvimento brasileiro é o enfrentamento da assimetria de oportunidades expressas nas trajetórias de vida de mulheres e homens, negras(os) e brancas(os), residentes no campo ou na cidade. Evidentemente, o enfrentamento de tais fenômenos esbarra, na maioria das vezes, na escassez de dados e de informações, e em limitações metodológicas para a produção destes, tornando ainda mais desafiadora a tarefa de conformação de uma agenda voltada à superação dessas desigualdades (IPEA, 2022, p. 8).

De acordo com a cartilha do PRONATEC, o Programa Mulheres Mil é direcionado a mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico (sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas Sociais do Governo Federal), com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo PRONATEC/BSM. Conforme dados disponíveis no site do Ministério da Educação, o programa faz parte das metas de erradicação da pobreza do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal. Nesse sentido,

As políticas e programas analisados parecem sugerir que, entre a invisibilidade das mulheres e de suas necessidades e demandas e uma ação governamental resultante de uma ‘consciência de gênero’, que incorpore a perspectiva de gênero de forma sistemática e generalizada, há um terreno intermediário, associado a um processo incremental de transformação, em que alguns temas da agenda de gênero e algumas das abordagens propostas por movimentos e entidades de mulheres são incorporados, de forma gradual, abrindo talvez caminho para transformações mais profundas (Farah, 2004, p. 67).

Outro aspecto a respeito do deslocamento do Programa para o PRONATEC é que embora o Mulheres Mil tenha sido elaborado como um programa nacional, para ser desenvolvido nos Institutos Federais de todos os estados brasileiros, os diferentes atores sociais têm a possibilidade de (re)interpretá-lo, (re)adequá-lo e (re)criá-lo no âmbito de suas comunidades, ou seja, existem arranjos locais decorrentes da execução do programa que merecem ser estudados. O que não aconteceu com a criação do PRONATEC, que tem uma grade curricular mais rígida e que não permite essa flexibilidade, adaptabilidade regional/local.

O que se percebeu a partir das entrevistas realizadas foi uma distância entre o que está previsto e compreendido como uma concepção avançada de formação/qualificação profissional e os resultados alcançados pelo Programa Mulheres Mil, pois quando se trata da verticalização da escolaridade das alunas do Programa, esta conjugação de cursos básicos e técnicos não é fruto de decisões locais, faz parte de uma diretriz nacional. A este respeito pode-se enfatizar que apesar das declarações favoráveis à integração entre formação básica e formação específica, a política de educação profissional processa-se mediante programas focais. Dessa maneira:

a oferta desses cursos, como parte da política de educação profissional, objetivava atender a demandas por qualificação e requalificação profissional da população adulta de baixa escolaridade por intermédio de uma rede específica de cursos de curta duração, completamente dissociados da educação básica e de um plano de formação continuada (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 05).

A preocupação com a formação da mão de obra, muitas vezes se direciona muito mais para o mero atendimento ao mercado do que ao cumprimento de princípios educacionais, sendo assim, propor mudanças nos planos políticos institucional, conceitual, pedagógico e operacional pode ser um dos caminhos para a despatriarcalização das políticas públicas. Até porque

a noção de qualificação como construção social, questionou o discurso da “empregabilidade” e buscou centrar o entendimento da política pública de qualificação profissional na perspectiva dos direitos sociais, devendo, nesses termos, ser objeto de uma política nacionalmente articulada, controlada socialmente, sustentada publicamente e orientada para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a consolidação da cidadania. Enquanto política pública apoiada por requisitos da participação e controle sociais efetivos, a qualificação passou a ser vista como um fator integrante e integrador do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, articulada às

Isto posto, em sociedade nas quais ocorre a exploração capitalista, os desejos, até os mais profundos, são produzidos/induzidos. Diante disso, liberdade não pode ser confundida com “fazer o que quiser”, algo muito comum no contexto em que a sociedade patriarcal-capitalista se estruturou: de liberdade que vislumbra a autonomia individual e superior ao coletivo. Desse modo, a autonomia e independência das mulheres se concretiza dentro de uma prática que valoriza a sororidade e, assim, a harmonia comunitária, entendendo que liberdade é saber querer que respeite o outro, percebendo o outro como um sujeito que também tem o poder de decisão.

Portanto, a liberdade para satisfazer os desejos pessoais compreende uma coexistência justa e solidária. O que contradiz a lógica estrutural da sociedade patriarcal-capitalista. Por isso, é preciso ter um olhar atento aos caminhos para a despatriarcalização das políticas públicas voltadas às mulheres. Em especial, às mulheres em situação de vulnerabilidade social, pois as desigualdades econômicas vivenciadas por estas mulheres são perceptíveis quando analisado os dados coletados nesse diagnóstico socioeconômico. Nesse sentido, a educação tem papel fundamental na busca da formação de cidadãos críticos reflexivos e, o que ficou claro com este estudo é que a educação/formação apresentada pelo PMM é a que está voltada para o mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve o intuito de analisar as estratégias de empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social, egressas do Programa Mulheres Mil do campus Seabra do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, tomando como referência a despatriarcalização das políticas públicas como um dos percursos fundamentais na efetivação das políticas sociais feministas e suas implicações. O principal objetivo desta pesquisa foi produzir informações sobre a inserção das egressas do PMM no mundo do trabalho através de uma formação qualificada por uma efetiva política pública atenta às demandas dessas mulheres, portanto uma política pública feminista. Assim como, através de um processo de empoderamento fundamentado no resgate da identidade regional. Bem como, permitir o estudo do desenvolvimento socioeconômico da região através de outras formas de trabalho, baseado na efetivação da economia solidária embasada na teoria do feminismo comunitário.

A pesquisa teve como recorte temporal analisar o Programa Mulheres Mil no período de 2011 a 2015, no campus Seabra-BA. Contudo, após as idas a campo e realizar as entrevistas uma década após a finalização do Programa na cidade, foi perceptível a necessidade de incorporar a perspectiva das egressas e os impactos deste Programa uma década depois, objetivando verificar o que converge e o que diverge nos processos formativos das egressas e as influências em suas trajetórias de vida. Pois, na última década aconteceu um crescimento expressivo na produção de conhecimento científico sobre gênero e políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil, especialmente na Bahia.

Essa guinada quantitativa e qualitativa é decorrente de uma política de governo que possibilitou a emergência de um cenário favorável à institucionalização da temática, à formação e consolidação de grupos de pesquisas nas universidades, ainda que de modo embrionário. Promover, dessa forma, o fortalecimento em uma formação e auto-organização das mulheres em economia feminista, divisão sexual do trabalho e enfrentamento às desigualdades de gênero no mundo do trabalho é extremamente necessário para um aprofundamento do debate em torno das políticas públicas feministas.

A temática de estudo surgiu como interesse, sobretudo, porque a ênfase formativa do Programa Mulheres Mil não estava somente na qualificação para o trabalho, mas também na possibilidade de uma educação para a cidadania, promotora do conhecimento dos direitos sociais e que se propunha discutir as desigualdades de gênero, questões que considero tão importantes quanto a qualificação e a inserção produtiva das mulheres. No entanto, algo que não foi efetivado em muitos campi pela falta de capacitação dos profissionais que trabalhavam no Programa, especialmente com a temática de gênero.

Esta pesquisa teve como intuito o estudo sobre as políticas públicas voltadas às mulheres como um percurso imprescindível à efetivação das políticas feministas, tomando como referência a experiência do Programa Mulheres Mil no campus Seabra e, dessa forma, teve como objetivo analisar as estratégias de empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social tomando como referência a despatriarcalização das políticas públicas como um dos percursos fundamentais na efetivação das políticas sociais feministas. Dessa maneira, despatriarcalizar significa desconstruir a ordem patriarcal-capitalista vigente, que sustenta as hierarquias sociais de gênero e etnoracial. Portanto, é responsável pela manutenção da vulnerabilidade social através da reprodução das desigualdades socioeconômicas. Além disso, indica o ressignificar de toda a sociedade que está estruturada em uma dinâmica que se move pela e para a reprodução das relações de poder cuja base está assentada na ordem patriarcal-capitalista, e que produz lugares sociais fortemente demarcados e intransponíveis.

Despatriarcalizar as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social significa também um plano de ação para a concretização de políticas públicas feministas que indica o ressignificar de toda a sociedade que está estruturada numa dinâmica que se move pela e para a reprodução das relações de poder cuja base está assentada no sistema patriarcal-capitalista, e que produz lugares sociais fortemente demarcados. Descortinar o lugar hierarquizado da mulher em situação de vulnerabilidade social na sociedade patriarcal etnocêntrica nesse estudo, foi um passo importante para o longo percurso que é a despatriarcalização de políticas públicas voltadas às mulheres e a construção de política pública antipatriarcal. Esta tese compreende um esforço de estabelecer conexões e rupturas entre as políticas públicas feministas e a despatriarcalização das políticas voltadas às mulheres.

Esta pesquisa teve o intuito de dar voz e visibilidade às mulheres em situação de vulnerabilidade social que foram alunas do Programa. Ato político e de resistência X (*versus*) a invisibilidade que é um processo deliberado e omissivo do Estado patriarcal-capitalista. Para evitar essa apropriação da identidade do outro que é comum neste mundo patriarcal-capitalista, por isso, é necessário delineamentos mais efetivos de políticas públicas para uma reflexão histórica e cultural sobre o processo de empoderamento através da formação da identidade regional de mulheres beneficiárias de programas como estes.

Especificamente, o Programa Mulheres Mil se propõe a estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade; possibilitar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica de um “alunado não tradicional”; ofertar cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, incluindo neste programa a verticalização da escolaridade voltada para uma formação cidadã; articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas solidárias e a empregabilidade. Todavia, na esfera das políticas públicas no Brasil temos o PMM como uma política que, vista sem uma análise aprofundada, de uma maneira superficial pareceria resolver a situação de vulnerabilidade social a partir da capacitação das mulheres beneficiadas pelo Programa. No entanto, ao investigar as políticas públicas voltadas às mulheres a partir deste Programa nota-se que os cursos de capacitação/qualificação profissional não têm, por si, necessariamente, como consequência tirá-las da situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois os cursos ofertados até podem permitir que elas adentrem ao mundo do trabalho, mas não se trata de uma simples relação diploma-trabalho. Até porque, os cursos têm curta duração, sendo impossível o desenvolvimento de profissões complexas, que exijam aprofundamento de saberes, o que lhes proporcionaria, talvez, possibilidade de ocupar espaços no mundo do trabalho com maiores rendimentos financeiros, por exemplo.

O que se viu como resultados desta pesquisa foi que há uma distância entre o que está previsto e compreendido como uma concepção avançada de formação/qualificação profissional e os resultados alcançados pelo Programa entre as mulheres, objeto de análise desta pesquisa. Primeiro porque, mesmo que o foco esteja voltado para a inclusão no mundo do trabalho, não atingiu aos objetivos, uma

vez que o tipo de curso, a inserção destas no mercado de trabalho, foram questões apresentadas pelas entrevistadas como algo distante da sua realidade. No que diz respeito a torná-las cidadãs críticas, se observou, nas falas das mulheres, alguns avanços no sentido de compreender melhor alguns direitos sociais, especialmente quando se trata do direito da mulher. Porém, a reprodução do discurso e culpabilidade individual no sentido de não conseguir estudar, de continuar os estudos, por exemplo, mostra que esse avanço na consciência coletiva das mesmas ainda é incipiente, senão inexistente.

No entanto, o suporte técnico (através do financiamento estudantil), o apoio afetivo/emocional da equipe multidisciplinar, os vínculos afetivos estabelecidos através das amizades com as colegas dos cursos tiveram um impacto importante e necessário para começar a trilhar os caminhos nesse delicado adentrar ao universo do Mulheres Mil que transformou de maneira imensurável a vida de mulheres em situações de vulnerabilidade social diversas. Tais como: resgatando a autoestima de mulheres que viviam do alcoolismo, curando-as desta condição; mulheres que estavam em situação de depressão profunda e que passaram a se sentir melhor com a sociabilidade proporcionada pelo Programa; mulheres que viviam em relações tóxicas/abusivas, eram vítimas de violência doméstica e que conseguiram tomar consciência a partir do Programa e se separaram dos agressores, no caso, maridos/companheiros. Nesse sentido, a metodologia utilizada pelo Mulheres Mil aponta para a importância das mulheres se enxergarem sujeitas e parte de uma proposta que criem sentidos de aprendizagem para além dos conteúdos ministrados, proporcionando, dessa forma, uma melhoria substancial na qualidade de vida dessas mulheres.

Sendo assim, fruto da coleta de dados surgiram múltiplas temáticas apontando os resultados da pesquisa. Tais como: violência contra a mulher - vivenciadas pela maioria das egressas -, evasão escolar, a sociabilidade como elemento importante para o empoderamento e um caminho para a sororidade, cooperativismo/empreendedorismo social. Para que assim haja, de fato, a inclusão educativa e a promoção social e econômica dessas mulheres, por meio da formação/qualificação profissional e elevação de escolaridade.

As idas a campo suscitaram o “imprevisto” de discutir a questão da violência contra a mulher, por se tratar de algo que inicialmente não era foco de análise nesta pesquisa. Incorporar esta temática ao debate da tese e conectá-la às narrativas já constituídas foi extremamente necessário. Até porque o contato com os sujeitos pesquisados e as significações que atribuíam às dinâmicas do Programa Mulheres Mil perpassa as experiências de vida das alunas que ultrapassavam a sala de aula. Além disso, como abordado no capítulo três, as entrevistas revelaram que a maioria das alunas vivia em relações tóxicas e passava por situação de violência doméstica, ao longo de suas vidas e/ou enquanto cursava o PMM. E, foi através dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas, oficinas, dinâmicas de grupo e palestras ministradas no Programa que elas se conscientizaram sobre a questão dos direitos da mulher.

É importante destacar que, por meio da realização das palestras, estas se constituíram em momentos nos quais as alunas do Programa puderam levantar questionamentos acerca dos assuntos abordados, bem como interagir umas com as outras. Cabe enfatizar que, em todas as palestras teve a participação das mulheres inseridas nos três cursos ofertados: Artesanato e Sustentabilidade, Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo e o curso de Iniciação Profissional de Produção de Produtos derivados da Mandioca. O que favorecia uma troca amplificada de saberes e experiências de comunidades diversas da cidade de Seabra e do seu entorno. Foi recorrente, especificamente nas palestras que abordavam saúde e os direitos da mulher depoimentos que retratavam situações de violência doméstica, preconceito e discriminação no mercado de trabalho. Este último, com relação ao recorte de raça e gênero foram os temas mais debatidos.

O que pôde ser percebido através das entrevistas é que o processo de empoderamento e autonomia das egressas se consolidou à medida que elas fortaleciam os laços afetivo-emocionais entre elas. Por isso, enfatizo a importância da sociabilidade como um caminho para a consolidação da sororidade, que é uma força muito poderosa para as mulheres. Pois, além dos laços afetivo-emocionais que as apoiam em momentos difíceis, juntas as mulheres podem resistir e superar os obstáculos impostos pela sociedade patriarcal. Assim como, reitero a importância do acesso ao conhecimento como um caminho para a libertação das mulheres das relações tóxicas/abusivas. Ao analisar as experiências vivenciadas pelas alunas do

campus Seabra do IFBA, muitas só passaram a se conscientizar que eram vítimas de vários tipos de violência após as trocas de saberes e conhecimentos passados nos cursos do Programa Mulheres Mil.

O apoio institucional é fundamental para o desenvolvimento do Programa, embora, ao ter se tornado parte da política de qualificação do IFs, o Programa passou a ter um caráter institucional, não dependendo apenas da vontade do gestor para ser executado. Entretanto, quando ocorre a aproximação e o interesse do gestor maior pela atividade, ela acaba recebendo uma importância dentro da instituição, o que facilita o seu desenvolvimento. Um aspecto importante relatado nas entrevistas sobre o processo de operacionalização no campus Seabra, diz respeito à gestão do Programa.

Segundo os gestores, ela acontece de forma linear e democrática. Sempre ocorreu uma prática na qual se utilizou sempre o diálogo para a tomada de decisões. Sem uma relação hierárquica em primeiro plano, sem relação de poder, de maneira linear e local, entre gestores. Ocorria de forma democrática estabelecendo diálogos, ouvindo e trazendo as experiências de outros campus também. Afinal, a maioria dos membros da equipe multidisciplinar do campus Seabra tinha vindo de outros campi e até de outras experiências com o Mulheres Mil. A operacionalização do Programa passou por um processo de implantação de novas propostas, consolidação do que já vinha sendo desenvolvido, e conforme a análise aqui realizada, foi permeada por vários desafios. Como um Programa relativamente novo, na época, necessitava de avaliações constantes, principalmente no sentido de ser verificado se os objetivos propostos estavam sendo alcançados, quais as dificuldades enfrentadas.

Por outro lado, entendemos que, como são mulheres com diferentes perspectivas de mundo, pôde-se encontrar desde aquelas que se sentiam oprimidas e foram buscar mecanismos de ajuda e melhorias nas condições de suas vidas, até as mulheres que, diferentemente do que a maioria dos estudos relataram, não acreditaram no necessário desaparecimento da identidade feminina, não se identificavam como vítimas, até mesmo quando sofriam injustiças ou algum tipo de violência e, mesmo assim, carregam dentro delas projetos positivos, bem como o desejo de viver uma existência transformadora, protagonizada por elas mesmas.

Portanto, foi considerado todas essas diversificadas nuances no trabalho de pesquisa realizado com as mulheres no campus Seabra.

Este é um processo muito complexo e que perpassa camadas muito profundas, são diversos outros impactos que, por sua essência, não são tão simples e óbvios de serem mensurados porque estas mulheres precisavam se enxergar como vítimas de relações abusivas e perceberem a amplitude dos mecanismos de ajuda e de autoajuda. A partir daí, elas começaram a se fortalecer e a buscar tudo que fazia sentido em suas vidas, para o próprio crescimento e cura das marcas e “feridas” emocionais que ficam marcadas por causa das relações tóxicas/abusivas. Por isso, a importância do acolhimento - que as egressas relataram nas entrevistas – por parte da equipe multidisciplinar do PMM do campus Seabra foi fundamental para o resgate da autoestima dessas mulheres e, conseqüentemente, para o processo de empoderamento e autonomia.

Dessa maneira, esta é uma temática que não teria como deixar de ser discutida nesta tese. Afinal, são vozes que ecoam e não poderiam permanecer silenciadas/invisibilizadas, como tem sido feito historicamente pelo olhar androcêntrico da sociedade patriarcal que só “escuta” /visibiliza essas mulheres apenas quando é conveniente para abastecer o “mercado” de mão de obra que não modifica estruturalmente os marcadores sociais de desigualdade racial, gênero e econômica. À vista disso, o Programa Mulheres Mil como responsável pelo processo de formação/qualificação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social e pela verticalização do ensino, é extremamente importante pensarmos que as instituições ofertantes, como instituições de ensino, devem pensar o processo de formação escolar, desse público específico, por perspectivas mais amplas.

A grande questão que se coloca no tocante à articulação de todas estas dimensões, principalmente da relação entre as políticas públicas, educação e trabalho - através de cursos de formação/qualificação profissional voltados às mulheres em situação de vulnerabilidade – é que a formação profissional envolve múltiplos interesses. A preocupação com a formação da mão de obra qualificada, através de programas como esses, muitas vezes se direciona muito mais para o mero atendimento ao mercado do que ao cumprimento de princípios educacionais, que têm

como referência uma formação integral, o reconhecimento de saberes, a participação da sociedade. Ainda, o que pôde ser constatado, é que há uma distância entre os cursos ofertados, as potencialidades locais e as demandas regionais; tem-se uma tendência ao estímulo do empreendedorismo quando não se oferece condições concretas para a sua execução, o que por vezes, acaba desvirtuando o discurso do desemprego estrutural pela capacidade individual de empregabilidade, entre outros aspectos.

Nesse contexto, como um processo de autoformação da pessoa no sentido de assumir a condição humana, ensinar como estas mulheres devem lutar pelos seus direitos e lutarem pela cidadania, pois educação vai além do conteúdo, é sobre a formação pessoal e cidadania. Dessa forma, nesses processos de formação/escolarização destas mulheres deve haver um equilíbrio entre habilidades pessoais, demandadas internas e a cidadania. Para que assim haja, de fato, a concretização dos direitos humanos para sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade social. Afinal, a igualdade de gênero começa com uma educação consciente e, no caso específico do PMM, uma formação/qualificação profissional voltada para a cidadania. Sendo assim, um aspecto que chama atenção é o impacto que a formação escolar, a escolarização pode causar na vida e nas relações de muitas mulheres, a educação pode se tornar uma ferramenta de emancipação, pois esse quesito pode desencadear vários outros fatores que fazem das mulheres, indivíduos mais independentes.

Dentro do movimento de afirmação das mulheres como cidadãs que surge o problema da violência contra as mulheres, doméstica ou de gênero, é prioridade na agenda de vários organismos e agências internacionais e de governos em nível nacional, estadual e municipal. Ao mesmo tempo, ele integra cada vez mais outras abordagens de intervenção social, não só dos poderes públicos, como também no âmbito de instituições diversas, como pôde ser observado a partir das experiências narradas pelos gestores e docentes do Programa Mulheres Mil do campus Seabra ao relatarem os casos de violência sofrido pelas alunas. Em suma, a violência contra a mulher é uma questão de cidadania e um problema de saúde pública por causa dos seus efeitos na qualidade de vida e na segurança de muitas mulheres e das

comunidades onde elas vivem, em especial nas cidades do interior em que o acesso aos mecanismos de combate à violência são mais inacessíveis.

Com esta pesquisa, o que pôde ser evidenciado, nesses casos, é o problema grave da subnotificação vivenciado especialmente nas cidades do interior. Pois, além da impunidade, muitas vítimas ficam desatendidas por falta de uma delegacia especializada - como foi verificado no caso da cidade de Seabra, além da falta de apoio em termos de saúde física e psicológica, como pôde ser constatado a partir da análise feita no capítulo três. Garantir a segurança das mulheres é um dever do Estado, criando políticas públicas mais eficazes para tal. Todavia, esta segurança deve ser compartilhada com toda a sociedade através do processo de campanhas de conscientização, para que assim possa fortalecer a proteção e o cuidado com as mulheres e defender a vida dessas mulheres, que perpassa, acima de tudo, por defender um ser humano e enxergá-las como tal.

No estudo proposto, foi necessário avaliar as percepções relacionadas ao exercício da cidadania das mulheres e à garantia de seus direitos, desde já entendidos como aqueles estabelecidos enquanto resposta compensatória do Estado Democrático de Direito. Tal perspectiva aponta para a oportunidade de desenvolver a reflexão com o aporte da episteme feminista, haja vista seu potencial contribuição para o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, além do fato de o fenômeno da violência contra as mulheres ser tema que precisa ser mais aprofundado por esta área de estudo - especialmente quando se trata das mulheres das cidades do interior, da zona rural -, mas que vem ganhando algum espaço nas pesquisas sobre políticas públicas feministas.

Ultimamente podemos observar muitos esforços na defesa da igualdade de gênero. Temos, por exemplo, a criação da ONU para mulheres em 2010 para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Conta com seis áreas prioritárias de atuação, a saber: liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico, fim da violência contra mulheres e meninas, paz e segurança e emergências humanitárias, governança e planejamento, normas globais e regionais. A criação da Lei 11.340 no Brasil, conhecida como a “Lei Maria da Penha”, que teve como propósito criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

No entanto, o que pôde ser notado com esta pesquisa é que as políticas públicas que tratam a temática da violência contra a mulher, apesar de já terem avançado em alguns aspectos, são ainda insuficientes para darem respostas à complexidade dos dados apresentados pela pesquisa acadêmica de enfrentamento à violência contra as mulheres – fenômeno de alta complexidade para compreensão e articulação de sua superação na vida real das mulheres. Nesse sentido, os dados disponíveis pouco esclarecem quanto à diminuição ou não dos índices deste tipo de violência. O que aparentemente se percebe é um aumento das denúncias de violência e de maus tratos ao lado da ausência de estudos que façam a ligação entre os objetivos do combate à violência, no que concerne à prevenção, proteção ou punição e dados que confirmem que tal política pública está no caminho de atingir seus objetivos. Por isso é necessário tratar esta temática com a ‘lente’ das teorias feministas e perceber a despatriarcalização das políticas públicas como um dos percursos fundamentais para a efetivação de tais objetivos, numa tentativa de demarcar um novo momento das políticas públicas no cenário brasileiro.

A partir da análise desta temática - do recorte que surgiu ao longo da pesquisa: a violência contra a mulher em situação de vulnerabilidade social nas cidades do interior - foi possível perceber que a importância do tema abordado decorre do estabelecimento de políticas públicas e serviços disponibilizados para o atendimento específico às mulheres em situação de violência, acredita-se ser pertinente a elaboração de estudos que façam uso de aportes científicos na análise e diagnóstico da implementação, avaliação e monitoramento da política pública e dos serviços nela propostos. Com isso, na implementação da política pública com recorte de gênero, de acolhimento, proteção e defesa das mulheres, é possível se cruzar vários ‘fios’ que formam uma rede, não só de atendimento, como também de compreensão acerca dos desafios encontrados no enfrentamento à violência contra as mulheres. Ao criarem-se mecanismos que garantam e protejam os seus direitos, experiências vão sendo compartilhadas entre os diversos serviços que se colocam como verdadeiros atores políticos no tocante a formulação de agendas comuns e a busca pela efetivação de políticas públicas, com enfoque na cidadania e nos direitos humanos das mulheres.

Vale lembrar que as contribuições das alunas envolvidas foram, sem dúvida, de grande importância para esta tese, pois foram as percepções desses sujeitos que

trouxeram luz às questões norteadoras da pesquisa. Os resultados desta investigação tomaram como foco as mudanças comportamentais e a qualidade de vida das egressas, pois os resultados apontam que em relação às mudanças provocadas inter e intrapessoal dessas mulheres houve um processo de mudança considerável onde as mesmas se sentem empoderadas a partir das contribuições dadas pelo processo de formação proporcionado pelo Programa. Embora tenha havido entraves e defasagens na questão aprendizagem tanto no primeiro segmento (primeira fase do ensino fundamental) como no segundo segmento (segunda fase do ensino fundamental). Reconhecemos que o perfil dessas mulheres requer uma peculiaridade ímpar, pois são mulheres que apresentam um tempo fragmentado de escolaridade, com interrupções na vida escolar. Seja pela entrada precoce no mercado de trabalho, seja pelas necessidades de sobrevivência da família ou ainda pela exclusão social.

Mesmo o Programa não cumprindo o seu propósito, que era a inserção no mercado de trabalho, podemos considerar que no caso específico das cidades do interior existem diversos outros fatores que impossibilitam este propósito. E, por outro lado, pode ser observado que o Programa cumpriu, de certa maneira, outros propósitos. Como a visibilidade de mulheres em situação de vulnerabilidade sociocultural valorizando a identidade regional através de cursos que souberem ouvir as mulheres e valorizar a economia local colaborando para o empoderamento destas mulheres e para o seu potencial criativo através do resgate da autoestima, como no caso da cidade de Seabra. Até porque a ausência de suporte para funcionamento do Programa, pouca verba e dificuldade em estabelecer parcerias. No caso específico do campus Seabra, o CRAS foi parceiro, mas a execução do programa estava sob a responsabilidade da equipe do IFBA que fazia a triagem das mulheres, entrevistava, cadastrava e matriculava as alunas selecionadas.

Pelos questionamentos realizados desde a apresentação da proposta do Mulheres Mil como um Programa nacional, pôde-se perceber que havia dificuldades estruturais para pô-lo em prática, pois não havia condições necessárias para que pudesse funcionar nos campi dos IFs que iam desde a remuneração complementar para aquele/aquela que estivesse na gestão do Programa até assegurar que as horas destinadas ao desenvolvimento do Programa fossem descontadas da carga horária semanal de trabalho dos servidores. Essa repercussão na infraestrutura tinha

impactos ainda maiores nas cidades do interior, como pôde ser constatado na pesquisa feita no campus Seabra. Tal aspecto foi notório, por exemplo, na demora do repasse de recursos financeiros para a aquisição de materiais, equipamentos e móveis para o Programa. E, com isto, a dificuldade de se colocar em prática a metodologia de acesso, permanência e êxito proposta pelo Programa, que visava ações de busca das alunas, composição da infraestrutura, ingresso e acolhimento. Com um escritório (sala) de acesso para as alunas improvisado em muitos casos.

Constatou-se que a equipe multidisciplinar foi estruturada considerando a disponibilidade de pessoal, existindo equipes formadas por assistentes sociais, docentes, assistentes administrativos, pedagogos, educadores e gestores. Até 2014, toda a equipe era constituída por voluntários. Porém, em 2015, foi quando o Programa deixou de ser ofertado no campus Seabra, em virtude da sua inclusão a outro tipo/modalidade de programa (o PRONATEC) que não, necessariamente, surgiu vinculado ao Mulheres Mil e que comporta outras perspectivas e ações. Com isso, todos os participantes das equipes multidisciplinares do Programa que continuaram a ofertar o Mulheres Mil nas demais cidades/estados dos Institutos Federais passaram a receber uma bolsa, que variava de acordo com a carga horária dedicada ao Programa e a função exercida.

O que nos faz refletir sobre o subfinanciamento de um Programa como o Mulheres Mil, que tinha todo um potencial para ser desenvolvido como uma política pública feminista. Em contrapartida, uma preocupação maior ao priorizar o financiamento de um Programa, como o PRONATEC, cujo objetivo é atender exclusivamente às demandas do mercado de trabalho. Sendo assim, esta tese procurou, por meio da análise dos depoimentos das egressas e da equipe multidisciplinar do Mulheres Mil, compreender de maneira aprofundada como ocorreu os possíveis entraves, assim como aconteceram tais mudanças. A partir de tais constatações o que se observa na atualidade é uma gama de programas e projetos por meio dos quais o governo procura justificar a necessidade de qualificação, diante das exigências do mercado de trabalho, independente da forma como ocorrem e de seus resultados. O cumprimento de metas numéricas muitas vezes não significa qualidade das ações, nem mesmo o atendimento de objetivos, sempre direcionados para a inserção no mercado de trabalho e/ou ao surgimento de empreendimentos individuais ou coletivos.

Quanto à operacionalização do Programa, os resultados indicam que apesar de não haver maiores dificuldades no interior dos campi, a falta de uma equipe técnica e de recursos financeiros para pagamento dessa equipe, enquanto outros programas do IFs, a exemplo do PRONATEC, não apresentam essas dificuldades, afetou muito a condição e permanência do PMM em muitos campi na Bahia. Após o levantamento de dados feito no campus analisado, nota-se que a falta de estrutura é fruto do pouco investimento. Até porque a equipe multidisciplinar (gestores, docentes e auxiliares técnicos) que atuou no PMM sem nenhuma função gratificada - inclusive os que ministraram as oficinas, palestras e dinâmicas de grupo -, pois fazia parte da característica do Programa. Já que se tratava de um programa de extensão da Rede dos Institutos Federais não receber qualquer tipo de pró-labore para desenvolver as ações do Programa. Deste modo, ao se comparar todo incentivo financeiro que os demais programas geridos nos IFs proporcionam (a exemplo do PRONATEC), fica perceptível que existe diferenciação entre as iniciativas. Isto posto, evidencia as lacunas que impediram o desenvolvimento do Programa em muitos aspectos: dificuldade no transporte escolar, material escolar, assistência às mulheres com filhos - o que, conseqüentemente, levou à evasão escolar - e entre tantas outras questões coletadas nas idas a campo.

Por esta razão, é relevante para esta tese fazer uma reflexão sobre o contexto em que o Programa foi desenvolvido, aquele em que os chamados atores/agentes, cuja ação, às vezes negligenciada no âmbito da elaboração das políticas públicas, têm o desafio de reinventar e reinterpretar uma política que foi formatada para muitos campi do Instituto Federal do país. A escassez de recursos financeiros para atender às demandas dos cursos do Programa Mulheres Mil vem à tona, pois sem os mesmos, algumas barreiras para a operacionalização dos cursos deste Programa não puderam ser superadas. Dessa maneira, entende-se como precariedade de recursos tanto a falta de financiamento do quadro do pessoal envolvido nos cursos ofertados, quanto a não garantia da logística exigida para a execução dos mesmos. Tanto a equipe multidisciplinar como as egressas entrevistadas apontaram como dificuldade a ausência de local adequado para que os filhos ficassem quando as mães estavam participando das atividades inerentes ao curso, falta de material didático em alguns casos, além da dificuldade a respeito do transporte escolar que foi bastante pontuado pelas egressas.

Embora no Guia Metodológico do Programa conste que é necessário, para o desenvolvimento do Programa, a composição de uma equipe técnica capaz de atender às mulheres nas perspectivas educacionais e psicossociais, este mesmo documento não prevê as reais condições para a formação desta equipe. Assim, ficou notório que a falta de recursos financeiros, que acarreta a falta de recursos humanos, são as maiores dificuldades enfrentadas pelo Programa. Ao ser comparado com o PRONATEC, percebe-se o quão desproporcional é o processo de financiamento destinado a cada iniciativa. Portanto, esta análise provoca, também, reflexões: em se tratando de políticas públicas similares voltadas à formação/qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade, como justificar a escassez de recursos destinados a um Programa (Mulheres Mil), ao passo que um outro (o PRONATEC) - gestado e desenvolvido pela mesma Secretaria Nacional (SETEC), e pelas mesmas Instituições (Institutos Federais), apresentem tamanha disparidade de recursos? Será que esta escassez de recursos para atender às demandas do PMM estava ligada ao fato deste ter possibilidade de desenvolver um potencial, mesmo que de forma embrionária, e fazer parte do quadro das políticas feministas? O objetivo destas reflexões é suscitar novos estudos sobre o tema, contribuindo com a sistematização de informações que possam gerar novas pesquisas.

Foi possível observar que um aspecto relevante diz respeito à utilização integral da infraestrutura do campus Seabra não ter sido modificada para atender ao Programa, ou seja, os professores destinados para ministrar aulas nos cursos do Mulheres Mil foram os mesmos que compõem o quadro do Instituto, a estrutura que atende às estudantes em suas necessidades é a mesma que atende aos demais estudantes. E ainda, a proposta de coordenação e gerenciamento do programa está inteirada com os objetivos e necessidades do Programa, consegue fazer a crítica ao mesmo e identificar suas potencialidades. Cabe destacar, quanto a estrutura, que houve a sensibilidade por parte da equipe gestora do campus Seabra em propiciar a oferta de algumas aulas nas comunidades - como sugerido no Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil - das alunas que tinham mais dificuldade no deslocamento, como por exemplo, as da zona rural e da comunidade quilombola que fica na região circunvizinha da cidade de Seabra. Notou-se que o interessante dessas aulas foi o impacto não só no processo de aprendizagem das

alunas, mas também repercutiu em toda a comunidade, incentivando as demais moradoras a ingressarem posteriormente no Programa.

O Programa Nacional Mulheres Mil propõe que mulheres moradoras de comunidades integrantes dos territórios que necessitem o desenvolvimento da cidadania e/ou comunidades com baixo índice de desenvolvimento urbano tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, uma elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho formal, por meio do estímulo ao empreendedorismo, economia solidária e empregabilidade. O que não deixa de ter por trás deste processo a necessidade de desvelar questões que permeiam o âmbito das políticas públicas voltadas às mulheres, em especial às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Enquanto as políticas públicas forem elaboradas por homens – independente da orientação político-partidária, ideológica – as mulheres não terão as suas demandas priorizadas. Pois, os homens não costumam querer sair dos lugares de privilégio. Para que assim haja, de fato, a despatriarcalização das políticas sociais, as mulheres precisam também dessa representação nos espaços de poder. Quando estas mulheres estão conscientes dos seus papéis. Porque o objetivo das políticas públicas feministas é empoderar as mulheres para que se libertem das ideologias - produzidas pela e para o funcionamento da sociedade patriarcal-capitalista - que (re)produzem o lugar de vulnerabilidade social. Vivenciamos um novo contexto político desde a reformulação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que passou a articular e potencializar as políticas em nível nacional para a implementação de diversas políticas públicas de gênero a atualmente o Ministério das Mulheres que poderia representar um impulso nas políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social e, mais que isso, um importante instrumento de implementação de políticas públicas feministas. Portanto, a luta pela visibilidade da cidadania feminina e dos direitos a serem conquistados, soma-se à construção de uma realidade que, para a grande maioria da população, está carente de direitos. Existe uma necessidade de embate constante pela manutenção e garantia dos direitos das mulheres.

Antes de perceber os processos de formação/qualificação profissional como mecanismos transmissores de conhecimentos específicos para a formação de mão de obra qualificada, é extremamente importante compreendê-los como categoria fundamental para o bom funcionamento de uma sociedade, através da formação dos

indivíduos, na assimilação e internalização dos valores e normas que regem o seu funcionamento. Dessa forma, a abordagem feita nesta tese foi norteadada pela seguinte premissa: que a escolarização só ganha sentido e significado quando é relacionada à sociedade onde se insere, que lhe molda as características e determina as suas funções. No contexto desta pesquisa, a instituição ofertante se apresentou simultaneamente como instância de resgate das identidades sociais, empoderamento e autonomia para muitas dessas mulheres, assim como, formadora de um quadro funcional necessário ao abastecimento do sistema formal de trabalho da sociedade em questão.

Dessa maneira, a análise feita a partir dos depoimentos da equipe multidisciplinar e das egressas foi feita na perspectiva de desvelar aspectos das políticas públicas voltadas às mulheres no interior da Bahia perpassando a história da formação/qualificação profissional das mulheres que não foram contemplados pela História da Educação Brasileira e como forma de entender as estratégias de manutenção do *status quo* na formação educacional e cultural de alunas/futuras trabalhadoras. Isto posto, levanto a seguinte reflexão: o que a escola produz, no trabalho se reproduz? Afinal, mulheres em situação de vulnerabilidade social são, historicamente, as responsáveis pelo trabalho mais precarizado na sociedade brasileira. São mulheres que estão, geralmente, em profissões pouco valorizadas.

Nesse sentido, a educação situa-se enquanto política social que tem contribuído com a reprodução da sociedade patriarcal-capitalista por meio da socialização e disseminação de ideias, princípios e diretrizes geradas no interior das instituições ofertantes que promovem o processo de formação/qualificação profissional dessas mulheres. Compreender tais elementos foi fundamental para a alcançar a dimensão e complexidade do objeto de estudo desta pesquisa, na medida em que se trata da análise de um Programa que buscava, entre outros objetivos, a inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho por meio da formação escolar.

No entanto, é válido ressaltar que o Programa Mulheres Mil foi criado em um contexto político que tinha como meta desenvolver programas sociais voltados para a capacitação de trabalhadores, sob a justificativa da necessidade de qualificá-los, a fim de que pudessem ser inseridos no mercado de trabalho. Mesmo com a

intervenção do Estado, criando iniciativas de qualificação frente ao acirrado grau de desemprego e vulnerabilidade social, o empreendimento delas não implicou, necessariamente, a sua inserção. Além disso, imprimir aos sujeitos a responsabilidade por qualificação como condição para inserção no mercado de trabalho, sem modificação das bases estruturais e excludentes da economia patriarcal-capitalista, é transferir para o indivíduo a responsabilidade por sua situação de desemprego, especialmente quando analisamos o recorte raça e gênero, neste aspecto. Sendo assim, é válido destacar, também, a incapacidade de integração entre a política de qualificação profissional voltada às mulheres em situação de vulnerabilidade e as demais políticas sociais: a de trabalho e renda, e a política de educação, dificultando ainda mais as possibilidades de mudança diante à vulnerabilidade em que se encontrava boa parte das alunas do PMM do campus Seabra que não tinham escolaridade adequada e estavam inseridas em trabalhos precários e informais (a maioria permanece nesta condição).

Desse modo, a concepção pedagógica de uma instituição de ensino - ou seja, as instituições ofertantes do Programa Mulheres Mil - ao passo que é reflexo de uma ideologia dominante (a da sociedade patriarcal-capitalista), age como prática social na reprodução de valores dessa mesma sociedade. Alcançar a realidade do sistema educacional em que estão inseridos os cursos responsáveis pela formação/qualificação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social, foi de extrema relevância para poder concluir que a educação é responsável, em grande parte, pelo processo de produção da força de trabalho como mercadoria do sistema produtivo de uma sociedade. Por isso, é equivocado pensar que uma instituição escolar responsável pela formação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade está dissociada do sistema produtivo. A mesma instituição está presente “adequando” de maneira instrumental/técnica e/ou ideológica suas alunas, que estarão futuramente compondo, como trabalhadoras do mercado de trabalho.

A partir da análise dos principais aspectos da formação/qualificação profissional das egressas do Mulheres Mil, do período em questão, pudemos perceber que se encaixou em um contexto nacional de expansão da Rede dos Institutos Federais (IFs), que implicou na expansão do sistema de ensino técnico-profissional no estado da Bahia e, indiretamente, no crescimento da sua economia. Por esse motivo, o

processo de escolarização/qualificação profissional pelo qual essas mulheres passaram, como um serviço necessário na formação e qualificação da força de trabalho de um contexto específico, se expandiu na perspectiva de ampliação da oferta de cursos técnico profissionalizantes e, ao mesmo tempo, a necessidade de atender a demanda nacional por profissionais qualificados naquele contexto.

Foi de extrema importância analisar o processo de formação/qualificação profissional das alunas do PMM, consequência da configuração das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil a partir de 2011. No entanto, o que é essencial é pensar as políticas públicas voltadas às mulheres como possibilidade de serem concretizadas como políticas públicas feministas, pois são as tais políticas que, na prática, resgatam as mulheres para uma vida com dignidade, uma vida sem abusos e violências. Na concretude dos direitos humanos, acessando o direito à igualdade, equidade, sendo reconhecidas na sua diversidade, sem medo de julgamentos. Através de políticas de inclusão de fato que possibilitem o seu pertencimento.

Olhar “as mulheres mil” em sua diversidade e totalidade, pois estas não existem no singular. Por isso a importância de um olhar interseccional que dê conta da diversidade existente e, dessa maneira, a produção acadêmica foi uma grande aliada no reconhecimento desta questão como uma problemática mais ampla dos direitos humanos e cidadania das mulheres. Até porque é uma área de investigação que requer estudos mais específicos/regionais sobre o tema, haja vista a extensa territorialidade do país e a sua multiculturalidade. O fato das pesquisas que contemplam esta problemática serem realizadas nos grandes centros urbanos e algumas capitais, sendo a grande maioria das capitais do Centro-Sul.

A aproximação com os estudos culturais possibilitou olhar o Mulheres Mil além do processo de formação/qualificação profissional, mas também como um artefato cultural, de resgate da identidade regional entendido como um dispositivo pedagógico que pela transversalidade do currículo “educa em” e “educa para”: se olharmos para o seu currículo, para além da obrigatoriedade de qualificar em uma atividade produtiva, o Programa Mulheres Mil educa em saúde; educa para que as mulheres percebam situações de violência doméstica e, assim, tenham a possibilidade de se defender; educa para que possam produzir-se empreendedoras; educa para questões

do meio ambiente e da sustentabilidade. Esse processo de resgate da autoestima das mulheres foi orientado por três categorias de análise: políticas públicas voltadas às mulheres através da formação escolar/profissional, resgate de identidades e empoderamento.

Com esta pesquisa pôde-se concluir que a atividade acadêmica tem caráter orgânico e contínuo, se estendendo desde a produção até a sistematização e divulgação do conhecimento. Portanto, suas dimensões de ensino, extensão e pesquisa devem se articular. E, portanto, compreende que o Mulheres Mil, um programa de extensão ofertado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, deve atuar de forma articulada para promover e assegurar as mudanças necessárias a fim de conseguir a atividade de mudança necessária na vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social e não apenas uma formação voltada para o mercado de trabalho.

A partir de experiências vivenciadas no campus Seabra pôde-se constatar que programas de extensão, como o Mulheres Mil, podem desenvolver um papel fundamental na transformação de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Afinal, através desses mecanismos de acessos essas mulheres puderam permear espaços que jamais imaginaram adentrar. Dessa maneira, programas de extensão como estes podem ser instrumentos que possibilitem caminhos para novas etapas na vida dessas mulheres. No sentido de tornar um instrumento de mudança social em direção à inclusão social, à democracia e à equidade.

Pesquisar sobre “as mulheres mil” da cidade de Seabra representou uma grande aprendizagem. Significou conhecer e reconhecer suas epistemes, tais como as valiosas e seculares técnicas de manejo da mandioca, por exemplo, e a conservação uma cultura que é pouco reconhecida na região quando se trata deste território: a Chapada Diamantina, situada especificamente na cidade de Seabra, considerada “a capital” da Chapada. Acompanhar e participar de algumas experiências educacionais baseadas na convivência e valorização dos saberes ancestrais. Significou também perceber a possibilidade de transmissão desses conhecimentos ancestrais às novas gerações em processos admiráveis de ensino/aprendizagem. Significou indagar que conhecimentos são esses detidos por

comunidades quilombolas invisibilizadas na própria região e pouco conhecida no âmbito acadêmico.

A concepção, a coordenação e as avaliações do Programa, no campus Seabra, envolvendo efetiva participação das populações locais, suscitou constantes reflexões e redimensionamento deste Programa. O intuito desta pesquisa foi fomentar um debate a respeito da importância dessas políticas públicas em proporcionar uma formação escolar integrada à qualificação profissional, através da economia solidária e o resgate da identidade regional, através de programas como o Mulheres Mil. Considero, também, como importante linha de investigação futura a realização de estudos sobre programas e outras ações consolidadas que atuam na perspectiva intercultural e de diálogo de saberes nas instituições ofertantes de programas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social que foram iniciadas por meio de projetos de extensão e, atualmente, estão incorporadas em processos de formação/qualificação profissional.

Como recomendações para estudos posteriores, considero importante a investigação sobre as possibilidades da extensão para que assim haja uma efetiva implementação de políticas públicas feministas. No entanto, ainda há esforços a serem empreendidos rumo à concretização de tais políticas nas instituições ofertantes, e estas como espaço de reconhecimento e difusão de saberes multiculturais, relacionados à questões de gênero como espaços para convivência de saberes acadêmico e popular. O espaço para os saberes tradicionais nestas instituições é um desafio permanente. Vide a dificuldade em trabalhar o aspecto da economia solidária e o resgate da identidade regional, assim como a concretização de projetos nesse sentido.

Por meio da pesquisa realizada, foi possível constatar o desenvolvimento de várias temáticas no Programa por meio da interdisciplinaridade e, ainda, promovendo a interculturalidade, o diálogo de saberes e a diversidade dentro do campus Seabra. O Programa Mulheres Mil analisado, que atuou numa perspectiva pedagógica interdisciplinar, da interculturalidade, no sentido do diálogo dos saberes entre comunidades diversificadas naquela região confirmam, em suas atividades, a abertura para entrada em uma instituição (através de um programa de extensão) de grupos e

povos tradicionais¹⁰³ – considerados subalternos e sujeitos a processos de colonização –, levando suas práticas e saberes ancestrais para dialogar com o conhecimento acadêmico. Assim, fomentaram atividades relacionadas à celebração de festas regionais, artesanato, comidas dos povos quilombolas da região de Seabra, portanto, dando prioridade aos saberes ancestrais das Comunidades Tradicionais da região.

Iniciam-se os processos de compreensão de que existe uma pluralidade de saberes. Saberes outros, diferentes dos que foram construídos baseados em uma racionalidade androcêntrica, patriarcal-capitalista que, na maioria das vezes, impede o avanço de projetos, programas, políticas públicas de caráter feminista. A partir desta pesquisa levanto a seguinte reflexão: é possível promover programas de extensão, como o Mulheres Mil, que se configure como resistência e atue na desconstrução do imaginário estrutural e na valorização dos saberes locais e regionais?

Portanto, o que pôde ser constatado é que a experiência do Mulheres Mil no campus Seabra levou a importantes reflexões, pois os integrantes da equipe multidisciplinar foram atentos e sensíveis ao perceber a riqueza e força da dimensão cultural matrilinear, muito demandada especialmente pelos moradores da comunidade quilombola, em particular os que tinham o conhecimento a respeito do cultivo da mandioca. As práticas institucionais, herdeiras da cultura patriarcal, negam essa riqueza cultural e consideram somente a racionalidade androcêntrica/acadêmica como forma de construir conhecimento e aprendizagem. A flexibilidade da equipe multidisciplinar do campus Seabra em perceber que a troca de saberes entre conhecer essas práticas e outras formas de produzir conhecimentos e aprendizagens, expressou um significativo avanço para o Programa. Foi exemplar, talvez, para a efetivação de programas que tenham como meta ouvir as mulheres e atender às suas demandas. E não apenas ofertar cursos cuja base está em uma formação voltada unicamente para o mercado de trabalho capitalista patriarcal.

¹⁰³ A comunidade quilombola denominada Baixãozinho/“Segredo”, que faz parte do município de Seabra-BA, teve mulheres que foram contempladas, fazendo parte do PMM, com a oferta do Curso de Iniciação Profissional de Produção de Produtos derivados da Mandioca.

Trabalhar com diferentes comunidades (mulheres da zona rural, da comunidade quilombola, de bairros periféricos da zona urbana da cidade de Seabra) talvez tenha sido um caminho para a tentativa de recuperação dos saberes e práticas que possam fortalecer a identidade regional. O fortalecimento das comunidades em suas práticas - com as egressas passando os seus conhecimentos, ministrando aulas sobre o preparo da mandioca para as alunas mais novas e egressas do curso de reciclagem que também ministraram aulas para outras alunas - através de atividades desenvolvidas visaram, principalmente, a integração, a sororidade e interculturalizar os saberes e conhecimentos passados no Programa Mulheres Mil. Assim como, visando reconhecer a diversidade cultural e promover o diálogo intercultural entre grupos sociais historicamente excluídos e vulneráveis quanto ao acesso aos direitos sociais e populações invisibilizadas, como, por exemplo, as comunidades quilombolas que são pouco conhecidas na Chapada Diamantina-BA.

Por meio de programas como estes, as instituições ofertantes podem responder, de forma rápida, a demandas sociais. Até porque os programas de extensão são mais flexíveis, mais dinâmicos, mais abertos aos parceiros e a ouvir as demandas sociais. No entanto, é válido ressaltar a importância do apoio institucional, seja por meio de recursos financeiros e operacionais, seja pelo apoio político para que assim haja de fato a plena execução e o alcance das metas destes programas. Assim como, ajudar a construir a demanda e encaminhá-la, para que assim haja a potencialização das políticas públicas.

Ao atuar na perspectiva de que o desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico, como abordado no capítulo dois, mas se constitui em processos mais complexos de mudanças estruturais que passa, também, pela economia, mas contempla outras dimensões, tais como: sociais, políticas, culturais, questões educacionais, ambientais e agrárias. Dessa maneira, a proposta é incorporar, efetivamente, a capacidade produtiva de todas as mulheres que fizerem parte de políticas públicas como essas e, assim, puderem assumir a condição de potenciais promotoras, indutoras e beneficiárias do desenvolvimento econômico, social e humano.

Outro aspecto notado com esta pesquisa foi que o Mulheres Mil, que se encaixa no âmbito de programas de extensão, e, portanto, tem em seu plano pedagógico

necessariamente características da divisão do curso por módulos básicos, composto por disciplinas técnicas e da educação básica. No entanto, verificou-se que no campus Seabra houve uma preocupação quanto à interdisciplinaridade, que foi indispensável para o desenvolvimento da aprendizagem das alunas daquele campus. Prova disso, foi a formação de quase 200 mulheres dos povoados de Tenda, Baixãozinho (quilombola) e Barro Vermelho, ao lado dos municípios de Brota de Macaúbas e Souto Soares, que receberam certificação, até o final de 2014, quando as últimas atividades foram finalizadas no campus Seabra. Portanto, programas como estes são instrumentos privilegiados de interação das instituições ofertantes - como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - e a sociedade nas diversas áreas das políticas públicas em relação de via dupla, no sentido de poder responder às demandas diversas da sociedade.

Com a experiência do Programa Mulheres Mil na cidade de Seabra, foi possível, de alguma maneira, proporcionar a ampliação da cidadania às egressas, dentre outras conquistas. A pesquisa mostrou também que a equipe multidisciplinar do Programa analisado considera que as condições estruturais dificultaram muito a concretização dos objetivos propostos. Todavia, mesmo diante das dificuldades, o Programa atuou como uma política pública voltada às mulheres que, de alguma maneira, proporcionou o empoderamento e a autonomia destas mulheres, compreendo que a partir do momento que elas entraram nos cursos ofertados abriu-se um leque de possibilidades de transformação em suas vidas. É notório que os gestores locais se empenharam para conhecer cada uma das participantes do Mulheres Mil, assim como, as suas dificuldades. Isso motivou muitas alunas a continuarem no Programa, apesar dos muitos problemas enfrentados. Entretanto, se faz necessário redimensionar a responsabilidade do poder público em identificar as situações reais de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e na criação de condições de exercício de cidadania em todos os espaços públicos.

Apesar dos dados apresentados no capítulo três sobre o fato do Mulheres Mil não ter contribuído de maneira significativa para a elevação da escolaridade e do Programa ter deixado de ser ofertado em muitos campi da Bahia - após o seu deslocamento para o PRONATEC -, podemos destacar resultados positivos com a sua implementação no caso específico do campus Seabra. Tais como, o desejo de algumas egressas em retomar os estudos após o término do curso. Neste campus, foi

verificado o caso de apenas uma aluna que após se formar no curso de Artesanato e Sustentabilidade, conseguiu dar continuidade aos estudos no IFBA, como aluna do Curso Técnico de Meio Ambiente na modalidade do ensino subsequente¹⁰⁴. Além disso, incentivou o seu filho que conseguiu cursar o ensino médio no IFBA, no mesmo campus.

De qualquer maneira, a formação escolar e a qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social é uma temática a ser aprofundada dentro das políticas públicas voltadas às mulheres. Esta análise apresenta-se como uma possibilidade de entender o papel da educação na formação da mão de obra feminina. Assim como, também se revela como uma forma de avaliar os aspectos que contribuem para a inserção das mulheres no sistema formal e informal de trabalho sob uma perspectiva específica: um olhar sobre a sua qualificação profissional. Torna-se uma análise imprescindível quando se utiliza a noção de educação como um instrumento voltado às demandas do mercado de trabalho e sobre a própria experiência trabalhista das mulheres. Tendo em vista que o Mulheres Mil foi implantado no Brasil, inicialmente, como Projeto Piloto, com o objetivo de promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, a fim de permitir a melhoria do seu potencial de mão de obra, bem como as suas vidas e de suas famílias.

O Programa Mulheres Mil ofertado no campus Seabra atuou, de alguma maneira, no sentido da inclusão, ao ofertar cursos de formação/qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social, pessoas que estão legitimadas fora, e não têm, necessariamente, a possibilidade de acessar/adentrar estas instituições. Seja pela falta de informação sobre esta instituição na cidade, seja pelo baixo nível de escolaridade – mesmo sendo uma instituição pública, pois para tornar-se aluno(a) do IF é necessário fazer um exame seletivo e para muitas mulheres em situação de vulnerabilidade social portanto, baixo nível de escolaridade, isso seria inalcançável. Muitas, não imaginavam terem capacidade de estudar em uma Instituição Federal. Outras, não se viam capazes de aprenderem um ofício. Para algumas, o simples fato de sair de casa para estudar, ainda que não se adentrassem

¹⁰⁴ São cursos técnicos, na forma integrada ao ensino médio, oferecidos nos Institutos Federais. Para ingressar nessa modalidade, o(a) estudante precisa ter concluído o ensino médio. Para mais informações ver em: <<https://portal.ifba.edu.br/seabra/institucional/o-campus>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

no mundo do trabalho após a conclusão do curso, já era motivo suficiente para sentirem-se empoderadas e donas de suas histórias. Por isso, programas de extensão são caminhos/portas de acesso importantes nestes casos.

A questão do empoderamento foi um aspecto imprescindível na discussão desta tese. Empoderamento, autonomia, resgate da autoestima são fatores entrelaçados que se destacaram nos estudos sobre o Programa. E estes fatores, por si só, talvez já bastassem para a melhoria na vida destas mulheres, pois podem ser o ponto de partida, para que se sintam motivadas a seguir em frente em busca de uma qualificação mais consistente, se assim desejassem. Além disso, as alunas do Mulheres Mil tiveram oportunidade de acesso ao conhecimento por meio de palestras, oficinas, etc. que abordavam a saúde, os direitos da mulher e temáticas diversas que perpassam o universo e a vida cotidiana das mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Evidenciamos por meio da realização das palestras que estas se constituíram em momentos nos quais as mulheres puderam levantar questionamentos acerca dos depoimentos que retratavam situações de violência doméstica, preconceito e discriminação no mercado de trabalho, bem como interagir com alunas de outros cursos. Momentos que proporcionavam trocas de conhecimentos e saberes diversos, mais flexível e mais amplo. Isto foi perceptível baseado na interdisciplinaridade do conhecimento, superando a rigidez disciplinar de uma concepção de currículo acadêmico. Utilizando essa metodologia era mais flexível a troca de conhecimento entre as alunas, pois visava atender as demandas das mulheres e suas questões/identidades regionais. Cabe enfatizar que a escolha dos temas discutidos nas palestras foi realizada com base nas informações coletadas no diagnóstico socioeconômico das alunas do Programa.

Nessa perspectiva, as instituições ofertantes que proporcionam programas desta natureza deveriam pensar de maneira sensível e mais aprofundada sobre aqueles que necessitam dessas demandas. Esta pesquisa levou a refletir sobre a importância dos sujeitos na releitura das políticas públicas e em suas adequações, para que se tornem viáveis, assim, imaginei que este poderia ser um caminho possível, pois permitiria romper com ideia de “imobilidade”, de que os sujeitos seriam meros receptores e executores de programas, como o Mulheres Mil, sem ter a

possibilidade de nele intervir. Pois, a capacidade de reversão da exclusão das mulheres nas tomadas de decisão é uma das questões latentes a serem enfrentadas.

Esta tese, que se desenvolveu ancorada em três eixos de argumentação em torno do conceito e da prática de uma das dimensões estruturantes da formação/qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade, procurando apreender, em profundidade, fenômenos mais complexos, considerando representações, valores, aspirações e atitudes complexidade das situações através da sistematização dos dados, incluindo a transcrição das entrevistas, concluiu a análise deste material e procedeu os objetivos propostos a princípio.

Existe também a inclusão social e econômica das mulheres, que participam ativamente do território, assim é necessário que exista as políticas públicas voltadas para as mulheres a nível municipal, regional, estadual, sejam implementadas e melhoradas urgentemente. Oportunidade de trabalho (curso profissionalizante); qualidade de vida familiar. Foi perceptível o quanto há a necessidade de estabelecer as parcerias adequadas para que haja melhoria na saúde pública especializada para as mulheres, no combate à violência de maneira eficaz, entre outras demandas.

Além disso, com esta pesquisa ficou claro a necessidade de buscar parcerias para que as mulheres tenham acesso de fato ao mundo do trabalho. Não me refiro apenas a assinar a carteira de trabalho, pois, na sua percepção, muitas vezes, essas mulheres não têm relação com o mercado de trabalho formal e informal. Essas mulheres, por serem de famílias excluídas, precisam de acompanhamento bem mais completo do que aquele realizado pelas equipes do IF e fora deste espaço, o CRAS. Ênfase que a interação entre as políticas públicas é fundamental.

O Programa Mulheres Mil foi uma política pública desenvolvida para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Uma de suas diretrizes, como exposto anteriormente, era defender a inclusão social e a igualdade de gênero. É nítido, nos documentos oficiais do Programa, que o mesmo pretendeu criar oportunidade de capacitação profissional visando tirar as mulheres da situação de vulnerabilidade em que se encontravam. Esse é um texto político, portanto, um discurso político. Dessa forma, será que, na prática, cursos de 160h realmente conseguiriam propiciar um conhecimento que iriam incluir estas pessoas em um mundo do trabalho tão

competitivo como o que temos atualmente? Certos estudos apontam que o Programa, de certa maneira, contribuiu para a (re)produção do lugar da mulher em situação de vulnerabilidade social na sociedade patriarcal-capitalista, pois proporcionou uma formação rasa, que as mantém à margem da sociedade em profissões pouco valorizadas. Porém, as mulheres já estavam em maior número nas ocupações precárias e ainda prezenciam taxas maiores de informalidade e precariedade, apesar dos indicadores de escolaridade mais elevados.

O Território Chapada Diamantina obteve grandes avanços na última década, especialmente a cidade de Seabra, lócus de investigação desta pesquisa. Todavia, carece de melhoria contínua nos serviços prestados à população, por meio de políticas públicas que atenda às necessidades básicas, como acesso a saúde, educação, cultura e lazer de qualidade. É evidente a necessidade por políticas que fomentem a igualdade de gênero, além disso, o reconhecimento das comunidades tradicionais, com condições adequadas para as mesmas manterem as suas tradições. Até porque quando analisado o aspecto do resgate da identidade regional, através do Programa Mulheres Mil, foi perceptível a necessidade de construção de políticas públicas afirmativas em todas as esferas com o propósito de resgatar e promover as manifestações de culturas tradicionais da região.

Através desta pesquisa é notório que as atividades rurais não agrícolas necessitam ser apoiadas, pois representam um campo de oportunidades econômicas para as famílias rurais e para as mulheres suprirem as novas necessidades sociais advindas do processo de desenvolvimento, tais como lazer, educação, transporte e serviços diversos. Para tal desenvolvimento é necessário o fomento de políticas sociais com um olhar atento às demandas desse grupo social. A efetivação das parcerias é fundamental para o fomento de outros programas de extensão, como o Mulheres Mil, de criação de geração de renda nas comunidades, evitando assim o êxodo rural.

Os resultados desta pesquisa apontam que o Programa trouxe mais sustentabilidade às egressas do campus Seabra e, principalmente no entorno dos seus relacionamentos, nos hábitos e cotidianos das suas vidas. Trabalhar a questão da sustentabilidade no Programa Mulheres Mil, no campus Seabra, especialmente ao ofertar o Curso Básico de Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo proporcionou uma nova consciência para estas mulheres e, conseqüentemente, nas suas

comunidades. Por outro lado, percebeu-se também que a inclusão social dessas mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio, principalmente, da oferta focada na autonomia em relação a alternativas para a inserção no mundo do trabalho e a empregabilidade não foi proporcionada pelo Programa. O que ficou claro, pela dificuldade em estabelecer parcerias para alcançar tais objetivos.

O Programa Mulheres Mil estava inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do governo do Brasil no período citado anteriormente, especialmente nos eixos de promoção da equidade, da igualdade entre sexos, do combate à violência contra mulher e do acesso à educação. Estruturado em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável - o Programa pretendia possibilitar a inclusão social por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para inserção no mundo do trabalho, para que essas mulheres conseguissem melhorar a qualidade de suas vidas e das suas comunidades. Dessa maneira, esta pesquisa permitiu conhecer os entraves existentes no Programa que impossibilitaram o objetivo maior que era melhorar a qualidade de vida das mulheres em situação de vulnerabilidade social através da inserção das mesmas no mundo do trabalho e, conseqüentemente, de suas comunidades.

Notou-se com esta pesquisa que as ações articuladas e intersetoriais - ou seja, estabelecimento das parcerias - seria fundamental para o desenvolvimento do Programa tanto em nível local quanto nacional. No entanto, observou-se que a interlocução entre as prefeituras (e outras instituições públicas e privadas, possíveis parceiros) e as instituições ofertantes (IFs) se mostrou frágil. Esta parceria tinha como objetivo avaliar a necessidade dos cursos de acordo com a demanda do local de execução do Programa, assim como, acompanhar o desenvolvimento das alunas para possibilitar a inserção das egressas no mundo do trabalho. Esse apoio deveria ter sido estruturado em torno de serviços de psicologia e assistência social, assistência médico-odontológica, transporte e alimentação, acesso à creche, entre outros.

O que ficou claro, no caso específico do campus Seabra, é que quanto ao aspecto das parcerias foi um ponto que prejudicou principalmente as alunas das comunidades da zona rural, acima de tudo, por causa da dificuldade com relação ao transporte escolar. A falta de apoio com relação ao acesso à creche para os filhos das alunas do Programa, especialmente para as mães solo, permitiu evidenciar a dificuldade em estabelecer uma parceria de modo eficaz com a prefeitura. Já que não

houve garantia de vagas nas creches públicas deste município, impedindo a participação dessas mulheres até o final do Programa. Além da falta de apoio em torno de serviços de psicologia e assistência social no caso das mulheres vítimas de violência ou relações abusivas, o que, conseqüentemente, levou à evasão escolar de um número significativo de alunas neste campus. Vale destacar que, com relação ao acesso à creche para os filhos das alunas, a equipe multidisciplinar do campus Seabra teve um olhar sensível para esta demanda e se esforçou para atendê-la. Porém, também teve dificuldade de preparar um local apropriado, com profissionais adequados para a permanência dos filhos das alunas nos locais dos cursos.

O que fica como análise crítica ao Programa Mulheres Mil é que enquanto este for ofertado em um formato de política voltada às mulheres, nota-se com relação à oferta dos cursos, na maioria das vezes, que eles foram determinados pela instituição ofertante, sem considerar os projetos de vida do segmento feminino. Enfim, sendo uma política pública feminista de fato deveria levar em consideração o histórico das mulheres e o que elas pretendem. Enquanto os cursos forem oferecidos de acordo com as demandas do mercado de trabalho, continuaremos a oferecer cursos que favorecem a informalidade e a divisão sexual do trabalho, pois essa é a realidade da sociedade patriarcal-capitalista que vivemos. E assim, a reprodução dessa realidade é passada de mãe para filha. Sendo assim, há a necessidade de entender o contexto histórico e social e ainda o projeto de vida dessas mulheres para então oferecer cursos que venham a agregar maior autonomia para as mesmas e finalmente romper este ciclo geracional de vulnerabilidade social imposto de maneira estrutural pela sociedade patriarcal-capitalista.

A questão do empoderamento não pode ser deixada de lado. Empoderamento, autonomia, autoestima elevada, são fatores comuns que se destacam nos estudos do Programa. E estes fatores, por si só, talvez já bastassem para a melhoria na qualidade de vida das mesmas, pois podem ser o ponto de partida, para que se sintam motivadas a seguirem em frente em busca de uma qualificação mais consistente, se assim conseguissem vislumbrar. Sendo assim, apesar da subjetividade que envolve essa temática, seria necessário fomentar na cidade de Seabra, através de programas como o Mulheres Mil, essa condição de empoderamento para que, de forma efetiva, essas mulheres consigam ter controle sobre seus próprios interesses, suas vidas e

internalizem um processo de consciência em relação as suas habilidades e capacidades.

Retomar o passado em que as egressas do Programa Mulheres Mil do campus Seabra vivenciaram suas experiências foi de grande contribuição para poder compreender as particularidades que se impõem com a chegada deste Programa na cidade, além de desvelar as particularidades regionais e perceber o universo do PMM na Bahia com um novo olhar. Dessa maneira, espera-se que esta pesquisa deixe sua contribuição e a afirmação de sua relevância social, oferecendo futuras possibilidades e elementos de discussão teóricos e empíricos que possibilitem uma reflexão sobre os programas de qualificação profissional no sentido de analisar sua operacionalização e os seus resultados.

A partir da possibilidade de desenvolver esta pesquisa, foi permitido abrir novos olhares, já que a pesquisadora/autora desta tese também pudesse fazer uma interface com as experiências vivenciadas enquanto docente e ex-gestora do PMM do referido campus. Também como mulher, apesar de estar inserida em outras realidades sociais de classe, de cor, etc. comparada às mulheres atendidas pelo Programa. Assim, nos aproximamos dos estudos feministas visando entender como as mulheres em seus diversos espaços sofrem diferentes e iguais opressões de gênero. Essa aproximação também foi importante para entender como funciona a intersecção da categoria gênero com outras categorias de análise como raça/etnia, espaço/tempo e classe. Nesse sentido, esta pesquisa com mulheres em situação de vulnerabilidade social no Programa Mulheres Mil do campus Seabra buscou a partir das análises, fazer uma abordagem crítica sobre o modo de vida destas mulheres tomando por referência duas categorias principais nesse trabalho: empoderamento, a partir da economia solidária e identidade regional.

Esta pesquisa fundamentou-se na interseccionalidade, pois como uma abordagem feminista tem significativo impacto nos discursos e debates sobre intolerâncias correlatas, ou seja, os modos pelos quais as exclusões, as opressões se intersectam com a pobreza, a discriminação de gênero, questão etnorracial. Várias feministas enfatizaram que, se não fosse dada atenção ao gênero, certas formas de discriminações (de raça, etnia, classe) passariam despercebidas. Portanto, enfatizo a interseccionalidade como forma de análise e como um esforço das Teorias Feministas de fundamental contribuição nesta pesquisa e para um diálogo em torno de opressões

comuns em um contexto nacional, regional, local; no alargamento de nossa definição de discriminações e de exclusões sociais e culturais e de como, em sua complexidade, ele se intersecta com múltiplas formas de opressão.

Conclui-se que o Programa tem estrutura e conhecimento para trabalhar com este público, mas, no quesito escolaridade, apesar do IFBA ser uma instituição de educação básica, mesmo tendo esse direcionamento, a maioria das alunas do campus Seabra não conseguiu alcançar a elevação da escolaridade. Percebeu-se também entraves na qualidade aprendizado, em virtude das diversas dificuldades citadas acima. Por outro lado, conclui-se que o Programa, de certa forma, promoveu relativamente o resgate da autoestima, o empoderamento e parcialmente a autonomia dessas mulheres.

O que se observa na atualidade é uma gama de programas e projetos por meio dos quais o governo procura justificar a necessidade de qualificação, diante das exigências do mercado de trabalho, independente da forma como ocorrem e de seus resultados. O cumprimento de metas numéricas muitas vezes não significa qualidade das ações, nem mesmo o atendimento de objetivos, sempre direcionados para a inserção no mercado de trabalho e/ou ao surgimento de empreendimentos individuais ou coletivos.

Vale lembrar que as contribuições das alunas envolvidas foram, sem dúvida, de grande importância para esta pesquisa, pois foram as percepções desses sujeitos que trouxeram a luz às questões norteadoras da pesquisa. Os resultados desta investigação configuram-se da seguinte forma: mudanças comportamentais. Os resultados apontaram que em relação às mudanças provocadas no âmbito inter e intrapessoal dessas mulheres houve um processo de mudança considerável onde as mesmas passaram a se sentir mais seguras a partir das contribuições dadas pelo Programa, especialmente em relação ao aspecto da autoestima, do empoderamento e da sororidade.

Conclui-se também que, apesar dos avanços proporcionados pelo Programa, faltou fomentar nessas mulheres uma situação de cidadãs críticas dentro das perspectivas pessoais, profissionais e culturais. Além disso, outro aspecto evidenciado por esta pesquisa foi a questão da inclusão digital. Outro eixo de análise desta pesquisa discutido na tese, mesmo que de maneira tangencial, foi o acesso às políticas de inclusão digital, focando na educação básica. Foi observado que o

Programa não deu condições para que as mesmas desenvolvessem tal potencial, ainda mais quando se tratava de um alunado – mulheres mais velhas e da zona rural - sem acesso aos mecanismos de acesso às novas tecnologias. Foi verificado através do Guia Metodológico e das idas a campo que a inclusão digital fazia parte do eixo curricular e, como disciplina ofertada nos cursos, o Programa – deveria ter incentivado as alunas que elas são portadoras de sonhos e que através destes seria possível concretizar bons projetos. Por exemplo, como competência socioeducativa incentivar, através das parcerias, espaços comunitários de acesso à internet. E, assim, de fato o Programa atingisse o objetivo de promover a qualificação social e profissional, a certificação e a orientação das mulheres no acesso ao mundo do trabalho, priorizando as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, etnia, idade e/ou escolaridade.

Portanto, foi possível concluir que este Programa não atingiu plenamente seus objetivos pelas diversas questões mencionadas ao longo do texto desta tese. As lacunas deixadas pelo Programa Mulheres Mil suscitaram a necessidade de se implantar novos planos para o atendimento às demandas de qualificação, cujo foco passa a ser as mulheres sem emprego, com prioridade de acesso para as mais vulneráveis, econômica e socialmente, devido a fatores como baixa renda, baixa escolaridade e/ou discriminação de gênero, raça/etnia, idade e deficiência. Afinal, diante da infraestrutura nas instituições ofertantes, o aspecto deficiência/necessidades especiais foi outro fator observado, já que era um Programa que visava a inclusão social dos sujeitos em suas múltiplas diversidades. Nesse sentido, foi notado que poucas mulheres com necessidades especiais cursaram o PMM. Questão refletida a partir desta pesquisa que me fez inferir que, desse modo, não havia a inclusão social de fato, pois a inserção produtiva das mulheres e a melhoria de suas condições de vida e, conseqüentemente, de trabalho não dependem da elevação da escolaridade e da qualificação profissional?

Em suma, o Programa pesquisado surgiu com o propósito de articular as políticas de educação, desenvolvimento e inclusão social, com a finalidade de fortalecer os meios de acesso e permanência das mulheres em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho. Os resultados da pesquisa apontam uma lacuna entre o que prevê os documentos oficiais e a realidade de operacionalização do Programa, pois pode-se concluir que o mesmo está inserido em

uma realidade patriarcal-capitalista, com objetivos fortemente marcados pelo imperativo mercadológico, com a preocupação em atender às exigências impostas pela conjuntura econômica nacional, e que procura alcançar, por meio de ações pontuais, uma parcela da população excluída da política da educação e do trabalho, promovendo, dessa forma, políticas sociais voltadas às mulheres e não, necessariamente, políticas públicas feministas.

Para a superação desta realidade é necessário que a educação não esteja limitada à formação mecanicista e ao adestramento de mão de obra e, assim, de fato consiga superar a lógica imposta pela sociedade patriarcal-capitalista. Este reordenamento, no entanto, só ocorrerá se as estruturas consolidadas desta sociedade forem desafiadas, superando o conformismo e questionando quando resultados de uma política pública prevalecem fatores de ordem subjetiva, como a elevação da autoestima e não proporciona mudanças na condição de vulnerabilidade social e econômica a qual seu público está destinado.

Não é pretensão desta pesquisa esgotar a discussão. Ao contrário, o objetivo é elencar elementos de análise que possam compreender a realidade aqui estudada e suscitar novos estudos sobre o tema, contribuindo com a sistematização de informações que possam gerar novas pesquisas no meio acadêmico, futuras investigações que continuem problematizando a temática, a exemplo das dimensões sobre as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social, bem como se o acompanhamento devido às egressas passou a ser efetivado e de que forma.

Entretanto, outras questões merecem destaque. Uma delas a ser considerada é que apesar de o Programa nascer em um contexto no qual o governo federal estava redimensionando os programas de qualificação profissional, dando-se um caráter transversal aos conteúdos, ampliação de carga horária, análise dos cursos em vinculação com as potencialidades locais e regionais, este Programa não avançou nesses aspectos. Mesmo que se tenha tido a intencionalidade a partir do governo em que foi criado o PMM, em se construir uma política de formação/qualificação profissional diferenciada para as mulheres em situação de vulnerabilidade, o Programa reflete, com a fragmentação dos conteúdos em módulos, que os avanços estão ainda no nível do discurso.

Não se pode deixar de considerar que as disciplinas que compõem os módulos básicos dos cursos são relevantes e têm a intencionalidade de contribuir para a visão de mundo das alunas, quando é ofertado às mesmas, disciplinas que tinha por objetivo uma formação cidadã. O que os docentes destacaram foi a respeito da fragmentação entre conteúdos, quando o conhecimento poderia ocorrer de forma transversal. Além disso, deve haver um compromisso efetivo com a formação básica das estudantes, de modo que não haja uma centralidade, mesmo que aligeirada, na formação puramente técnica. O que ficou evidenciado no campus Seabra, a dificuldade a respeito da verticalização do ensino e, portanto, faltou incentivo quanto ao aspecto da continuidade nos estudos após a conclusão do Programa. Foi destacado também que ao compor o currículo dos cursos com a parte básica e a parte técnica da formação/qualificação das alunas, de forma distinta, ocorreu a fragmentação dos conteúdos, algo que pode ter contribuído, até mesmo, para a própria dificuldade das egressas na relação entre os conhecimentos adquiridos e a sua realidade laborativa.

Hoje, ao se pensar em formação profissional, é indispensável que o olhar se volte para os Institutos Federais e suas ofertas de ensino, pesquisa e extensão. Com os Ifs é sabido que a Educação Profissional e Tecnológica sofreu significativo avanço. O papel do Mulheres Mil neste contexto é ínfimo, ao se comparar com outras iniciativas desta natureza, como já mencionado o caso do PRONATEC. Se houve um crescimento da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, e ela implica no desenvolvimento de programas que respondam às necessidades de execução da função social das instituições que compõem esta Rede, faz-se necessário que se analise essas distorções. O Mulheres Mil nasceu de maneira pontual, em regime de experimentação, para só posteriormente, tomar um caráter de política pública. A duração dos cursos do Mulheres Mil, de maneira breve, de curta duração (geralmente em torno de 10 meses a 1 ano), que se propõem a alcançar patamares subjetivos (autoestima), tendo como problemática a ser enfrentada a falta de incentivo financeiro para a equipe técnica que compõe seu quadro - docentes, gestores e técnicos administrativos.

Ao concluir este trabalho de pesquisa, espera-se que os resultados, somadas a outras investigações e as conclusões possam contribuir fornecendo subsídios para ampliar o conhecimento acerca da aplicabilidade das políticas públicas. Espero que este estudo possa se somar a outros trabalhos interessados em debater políticas

públicas voltadas às mulheres no âmbito feminista. Assim como, projetos e programas da educação profissional que tenham interface com os estudos de gênero. Para tanto, ampliar esta perspectiva de análise, alcançando resultados em outras dimensões, é também um aspecto importante neste estudo.

Embora as questões ligadas a trabalho, renda e a escolaridade, previstas no objetivo nacional do Programa não tenham sido alcançadas satisfatoriamente, ficou evidente que a experiência do campus Seabra proporcionou às mulheres a elevação da sua autoestima, conhecimentos sobre alguns direitos sociais, saída do mundo privado para outros ambientes públicos antes não frequentados, entre outros. Estes fatos, analisados numa conjuntura social amparada em padrões machistas e patriarcais, têm relevância e contribuem para que se traga ao centro de debates, aspectos importantes da participação da mulher na sociedade. No entanto, sabe-se que a questão da mulher e essa participação envolve outros elementos que vão além da elevação da autoestima.

No caso da inserção das mulheres no mundo do trabalho, sabe-se, por exemplo, que este é marcado por significativas e persistentes desigualdades raciais e de gênero. São questões que devem ser levadas em consideração nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas às mulheres e, em particular, das políticas de emprego, inclusão e redução da pobreza. A taxa de participação das mulheres no mercado formal de trabalho é um indicador importante para analisar a evolução dos níveis de igualdade de gênero existentes em uma sociedade e um dos caminhos encontrados para diminuir a desigualdade estabelecida, e a inserção no mercado de trabalho. No caso das egressas do campus Seabra esta situação se agrava dado o perfil que apresentam e que revela condições de extrema desigualdade social.

A pesquisa mostrou também as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para a continuidade dos estudos. A condição de ser mulher, por vezes, limita as possibilidades de vida social, política e econômica. Isto devido aos imperativos da função da maternidade, e da própria condição histórica de desvantagem da mulher na sociedade. O público feminino, ao qual se destina o Programa Mulheres Mil, vivencia, historicamente, processos de exclusão e precariedade. Faz parte do seu cotidiano situações de desemprego, trabalhos temporários, informais, precários e preenchem os quadros de ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Sabe-se que

um Programa por si só não teria a condição de garantir, em uma sociedade regida pelo desemprego estrutural, a inserção das mulheres no mercado de Trabalho. Convém pontuar também que a elevação da escolaridade não ocorre espontaneamente, apenas a partir de um estímulo às mulheres participantes do Programa. Questões maiores precisam ser compreendidas nestes casos.

Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar o conhecimento a respeito das atividades de extensão desenvolvidas nos Institutos Federais, ao assumir aquelas relativas ao Programa Mulheres Mil, sendo fundamental que ocorram avaliações constantes dessas iniciativas, de forma que se possa ter elementos para sua análise e redimensionamento de suas ações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**: uma força de trabalho secundária? 2007. 328 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ABRAMOVAY, M. Violências no Cotidiano das Escolas. *In* _____ (Org.). **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ALCÂNTARA, F. H. C. **Políticas públicas municipais e economia solidária**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 15, n. 1, pp. 135-145, jan./jun. 2014.
- ANDRADE, M. A. **As Mulheres e a participação nas eleições 2008**. Cadernos UFS- Serviço Social, FASC. XI. Vol 2, São Cristóvão: Editora UFS, 2009.
- ARRUDA, M. **O feminismo criador**: socioeconomia solidária e educação. Artigos e Histórias da Socioeconomia Solidária, Rio de Janeiro: Pacs, 1998.
- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, número 11, 2013. (pp. 89-117).
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1997
- BARRENO, C. F. El feminismo antipatriarcal. **Revista On-line Leer y Difundir, Opiniones Informadas**. 27 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.leerydifundir.com/2019/04/el-feminismo-antipatriarcal/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- BARSTED, L. A. L. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 2, 1994.
- BEDÍA, R. C. Aproximações à teoria crítica feminista. **Boletim do Programa de formação**. n. 1, ano 1, junho 2014. Disponível em: <https://www.cladem.org/images/pdfs/publicaciones/regionales/feminismo-por/BOLETIN-CLADEM-VERSION-PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- BEAUVOIR, S. de. **A velhice: realidade incômoda**. 2 ed. São Paulo, Difel, 1976.
- BERTH, J. **Feminismos Plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Coordenação de Djamila Ribeiro. 184 p.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v.2, n. 1(3), jan./jul. 2005. (pp.68-80). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRADLEY, L. **Rhyme, rime, and the onset of reading.** Journal of Experimental Child Psychology, 1989.

BRASIL. **Atlas da Vulnerabilidade Social.** Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Brasília, 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia metodológico do Programa Nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.** Brasília, 2011b. 42 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria.** Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Brasília, 2007. 43 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria no 1.015, de 21 de julho de 2011.** Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Brasília, 2011d.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil.** Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Portaria N° 1015, de 21 de julho de 2011. **Diário Oficial da União.** Brasília. DF. 22 jul. 2011, p. 38.

BRASIL. **Revista um ano de resultados do Plano Brasil sem miséria.** 2012. Disponível em: <<http://brasilsemiseria.gov.br/documentos>>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRYMAN, A. **Quantity and Quality in Social Research.** London: Unwin Hyman, 1988. Tradução: de Pedrinho, A. Guareschi.

BRITO, Sônia M. da S.; VANIN, Iole M. **Formação técnico-industrial e mercado de trabalho na Bahia:** relatos de estudantes da Escola Técnica Federal da Bahia, na

década de 1970. (Anais Eletrônicos), Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 th Women's Worlds Congress Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **Trabalhadoras brasileiras dos anos 90**: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. *Mulher e Trabalho*. 2011. (pp. 95-105).

BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo M.; NEGHERBON, Caroline L.; BRITO, Vivian. Quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional no Brasil? Elementos para a formulação de uma agenda de pesquisa. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**. Faccat. Taquara/RS - v. 17, n. 2, abr./jun. 2020. (pp. 113-125).

CABNAL, L. **“TZK’AT, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew-Guatemala,”** *Ecología Política*, 01 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.ecologiapolitica.info/?p=10247>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CAMARGO, M. **O lugar da mulher na relação de violência**: o mito da passividade e a construção da identidade de gênero em nossa sociedade. Porto Alegre: Casa de Apoio Viva Maria; Secretaria Municipal de Saúde, 1998.

CAMPOS, M. M. Educação e políticas de combate à pobreza. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300013&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CANCLINI, N. G. Imaginários Culturais da Cidade: Conhecimento/ Esp.etáculo/ Desconhecimento. *In*: COELHO, T. (Org.). **A Cultura pela Cidade**. São Paulo: Iluminuras, 2008. (pp. 25-26).

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social**. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/#>>. Acesso em: 12 jan. 2022. (pp. 1-14).

CECCON, R. F.; PORTES, V. de M. Mulheres em situação de pobreza extrema: gênero, raça e classe social. **Saúde em Redes**. 2019; 5(3):43-57. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18310/24464813.2019v5n3p4357>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CISNE, M.; GURGEL, T. Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **SER Social**. Brasília, v. 10, n. 22, jan./jun. 2008. (pp. 69-96).

CORCETTI, E.; SOUZA, S. P.; LORETO, M^a das D. S. **O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo**: uma política pública educacional de equidade de gênero? Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 911-943, jul./set. 2018

Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362018005002104&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 01 jun. 2020.

COSTA, P. R. S. M. Dimensões da violência perpetrada contra a mulher. *In: Cadernos UFS*, vol. x, fasc. 1, São Cristovão: Editora UFS, 2008.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo**: Una perspectiva desde America latina y el Caribe. Parte de esto ponencia fue presentada en el Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires. 2009.

DIÁRIO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEABRA-BA. **Lei Nº. 270 / 05, de 27 de setembro de 2005**. Disponível em: <www.diariooficialdosmunicipios.org/prefeitura/seabra>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DEERE, C.D; LEON, M. **O Empoderamento da Mulher**: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FARAH, M. F. S. **Gênero e Políticas Públicas**. Estudos Feministas. Florianópolis, 12(1), janeiro-abril/2004. (pp. 47-71).

FARIA, N; NOBRE, M. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.

FARIAS, A. C. de; FERNANDEZ, O. F. R. L. **Mulheres silenciadas - o femicídio no discurso processual da Bahia**. 2013. Itabaiana: Gepiadde, Ano 07, Volume 13, jan./jun. de 2013.

FAUSTINO, C. Precisamos construir outras compreensões sobre a realidade da vida antes que não caibamos mais nela. *In: FAUSTINO, C; CABNAL, L. et. al. Outras economias*: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2018. (pp.17-22).

FERRARI, Mari. **A internacionalização dos Institutos Federais**: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000401003>. Acesso em: 06 set. 2021.

FERREIRA, A. M. de S; DUARTE, V. C. O. **A Implementação do Programa Mulheres Mil no IFMT Campus Pontes e Lacerda**: Relato de uma Experiência Exitosa. Revista Práticas em Gestão Pública Universitária, ano 2, v. 2, n. 2, jul.-dez. 2018. (pp. 165-182).

FRIEDMAN, H. Refazendo “Tradições”: mudanças na economia política da alimentação. *In*: FARIA, N; NOBRE, M. (Orgs.). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002. (pp. 72-100).

FRIEDMANN, J. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Celta: Oeiras, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *In*: **Revista Educação e Sociedade**. v. 26, n.92. Campinas - SP, 2005.

GAIGER, L. I. “Sentido e possibilidades da economia solidária hoje”. *In*: KRAYCHETE, G., FRANCISCO, L. e COSTA, B. (orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

GALETTI, C. C. H. Empoderamento feminino e trajetória de vida: os modelos rígidos do “ser mulher”. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista**. 2ª Edição, 2018.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala**: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Cidade do México: Editorial Corte y Confección, 2014.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUÈRIN, Isabele. Sociologia Econômica e Relações de Gênero. *In*: **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**: Desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos feministas**. n. 1, 1993. (pp. 7-31).

HEISE, L. Violência e gênero: Uma epidemia global. **Cadernos de Saúde Pública**. 1994.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Trad. Bhuvi Libiano. 12^a. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOROCHOVSKI R. R.; MEIRELLES G. Problematizando o Conceito de Empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC: Florianópolis, Brasil, 2007.

IANNI, O. **A metáfora da viagem**. São Paulo: Cultura Vozes, v. 90, n.2, março/abril 1990.

IBGE. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

IBGE. **Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 06 set. 2021.

IBGE. **Em 2021, país tinha 12,7 milhões de jovens que não estudavam nem estavam ocupados**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados#:~:text=O%20percentual%20dos%20jovens%20que,%2C%20em%2031%2C1%25>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília. Editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 13 mai. 2022.

KIPNIS, Beatriz J. **Mulheres em situação de vulnerabilidade social**: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/pibic/mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-contextos-construcao-simbolica-ec>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Introduction: understanding public policy through its instruments — from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. Trad. Maria José da Silva Aquino Teisserenc. **Governance**. n. 20, 2007. (pp. 1–21).

LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas. 2005. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Colección Sur-Sur, CLACSO. Disponível em: <<http://bibliotecavirtuaLclacso.org.ar/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

LANG, Miriam. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Decolonizar o imaginário. Debates**

sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. (pp. 25-44).

LEITE, M. de P. **A Economia Solidária e o Trabalho Associativo.** Teorias e realidades. RBCS Vol. 24 no 69 fevereiro/2009.

LESSEM, R.; SCHIEFFER, A. **Integral Economies:** Releasing the Economic Genius of Your Society. Farnham: Ashgate, 2010.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. **Cidadania e equidade de gênero:** políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. *Katálysis*, Florianópolis, v. 8, n. 1, pp. 67–77, jan. 2005.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In:* DEL PRIORI, M. (Org.) **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Unesp – Contexto, pp. 443 – 479, 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

LUGONES, Maria. "Colonialidad y Género", *In:* ESPINOS, A. Yüderkys; GÓMEZ, Diana y Ochoa, Karina (Eds.). **Tejiendo de otro modo:** Feminismo, epistemología y a puestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad dei Cauca. 2014.

MATOS, Marlise. Despatriarcalizar. Nosso jogo democrático. **Teorias e Debates 91.** março/abril 2011. Disponível em: <https://search.app?link=https%3A%2F%2Fpabramo.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F2%2F2015%2F01%2F43-marlise.pdf&utm_campaign=aga&utm_source=agsadl2%2Csh%2Ffx%2Fgs%2Fm2%2F4>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MATTHAEI, J. Por que os/ as Economistas Feministas/ Marxistas/ Anti-Racistas devem ser Economistas-Feministas-Marxistas-Anti-racistas. *In:* FARIA, N; NOBRE, M. (Orgs.). **Economia Feminista.** São Paulo: SOF, 2002. (pp. 44-71).

MEC. **Mulheres Mil:** do sonho à realidade. Organização: Stela Rosa – Brasília, 2011. 420p.

MEC. **Programa Mulheres Mil:** educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/o-que-e-44388>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MEC. **Programa Mulheres Mil:** Campus Seabra. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/seabra/extensao/programa-de-extensao/mmil>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MEC. **Programa Mulheres Mil.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil/cursos-ofertados>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

MEC. **Projeto piloto Programa Mulheres Mil**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/267-programas-e-aco-es-1921564125/programa-mulheres-mil-1429950593/62641-projeto-piloto-2>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MEC/PRONATEC. **LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.html>. Acesso em: 07 out. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território**. Chapada Diamantina-Bahia, 2. ed., Seabra-BA. 2010.

MEDEIROS, G. J. M. de. **Por um feminismo decolonial**: a leitura antipatriarcal, anticapitalista, antirracista de Françoise Vergès. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, e74626, 2021.

MENEZES, Ebenezer T. de. Verbetes CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/cefets-centros-federais-de-educacao-tecnologica/>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

MORAES, Alana. A Vida das Estatísticas e a Vida das Mulheres: sobre as possibilidades de produzir dados afetados e o caso da pesquisa do IPEA. **Revista Ártemis**. Vol. XVII nº 1; jan-jun, 2014. (pp. 25-40). Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/19106/11127>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

MORENO SARDÁ, A. **El Arquetipo Viril protagonista de la historia**, 2. ed, Barcelona: Ediciones LaSal, 1986.

NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. *In*: FARIA, D. S. de (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001. (pp. 57-71).

NOGUEIRA, M. J. R.; JACINO, H. A mulher negra e as desigualdades no mundo do trabalho. *In*: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013. (pp. 279-290).

OLIVEIRA, M. A. S. M. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe**: interfaces com a educação e o trabalho. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em

Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2013.

PALILO, M. A. S. **A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida**. 2004. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em: 04 jan. 2024

PAREDES, J. H. F. **Desde el feminismo comunitario**. 1a, ed., LaPaz, Cooperativa El Rebozo, Enero de 2010.

PAULA, A. P. P. *et al.* A economia solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. **O&S** - Salvador, v.18 - n.57, pp. 323-333 - abril/junho – 2011. Disponível em: <www.revistaoes.ufba.br>. Acesso em: 04 mai. 2024.

PEREIRA, J. S. A. **Programa Mulheres Mil: uma análise no campo das políticas de inclusão do IFSC**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PIRES, A. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. *In*: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (pp. 43-94).

PRESTES, E.; VÉRAS, R. **Educação, qualificação, trabalho e políticas públicas: campos em disputas**. Paraíba: UFPB, 2009.

QUADROS, W. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. *In*: **Estudos Avançados 50**: dossiê o negro no Brasil. São Paulo: USP, 2004, v. 8. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100010>. Acesso em: 05 mai. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder. *In*: LANDER, Edgar (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Siembro, 2005.

REA, C. Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos. **Revista Estudos Feministas**, vol.26 no.3. Florianópolis, 2018 Epub Oct 11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300212>. Acesso em: 12 nov. 2019.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

ROSA, S. (Org.) **Mulheres mil: do sonho à realidade**. Brasília: Ministério da Educação; 2011.

SACAVINO, S. Tecidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, **Perspectiva Decolonial e Educação Intercultural**. Uni-pluri/versidad, vol. 16, n. 2, 2016.

SANTOS, E. de A.; SOUZA, L. R. de; SILVA, L. A. da. **Quilombolas da Chapada Diamantina e o enfrentamento da violência contra a mulher**. XX REDOR (Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero). 2018. Disponível em: <www.redor2018.sinteseeventos.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, M. I. dos; RODRIGUES, R. de O. Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). *In: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*. Canoas, v. 01, no 02, 2012.

SARAVIA, E. Introdução à Teoria de Política Pública. **Políticas Públicas: Coletânea**, vol. 1. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, dez. 1995.

SCHWENGBER, A. M. Economia solidária – de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. Caderno n. 3 da Coordenadoria Especial da Mulher. *In: PMSP/SDTS. Trabalho legal, ilegal e 'alegal'; novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, 15 de maio de 2003. (mimeo).

SEBRAE. **Referências de cooperação do SEBRAE**. Consultores conteudistas: Andrea M. Damázio; Luiz H. de Castro. Brasília: SEBRAE, 2009. 106p.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2009. Cadernos de Saúde Pública e Assistência Social. Rio de Janeiro. Março de 2018. Disponível em: <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/393/o-conceito-de-vulnerabilidade-e-seus-sentidos-para-as-politicas-pblicas-de-sade-e-assistncia-social#C9>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SILIPRANDI, E. **Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**. Agoecol. e Desen. Rur. Sustent., Porto Alegre, RS, v.1, n.1, p. 61-71, jan.-mar. 2000.

SILVA, C. M. da. **Formação de trabalhadoras: o programa *mulheres mil* sob o olhar de suas educadoras**. Universidade Federal de Lavras, 2016.

SILVA, D., MOURA, D. H., & DE SOUZA, L. M. A trajetória do PRONATEC e a reforma do ensino médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial. **Revista Trabalho Necessário**, 16(30), 183-206. 2018.

SILVA, J. M. **Geografias Subversivas**: Discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2009.

SILVA, N. P. da. **Juventude e escola**: a constituição dos sujeitos de direito no contexto das políticas de ações afirmativas. Tese (Doutorado em Educação). FAGED/UFBA, 2016.

SILVA, P. J. da.; ROMANOWSKI, J. P. Os Institutos Federais no Brasil: da educação profissional à formação de professores. **Revista Internacional de Formação de Professores**. 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23512_12121.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Z. P.; SARDENBERG, C. M. B. Rastreado o Feminismo, Rompendo Silêncios “queixas” e “cenas” de violência contra a mulher em Conceição do Coité-BA (1980-1990). *In*: LIMA; SOUZA, A. M. F. de; ARAS, L. B. de. (Org.). **Mulheres e Movimentos**: estudos interdisciplinares de gênero. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2014. (pp. 123-148).

SINGER, P. Economia Solidária: possibilidades e desafios. *In*: **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: FASE, 2004.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. *In*: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, T. (Org.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. *In*: GODINHO, T.; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (pp. 113-126).

SOUSA, M. L. de M. Jogo do Bicho: Incógnita Brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ed. 08, ano 02, vol. 01. pp 161-183, novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/jogo-do-bicho.pdf> >. Acesso em: 18 mai. 2024.

STROMQUIST, N. P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 1., jan./abr. 1996. (pp. 27–49).

SUBIRATS, Joan et al. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: 73 Editorial Ariel, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI), **Bahia em números** 2001. Salvador, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Resolução Coondel / Sudene nº 150 de 13/12/2021**. Disponível em: <https://sei.ba.gov.br/images/resumo/semiarido_baiano.pdf >. Acesso em: 10 jul. 2024.

TAVARES, P. M.; ARAUJO, J. J. O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad**, vol. 04, ed. especial, fev. artigo no 758, e-ISSN: 2525-7870, 2018.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 15a ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

VARANDA, A. P. de M. **Gênero e pequenos negócios em periferias urbanas brasileiras e portuguesas**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, 2018.

VERGO, T. M. W. **Autonomia e empoderamento das mulheres usuárias das políticas públicas sociais**: algumas considerações a partir das teorias políticas feministas no trato dos conceitos de empoderamento e autonomia para as mulheres. 2014. (pp. 2092-2112).

VIANA, R. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. *In*: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013. (pp. 378-391).

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo? *In*: CANÇADO, Taynara C. L.; SOUZA, R. S. de; CARDOSO, C. B. da S. **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/592578493/Trabalhando-o-conceito-de-Vulnerabilidade-Social-2014>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

XIMENES, D. de A. **Vulnerabilidade social**. 2010. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/verbetes/vulnerabilidade-social/> >. Acesso em: 12 jan. 2022.

YANNOULAS, S. SAMPAIO, M. Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional. *In*: **Trabalho com a Diversidade no PLANFOR**: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: UNESP, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi, 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista com a gestora institucional do Programa Mulheres Mil na Bahia.

Eu sou doutoranda do Pós-cultura do IHAC, o Instituto de Humanidades Artes e Cultura da UFBA. A minha orientadora é Profa. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos e a minha pesquisa é sobre o Programa Mulheres Mil. Programa oferecido pelo IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia) aqui de Seabra. Sou professora do IFBA, atualmente no campus Salvador, mas já ensinei aqui no campus Seabra. Fui gestora e professora do Mulheres Mil aqui em Seabra, em 2011. Fui professora da disciplina Direito da Mulher e Cidadania.

Gostaria de deixar claro que você não é obrigado(a) a responder as perguntas, se não se sentir à vontade. Mas, a sua colaboração vai ser muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa. Vai me passar informações preciosas a respeito do programa. Então, para deixar registrado oficialmente: você está me permitindo fazer esta gravação? E, em alguma circunstância que eu precisar citar o seu nome na tese, isso aí fica a seu critério.

1. Como foi o seu contato com o Mulheres Mil? Como você soube da existência do Programa?
2. Qual foi o seu trabalho no PMM?
3. Você saberia informar o interesse dos canadenses na região Norte-Nordeste?
4. No momento em que o Programa é institucionalizado, deixa de ser projeto e vira um Programa nacional, você notou uma diferença no tratamento das alunas?
5. Você consegue visualizar se teve algum impacto na vida das egressas? Posterior a formação no Programa.
6. Você consegue traçar um paralelo entre o campus Salvador e os campi do interior?
7. O que mais lhe chamou atenção ao atuar no PMM?
8. Quais foram as dificuldades encontradas ao atuar no Programa?
9. Você consegue perceber quais foram as principais limitações? Conseguiria pontuar o que dificultou na expansão do Programa?
10. Em quais aspectos você acha que o PMM poderia ter melhorado?

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista com a equipe multidisciplinar (gestores, professores e auxiliares) do Programa Mulheres Mil do campus Seabra.

Eu sou doutoranda do Pós-cultura do IHAC, o Instituto de Humanidades Artes e Cultura da UFBA. A minha orientadora é Profa. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos e a minha pesquisa é sobre o Programa Mulheres Mil. Programa oferecido pelo IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia) aqui de Seabra. Sou professora do IFBA, atualmente no campus Salvador, mas já ensinei aqui no campus Seabra. Fui gestora e professora do Mulheres Mil aqui em Seabra, em 2011. Fui professora da disciplina Direito da Mulher e Cidadania.

Gostaria de deixar claro que você não é obrigado(a) a responder as perguntas, se não se sentir à vontade. Mas, a sua colaboração vai ser muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa. Vai me passar informações preciosas a respeito do programa. Então, para deixar registrado oficialmente: você está me permitindo fazer esta gravação? E, em alguma circunstância que eu precisar citar o seu nome na tese, isso aí fica a seu critério.

1. Como conheceu o Programa Mulheres Mil?
2. Qual foi o seu trabalho no PMM?
3. Quais cursos foram oferecidos no Programa?
4. Como foi o processo de seleção das alunas?
5. Quantas alunas frequentaram?
6. Quantas concluíram os cursos?
7. Você acha que o Programa trouxe contribuições na vida das alunas?
8. O que mais lhe chamou atenção ao atuar no PMM?
9. Quais foram as dificuldades encontradas ao atuar no Programa?
10. Em quais aspectos você acha que o PMM deveria ter melhorado?
11. Quanto tempo durou o Programa Mulheres Mil no campus Seabra?

APÊNDICE C - Roteiro da entrevista com as egressas do Programa Mulheres Mil do campus Seabra.

Eu sou doutoranda do Pós-cultura do IHAC, o Instituto de Humanidades Artes e Cultura da UFBA. A minha orientadora é Profa. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos e, como já te falei agora pouco, eu pesquiso sobre o Programa Mulheres Mil. Programa oferecido pelo IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia) aqui de Seabra. Sou professora do IFBA, atualmente do campus Salvador, mas já ensinei aqui no campus Seabra. Fui gestora e professora do Mulheres Mil aqui em Seabra, em 2011. Fui professora da disciplina Direito da Mulher e Cidadania.

Gostaria de deixar claro que você não é obrigada a responder as perguntas, se não se sentir à vontade. Mas, a sua colaboração vai ser muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa. Vai me passar informações preciosas a respeito do Programa. Então, para deixar registrado oficialmente: você está me permitindo fazer esta gravação? E, em alguma circunstância que eu precisar citar o seu nome na tese, isso aí fica a seu critério.

1. Qual o seu nome completo, sua idade e estado civil? Tem filhos?
2. Onde você mora?
3. Onde você nasceu?
4. Qual a sua escolaridade?
5. Como conheceu o Programa Mulheres Mil?
6. Qual curso você fez? Em que ano(s)?
7. Você gostou do curso que fez?
8. O que mais você aprendeu?
9. Em quais aspectos/questões o Programa favoreceu em sua vida?
10. Em quais aspectos/questões o Programa poderia ter melhorado?

ANEXOS**ANEXO A - Nível de escolaridade das alunas do Programa Mulheres Mil - campus Seabra-BA****Curso de Qualificação Profissional em Artesanato e Sustentabilidade**

ALUNA	IDADE	GRAU DE ESCOLARIDADE
IRANILZA SILVA DE JESUS *	43 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
NISLENE SOUZA MENDES *	31 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ELIANE SILVA SOUZA *	32 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ZENILDA MARIA DE SOUZA *	58 ANOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
LEONICE GUIMARÃES SILVA *	37 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
DALVA DE SOUZA OLIVEIRA *	65 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARIA APARECIDA DE JESUS LELIS*	42 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
JAILMA SOUZA ALVES *	27 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
KELLY ISIS DE OLIVEIRA *	22 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
EDILANE VIRGENS DOS ANJOS *	24 ANOS	ENSINO MEDIO INCOMPLETO
CLAUDETE MARTINS SOUZA*	34 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
CRISTIANE PEREIRA DIAS *	32 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
MARIA MADIA DE SOUZA *	50 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ALINE DOS ANJOS PINTO *	22 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
JAILDA DE JESUS PINTO *	50 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
LIVIA OLIVEIRA FEITOSA *	29 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARLENE MATIAS RIBEIRO *	49 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CLEUNICE ROSA DA SILVA *	32 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
GISLEINE PEREIRA DE JESUS *	44 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MIRIAN DA SILVA SOUZA *	20 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARIA LURDES DE JESUS *	43 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
NILCELIA FRANCISCA DOS SANTOS *	37 ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
CLEIDE PEREIRA DA SILVA *	38 ANOS	ENSINO MEDIO INCOMPLETO
GENY BARBOSA DE SOUZA *	55 ANOS	ENSINO MEDIO INCOMPLETO
MARIVALDA ROSA DA SILVA *	35 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO

TURMA COMPOSTA COM:

- 15 ALUNAS COM ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO;
- 2 ALUNAS COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO;
- 3 ALUNAS COM ENSINO MÉDIO INCOMPLETO;
- 5 ALUNAS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO.



Curso de Iniciação Profissional em Técnicas de Reciclagem e Empreendedorismo

ALUNA	IDADE	GRAU DE ESCOLARIDADE
LUCIANA DE SOUZA SILVA	30 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
SILVIA MARIA DE SOUZA SANTOS	40 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
GENICLEIA ROSA DE SOUZA	31 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
JOSELIA SOUZA FERREIRA	29 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARIA DOS SANTOS SOUZA	46 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
JOSIANE SANTOS DE OLIVEIRA	18 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
SANDRA DE SOUZA SANTOS	27 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ANDREIA SOUZA VIEIRA	36 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
LUCINEIA SANTOS SOUZA	22 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
IVONICE SOUZA SANTOS	38 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
MONICA ROSA DOS SANTOS	27 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
HILDETE SOUZA SANTOS	58 ANOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
JOSINE DE JESUS OLIVEIRA	27 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
LILIAN RIBEIRO D E SOUZA	26 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
HELIA DAS VIRGENS ANJOS	32 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
LUZIANE ALVES PINTO	21 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
VALDEMIRA DAS VIRGENS ANJOS	22 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CLAUDIA M ^a DAS VIRGENS ANJOS	34 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARIA ZILENE DE SOUZA ARAUJO	53 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARIA MADALENA DAS NEVES	33 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
LIDIA ROGRIGUES DA SILVA OLIVEIRA	25 ANOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARIA DE LURDES DE SOUZA PINTO	35 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
GISLAINE SOUZA DOS SANTOS	24 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
MAGNA ROSA DOS ANJOS	29 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO
ZILANE ROSA DA SILVA OLIVEIRA	23 ANOS	ENSINO MEDIO COMPLETO

TURMA COMPOSTA COM :

- 10 ALUNAS COM ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.
- 1 ALUNAS COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO;
- 14 ALUNAS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO.

ANEXO B

AULA INAUGURAL MULHERES MIL

Data: 16/11/11 das 14:30 às 17:00

Local: AUDITÓRIO DO IFBA –CAMPUS SEABRA-BA



ATOS PROTOCOLARES		
ATIVIDADE	HORÁRIO	RESPONSÁVEL
INÍCIO DA SOLENIDADE(MESTRES DE CERIMÔNIA) Composição da Mesa	14:30	GESTORES DO PROGRAMA- <i>Robson Luiz da Silva Menezes e</i> <i>Sergio Renato Gonçalves dos Santos</i>
VÍDEO NACIONAL ORIGEM DO PROGRAMA MULHERES MIL	14:40	<i>Sergio Renato Gonçalves dos Santos</i>
APRESENTAÇÃO DIRETORES (Oratória)	14:50 às 16:00	1º- SINDICATO DOS PRODUTORES RUARIS DE SEABRA: <i>Sr. João Gomes</i> 2º-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: <i>Sr. Claudilson Souza Santos</i> 3º-PREFEITURA MUNICIPAL DE SEABRA: <i>Sr. Prefeito Luiz Marciel Rocha</i> 6º-DIRETOR GERAL PRO TEMPORE: <i>Marta Quadros Fernandes</i> 7º-REITORIA E PROEX: <i>Dan Oliveira</i>
VÍDEO INSTITUCIONAL TRAJETÓRIA DE IMPLANTAÇÃO PROGRAMA MULHERES MIL	16:10	<i>Robson Luiz da Silva Menezes</i>
APRESENTAÇÃO CULTURAL DAS MULHERES DA COMUNIDADE DO SUMIDORO	16:20 às 16:40	<i>Sr.ª. Lola</i>
APRESENTAÇÃO CULTURAL “BANDA DE PIFANO”COMUNIDADE LAGOA DA BOA VISTA	16:40 às 17:00	<i>Sr. Stenio</i>
ENCERRAMENTO	17:00	DIRETOR GERAL PRO TEMPORE: <i>Marta Quadros Fernandes</i>

ANEXO C – Palestra “Planejamento Familiar e DSTs”



OFÍCIO Nº011/2011/CMM SEABRA-BA
DA: COORDENAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL
PARA : SR. CLENILDO FERREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS

Assunto: Palestra para as alunas do Programa Nacional Mulheres Mil

PREZADO SENHOR,

Com a implantação do Programa Nacional Mulheres Mil pelo Instituto Federal da Bahia- IFBA - Campus Seabra-Ba. Informamos que estamos promovendo algumas palestras com temas pertinentes a Saúde e Direitos da Mulher, contando com a participação voluntária de diversos profissionais da região. Sendo assim, solicitamos a vossa senhoria a liberação da Servidora Municipal MARIANA SILVA MENDES DE SOUZA, Enfermeira deste município e lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Ressaltamos que a solicitação de liberação, tem por finalidade a realização de uma palestra pela mesma com a temática: *Planejamento Familiar e DSTs*, haja vista que o nosso público são mulheres em vulnerabilidade social. Informamos que a data de realização do evento será no dia 9/12/2011, no turno vespertino das 14:00 as 16:40.

Certo de contarmos com a vossa colaboração.

SEABRA, 09 de Dezembro de 2011.

Att,

Robson Luiz da Silva Menezes
Gestor do Programa

Estrada Vicinal para Tenda, KM 1,9 – Barro Vermelho - Seabra - Bahia.
CEP: 46900-000, Caixa Postal Nº 36 – Tel.: +55 (71) 9100-6019

ANEXO D – Ementa da disciplina Economia Solidária



1. Dados de Identificação:

Projeto: Mulheres Mil

Curso: Iniciação profissional em técnicas de reciclagem e empreendedorismo/ Qualificação profissional em Artesanato e Sustentabilidade

Disciplina: Noções Básicas de Economia Solidária C.H.: 20 horas

Professora: Aline Barbosa de Araújo

2. Ementa da Disciplina:

A disciplina pretende destacar a economia solidária como processo da formação humana tendo como partida a temática do trabalho. Correlacionando a economia solidária a vocação econômica regional da chapada diamantina promovendo o desenvolvimento das comunidades locais.

3. Habilidades:

1-Distinguir economia solidária no sistema capitalista, compreendendo a especificidade e a necessidade da construção da temática.

2-Estabelecer relações entre a Educação e o Trabalho na produção da economia solidária

3-Promover a prática de eventos ligada à economia solidária como possibilidade de construção de um modelo de desenvolvimento mais participativo, mais justo e sustentável.

4. Bases tecnológicas (Conteúdos):

1.Sistema capitalista – princípios e classificação

1.1 A mundialização do sistema capitalista

2. Economia solidária- Conceitos e princípios e diferenças entre economia capitalista.

2.1 Sujeitos da economia solidária no Brasil/ projeto mulheres mil

3. Organização e articulação da Economia Solidária. (Empreendimento Solidário- seus critérios)

3.1 As políticas públicas vinculadas à economia solidária.

4. Mapeamento da economia solidário na chapada diamantina.

4.1 Promover a organização: Associações, Cooperativas e Grupos Informais no curso.

5. Metodologia do ensino:

Aula Expositiva; Análise e discussão de textos; Trabalho individual e em grupos; Seminários; Visita técnica ao Grupo Ambientalista de Palmeiras;

6. Avaliação:

Avaliações individuais escritas: exercícios de verificação, relatórios e produção textual.

Avaliações individuais: frequência, participação e verificações práticas. Avaliações em equipe: trabalhos / apresentações

7. Referencial Bibliográfico:

- ARRUDA, Marcos. “Socioeconômica solidária” e “Trabalho emancipado”. In: CATTANI, A.D. (org.) A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- BAIERLE, Maria de Fátima. “Educação popular e Economia Solidária em Porto Alegre”. In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: INEP, 2005.
- CORAGGIO, José Luis. “Economia do Trabalho”. In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- DEMO, Pedro. Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade. Campinas: Autores Associados, 1996.
- DEMO, Pedro. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.
- GADOTTI, Moacir. “Educação comunitária e economia popular”. In: GADOTTI, M. e GUTIÉRREZ, F.(orgs.) Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo:Cortez, 1993.
- GAIGER, Luiz Inácio. “Sentido e possibilidades da economia solidária hoje”. In: KRAYCHETE, G. et alii (orgs.) Economia dos setores populares: entre a realidade e utopia. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000.
- GUTIÉRREZ, F. “Educação comunitária e economia popular” e “Alcances educativos do “fator C””. In: GADOTTI, M. e GUTIÉRREZ, F.(orgs.) Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez, 1993.
- MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. 1849. Disponível em <http://www.marxists.org>. Acesso em 10/05/2005.
- SANTOS, Milton et al. Território, globalização e fragmentação. 2ª ed ,São Paulo; Hucitec: 2ªed 1996.
- SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: Economia solidária e educação de jovens e adultos / Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep, 2005.

ANEXO E - Solicitação de material didático para disciplina Relações Interpessoais



MEMORANDO Nº002/2011/CMMSEABRA

DA: COORDENAÇÃO DO PROGRAMAMULHERES MIL
PARA: Sr.^a. MARTA QUADROS FERNANDES
DIRETORA PRO-TEMPORE DO CAMPUS SEABRA

Assunto: Solicitação de material.

PREZADA SENHORA,

Pela efetividade da implantação do Programa Nacional Mulheres Mil, aqui em Seabra-Ba, comunicamos que na semana de 21 a 25 de novembro 2011, as aulas serão ministradas por uma profissional na área de Arteterapia, como uma parceira voluntária. Entretanto, solicitamos de vossa senhoria se possível a aquisição de alguns materiais didáticos para a realização do curso. Segue em anexo lista de materiais.

Certo de contarmos com a vossa colaboração.

SEABRA, 11 de outubro de 2011.

Att,

Robson Luiz da Silva Menezes
Gestor do Programa

Sérgio Renato Gonçalves dos Santos
Gestor do Programa

Estrada Vicinal para Tenda, KM 1,9 – Barro Vermelho - Seabra - Bahia.
CEP: 46900-000, Caixa Postal Nº 36 – Tel.: +55 (71) 9100-6019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA – IFBA (CAMPUS SEABRA)
PROGRAMA MULHERES MIL
PROJETO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADANIA: NOVOS OLHARES
SOBRE A CHAPADA DIAMANTINA

Segue abaixo a lista de recursos e materiais didáticos a serem utilizados na disciplina “Relações interpessoais”:

- Aparelho de som
- Novelo de lã – uma unidade de cada cor: vermelho, amarelo e azul marinho
- Um rolo de cordão
- Papel Metro (um metro por aluna)
- Lápis de cor (2 caixas com 24 cores)
- Cola Branca Escolar (500 ml)
- Tesoura escolar sem ponta (10 unidades)
- Lápis (um para cada aluna)
- Borracha
- Giz de cera (uma caixa)
- Papel de seda (uma folha de cada cor: rosa, vermelho, amarelo, azul, verde claro, verde escuro, lilás e branca)
- Papel Crepom (uma folha de cada cor: rosa, vermelho, amarelo, azul, verde claro, verde escuro, lilás e branca)
- Cartolina Branca (uma para aluna)
- Tinta para tecido - uma de cada cor: verde folha, verde maçã, violeta, terra queimada, amarelo ouro, magenta, azul celeste, azul marinho, preto (2 unidades), ouro, branca (5 unidades), rosa chá, lilás, verde musgo, verde pistache e ocre ouro.
- Glitter Dimensional (Tinta Relevo) das cores: ouro, cafezal e vermelho (duas unidades de cada cor)

ANEXO F – Ementa da disciplina Língua Portuguesa

**PLANO DE AÇÃO**

Instituto Federal da Bahia
Campus Seabra
Disciplina Língua Portuguesa
Profa. Ana Carla Portela

TEMA

Mulher, trabalho e feminilidade

OBJETIVO ESPECÍFICO

A aprendizagem de conhecimentos básicos da Língua Portuguesa, necessários à leitura de si e do mundo e ao despertar da escrita como espaço interação.

OBJETIVO GERAL

- Refutar os valores machistas que ancoram a segregação da mulher no mercado de sua cultura;
- Visualizar as relações racistas que impõem à mulher negra uma segregação ainda maior;
- Compreender as raízes sociais e raciais que determinam o perfil da empregada doméstica no Brasil;
- Reconhecer a necessidade de ruptura com o paradigma machista na educação das novas gerações;
- Visualizar o prazer sexual uma conquista necessária à mulher independente da sua cultura;
- Apreciar a poesia de autoria feminina como forma de expressão da feminilidade suprimida pelas amarras sociais;
- Analisar os aspectos sociais, históricos e raciais que condicionam a inserção feminina no mercado de trabalho;
- Desvelar alguns dos mecanismos que dão suporte à educação machista, criando entraves ao avanço feminino;
- Localizar segregação histórica da mulher negra, situando o debate de gênero no contexto racista de formação de país;
- Confrontar os mecanismos físicos e psicológicos de opressão da feminilidade em diferentes culturas;
- Aprofundar a compreensão da concordância simples, explorando a relação entre sujeito e verbo no texto;
- Compreender a ocultação do sujeito como estratégia discursiva de reiteração na produção textual;
- Explorar a relação entre o substantivo e seus modificadores, enfocando os aspectos de

- concordância e função;
 - Depreender a relação sintática e semântica entre o adjunto adverbial e termos relacionados;
 - Entender algumas estratégias discursivas de referenciação: repetição, substituição e associação presentes nos textos estudados;
 - Identificar a relação entre as formas verbais e a localização temporal presente nos textos;
- Analisar a composição dos gêneros textuais: crônica, conto, notícia, vídeo e memória;
- Desmontar mais profundamente a composição da notícia, explorando a função do título e do lide neste gênero;
 - Localizar sujeitos de verbos indicados nos textos trabalhados, justificando a relação de concordância;
 - Identificar o uso de metáforas nos textos, explorando a construção do significar no contexto de uso;
 - Cercar a função das expressões adverbiais nos textos trabalhados, explicitando a relação de circunstância;
 - Produzir o gênero textual memória, a partir das histórias de vida;
- Reconstruir a memória produzida, revisando os aspectos necessários;

CONTEÚDOS

- Gêneros textuais: notícia, crônica, cartum, memória, poema e vídeo curto;
- Leitura, construção de sentidos e análise linguística dos gêneros selecionados;
- A construção do significar em textos verbais e não-verbais;
- Concordância simples: sujeito e predicado;
- O tempo verbal nos diversos gêneros;
- Termos acessórios: modificadores do substantivo e expressões adverbiais;
- Discurso direto e indireto;
- As desvantagens impostas à ascensão feminina;
- Os entraves impostos pela reprodução das relações machistas para as conquistas das mulheres;
- Os mecanismos físicos, psicológicos e culturais para a castração da feminilidade;
- A poética do feminino na voz de mulheres autoras.
- Produção textual- memória.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

1º Bloco de aula- As Marias tecelãs

- Leitura filmica do vídeo *Vida de Maria* e debate acerca do lugar social imposto à mulher pela sociedade e da reprodução das relações machista inclusive por ela mesma;
- Construção em grupo do perfil do homem e da mulher, além do levantamento de cenas do cotidiano que ilustram a educação machista recebida e posteriormente transferida aos filhos;
- Leitura do conto A moça tecelã, seguida da exposição participativa da linha discursiva do texto;
- Exploração das analogias presentes no texto, a exemplo de: desfazer os objetos materiais, destecer o marido, tecer a linha do horizonte, dentre outras;
- Antes da exploração dos aspectos linguísticos, solicitação para individualmente elencar

o momento da vida em que, assim como a moça tecelã, teve domínio sobre o tear da sua vida;

- Explanação acerca da ocultação do sujeito e uso de pronomes enquanto recurso de referenciação e identificação destes casos no texto;
- Exploração dos aspectos linguísticos do conto *A moça tecelã*, a partir do exercício:
 - Seleção de verbos com sujeito implícito no texto, a fim de identificação do processo de referenciação por omissão do sujeito;
 - Marcação de todos os substantivos num parágrafo e posterior leitura sem a presença destes, a fim de provar sua função de termo fundamental.
 - Identificação de todos os adjetivos presentes em um parágrafo para percepção da sua função como termo acessório ou como predicado;
 - Seleção de alguns verbos para a identificação da sua relação com o sujeito e entendimento do recurso linguístico da concordância simples.
- Explanação acerca da ocultação do sujeito enquanto recurso de referenciação e identificação destes casos no texto;
- Orientação para elaboração de uma memória, sob o título *A moça tecelã* onde a protagonista seja a própria aluna;

2º Bloco- As raízes escravocratas do trabalho doméstico

- Leitura de um trecho do filme *Quanto vale ou é por quilo*, baseado na memória escrita do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, a fim de introduzir o debate entre escravidão e trabalho doméstico;
- Leitura do texto “30 mil domésticas trabalham sem salário” e discussão dos aspectos relevantes;
- Resposta individual com acompanhamento das questões interpretativas acerca do texto;
- Análise linguística do texto:
 - 4 Seleção de algumas expressões adverbiais presentes no texto e identificação da circunstância que elas encerram;
 - 5 Identificação dos autores das falas apresentadas nos discursos diretos presentes no texto;
 - 6 Confrontação das diferentes funções atribuídas às aspas no texto.
- Leitura do texto 2 e retomada da linha discursiva desenvolvida no bloco 1, a fim de reforçar a problemática do serviço doméstico no Brasil;
- Contextualização do debate ao racismo presente na tradição cultural que submete a categoria e em especial a mulher negra à condições degradantes.
- Resposta às questões previamente formuladas acerca do texto;
 - Análise linguística do texto, com a exploração dos termos acessórios: os modificadores do substantivo e as expressões adverbiais;
 - Orientação para releitura e reestruturação da memórias contruídas;

3º Bloco de aulas - Prazer e liberdade

- Exibição de um trecho do filme *O silêncio das inocentes* que historiciza a implementação da Lei Maria da Penha através de casos que ilustram o quadro de violências contra a mulher no Brasil;
- Explanação oral acerca da prática de fibrilação do clítoros de meninas em algumas

- culturas, enfocando a mutilação física como meio de castração sexual;
- Leitura do vídeo para ilustrar o dito e fomentar o debate acerca da prática, dando relevância ao suporte cultural que sustenta a prática violenta;
- Comparação com o contexto da mulher no Brasil, enfocando os mecanismos de castração psicológica que, assim como a mutilação física, impedem o prazer sexual da mulher;
- Declamação do poema de Elisa Lucinda *Aviso da lua que menstrua* pela docente;
- Exploração da construção do significar no poema, a partir da seleção de algumas metáforas no texto;
- Continuação da exploração dos sentidos do poema, a partir das questões:
 - Explique o título do poema, explorando a relação entre a mulher e a lua;
 - O aviso é de quem para quem?
 - Indique pelo menos três avisos dados no poema.
 - Vimos que a metáfora é um tipo de comparação. Diga pelo menos cinco metáforas para a mulher utilizadas no poema e explique o sentido.
- Debate no grupão a partir da entrevista semi-estrutura acerca da satisfação sexual das mulheres. Sugestão de perguntas: A satisfação sexual é importante para as mulheres? Os homens se preocupam com a satisfação sexual da mulher? Você já atingiu o orgasmo? De que depende a satisfação sexual da mulher? Muitas mulheres não conseguem atingir o prazer sexual em suas relações, aponte razões para este problema.
- Socialização das resposta produzidas nos grupos;
- Finalização com a leitura das memórias produzidas

AVALIAÇÃO

- Resposta às atividades previstas de análise linguística e construção de sentido dos textos trabalhados;
- Construção e reconstrução das produções textuais orais e escritas.

RECURSOS

- Textos xerografados
- Data-show e computador;
- Aparelho de DVD;
- Caixa amplificadora;
- Lousa e pincel;
- Papel ofício.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, MEC. Mulheres em desvantagem. In: Coleção da EJA- Mulher e trabalho.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/08_cd_al.pdf Acesso em abril de 2011.

BRASIL, MEC. A carregadora de pedras. In: Coleção da EJA- Mulher e trabalho.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/08_cd_al.pdf Acesso em

abril de 2011.

BRASIL, MEC. Silêncio das inocentes. TV Escola. VOL. 5.

CAMARA, E.B. Brasil. BBC Brasil. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060811_domesticassemalarioebc.shtml Acesso 26 de abril de 2011.

CAMARA, E. B. Trabalho doméstico é a pior categoria do BBC BRASIL. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060808_domesticospiorcategoriaebc.shtml Acesso em 26 de abril de 2011.

LOMBARDI, B. Elogio do pecado. Disponível em:
<http://cseabra.utopia.com.br/poesia/poesias/0036.html> Acesso em maio de 2011.

LUCINDA, E. Aviso da lua que menstrua. Disponível em:
<http://www.revista.agulha.nom.br/elisalucinda1.html#aviso> Acesso em maio de 2011.

MACKENZIE, I. P. Mutilação genital feminina. Pérola Negra. Disponível em :
http://www.youtube.com/watch?v=YC_QRCdknBQ&feature=related Acesso em 29 de abril de 2011.

NEGRO. A . Música Adão negro. Banda Adão Negro. Disponível em:
<http://letras.terra.com.br/adao-negro-musicas/127571/> Acesso em maio de 2011.

VIACG, P.D. Vida de Maria. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6-1CjDCmEiM> Acesso em 29 de abril de 2011.

SENADO, Agência. Correio do Brasil. 17 de maio de 2011. Disponível em:
<http://correiodobrasil.com.br/angela-portela-destaca-estudo-do-ipea-que-mostra-situacao-precaria-de-trabalhadores-domesticos%C2%A0/241218/>
Acesso em maio de 2011.

ANEXO G – Ementa da disciplina Cidadania e Direito da Mulher- CDM



Objetivos

- Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;
- Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica de um alunado não tradicional;
- Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas;

Meta

- Formar 400 mulheres em cursos de qualificação profissional até dezembro de 2014.

Impactos

- Contribuir para a equidade e igualdade de gênero;
- Diminuir a violência doméstica;
- Melhoria da renda familiar;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas;
- Melhorar as relações familiares e comunitárias

Acesso

Chamamos de acesso toda forma de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a comunidade que resulte em inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais e, conseqüentemente, sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho.

Considerando que a metodologia apresenta caráter inter, trans e multidisciplinar, a instituição integrante do Mulheres Mil deverá constituir equipe com profissionais que atendam às peculiaridades do Programa.

ANEXO H - Entrevistas

Entrevista 01 - Transcrição da entrevista feita com a professora Paula Mara Messias Costa, professora do IFBA (campus Salvador) e gestora institucional do programa Mulheres Mil. (Entrevista realizada on-line, em Salvador, no dia 02/09/2021).

1 - Eu sou doutoranda do Pós-cultura do IHAC, o Instituto de Humanidades Artes e Cultura da UFBA. A minha orientadora é Lindalva Rubim e, como já te falei agora pouco, eu pesquiso sobre políticas públicas feministas, economia solidária e identidade regional: um olhar a partir do Mulheres Mil. Então, como você acabou de me explicar, você foi gestora institucional, aí a entrevista com que você vai ser muito importante para mim. Vai ser fundamental. Vai me passar informações preciosas a respeito do Programa. Então, Paula, só para deixar registrado mesmo, oficialmente: você está me permitindo fazer essa gravação. E, em alguma circunstância que eu precisar citar o seu nome na tese, isso aí fica a seu critério.

Eu autorizo! Tanto citar o meu nome quanto gravar a entrevista. Meu nome é: Paula Mara Messias Costa.

2 - Então, Paula, uma das primeiras perguntas que eu queria fazer é assim: como foi o seu contato com o Mulheres Mil? Como você soube da existência desse programa? Como ele apareceu para você?

No ano de 2006, ainda era CEFET, Bahia. Ainda não era Instituto Federal, no ano de 2006, e ainda não era Reitoria, era Diretoria Geral. O CEFET era direção geral. Então, o CEFET tinha em Salvador, que era chamada de sede, e tinha as unidades descentralizadas do CEFET. Que era em Eunápolis, Barreiras, Vitória da Conquista, Valença e Simões Filho. Então, existia Salvador e essas unidades descentralizadas do CEFET. Eu entrei no IFBA, em 1999, no campus Eunápolis, que na época era chamado Uned Eunápolis, que é unidade descentralizada. E, em 2006, eu fui redistribuída para Salvador. Então, nesse ano de 2006, em Salvador, a direção geral a época, que era o professor Rui Santana, ele foi contactado por um grupo do MEC dizendo que o CEFET ia ser procurado por um grupo de pessoas do Canadá que queriam fazer uma parceria com os CEFETs do Norte/Nordeste para implantar um projeto. Que veio a ser esse projeto Mulheres Mil. Então, para essa primeira reunião. Como eles deram "briefing" para o diretor, disseram que iam falar que era um projeto ligado a mulheres em vulnerabilidade social e que era um projeto que buscava dar cursos de qualificação para essas mulheres. Para que essas mulheres pudessem ter alguma formação para conseguir, quem sabe, trabalhar e aumentar a sua escolaridade. Verticalizar a sua escolaridade. E aí, imediatamente pensou na área de Turismo e Hospitalidade. Porque ele raciocinou que seriam cursos mais fáceis de serem passados para essas mulheres. Mas também ele não tinha muita informação e aí nos convidou. Na época professor efetivo, éramos eu, professora Glauria e o professor Biagio, que é aposentado agora. Como o professor Biagio falava, fala fluentemente francês e os canadenses veio de uma região, que era uma região do francês, ele serviu também como tradutor. Fomos para essa reunião e aí ficamos sabendo o que eles queriam. Eles queriam implantar um projeto para mulheres. O que se chamava: projeto para mulheres. Ainda não um nome. Ainda não era Mulheres Mil. Ainda não tinha essa denominação. Não tinha essa denominação. Eles estavam

visitando todos os CEFETs do Norte/Nordeste e o objetivo deles era implantar uma metodologia que eles já faziam no Canadá. Em instituições similares aos CEFETs, lá no Canadá. Porque no Canadá têm os colleges que é uma estrutura similar aos Institutos Federais. Então, não é universidade, mas tem toda estrutura que nós temos. Enquanto Institutos Federais. Que na época era CEFET.

Então, eles fizeram essa reunião com a gente e explicaram que eles queriam implantar, começar com grupos pequenos. Com grupos de 30 a 40 mulheres, para implantar essa metodologia de reconhecimento de saberes. Que é: descobrir o que essas mulheres já tinham, já sabiam, já conheciam. Fazer ajustes. Fazer as qualificações que elas tinham hiatos. Para conseguir certificá-las, nessas qualificações. Então, a primeira conversa era: que as aulas era dentro da própria comunidade. Que a gente escolhesse uma comunidade na cidade de Salvador. E a gente escolheu a comunidade 2 de Julho. Que é aqui perto na Paralela, perto do Trobogy. A gente escolheu essa comunidade. E as aulas seriam... A gente teria que fazer parcerias com os representantes dos moradores. Que eu esqueci o nome específico como é. Os... Quando os moradores têm uma representação? Ai, meu Deus! Mas você sabe o que eu estou falando, né!? Nos bairros têm líderes que representam a comunidade. Geralmente têm sedes. Na comunidade do 2 de julho tinha uma sede. Uma casinha lá que eles se reuniam. Então, a gente fez contato com esses moradores e a primeira turma, todas as aulas foram lá dentro da comunidade. E aí, o que que consistia a parceria: o Canadá, através do MEC, dava o dinheiro para comprar o material escolar, para pagar o lanche e refeição das alunas. E se precisasse se locomover também, pra pagar o transporte também. Se precisasse fazer uma visita técnica. Se precisasse ter alguma aula prática, eles também... esse dinheiro que eles mandavam era para gastar nisso. Não era para comprar nenhum bem móvel, não podia comprar computador, nem nada. Era para comprar material escolar: caderno, borracha, fardamento, uniforme e os lanches delas, né!? Porque se elas iam ter aula, precisava ter lanche. O transporte quando fosse necessário. E o IFBA, na época, CEFET, fornecia os professores e fornecia o transporte para levar os professores do IFBA até na comunidade.

Então, a gente trabalhou assim durante seis meses, entre 2006 e 2007. Trabalhamos dessa forma. Mas, assim, o primeiro trabalho maior foi selecionar essas mulheres porque a gente tinha que selecionar mulheres com vulnerabilidade social, que quisessem estudar. E, no primeiro momento, a gente seguiu exatamente a filosofia deles de reconhecimento. A gente entrevistou cada mulher, viu o que cada uma queria. Qual era o desejo de cada uma. Só que no final, tinham 15, 17 qualificações a serem feitas. A gente percebeu que a gente não ia ter braço para isso. Primeiro que a gente não tinha professores com formação para tudo que elas desejavam. E a gente não ia ter capacidade de fazer assim: uma turma com três, outra turma com quatro. Isso ia ficar inviável para colocar em prática. E aí, a gente resolveu colocar dois cursos da nossa área de turismo: um que foi de recepcionista para hotel, e o outro foi para camareira, que é o que a gente conhecia e sabia fazer. E deu certo, essa primeira turma. Deu certo e sei isso aconteceu e todos os outros estados do Norte e Nordeste. Essa primeira experiência aconteceu, similar ao nosso, em todos os outros estados. E, no meio do semestre, os canadenses também, eles custearam nossas passagens. Então, foi escolhida uma pessoa de cada instituto para viajar e a primeira viagem foi para o Rio Grande do Norte. Para ser passada nessa reunião, lá no Rio Grande do

Norte, tudo que todo mundo estava vivenciando. Quais foram as dificuldades, quais os erros e acertos para eles poderem, se programarem para implantar mais novas turmas e formar novas alunas.

Então, concluímos essa primeira turma, desse jeito foi concluído. As alunas foram certificadas, as aulas foram toda na comunidade. Inclusive as aulas de informática aconteciam dentro de um terreiro de candomblé. Dentro da própria comunidade, que o pessoal do terreiro autorizou e elas tinham aula lá de informática. Teve um problema com umas três alunas que eram evangélicas e não queriam ter aula lá, dentro do terreiro. E a gente falou, a gente conseguiu convencê-las de que elas estavam indo lá ter aula, que não tinha nada a ver com religião. Aí, inclusive essas assistiram as aulas e os professores, como todo o processo do Mulheres Mil, até antes de começar o PRONATEC, eram todos voluntários. Ninguém recebia nenhum valor para dar aula. A gente computava na carga horária porque todo mundo era professor do IFBA, nesse início aí. Então, a gente computava lá na carga horária nossa. Dentro da parte da extensão, do computo da extensão. E aí, em 2007, já depois dessas reuniões com os canadenses no Rio Grande do Norte, aí foi feito um grupo menor, dentre todos os representantes do Norte/Nordeste foram tiradas cinco pessoas, e o CEFET Bahia não estava nesse grupo, para ir para Brasília formatar um projeto para começar a ser implantado periodicamente e o governo federal assinar um convênio de fato com o Canadá porque tinha repasse financeiro. Tinha todas essas questões. E aí, foi feito. E aí foi que surgiu: programa Mulheres Mil. Programa não, começou como projeto. Por que projeto Mulheres Mil? O desejo é que no final do projeto tivesse formado mil mulheres. Contando em todos os CEFETs do Norte e Nordeste. O desejo era que esse projeto conseguisse certificar, conseguisse qualificar mil mulheres. É, em nenhum instituto, apesar de todo mundo se esforçar para colocar em prática o realmente o reconhecimento de saberes e ser individualizado, nenhum instituto conseguiu fazer isso. Por causa das nossas limitações de formação, de professores. Não tinha professor para todas as formações. Tinha aluna que queria ser cabeleireira. A gente não tem dentro do instituto os professores habilitados a dar aula de cabeleireiro. Então, todo mundo acabou fazendo como foi feito na Bahia mesmo. Escolhendo dois, três cursos e indo na comunidade e conversando com as mulheres e dizendo: a gente tem isso. Quem se interessa por esses cursos? E, nesse caso assim a gente conseguiu alfabetizar várias mulheres.

Claro que não éramos nós que alfabetizávamos. A gente detectava as mulheres que não eram alfabetizadas e fazíamos parcerias com professores que pudessem alfabetizar. Depois a gente conseguiu fazer umas parcerias com a prefeitura. Eu sei que a gente conseguiu alfabetizar algumas estudantes. Não muitas, mas conseguimos alfabetizar algumas. E aí elas tiveram uma formação... As formações que a gente conseguia ofertar. Isso aconteceu enquanto projeto, nos anos 2006, 2007, 2008. Até 2008 foi enquanto projeto. E até 2008 eram turmas com 40 mulheres, às vezes 60, às vezes 80. E acontecendo similarmente nos CEFETs do Norte/Nordeste muito parecido e tinham reuniões regulares com os canadenses. Os canadenses vinham duas vezes ao ano e eles que custeavam as diárias e passagens dos professores que viajavam. No máximo eram dois representantes por instituto que eles custeavam os custos para irem. Então, tiveram reuniões no Rio Grande do Norte, no Ceará, aqui na Bahia. Eu fui uma das anfitriãs. Então, tiveram reuniões... teve em São Luís, no Maranhão. A gente se reuniu em vários lugares durante o processo todo até quando

virou programa. Então, entre 2006, 2007 e 2008 os canadenses, eles acompanhavam diretamente esse processo porque tinha o financiamento de lá, do governo do Canadá.

Em 2008, os CEFETs viraram institutos, institucionalizaram. Foi quando veio a lei que no governo Lula, através do ministro Fernando Haddad que os CEFETs se tornaram Institutos Federais. Com essa mudança de CEFET para Instituto Federal, o Ministério da Educação resolveu transformar o projeto Mulheres Mil em Programa Mulheres Mil. Resolveu que não só existiria apenas no Norte e Nordeste, mas em todo o país. Onde houvesse Institutos Federais poderia ser implantado e ia precisar de um gestor por Instituto. Porque até então, por exemplo: na Bahia só tinha Mulheres Mil acontecendo em Salvador. Então, só era um gestor local, um coordenador local. E assim sucessivamente em todos os outros estados só acontecia num único campus de cada CEFET. Em 2008, quando se tornou programa, o MEC nos convidou para uma reunião em Brasília. E nessa reunião foi um representante de cada instituto. E lá a gente fez uns documentos que estão na internet, mas se você não encontrar eu tenho em pen-drive. Que foram os manuais, os guias. A gente construiu junto e a partir daí ficou certo que, para aderir ao programa Mulheres Mil, teria que participar de editais. Então, assim, saíram vários editais sucessivos até o ano de 2012. Saíram vários editais e nesses editais o instituto podia colocar de cada vez cinco campus. Então, assim, do primeiro edital, o IFBA pôde escolher cinco campi para implantar o Mulheres Mil, além do que já existia em Salvador. No segundo edital podia ser mais cinco, depois mais cinco e assim sucessivamente. E a escolha era feita... Eu acho que pode recuperar esses editais, na internet deve achar, sabe Ludimila. Eu acho que foram três ou quatro editais que aconteceram. E esses editais eles poderiam, é... e com esses editais a gente foi aumentando. Então, só tinha em Salvador, colocou mais cinco campi, depois mais cinco, depois mais cinco. Eu acho que chegou a 16 campi que a gente conseguiu implantar o programa Mulheres Mil.

Com a transformação de projeto para programa, aí em 2008, o Ministério da Educação assumiu a questão financeira. Então, a parceria com o Canadá, ficou uma parceria somente, digamos assim: intelectual. O governo canadense a partir de 2008 não mandava mais dinheiro porque o MEC achou melhor que não. Porque também o Canadá não queria aumentar muito, não queria aumentar para o país todo. E o MEC achou, por bem, implantar em todo o território nacional e estipulou: cada campus que aderisse ao programa Mulheres Mil, recebia o valor de cem mil reais para implantar em, podia comprar em imóveis. A exigência era que o campus tivesse uma sala específica para abrigar o programa. Onde ficassem o coordenador, onde as alunas pudessem frequentar, onde ficassem o material dessas estudantes. Então, tinha que ter uma sala, mas a verba de cem mil podia comprar móveis para equipar a sala, podia comprar equipamentos para, computador, equipamentos para as aulas práticas. Então, tinha curso de corte e costura, esse dinheiro podia ser usado para comprar as máquinas de costura e, por aí vai... a depender da diversidade dos cursos. Podia comprar material didático. E tinha o valor específico que era à assistência estudantil. Que era para pagar tanto o transporte das alunas – porque aí nesse momento, nesse novo modelo de programa o MEC não exigiu mais que fossem dentro das comunidades, as aulas podiam acontecer dentro dos Institutos. E assim foi com a gente, a partir de 2008 os cursos eram todos dentro do Instituto, nas salas de aulas do Instituto e todos os estudantes eles, eram todas mulheres.

Todas as estudantes tinham direito a um valor para a alimentação nos dias de aula, direito ao valor do transporte, além de todo o suporte. Aí, a partir desse momento, o MEC também exigiu que os Institutos tornassem o programa institucional. O quer dizer isso: as alunas eram matriculadas como estudantes, tipo SUFIC, mas eram matriculadas. Eram registradas no SISTEC, que é um sistema que contabiliza os alunos e a verba dos campi são projetadas de acordo no número de alunos matriculados nesse SISTEC. Então, as mulheres do Mulheres Mil também eram matriculadas no SISTEC. Eram matriculadas no sistema da época que era o SICAD, que era o sistema acadêmico da época. As mulheres teriam direito a usar o serviço médico, do SMO, em todos os campi que tivessem esse serviço. E também as mulheres passaram a serem atendidas pela assistência estudantil do campus. E assim foi feito: em alguns campi com mais profundidade, com mais... digamos assim, com mais profissionalismo. O campus realmente colocou isso em prática, em outros campi com mais dificuldade. Em alguns campi, as mulheres eram vistas como alunas regulares. Claro, da parte da extensão, de cursos de formação continuada, mas eram respeitadas enquanto alunas. Em outros campi não. É como se tivesse fazendo um favor. Tinha a questão ideológica. Tinha uma questão de não reconhecimento. Então assim, em alguns campi foi bem mais fácil, essas mulheres foram acolhidas. No total! Em outros não. Isso era a dificuldade. Em alguns campi não faltava professor voluntário, porque continuou sendo professor voluntário. A gestão também era voluntária. A gestão também não ganhava dinheiro para ser gestão. Era todo mundo em trabalho voluntário e contabilizava como o trabalho que o servidor estava fazendo um trabalho de extensão. Já que os Institutos federais têm o tripé, né!? Extensão, ensino e pesquisa.

O que acontece é que em alguns campi, isso foi acolhido. Foi feito da forma mais profissional possível. Em outros não! Em outros era ainda como se fosse fazendo um favor pra essas mulheres. E aí era o que era complicado. Assim, eu como gestora institucional não conseguia entender. Então, até 2008... Eu comecei apenas como professora. Em 2006 eu fui apenas professora. Em 2007, eu ainda era professora, mas quem era a gestora local era a professora Regina Lovatti. Em 2007 e 2008, a gestora local era a professora Regina Lovatti. Em 2006, na implantação, quem ficou como gestora foi a professora Lívia Simões. Ela ficou só um ano e aí depois a professora Regina assumiu. 2006, 2007 e 2008. Em 2008 eu comecei a trabalhar paralelamente com a professora Regina. Aí passou a precisar de dois gestores locais. Ainda locais, e eu assumi isso com a professora Regina. Em 2010, foram criados no IFBA as pró-Reitorias. Porque ainda estava naquela transição de CEFET para Instituto. Em 2010 essa transição meio que finalizou. Surgiram as pró-Reitorias e o primeiro pró-Reitor de extensão do IFBA foi o professor Carlos Bruni, é... convidou a mim e a Regina, uma das duas, a assumi essa gestão institucional. Regina declinou e eu aceitei. Na realidade, a gente conversou e ela achou melhor eu assumi. Então, Regina declinou e eu aceitei. E a partir desse momento, a partir de 2010, eu passo a ser a gestora institucional do Programa Mulheres Mil no IFBA. Responsável por implantar nos demais campi, respeitando os editais, o programa nos demais campi. E assim, nós fizemos ao longo dos anos. Até 2012 nós fizemos isso. Porque tiveram editais em 2010, tiveram editais em 2011 e o último edital, se não me engano, saiu em 2012.

A partir de 2012 não teve mais edital para o programa Mulheres Mil porque foi criado o PRONATEC e, dentro das diretrizes do PRONATEC, o Mulheres Mil estaria dentro PRONATEC. E o PRONATEC é um programa bem diferente do programa Mulheres Mil. Porque no PRONATEC tem especificado o valor para pagar professor, valor para pagar coordenador, valor para pagar todos os profissionais. É uma estrutura totalmente diferente, mas o MEC pegou o programa Mulheres Mil e colocou dentro do PRONATEC. Então, não tinha... Essa figura do gestor local, gestor institucional do Mulheres Mil ainda perdurou nos institutos como um todo, ainda em 2013. No máximo até 2014. Depois de 2014, o PRONATEC já tinha tomado tudo e o Programa Mulheres Mil começou a ser desconfigurado. Que foi assim, no efeito dominó, o Programa Mulheres Mil deixou de ser ofertado nos Institutos pouco a pouco. E eu considero assim, o enterro do Programa Mulheres Mil aí em 2014. Porque, como o PRONATEC tinha, tinha assim... sufocado o Mulheres Mil. Não tinha mais como ele acontecer como ele acontecia antes. Com aquele cuidado, com aquelas questão praticamente individualizada. Porque o programa Mulheres Mil tinha um tratamento individualizado com as mulheres. Quem era gestor sabia da vida de todas as mulheres que eram alunas. No PRONATEC é diferente porque o volume do PRONATEC é muito maior. Enquanto o programa a gente atendia, em cada campus, 80 mulheres no máximo, no PRONATEC eram 200, 300. Não tinha como fazer aquele tratamento mais individualizado. Aquela coisa assim, mais corpo a corpo que era feito antes. Eu considero, isso é uma opinião minha, que o programa começou a ser desvirtuado quando entrou no PRONATEC. E em 2014, para mim, foi a derrocada. Porque hoje não existe mais programa Mulheres Mil em nenhum dos Institutos. Teve alguns Institutos que ainda tentaram segurar. Aí em 2016 ainda tinha, até 2017... Ainda tinha o Instituto de Alagoas tentou segurar, eu acho que até 2017 eles tentaram segurar o Mulheres Mil e depois não conseguiu mais.

Então, o meu contato foi dessa forma lá atrás com a visita dos canadenses e depois fui me envolvendo. Comecei como professora e fui me envolvendo cada vez mais até virar a gestora institucional. E como gestora institucional a gente tinha reuniões periódicas, em Brasília, com todos os gestores institucionais para organizar as questões, para ver como tava acontecendo e decidir novas diretrizes.

3 - Entendi. Eu queria só que você, se você soubesse me passar essa informação, claro! Você sabe dizer exatamente o interesse dos canadenses. Alguma informação nesse sentido, assim: o porquê no Norte-Nordeste?

Pelas conversas, o interesse deles era somente... É assim: aquele grupo de, porque todos eram professores desses colleges. Era o interesse de... Grupe de, eu acho que eles eram pedagogos, sabe! Um grupo de pedagogos querendo saber como é implantar uma metodologia que eles criaram. Eles diziam que eles tinham criado essa metodologia de reconhecimento de saberes. Eles queriam implantar em um país que tivesse mulheres com grandes problemas de vulnerabilidade social. Porque no Canadá, o foco deles eram mulheres que sofriam violência doméstica. Então, eles trabalhavam com esse reconhecimento de saberes. Trabalhavam com essas mulheres nessa metodologia, lá no Canadá com mulheres que sofriam violência doméstica. Acredito que, porque a questão social não era tão gritante como no Brasil e em países mais desiguais, né!? Então, acho que o interesse deles era esse: de trabalhar a metodologia deles em países que tinham uma desigualdade social muito

grande, em mulheres em vulnerabilidade social, além... E a gente sabe que a gente tinha muitas alunas que sofriam essa violência doméstica, mas, para além disso, elas primeiro eram vulneráveis socialmente.

4 - Entendi. Por isso o interesse dos canadenses, a princípio, no Norte e Nordeste?

Exato! É de propósito. Eles só tinham interesse no norte e nordeste. Quando o MEC disse a eles que iriam ampliar, eles não ficaram interessados mais. Não que eles tenham abandonado. Então, assim, eles continuaram fazendo reuniões com... e custeando com os institutos do Norte e Nordeste. Custeando reuniões, viagens para se reunir e saber o desenvolvimento do norte e nordeste. Eles não tinha interesse com o resto do país. Eles achavam que as outras regiões as mulheres não sofriam tanto com vulnerabilidade social. Na cabeça deles.

5 - Me diz mais uma coisa, Paula: você percebe a disparidade no tratamento das alunas, você me falou aí, que é... Você percebe assim: que as alunas, no momento em que o programa é institucionalizado, né!? Deixa de ser projeto e vira programa, e aí você notava, como gestora institucional, uma diferença no tratamento das alunas. Que, na verdade, não deveria acontecer. Já que são alunas...

Não deveria! Não deveria. E sofria por parte dos próprios estudantes. Então, porque as mulheres mil elas tinham uma identificação. A gente... Isso era uma exigência do MEC: que todos recebessem um uniforme para elas serem identificadas e elas poderem adentrar os campi, sabendo que elas eram estudantes de um programa. O programa Mulheres Mil. Como a grande maioria das estudantes eram: mulheres mais velhas, mulheres negras. Isso eu tô falando da Bahia, não tô falando dos outros estados. Eram mulheres mais velhas, mulheres negras, mulheres que não tinham uma escolaridade... Os nossos próprios estudantes eram preconceituosos com essas estudantes. Aí, o MEC também fez um esquema que a gente tinha direito a uma estagiária. Então, a gente procurava selecionar uma estagiária que estudasse pedagogia, enfim... A gente fazia uma seleção legal! Nos dias de aula dentro do campus, essa estagiária tinha que ficar colada com as mulheres porque os alunos atacavam essas mulheres verbalmente. Principalmente em Salvador e em algumas cidades do interior também. Isso, pelo menos nas primeiras turmas, depois a gente fez um trabalho de conscientização. De explicar o que é o programa, dentro dos campi e aí com o tempo os alunos, isso foi tornando mais natural. Mas no início, essas mulheres além de sofrer preconceito por parte dos nossos colegas servidores, seja assistente, seja técnico-administrativo, também sofria com os estudantes. Que a exigência do MEC, quando virou programa, era que as aulas fossem dentro do instituto. Porque era para dizer a essas mulheres: olha, vocês são alunas dos Institutos Federais. Então, isso, simbolicamente era importante para as mulheres. Muitas relatavam: que passava pela porta dos campi, de uma forma geral, e nunca imaginavam que um dia iam poder estudar no instituto. E ali, muitas relataram: e agora a gente tá aqui dentro do Instituto. Eu sou aluna do IFBA! Então, simbolicamente era muito importante para elas.

6 - Entendi. Você consegue notar isso mais no campus Salvador do que nos outros campi, no caso?

Não! No campus Salvador teve problemas. No campus Irecê teve problemas. Ehh, deixa eu ver... Tiveram campus que acolheram totalmente. Os que acolheram foi: Simões Filho acolheu muito, Camaçari acolheu muito, Paulo Afonso acolheu muito elas, Seabra acolheu, teve alguns problemas no início, mas depois acolheu bastante. Era de campus a campus, sabe Ludimila. Eu, como gestora institucional, eu não podia viajar o tempo inteiro porque também dava aula, mas, assim, eu tentava visitar cada campus uma vez em cada semestre. E lá é que eu conversava com os gestores locais para saber o que é que estava acontecendo. E aí, eles relatavam: já teve muito problema e agora já melhorou. Já tá melhor, mas teve problema antes. Eu não visualizava isso nos demais campi. Eu visualizava mais no campus Salvador porque é onde eu sou professora. Então, eu conseguia ver o dia a dias. Nos demais campi, eu ouvia o relato dos gestores.

7 - Entendi. Me diz só mais uma coisa: você já tinha me dito, algum tempo atrás, que a primeira experiência do projeto foi no campus Salvador. Agora, também uma informação que eu já li, é que com relação ao programa, a primeira experiência foi em Recife? Você tem isso em mente, alguma coisa?

Não. Começou concomitante em todos os norte/nordeste. Era projeto. Aí, entre 2008 e 2009, foi transformado em programa, mas foi transformado em programa onde já existia, que era no norte/nordeste. A partir de 2010 é que foi ampliado para o resto dos Institutos, mas até 2010, em 2009 vira, de fato, programa e esse programa até 2010 continua acontecendo onde já acontecia o projeto, que é no norte/nordeste. A partir de 2010, ele é ampliado para os demais Institutos.

8 - Você consegue visualizar. Tem algum retorno no caso, né, como gestora institucional, e gestora local também, você conseguiu perceber algum retorno das egressas? Assim, posterior a essa formação?

Olha! Eu sei de reuniões com os demais gestores locais dos outros campi do IFBA, eu soube de algumas alunas que, depois do programa Mulheres Mil, voltaram a estudar o ensino... Foram para o fundamental, depois para o fundamental II, para o ensino médio. Que muitas entraram no subsequente, nos cursos subsequentes do próprio IFBA. No campus Salvador, teve sim, várias que voltaram para o subsequente do IFBA. Tiveram. Teve esse retorno, mas não é um número significativo. São números pontuais, mais acontecidos.

9 - Entendi. Você consegue traçar um paralelo, aí nesse caso específico, entre o campus Salvador e os campus do interior?

Não, quando virou programa que passou a ser executado nos demais campi do IFBA, por exemplo, em número de alunas matriculada era igual, similar. O número de alunas que conseguiram concluir, era similar. Tudo passou a ser muito similar. Salvador não teve nenhuma vantagem porque Salvador recebia o mesmo valor, que eram esses cem mil reais para todo mundo. Fosse numa cidade de cem mil habitantes, fosse numa cidade de três milhões de habitantes, como era Salvador. Recebia o mesmo valor que qualquer outro campus. Então, tinha as mesmas condições. Tinha dinheiro para bancar X mulheres porque a maior parte do dinheiro, isso você vai descobrir exatamente os valores porque vinha discriminado nos editais. A maior parte do

dinheiro era para assistência estudantil. Então, Salvador podia ter o mesmo número de alunas dos outros lugares porque era o mesmo valor financeiro e o nosso transporte público é mais caro. Então, Salvador não teve nenhuma vantagem: maior número de formandas, maior visibilidade. Não teve isso não. Quando passou a ser implantado nos demais campi, era muito similar o resultado, era similar.

10 - O que você consegue perceber, assim, quais foram as principais limitações? Pontuar, assim, as principais limitações, o que contribuiu para não expandir?

Oh, as limitações eu acho que era por parte das próprias estudante, que muitas começavam, se interessavam, se matriculavam e, com o passar do tempo, elas iam evadindo. E elas evadiam por vários motivos: porque alguns maridos não queriam que elas continuassem, muitas tinham muitos problemas em casa para conseguir sair. E a gente não tinha aulas todas as tardes, a gente tinha um esquema de ter aula no máximo três vezes por semana. Para que elas não se ausentassem a semana inteira de casa. Então, um curso de 160 horas que, se tivesse aula todos os dias, quatro horas por dia, duraria dois meses, dois meses e meio. Com elas durava um semestre inteiro porque não poderia ter aula todo dia. Eram mães, avós, donas de casa e precisavam está em casa alguns dias da semana. E era uma evasão, eu acho isso. Aqui em Salvador, e nos outros lugares também, a questão de ter que se deslocar. Estar dentro do IFBA era importante simbolicamente e mentalmente, psicologicamente, mas também era um agravante ter que deslocar, mesmo tendo auxílio estudantil. Elas tinham que se descolar da sua casa, era “uma faca de dois gumes”: era bom e ruim também, de um lado. Outra coisa é que a gente, enquanto Instituto, não uma gama de cursos que elas desejavam fazer, sonhavam fazer. A gente podia oferecer duas, três, quatro opções, no máximo. A gente não tinha profissionais para atuar em todas as áreas e aí muita gente disse: com o PRONATEC vai ficar melhor. Porque com o PRONATEC você pode pagar. Então, abre o edital e você pode abrir qualquer curso porque você vai poder pagar qualquer profissional, mas eu acho que não deu muito certo com o PRONATEC, porque o PRONATEC trabalhava com um volume grande de estudantes. E assim, não tinha aquela atenção que as mulheres precisavam ter.

11 - Estou anotando algumas coisas enquanto eu vou gravando também. Para não perder nada! Não perder essa belíssima entrevista que eu estou fazendo aqui. Vai me ajudar bastante. Deixa eu te perguntar mais uma coisa, Paula: você falou, muitas vezes da recepção, assim, muitas vezes a demanda das alunas. As instituições muitas vezes não podiam atender as demandas das alunas, não é, no processo de formação. Eu me lembro, o pouco tempo que fui gestora que, assim, os professores como sempre eram voluntários (claro que entrando na carga horária dos professores), mas não tinha essa recepção, esse acolhimento por parte dos professores. Era difícil conseguir professor, né!? Eu percebia, por exemplo, uma disciplina que me chamou muita atenção, na época: Economia Solidária. Você sabe explicar o porquê da Economia Solidária, como era?

A Economia Solidária tinha mais aqui em Salvador, essa disciplina. Porque o campus Salvador tem uma incubadora tecnológica de... que é ITCP, né!? Que é Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Então, o campus Salvador tem essa expertise, tá parado agora por conta da pandemia, mas o campus Salvador tem essa

expertise e tem profissionais. Tanto professores como técnico-administrativos e estudantes do curso de administração que se envolviam na ITCP e tinham total capacidade de dar aulas sobre Economia Solidária. Então, a gente aproveitou essa expertise do campus Salvador nos cursos dados no campus Salvador. E nunca faltava professor porque na ITCP se um professor não podia dar aula, o técnico podia, o estudante-estagiário podia. E aí, a gente pensou no sentido de dar conhecimento a essas mulheres, de que se elas quisessem e pudessem, conseguissem, elas podiam partir para a economia solidária e não somente ficar no mercado formal, né!? Então, que elas teriam também um conhecimento para, quem sabe, construir as cooperativas populares dela. Deu muito certo porque no campus Paulo Afonso. Ehh... o campus Paulo Afonso... Qual é aquele campus que fica perto daquela cidade que tem uma cooperativas fortes do licuri? Que o IFBA também tinha projeto do licuri.

12 - Jacobina? Eu sei que a região do licuri é Jacobina.

Então, no campus Jacobina, a gente conseguiu com maior sucesso. Teve aula de Economia Solidária. Por que isso? Teve aula de Economia Solidária em Salvador e Jacobina. Porque em Jacobina, que era perto... Eu esqueci o nome da cidade agora, mas eu visitei essa cidade. E as cooperativas de lá, de licuri. Porque o campus Salvador tinha o projeto, que era o projeto licuri nessa cidade...

13 - Caldeirão Grande? Eu sei lhe dizer porque é a cidade da minha mãe, da minha avó. E a minha mãe vivia me falando sobre o Mulheres Mil lá.

Ehh, porque teve duas turmas que funcionaram dentro de Caldeirão Grande, do Mulheres Mil, ligadas ao campus Jacobina. Então, lá conseguiu também dar essa formação Economia Solidária para essas mulheres. E depois elas... não é que tenha feito uma cooperativa exclusiva do Mulheres Mil, mas elas engajaram as cooperativas que já tinham lá.

14 - Uma das coisas que eu percebi, no caso, quando eu fui gestora lá em Seabra, a impressão que eu tive, passei pouco tempo lá, mas é que as alunas aqui em Salvador tinha muito mais consciência a respeito do aspecto da violência do no interior.

É porque a gente conseguia que as delegadas, as policiais conversassem com elas. Eu acho que era por isso... então, as nossas aulas de direitos da mulher tinha uma carga horária maior. A gente conseguia palestrantes que atuavam com isso, né!? Tinha uma delegada espetacular lá em Brotas, eu acho que ela já se aposentou. A última vez que eu ouvi uma palestra dela foi em 2016, 2017. Ela disse: já estou me aposentado. Mas ela era espetacular! Quando as mulheres acabavam de ouvir ela, acho que já estavam todas preparadas para denunciar. Eu acho que a diferença era essa.

15 - E também no campus Seabra, depois de Salvador, foi o único que eu tive contato, é que não tinha delegacia da mulher. A delegacia era normal, comum como todas as outras. Atrapalha bastante.

E aí, fica mais difícil... Atrapalha!

16 - Com relação ao Programa Mulheres Mil, antes do PRONATEC, ele funcionou pelo menos no campus Salvador, ou na Bahia, até 2014?

A partir de 2012 virou PRONATEC. Ainda no ano de 2012... Vamos botar a partir de 2013 virou PRONATEC de vez. Porque em 2012 ainda tinha resistência das gestoras. Ainda tinha aquela resistência: não vamos entrar no PRONATEC! Não vamos aderir ao PRONATEC! 2012 foi o ano da resistência. Ai, em 2013 nós fomos vencidas! Aí, 13 e 14 já funcionou dentro do PRONATEC. E aí, eu acho que muito esforço das gestoras ainda tentou ainda imprimir um aspecto do Mulheres Mil, mas era muito difícil.

17 - Tá certo! Eu vou te liberar porque fica bem cansativo assim.

Mas se você precisar de mais alguma coisa... Mais pra frente surgir mais alguma dúvida, pode falar, Ludimila.

18 - Qualquer coisa, eu te chamo novamente. Porque essa entrevista, suas informações foram fundamentais para a minha pesquisa, Paula.

Tá certo!

19 - não se preocupe que eu te dou um retorno com relação a isso, com relação a tudo que eu estou escrevendo. Tá!? Para você ficar a par de tudo que eu estou escrevendo.

Mas ainda você poderia falar com outras gestoras locais que foram bem importantes, né!?

20 - Sim, sim!

Tiveram umas que foram muito importantes: você poderia falar depois com Regina, que antes de mim ela era gestora. E tem outras locais que foram bem fortes, gestoras do Mulheres Mil. Você conheceu Suêde, do campus Ilhéus. Tem a outra que foi do campus Simões Filho, que ela foi muito atuante. Tem a de Camaçari, que ela segurou a barra até... depois de 2014 ela ainda tinha Mulheres Mil lá em Camaçari. Por causa da parceria que ela conseguiu fazer. Eu esqueci o nome dela aqui agora, mas eu tenho como conseguir o nome dela. Ela, inclusive, é assistente social lá do campus Camaçari. Eu esqueci o nome dela agora, mas eu tenho como recuperar o nome dela facilmente. Deixa eu ver mais outros campi que se destacaram...

21 - o de Paulo Afonso, não, né!?

Paulo Afonso não muito. Não! Mas o de Jacobina que era um homem, mas ele fez um trabalho bastante legal. E Seabra também, era outro homem e ele também fez um trabalho bacana. Ah! Teve também lá em Jequié, que era Monique, que é nutricionista. Hoje ela está em Simões Filho, mas ela também fez um trabalho bem legal! Eu acho que esse foram os campi que mais se destacaram.

22 - Aí, no caso, se destacaram no sentido do trabalho e do retorno?

Do trabalho. No sentido de conseguir acolher as mulheres.... De conseguir... de conseguir levar para dentro do campus a importância do programa. Foi um dos lugares em que as mulheres foram mais acolhidas pelos servidores, de uma maneira geral.

23 - Tá certo! Então, qualquer coisa, eu grito de novo: Paula, preciso de ajuda! Porque foi excelente, Paula. Você me ajudou muito. Regina está aposentada, não é!?

Ah, que bom! Mas eu ainda tenho o contato dela.

24 - Eu acho que eu ainda tenho. Não tenho certeza. Encontrei até a filha dela uma vez num evento que eu participava. Mas, muito obrigada, mais uma vez. Gratidão!

Beijão, Ludimila!

25 - Beijo.

Entrevista 02 - Transcrição da entrevista feita com a professora Therezina Gauri Leitão, professora do IFBA (campus Seabra-BA) e ex-professora do Programa Mulheres Mil no campus Seabra. (Entrevista realizada no campus Seabra-BA, no dia 19/09/2023).

1- Eu sou Ludimila, doutoranda do Pós-cultura do IHAC, o Instituto de Humanidades Artes e Cultura da UFBA. A minha orientadora é Profa. Rita de Cássia e a minha pesquisa, o tema da minha pesquisa é Políticas Públicas Feministas, Economia Solidária e Identidade Regional. Que aí perpassa a questão aqui do campus Seabra e envolve o Programa Mulheres Mil aqui no campus Seabra. E aí, por isso, professora Therezinha eu gostaria de saber o seu nome completo. Se você me permite fazer essa gravação e se, de repente, você me permite divulgar o seu nome na minha tese. É uma opção.

Professora Therezinha - Meu nome é Therezinha Gauri Leitão. Tenho 56 anos. Sou mãe, avó, sou formada em biologia, mestra em Ciências biológicas, em fisiopatologia experimental. Tô aqui no campus, passei no concurso em 2010 no IFBA. Eu vim de Ouro Preto, de Minas. Eu sou de São Paulo. Então, eu sou uma “chegante” aqui, estou há 11 anos. Trabalho as disciplinas de Biologia e Ecologia e um dos meus primeiros trabalhos aqui no campus quando eu cheguei foi justamente trabalhar com o Mulheres Mil. Não conhecia esse Programa. Eu vim a conhecer aqui. Já de cara me apaixonei pelo Programa. Achei fantástico, incrível. E a gente... e principalmente a possibilidade de discussão, de criação e adequação da grade curricular com a realidade das turmas. Então, eram turmas bem diversas, mas, assim, normalmente a gente trabalhava com duas... Nós chegamos a ter quatro turmas, mas era de duas a quatro turmas e a gente geralmente pegava de uma comunidade. Tentava trazer mulheres de realidades próximas: ou de um mesmo bairro, ou de uma mesma realidade, ou de um mesmo povo, né!? Então, a gente tinha, não significava que a gente tivesse uma sala homogênea ou que todo mundo se conhecesse, mas era uma sala que tinha necessidades parecidas. Por estar inseridas numa mesma realidade sócio regional. Então, pra mim um dos diferenciais do trabalho era esse. Era a possibilidade da gente construir um currículo, uma grade curricular e ementas que eram adaptadas para a nossa realidade. Então, e a gente construía essas ementas. Discutia bastante. A gente tinha...

Me dá muita saudade porque eu vejo que nesses 11 anos a gente perdeu muito espaço de discussão. Não apenas em relação ao Mulheres Mil, mas em relação a tudo. Uma conjuntura nacional. Então, a gente tinha muito espaço de discussão. Assim, toda semana a gente sentava e, pelo menos, durante duas horas discutia o andamento, a gente traçava o perfil da turma. É... a gente conhecia um pouco das necessidades, principalmente em relação às questões que – não tem como, infelizmente toda vez que você tem um grupo de mulheres a questão da violência de gênero surge, né!? É muito forte. E acredito que não seja só aqui. Em toda parte, né!? Então, essas questões foram... A medida que elas iam aparecendo na turma, porque a gente fazia um trabalho metodológico muito diferenciado, a gente não chegava lá... Bom, eu já não trabalho assim! E aí, teve uma feliz coincidência de outros colegas que se dispuseram a trabalhar de uma forma diferente: de ouvir a turma e adequar suas metodologias para o perfil da turma. Que a gente viu que não era uma turma que você chegar... a gente tinha, inclusive, salas que tinham senhoras que não eram

alfabetizadas. Tinham algumas que já tinham o ensino médio, tinham algumas, inclusive, que já tava cursando o curso superior. Então, em termos pedagógicos a diversidade era grande. Então, a gente tinha um desafio a frente: como adequar uma metodologia que abrangesse a todas. E ao mesmo tempo que fosse interessante e prático para elas e que pudesse ter um poder de transformação na comunidade delas. Então, foi um desafio, mas era muito gostoso trabalhar assim. Acho que de todos os cursos que trabalhei o mais prazeroso, assim em termos educacionais. E de resultados porque os problemas iam aparecendo, principalmente os relacionados à questão de gênero, à violência de gênero e a gente tinha uma disposição da equipe em solucionar, em dar... Se a gente não conseguisse solucionar, porque muitos a gente não tinha nem condições de solucionar, mas a gente conseguia dar encaminhamentos.

Foi daí que começaram as parcerias com CRAS. Foi daí que praticamente toda equipe e todo o corpo docente que chegou aqui primeiro era de fora, era “chegante”. Então, ninguém conhecia a realidade de Seabra. A gente conhecia uma realidade da Chapada Diamantina, a Chapada do turismo, a Chapada do garimpo. No máximo, né!? A gente não conhecia a Chapada do semiárido, a gente não conhecia a Chapada dos povos originários que estiveram e estão aqui. Dos povos tradicionais. Dessa riqueza cultural. Então, foi com o Mulheres Mil – pelo menos a minha experiência – que eu aprendi a ajustar o meu olhar para esse público, para esse chão que eu piso. Foi aqui que eu me transformei enquanto pessoa, enquanto profissional. Enquanto ser humano. Foi aqui que eu comecei os meus trabalhos e as minhas discussões de gênero. Foi com essas turmas que me inspiraram. Na verdade, mais que inspiraram, elas me pressionaram a buscar isso porque as situações que aconteciam eram em quase todas as aulas. Eu lembro que teve uma vez que a gente chegou ter que socorrer uma aluna que veio pra aula e estava machucada. Porque ela tinha sofrido violência dentro da casa dela, pelo marido. E aí, então, a gente se deparou com situações que você tinha que dá uma solução, você tinha que dá um encaminhamento. Eram coisas muito práticas, muito reais, muito concretas.

Então, o Mulheres Mil revelou um sertão de violência/bruto, mas também revelou um sertão de cultura, de riqueza porque as senhoras, principalmente as anciãs, elas traziam uma riqueza de leitura de mundo, de visão de mundo que era fantástico. No curso de artesanato, algumas, as das primeiras turmas inclusive, a gente convidou algumas para ministrar aula nas turmas seguintes. Então, elas que eram alunas passaram a ser professoras de outras colegas, de outras turmas. Então, isso a gente não imaginava a dimensão que isso tomou. Por que? Primeiro de valorização desse saber e aí, segundo, de também colocar em contato mulheres de comunidades diferentes, de realidades diferentes. Do mesmo município quase sempre a gente trabalhou. Eu não tenho certeza, mas todas as turmas eram daqui de Seabra. Mas, só que Seabra tem uma realidade assim muito, muito diversificada. São mais de cem comunidades, algumas comunidades mais de 70 quilômetros de distância da sede. Algumas quase que isoladas mesmo, vivendo, assim, como se fosse um outro tempo, uma outra vida. Quase em outro planeta. Uma lógica de relação com o espaço-tempo completamente diferente. E aí foi, pelo menos acredito que para mim e para muitos colegas, mas pelo menos para mim, que aí foi o ponta pé inicial para conhecer mais esse chão. Hoje, por exemplo, que eu trabalho principalmente com projeto de pesquisa, de extensão, com comunidades que estão em reconhecimento indígena

aqui. E muitas comunidades que eu passo, até hoje algumas senhoras – eu não lembro. Eu não tenho essa memória tão viva – mas algumas comunidades que eu vou algumas senhoras me falam: “Ah! Você é a professora Therezinha. Você me deu aula no Mulheres Mil.” Então, assim, é gostoso ouvir isso. E as comunidades, até hoje essas mulheres, elas cobram: “quando vai ter o Mulheres Mil de novo? Por que que acabou o Mulheres Mil? Poxa eu gostava tanto desse Programa.”

Além do que, era também um Programa de repasse de recurso porque elas tinham uma bolsa. Isso era fundamental. E no início, quando eu cheguei eu pensava assim: cem reais não vai impactar em nada. Impacta e muito na vida de muitas mulheres.

2 - Em vulnerabilidade social.

Em vulnerabilidade! E muitas, inclusive, do Mulheres Mil algumas quando terminou – quando ele terminou não! Entre aspas. Foi adaptado pro PRONATEC, aí a gente não quis mais. Enfim... A gente não continuou trabalhando assim. Mudou também a direção. Enfim, a gente tem hoje uma gestão que não tem esse olhar atento para a realidade, para a riqueza cultural da região. Então, a gente pensou, inclusive, em fazer, em tentar rastrear. Em fazer um mapeamento, em fazer um levantamento: onde são essas mulheres? Será que o curso pôde de alguma forma impactar e modificar a vida delas? Principalmente as que estavam em vulnerabilidade, que eram quase todas. E a gente não conseguiu nunca fazer esse levantamento. A gente várias vezes, uma ou outra pessoa, né como eu, pensou em fazer esse levantamento. Mas, a gente não conseguiu fazer. Não tinha braços pra fazer. E...

3 – Não dá para fazer isso sozinha...

Não dá. Teria que ter uma apoio institucional também para fazer isso. Mas, assim: eu soube, das poucas que eu fui encontrando aí, ao longo desse 11 anos. Muitas foram impactadas, sim! Muitas saíram. Muitas se separaram. Muitas saíram da situação de violência. Buscaram outros caminhos, foram ser autônomas, construíram a sua independência financeira. Várias! Eu posso citar um exemplo do grupo que a gente tinha, a turma que era “Derivados da Mandioca”. E essa turma era muito bacana.

4 – Era o curso: Derivados da Mandioca? Que ele era voltado para a preparação?

Isso! Pra preparação e manipulação, e de forma a mandioca poderia gerar produtos que poderiam ser ventáveis. Basicamente isso. E assim, a gente da academia sempre tem aquela arrogância, o tempo todo a gente precisa se policiar, porque sempre fica achando que vai ensinar alguma coisa. Aí a gente ficou na perspectiva de: vamos buscar pessoas especializadas em derivados da mandioca. Na verdade, não foi nada disso! E era uma comunidade quilombola, de Souto Soares. Chama Segredo. Esse nome tem a ver mesmo com a comunidade. Esse nome, Segredo, é porque a comunidade vivia em Segredo. Até então. Praticamente um primeiro contato, foi através do Mulheres Mil, do IFBA, com essas mulheres. Era uma turma com tanta sabedoria, com tanto conhecimento que a gente chegou a conclusão, a equipe de docentes chegou a conclusão que a gente tinha que sentar e ouvir o que essas mulheres tinham pra ensinar pra gente. Que não era, na verdade, a gente que não ia ensinar nada pra elas, né!? E aí, foi bacana porque a gente teve a oportunidade, elas

convidaram pra gente ir pra comunidade. Nem todos foram, mas eu, uma outra. Não sei se você conhece Aline?

5 – Conheço Aline! Conheço.

Então, Aline foi também! Aí também a gente já tinha um grupo de extensão para discussão de resíduos sólidos. Aí foram também alguns alunos. Ouvimos as demandas: o que eles queriam!? As mulheres queriam fundar uma associação para poder fazer uma cozinha comunitária. Porque elas queriam ter renda a partir da mandioca e é uma comunidade, assim, fantástica! Fantástica! E assim, de lá pra cá, elas fundaram, elas têm a cozinha comunitária. A cozinha comunitária funciona. Óbvio que o IFBA não foi só o responsável por isso, mas eu entendo que o Mulheres Mil foi um impacto muito grande na vida delas, né!? Elas queriam muito que a gente passasse as noções de empreendedorismo, de noções de associação. Elas não entendiam nada disso. E aí, nós fomos, fizemos os contatos, levamos as pessoas lá, discutimos. E aí, até hoje nós temos discentes, adolescentes que vem estudar aqui que são de Segredo. Então, foram portas que se abriram. Foram pontes que foram feitas através do Mulheres Mil. Eu fico triste hoje porque praticamente – tirando acho que eu, Azamor que tava aqui, Carlos, Robson que tá aqui ainda hoje, Sérgio – ninguém mais dentro desse campus sabe dessa experiência. Então, ela não morreu. Tenho certeza que pra nós que trabalhamos, ela não morreu, mas é como que institucionalmente toda essa riqueza de resultados tivesse morrido. Por quê? Não tem memória. Não se construiu uma memória. Não se arquivou. Não se discute. Então, e as vezes... Uma voz sozinha não tem como ter repercussão, aí fica parecendo saudosismo. Aí, fica parecendo: “você quer voltar lá há 10 anos atrás? Tem que caminhar pra frente!”

Eu vejo um pouco, eu não vou nem falar só do campus, da Instituição como um todo, um pouco de descaso nesse Programa. Que faltou recolher essa riqueza de informações, de divulgar, fazer compreender que o Mulheres Mil é extremamente importante em termos socioeconômicos, em termos de tirar da vulnerabilidade social essas mulheres, em termos de aprendizado para a Instituição. Muita coisa saiu. Uma outra experiência que a gente teve com o curso de reciclagem. Então, eu já tava trabalhando com essa temática. Era o “Recicla Seabra”. Então, quatro anos. Gerou, inclusive, TCC e tudo mais. Projeto de pesquisa, projeto de extensão. E aí, dentro desse grupo e aí transformou esse grupo em PROSOL: Programa de Discussão de Resíduo Sólidos. Transformamos num Programa, só que ele não foi Institucionalizado. Aí, dentro desse Programa eu fazia bastante ligação entre os alunos do subsequente, de Meio Ambiente, com o Mulheres Mil. Então, em vários momentos as Mulheres Mil apresentaram temas para as turmas de subsequente, de Meio Ambiente, e vice-versa. E aí, numa dessas vezes que a gente conseguiu reunir o pessoal e foi conhecer uma usina de reciclagem em Salvador. E foi lindo, assim, porque as mulheres pediram assim pra mim: “ai Pró, eu sei que não tá no roteiro, mas será que não dá pra gente parar na praia? A gente não conhece a praia, né!?” E aí, nó fomos... Acho que aquela praia...

6 – Isso não mais as alunas do Mulheres Mil?

Do Mulheres Mil!

7 – Ah! Do Mulheres Mil.

Foram alunas do Mulheres Mil, foi uma turma. Mais alguns alunos que participavam do PROSOL. E aí, a gente parou acho que foi em Itapuã. Não lembro mais a praia. Parou na orla lá de Salvador, né!? E assim, foi incrível porque... a gente não teve registro. Eu só meio falha nessa parte de registrar. Não filmamos, nem nada. Mas, assim, foi incrível! O contato dessas mulheres do sertão chegando a primeira vez no mar. Foi muito bonito. Foi muito impactante. E dessa vez, eu lembro: a gente tinha levado as Mulheres Mil, esses alunos que faziam parte do Programa e levamos também catadores do lixão, que a gente começou a fazer um trabalho aqui no lixão. Então, foi bem impactante assim. Depois disso! Por motivos até de segurança, que a gente começou a receber ameaça no lixão. Aí, a gente teve que parar esse Programa. Eu tive que abrir mão dele. Porque eu vi que discuti resíduo sólido numa cidade do interior é

8 – Complicado!

Complicado.

9 – Poxa, vocês recebiam ameaça?

Eu cheguei a receber ameaça.

10 – Poxa! Que difícil!

Mas, enfim! E essas mulheres... Nós apresentamos trabalho também no Conepi quando foi em Salvador. A gente fez uma parceria que foi assim: as mulheres do curso, do Mulheres Mil, elas desenvolviam bolsinhas a partir da embalagem de leite. E elas fizeram trabalhos maravilhosos. Maravilhosos! E essas bolsinhas a gente levou para expor e o trabalho rendeu também uma apresentação no Conepi. Fizemos uma parceria. A gente tinha também curso de costura aqui. Que até hoje as máquinas tão abandonadas, né!? Num depósito. Mas, tem várias máquinas de costura aqui. Várias, várias! Agora tô lembrando também que a gente fez o curso de costura. E é isso! Muitas experiências impactantes. Foram os primeiros anos meus aqui, que pra mim modificaram muito a minha vida enquanto docente aqui. Totalmente! Impactaram muito. Até hoje eu tenho algum contato com algumas delas ainda.

11 – Tá certo. Tá bom! Eu lhe agradeço muito pelo seu depoimento. Foi muito importante e vai ser muito importante pra minha pesquisa de doutorado. Vai ter uma contribuição, assim, muito importante, fantástica.

Depois, se você quiser, eu posso passar pra você algumas ementas. Eu posso passar esse trabalho que a gente apresentou com as Mulheres Mil. Que até foi uma das Mulheres Mil, uma aluna nossa foi lá e aí foi a primeira experiência dela participando de um Congresso. Foi bem legal. Foi bem bacana, assim. E esse contato, essa troca entre os jovens do subseqüente com as mulheres do Mulheres Mil, que era um outro perfil. Geralmente mais velha, já mãe de família. A gente teve muitas vezes alunas que chegava pra gente e falava: “a eu não vou poder vim porque eu não tenho com quem deixar os meus filhos”. Aí, nós criamos um espaço, na época, pra receber essas

crianças. Mas, assim, sempre correndo aquele risco porque, se a gente for levar mesmo legalmente falando, a gente não poderia porque teria que ter um espaço, uma creche. A gente ia adaptando, assim: então, elas traziam as crianças pra que elas pudessem frequentar. Não deixar de vim na aula. Era bacana. E quando terminava o curso era só festa, né!? Elas... Fazia bolo, bexiga... Elas gostavam muito, assim. E a gente também.

12 - Elas têm essa afetividade muito grande. Elas são muito afetivas.

Muito! É uma outra relação.

13 – Com relação ao acolhimento que a gente faz, né!? Com relação a elas. É uma relação de ensino-aprendizagem totalmente diferente. A experiência que a gente tem.

Isso! É uma relação completamente diferente, assim. Dentro de um espaço de escola. Era muito bonito. Era muito gostoso. Muito, muito mesmo! Eu... Sinto muita falta ainda de ter. Tenho esperança, né!? Quem sabe! De um dia retomar esse Programa...

14 – Pois é! Vamo vê, né!? Hehe... Ok, professora Therezinha. Lhe agradeço mais uma vez. O seu depoimento vai ter uma colaboração, assim, gigantesca para o meu trabalho de pesquisa. Lhe agradeço infinitamente.

Que bom! Que bom. Parabéns pelo seu trabalho também.

Entrevista 03 - Transcrição da entrevista feita com Laura Neta Dias do Sacramento, Pedagoga IFBA (campus Seabra-BA) e ex-colaboradora/auxiliar do Programa Mulheres Mil no campus Seabra. (Entrevista realizada no campus Seabra-BA, no dia 19/09/2023).

1 – Então, eu sou doutoranda do Pós-cultura do IHAC, o Instituto de Humanidades Artes e Cultura da UFBA. A minha orientadora é a Profa. Rita de Cássia. A minha pesquisa é sobre o Programa Mulheres Mil aqui do campus Seabra. O tema da minha pesquisa de doutorado é Políticas Públicas Feministas, Economia Solidária e Identidade Regional. Que perpassa a questão aqui do Programa Mulheres Mil, da experiência que foi o Programa Mulheres Mil aqui no campus Seabra. E aí, eu queria que você falasse um pouco, relatasse como foi a sua experiência, como você atuou. E quais foram as suas impressões a respeito do Programa. Mas, antes falasse um pouco o seu nome, o seu cargo aqui, a sua função na Instituição.

Meu nome é Laura Neta Dias do Sacramento, eu sou Pedagoga. Eu vim aqui para o Instituto em agosto de 2014. E em 2015 eu fui convidada pela gestão para poder finalizar as últimas turmas que tiveram aqui do Mulheres Mil, que era uma turma de artesanato composta por mulheres de duas comunidades, especificamente de duas comunidades majoritariamente. Que era a comunidade molhujibão e manduzinho. Que são comunidades aqui de Seabra. Então, ainda um módulo praticamente para elas finalizarem o curso. Então, eu fiquei responsável ali, por naquele momento, organizar ali os docentes que iriam finalizar as atividades com as estudantes e, de certa forma, a gente começou ali a estruturar as atividades.

E foi uma experiência bem interessante porque no período eu comecei a dialogar com as meninas para entender um pouquinho da dinâmica dos horários que precisavam ser ajustados. É... justamente para dar conta das outras atividades que elas tinham, muitas trabalhavam com a agricultura familiar. Outras já tinham experiência com artesanato na comunidade e tinha que conciliar com os afazeres da família. Então, a gente ajustava ali os horários para que elas pudessem dar conta desses outros afazeres e nesse processo a gente foi pensando em como também dá um retorno à comunidade que elas pertencem. É, do trabalho que elas estavam desenvolvendo aqui, do processo de aprendizagem, do que elas tinham construído. E também, de certa forma, incentivar outras mulheres ali daquela comunidade a retomar os estudos de alguma forma, né!? Que fosse em um curso de curta duração, como é a característica desse Programa. Desses cursos que foram ofertados aqui do Mulheres Mil, quanto em outros. Então, nós fomos até a comunidade. E aí, como toda organização dentro desses locais... O local que elas escolheram para fazer esse trabalho foi um espaço da igreja ali da comunidade e convidaram outras mulheres e suas famílias para participarem de uma oficina que elas ofereceram ali com o trabalho que elas tinham conseguido ali construir ao longo daquele módulo, daquele semestre. Então, promoveram uma oficina. Elas mesmas promoveram. Fizeram uma exposição de tudo que elas já tinham construído aqui, no período do curso.

2 – Aí, só pra eu tirar uma dúvida: aí são as alunas do curso de?

Artesanato.

3 – Artesanato, pronto!

Isso! Que foi o último curso que teve aqui. Na época que eu fui gestora.

4 – Certo.

Então, a gente fez nas duas comunidades. Que elas queriam que tivesse ali esse envolvimento com as duas comunidades. Foi uma mobilização, assim. Então, interessante. E aí, a experiência foi interessante nesse sentido de você ir até a comunidade. Então, nós fomos até a comunidade para vivenciar aquele processo. A gente vê o quanto elas estavam ali, digamos que empoderadas naquele movimento de mobilização, de ensinar o que elas tinham aprendido aqui naquele momento. Os familiares enquanto estavam ali envolvidos naquele espaço. Teve um lanche comunitário. Então, toda essa movimentação você vê que, como é que eu vou dizer que... Que o retorno à comunidade, o quanto foi importante naquele momento. Houve todo um processo ali que me marcou bastante. Eu já tinha uma experiência de Mulheres Mil do Instituto Federal de Alagoas. Que eu trabalhava como Gestora desde 2011 e quando eu vim pra cá eu finalizei esse processo, mas foi a primeira vez que eu tive essa experiência de, de fato fazer digamos uma culminância do curso dentro da comunidade. Que geralmente a gente faz aquele trabalho da comunidade de diagnóstico, de analisar qual comunidade qual comunidade ia ser atendida. A gente faz uma primeira abordagem, mas a gente não retorna ali. E foi a primeira vez desse retorno e foi bem interessante, assim, a proposta que a gente pensou junto com elas.

Então, pra mim foi uma das vivências mais importantes em todo o Programa. E em todo o meu período de experiência no Programa, que foi esse retorno à comunidade. E do quanto as famílias ali estavam tão envolvidas naquele processo e do quanto outras estavam ali mulheres felizes com a conquista da outra, né!? Perguntando quando que ia ter outros cursos. Então, você vê que isso é um retorno muito pertinente. E que é importante essa volta ali. Então, pra mim foi o que marcou. Foi esse processo de retorno mesmo.

5 - Você acha que... Só mais uma questãozinha mesmo, que eu gostaria de tirar uma dúvida com você. Que teve essa experiência. Quais são os pontos que poderiam melhorar no Programa? Esse é o ponto que eu gostaria de saber, assim, da perspectiva dos gestores, dos que trabalharam no Programa Mulheres Mil.

Então, eu acho que, no período que eu trabalhei aqui em Seabra, o Programa estava finalizando ainda ali como uma proposta apenas de..., de extensão. Ela não estava vinculada a qualquer programa que gerasse bolsa pra os profissionais que estavam ali trabalhando e aí, um dos pontos seria esse. Até pra que a gente pudesse dar conta de atender à expectativa de algumas comunidades. Daqueles cursos que elas têm vontade de fazer, mas que sem pagamento de bolsa você não consegue aquele profissional. Ou sem você ter um recurso pra financiar a aquisição de materiais e tal... você não conseguiria. De repente, sei lá... teve uma comunidade que perguntou se a gente não tinha a expectativa de um curso de cabeleireiro. Aí, a gente naquele momento não tinha como fazer contratação e tudo mais porque, na época, o IFBA tinha apenas essa articulação como um Programa de extensão e não estava vinculada

ainda a bolsa para os profissionais que trabalhavam no Programa. Foi um dos pontos, né!?

O outro ponto: é que mesmo quando esse Programa passou para outras instituições nessa perspectiva de ter bolsa, tipo PRONATEC e tudo mais. A questão de ter outros profissionais envolvidos que não somente os docentes e não somente os gestores e tal. Mas de você ter, de repente, ali envolvido a questão do psicólogo com um tempo de dedicação ali para a escuta daquelas mulheres... Então, a gente fala muito no Programa nessa questão do acolhimento, mas de ter profissionais que realmente tenham tempo de dedicação para esse acolhimento. Eu acho que foi um dos pontos que eu senti mais falta: foi essa questão de atender, né, de uma forma mais adequada às expectativas de curso daquela comunidade. Do que elas viram como necessidade, naquele momento, a gente tinha que atender ali ao que a gente conseguia e essa questão desse acolhimento. Fazer um acolhimento de fato com outros profissionais que pudessem fazer um atendimento mais efetivo a esse grupo. Acho que foi esses dois pontos que mais ficaram: poxa! A gente poderia melhorar em tais aspectos.

6 – Certo. Tá bom! Eu lhe agradeço muito.

Imagina!

7 – O seu depoimento, assim, vai ser uma grande contribuição pra minha pesquisa, viu!? Mais uma vez: gratidão infinita! E só pra poder ficar registrado mesmo, assim, oficialmente registrado eu gostaria só de te perguntar mais uma vez: se você permite que eu possa, por acaso, se for necessário, registrar, citar o seu nome na minha tese, né!? Por acaso...

Hum hum. Claro!

8 – Porque vai ser essa grande contribuição a sua fala, o seu depoimento, a sua visão, a sua experiência com esse Programa.

Você está autorizada a utilizar e, se precisar de qualquer uma outra informação, algo que você gostaria de esclarecer melhor, fico à disposição.

9 – Tá ok! Mais uma vez: muito obrigada! Vai ser uma grande contribuição, o seu depoimento e a sua experiência nesse Programa.

Imagina! Obrigada a você.

Entrevista 04 - Transcrição da entrevista feita com o professor Carlos Eduardo Carvalho de Souza, professor EBTT do IFBA (campus Seabra-BA) e ex-docente do Programa Mulheres Mil no campus Seabra. (Entrevista realizada no campus Seabra-BA, no dia 20/09/2023).

1 – Então, professor Carlos eu Ludimila, sou doutoranda do IHAC/ UFBA. A minha orientadora é a Profa. Rita de Cássia e a minha pesquisa de doutorado trata da Políticas Públicas Feministas, Economia Solidária e Identidade Regional. E a pesquisa é sobre o Programa Mulheres Mil aqui no campus Seabra. E aí, eu queria que você relatasse como foi a sua experiência aqui no campus Seabra com o Programa Mulheres Mil e, antes disso, só me dissesse rapidamente o seu nome completo, só por mera formalidade. O seu nome completo e o seu cargo aqui no campus Seabra. E, como você atuou no Programa Mulheres Mil, né!? De que forma você atuou no Programa Mulheres Mil?

Éhhh, meu nome é Carlos Eduardo Carvalho de Souza. Eu sou professor EBTT aqui desde 2012 sou professor mais antigo aqui na escola, remanescente, né!? E... Eu trabalhei no Mulheres Mil logo em 2012, recém-chegado, tomado posse. Na verdade, meu concurso foi de 2010, na verdade, eu venho na Chapada desde 2004. Então, pra mim foi uma oportunidade, primeiro foi um convite, né!? Um trabalho voluntário. É... O campus tava acabando de ser implementado, então, nós tínhamos tempo de sobra pra isso. Então, pra mim foi muito legal. Eu sou químico, né!? Sou bacharel em químico, minha formação em bem técnica, mas ainda assim eu tenho uma visão bem humanista, né!? E adorei essa oportunidade. Foi um desafio e tanto. É, o que que eu administrei de disciplina? Eu sou químico. Química não cabia naquele contexto, mas eu tinha viés de empreendedorismo. Já fiz uns cursinhos, sabe!? Foi o que eu tinha! Foi aceito. Fui dar aula de empreendedorismo, que não é tecnicamente a minha área, mas alguma coisa eu sabia. Enfim, foi uma experiência muito legal. Muito legal mesmo! Eram várias turmas, né? Duas mais duas foi um processo longo, faz muito tempo, né!? Uma década praticamente. E naquele início, era tudo mais intenso, nesse contexto, uma correria. É... Eu lembro que no início do curso eram turmas de 40 mulheres, depois com passar do tempo, diminuiu drasticamente, mas é uma coisa assim e eu, né!? Enfim, lá no sudeste... Então, tem tudo um sotaque no final das contas, eu acabei tendo uma relação muito boa com as mulheres. Inclusive têm aluno filhos dessas mulheres que se formaram aqui depois. Foi muito legal! Como eu disse: eu amo demais a Chapada. aqui em meu lugar e foi essa oportunidade de conhecer melhor essa universo da região falando em regionalidade eu

Nunca li de fato melhor esse Programa todo, né!? Mas, eu sei que tem a ver com essa questão da vulnerabilidade, né? E para mim essa experiência mostrou muito essa lacuna aqui nessa região como eu falei eu vim aqui há 20 anos, não assim para como turista vulgar. Desculpa, mas a gente achamos que eu tô no único lugar na primeira vez que eu vim aqui eu tenho uma visão geral como um bom turista entre aspas milhões de anos escolher um lugar, que um lugar me escolheu. A verdade uma comunidade 400 moradores bem pequena. Então tava lá achando que eu conhecia alguma coisa, mas depois dessa experiência aqui realmente é uma lacuna de desenvolvimento.

Todos os aspectos muito muito grande. Impressionante! E eu já estou aqui há 11 anos morando convivendo com isso e eu ainda não me canso de me surpreender com cada coisa foi impactante demais. Trabalhar com elas, muita alegria para muitas errar é uma coisa indescritível que foi que eu senti em relação a isso oportunidade que elas estavam tendo, alegria delas de estar aqui inserida. Histórias escabrosas de pessoas que passaram por coisas que eu não vou repetir aqui.

Pode repetir! Não tem problema não.

Eu estava sentado no intervalo ali, de 20 minutos esperando e conversa vem, conversa vai. Relato de: “minha filha morreu, meu ex-marido matou na minha frente”. Coisas que eu não estou acostumado, nem preparado. Entre aspas, mas foi sentido de de me mostrar melhor entender melhor tudo isso saber de fato com quem tô lidando no dia a dia. Foi muito legal. Isso aconteceu também, óbvio porque a gente construiu uma relação assim de abertura, né!? de confiança não era uma enquete. Não era nada disso, foi uma experiência muito, muito enriquecedora. E, tenho certeza que foi para elas também. Não por causa do meu cursinho, o conjunto todo elas têm aquele recursozinho um pouquinho de força, mas era delas ter essa inserção entrar numa escola que a maioria nunca fez aqui nessa região Maria pega um diploma qualquer sei que frequenta, a escola aqui é muito grande, né? Aqui mereceu uma coisa assim muito séria. Eu não sei se isso vai acrescentar. São papos mais muito grande a Chapada Diamantina do tamanho da França. É um país precisa de mais atenção e aqui a história do garimpo que também não se fala muito, inclusive muitas mulheres garimpeiras que não se falam, né? Agora recentemente está começando a vir à tona né!? Mas, eu queria dizer não tem como quantizar, mas que aqui essa coisa do sexismo é muito forte muito, muito forte. Sei lá é difícil que da onde eu vim também tinha mas talvez você não é uma cidade grande tanta correria que talvez essas coisas acabam se diluindo talvez aqui por a gente ter mais tempo espaço essas coisas não sei não sei que é uma experiência muito boa para que eles voluntários que realmente querem.

Por alguma razão experimentar isso, mas para o público-alvo que foram as mulheres tão maravilhosa. Apesar de todos os pesares, né? Quero dizer a minha formação era melhor para dar essa coisa empreendedorismo, mas foi uma experiência tenho certeza nem recompensante para um dos lados Cada Um Na Sua medida na sua objetivo, né?

2 - Você acha que em algum aspecto empreendedorismo de fato pode ter contribuído na vida dessas mulheres na vida na acho que no trabalho né de fato dessas mulheres, você acha que pode ter contribuído ou não? Você avia que não eu não tô falando da sua disciplina, não estou falando da formação, né do programa empreendedorismo, né?

É uma palavra que também com o passar do tempo vem ah ficando meio estranho, mas sim, mas essa coisa de todos aqui tá por antes, né? Que é de trazer essa autonomia para pessoa nesse contexto. Com certeza, né alguma coisa

3 - É porque naquele contexto empreendedorismo da mulher eu vim associado empoderamento, né?

Era aquele contexto cooperativismo disse eu não era a pessoa mais qualificada para isso e foi tudo muito rápido inesperado, não teve nenhum planejamento, né, mas acho que alguma coisinha foi e de lá para cá, né? Isso também foi excelente porque foi há 10 anos atrás. Atenção de um monte de coisa hoje, eu vejo é é escancarado quer dizer gritante essa demanda por um aprimoramento assim nesse sentido sabe essas mulheres têm potencial tem ideias, mas não tem aquela formação mínima para poder ir adiante. Isso é desesperador. Quem vê isso assim, como eu vejo angustiante que falta isso falta isso com certeza falta muito mais foi muito bom entre nós as mulheres têm esse viés já mato, né? Afinal de contas uma família é um grande empreendimento sabe? Tudo a gente tem que poderíamos né fazer mais nesse conte. Talvez a gente tenta né? Lógico? Não é isso? Acho que sim tem essa demanda que tem muitos recursos naturais, a gente tem um dom né do brasileiro que arte né? Tem um artesanato, mas tem outras coisas também muita coisa falta de fato essa Esse aspecto né? Como eu disse a Chapada. Acho muito particular é muito grande muito difícil, a gente dá conta. Imagina a gente tá aqui no centro em Serra exatamente, né no ponto de Eudes, mas ainda assim como é que a gente vai atingir lá no município há 300 km. É um desafio e tanto! que tem que crescer e demanda não falta as mulheres. Quatro É verdade só mais uma perguntinha, só só ele já me liberto só mais uma coisinha. Só pressão. Quais são os pontos só mais uma coisinha. Quais são os pontos que você acha que é assim, pode ser uma análise sincera mesmo análise crítica uma análise assim sincera.

4 - Quais são os pontos que você acha que falhou. Só que vai ser umas lacunas na verdade as lacunas do programa Mulheres Mil?

Ludimila, não tem como responder isso tecnicamente esse Capital. Como disse eu tinha acabado de chegar aqui, eu sou um passarinho. Eu nunca imaginei que eu ia dar aula foi uma oportunidade que eu não vim aqui para estar rolando minha presença ainda mais nesse contexto todos social ética e tal, não me incomodo com as pessoas aqui me incomoda também no corpo, né? Comandando a palavra. Mas foi assim, eu não tinha planejamento nesse sentido foi ruim. Esse aspecto, mas talvez tenha sido bom porque talvez se eu tivesse parado para pensar muito eu ia ficar com medo e arrumar um monte de desculpa e de fato como eu entrei nesse mesmo momento aqui no IFBA, tinha um monte de aula para preparar eu não tinha nada preparado. Comecei do zero, né? Trabalhava na universidade tinha nada a ver com ensino médio isso me atrapalhou nesse processo. Infelizmente eu tive que no final do ano abri mão das mulheres que eu não tava dando conta de preparar as aulas era um pouco as torres era um pouco as torres. Mas eu sou muito exigente, eu tinha que fazer toda uma revisão de química básica que eu tô fazendo até hoje 11 anos continua fazendo né?

Cada ano a gente tem que mudar um pouco, mas acho que foi apenas isso, talvez não falta de diálogo anterior de preparo, né? E outro viés aqui importante para o futuro, eu acho é uma característica que aqui pouca gente que vive então eu lembro que não tiveram muitos voluntários na verdade hoje até uma certa pressão tá que a gente atrás eu não senti isso. Tô já falando relatos de pessoas que já não estão mais nem aqui porque eu disse para mim achei ótimo ocasião, né? Tem muita gente que entra aqui. Para pedir transferência, acho um horror seria interessante que voltasse como era antigamente, né do do das pessoas. Já escolheram em Campus. Tem um monte de lei que não são compridas circunstancial como tinha acabado de começar o canto dos

professores estavam chegando não tinha como ver se planejamento para ele, então não tem como dizer que a responsabilidade de um de outro é tudo uma conjectura, né, mas ainda assim foi imperdível muito bom. Tem certeza que essas alunas? Inclusive essa que eu te falei que o filho estudou aqui se formou é muito fácil saber quem é eu sei o nome do menino, até hoje. O Robson sabe também ele vai lembrar, talvez seria uma pessoa legal, né? Pega ela pega o filho é muito legal, talvez.

Pois se quiser posso lembrar o nome pronto já te dou um oi pelo WhatsApp. Aí de repente a gente se fala, beleza? Quando você tiver mais, mais tranquilo também Claro aí qualquer forma viu? Lhe agradeço muito pelo seu depoimento vai ser assim de uma grandeza infinita, essa experiência é muito legal. Gostei assim de uma contribuição muito grande para minha pesquisa de doutorado, viu? Lhe agradeço muito. Gratidão! De qualquer forma, mais uma vez obrigada. E só para formalizar mesmo, né? Essa questão mesmo só para formalizar se você né, caso surja a necessidade de citar o seu nome, né na na minha pesquisa de doutorado só uma questão de formalização mesmo, viu? Professor, Carlos, meu colega. Então obrigada. Meu colega aqui, mas de qualquer forma só para formalizar mesmo, viu? Muito obrigada pela sua contribuição.

Entrevista 05 - Transcrição da entrevista feita com Hildete Souza Santos, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA (campus Seabra-BA). (Entrevista realizada na cidade de Seabra-BA, no dia 20/09/2023).

1 – Então, bom dia! Hildete.

Bom dia, pró!

2 - Eu sou doutoranda e professora do Instituto Federal da Bahia do campus Salvador. Eu estou fazendo essa pesquisa a respeito do Programa Mulheres Mil. A minha pesquisa, o tema da minha pesquisa do doutorado. É uma pesquisa do doutorado. Eu sou doutoranda do pós-cultura do Instituto de Humanidades e Artes da UFBA, a minha orientadora é a Dra. Profa. Rita de Cássia Matos. Éh, a minha, o tema da minha pesquisa de doutorado é Políticas Públicas Feministas, Economia Solidária e Identidade Regional. Sobre o Programa Mulheres Mil aqui em Seabra. Como foi a repercussão desse Programa Mulheres Mil aqui em Seabra. E aí, eu gostaria de deixar claro, né: a senhora não é obrigada a responder as perguntas, se a senhora não quiser, mas vai ser uma contribuição extremamente importante pra minha pesquisa. Como eu já expliquei pra senhora aqui na nossa conversa. Vai ser assim: uma colaboração muito grande, muito importante. E eu vou fazer umas perguntas sobre como foi esse Programa. O Programa Mulheres Mil aqui em Seabra. No IFBA de Seabra, começando a pergunta: me diz, por favor, o seu nome completo, né!? A sua idade...

Hildete Souza Santos, sou de Seabra.

3 – A sua idade?

Minha idade: eu tenho 70 anos.

4 – Seu estado civil?

Sou viúva.

5 – Você tem filhos?

Tenho.

6 - Você nasceu aqui em Seabra, não é isso?

Não. Não. Não. Eu nasci em Lençóis, mas eu já moro em Seabra há 47 anos.

7- Olha, que interessante!

Eu sou seabrense, né!? Hehehe

8 – Qual é o seu nível de escolaridade?

Éhh, eu fiquei faltando só dois anos para completar...

9- Concluir o Ensino Médio?

Conclui.

10 – Concluiu?

Conclui.

11 – Ahh. Pronto! Como foi que a senhora conheceu o Programa Mulheres Mil?

Eu conheci o Programa Mulheres Mil através de Robson que ele tava procurando assim... fez uma lista, né!? De várias mulheres e aí eu fui contemplada. Que minha sobrinha Jucileide deu o meu nome e eu não tava nem esperando que eu ia ser contemplada e quando fui, foi uma alegria. E aí, foi onde comecei os estudos do Mulheres Mil. Coisa muito linda, maravilhosa! Professores maravilhosos! A turma do comando, né!? Todo mundo bem... trata a gente super bem. Assim: foi uma época muito feliz pra mim.

12 – Foi em que ano que a senhora conheceu?

O Programa?

13 – Sim.

Em 2011.

14 – Foi em 2011?

Foi.

15 - E concluiu?

Em 2012.

16 – Em 2012. Foi um ano só o curso?

Foi um ano.

17 – Tá.

É porque teve um recesso. Teve uma greve. Sabe!? E, por isso, fez um... completou um ano.

18 – Teve uma seleção pra entrar?

Teve.

19 – Tá. Como foi o processo de seleção?

O processo de seleção foi por sorteio.

20 – Ah, foi sorteio.

Foi.

21 – E qual foi o curso que a senhora fez no Programa Mulheres Mil?

Eu fiz artesanato e o outro eu esqueço o nome.

22 – O outro curso?

Hã!

23 – Foram dois cursos?

Era. Artesanato e... Como é o outro que a gente pota essas coisas? Artesanato é o que a gente borda né!?

24 – Sim. Bordagem.

É! E reciclagem.

25 – Ah! Reciclagem. Certo, na época era reciclagem?

É!

26 – Técnico em reciclagem?

É!

27 – Certo. E como era o curso assim... De artesanato? De reciclagem? O que é que você considera que aprendeu de... O que você gostou e considera de importante assim...?

De reciclagem, eu não aprendi muita coisa não porque eu não me interesso pela reciclagem. Meu negócio mais é aprender bordagem, fazer crochê, fuxico, entendeu!? E uma coisa que eu tinha muita vontade de aprender era vagonite e eu aprendi no IFBA.

28 – Ah! Sim...

Eu adoro vagonite. Fazer vagonite e eu aprendi lá. E também, tinha as matérias: português, matemática, história. Tudo, sabe!? Inclusive eu tenho meu caderninho lá ilustradinho que eu guardo com muito carinho meu caderno. É uma lembrança muito boa.

29 – Então: você fez um curso de artesanato, um curso técnico de artesanato, de reciclagem e também para completar o ensino fundamental. O ensino fundamental, no caso!? Foram as duas formações.

É isso. Foi!

30 – Aí, no caso foi para completar o ensino fundamental?

Não!

31 – Foi para completar o ensino...

Não. Fazia parte do Programa.

32 – Do Mulheres Mil?

É!

33 – Entendi. Por que a senhora tinha o ensino fundamental completo?

É!

34 – Entendi. Me diz o que mais chamou atenção, assim, ali no processo de formação no Programa Mulheres Mil?

O que que é?

35 – O que é que mais chamou atenção, o que você considera de mais importante ali na formação?

Na formação do Programa?

36 – Sim!

O que me chamou mais atenção foi o conhecimento porque, assim, eu conheci muitas coisas dentro do Programa que eu não conhecia.

37 – O que, por exemplo?

É... porque, às vezes você tá tão fora das pessoas que você não consegue se comportar direito quando tá no meio delas. Tá entendendo!?

38 - O que, mais ou menos!? Me dá um exemplo.

Assim, no Programa a gente consegue ser mais humilde, ser mais solidária, ser mais comunicativa, entendeu!? E coisas assim, que eu não ligava para esse tipo de coisa... Solidária eu sempre fui, mas esse negócio de comunicativa, de me aproximar das pessoas. Eu nunca fui disso e lá, eu aprendi. E uma coisa que me chamou muita atenção foi sobre os professores. Porque os professores tratavam todos por igual. Não

tinha, assim: ah, ele chama atenção de um de que do outro. Tá entendendo? Isso aí me chamou muito atenção. Que a gente tem que tratar todo mundo por igual. Foi coisas que os professores do Ifba deixaram, pelo menos, pra mim. Não sei se as outras meninas, o que elas acharam, né!? Mas eu acho assim: muito bom o Programa.

39 – Entendi. Com relação, assim, o que a senhora destaca, o que mais favoreceu na sua vida?

No Programa?

40 – Sim.

É... pra ser sincera o aprendizado.

41 – O que do aprendizado? O que a senhora pode trazer pra mim, o que a senhora pode exemplificar pra mim?

Porque no Programa a gente aprende tudo de bom. Tudo! E também teve uma parte, que na época eu tava numa situação muito difícil. Entendeu!? Eu tinha netos pequenos que dependia de leite, de fralda, sabe!? Minha menina não tinha condições, eu também tava sem condições... E nessa época quando eu vi esse Programa, quando eu fui contemplada, eu não sabia que a gente ia receber um valor mensal. E quando lá teve a reunião com Sérgio e Robson e ele falou desse auxílio, aí pra mim foi uma maravilha! Foi o mesmo que Deus ter mandado uma riqueza pra mim. Saber que todo mês eu ia receber aquele cem reais. E também, quando terminou o curso nós recebemos oitocentos reais cada uma.

42 – Interessante!

Foi uma bênção, uma bênção mesmo! Me tirou muito do sufoco. Me ajudou bastante, sem contar com as brincadeiras que tinha, sorteios de prêmios. Então, do Programa Mulheres Mil eu só tenho muita saudade! Sinto muita falta porque se tivesse continuando - mesmo que não fosse o Mulheres Mil, mas outros cursos, programas - eu estaria lá! Mas como não teve mais, fazer o que, né!? Torcer para que um dia volte.

43 – Com relação ao curso de bordagem, que a senhora falou? No curso de reciclagem. Ali, no curso técnico, o que a senhora considera que aprendeu mais? Na formação, ali, daqueles cursos?

O que eu aprendi mais foi o fuxico e o vagonite. E o tricô eu não aprendi muito não porque as aulas foram rápidas demais, não deu pra... Eu sei pontos, mas não sei formar. Assim, pra fazer uma blusa eu não sei formar.

44 – Entendi. A senhora acha que aquele curso, esses cursos, esse aprendizado aí serviu pra alguma coisa pra senhora, para sua vida?

Pra mim serviu muito. Muito mesmo!

45 – A senhora acha que serve para alguma coisa para sua vida hoje, alguma coisa assim!?

Serve! Serve.

46 – Em que sentido?

Em todos os sentidos. Porque a gente aprende muita coisa principalmente a conviver com as pessoas. Quando a gente fica fora das coisas que acontece no mundo, a gente tá meio isolado e lá eu me senti uma pessoa atual. Entendeu? Uma pessoa que fazia parte do progresso, da vida. Uma pessoa que tinha um porquê falar: hoje a tarde eu vou fazer alguma coisa. Hoje a tarde eu tenho aula no IFBA. Tanto que eu trabalhava até meio dia. Podia tá chovendo, podia não tá. Era só até meio dia, no dia das aulas. Eu não lembro mais, assim, os dias que eram, mas eu tinha aquele compromisso com o IFBA. Pra mim não tinha nada além do IFBA, aquele dia. No dia das aulas. E eu sentia muito orgulhosa de mim mesma. De tá ali fazendo parte daquele Programa maravilhoso! Hehehe

47 – Com relação, me diz uma coisa: com relação a disciplina que eu ministrei “Direito da mulher e violência”, a senhora acha o que pode ter ajudado?

O direito da mulher? Olha, até eu começar a fazer parte do IFBA, Mulheres Mil, eu não entendia o direito das mulheres. Eu achava que por ser mulher, tinha que suportar tudo de marido, de outras pessoas na rua. De outra pessoa tratar mal e você: “ah! Deixa pra lá, entrega a Deus.” Eu aprendi que a mulher tem seus direitos. Principalmente porque... Assim, eu trabalho, porque antes eu trabalhava e chegava: toma aqui, oh! Seu serviço não serve mais pra mim. E eu aprendi que não é assim, que eu dei o meu suor, dei o meu “sangue” naquele trabalho pra depois neguinho vim: ah, é assim você não serve mais pra mim. Não! Aprendi que eu tenho que correr atrás dos meus direitos por aquele tempo trabalhado. E outra coisa: sobre mulher... mulher e marido, mulher não pode ser submissa do marido. Ela tem que ter sua autoridade porque ela é um ser humano. E ela com ele forma um casal e um casal é um casal! Não é uma pessoa, assim, isolada que só um pode falar e o outro tem que calar. Como eu achava que era. Lá eu aprendi a ter os meus direitos. Agora, qualquer coisinha eu tô atrás dos meus direitos. Qualquer coisa.

48 – Só mais umas duas perguntinhas e eu já te libero...

Fique à vontade. Tô gostando! Eu chegando lá 09:30 tá ótimo!

49 – Então, Economia Solidária: a senhora lembra dessa disciplina, dessa matéria? Lembra!? Faz parte! Economia Solidária, economia solidária!

Economia Solidária, não é aquele que a gente trabalha em conjunto!?

50 – Isso! É a que trabalha a questão do conjunto, da comunidade. Lembra alguma coisa? É que já faz muito tempo, né!?

Me deixa pouca lembrança, economia solidária. Que eu nem lembro.

51 – Se não lembrar, tudo bem, viu!? Não é obrigada a lembrar não. Muito tempo que já se passou, né!?

Assim, a economia solidária é tipo uma cooperativa, não é!? Então, a gente junta, formamos um grupo e vamos trabalhar naquele grupo. Vamos fazer vagonite pra gente vender, dividir o dinheirinho ali que vendeu pra cada um e fazer, tipo, uma reserva em nome de todos. Eu acho! Então, é assim: muita gente não gosta de trabalhar em turma. Eu já gosto, só que aqui em Seabra é muito difícil. A gente não consegue, entendeu!? Aí, tem que ser cada qual pra si mesmo.

52 – Pronto! A última pergunta e eu te libero: o que a senhora considera que podia ter melhorado o Programa? Alguma coisa que não foi legal, que poderia ter sido melhor?

É... O artesanato.

53 – O que, por exemplo? Por quê?

Porque o artesanato faz parte da vida da mulher. A mulher depende muito, a mulher depende de saber cortar um short, saber cortar uma blusa, entendeu!? Saber fazer um bordadozinho, uma tolha para poder agradar um neto, uma amiga, uma pessoa....

54 – O que lá no curso podia ter sido melhor?

Porque lá no curso deveria ter tido mais aulas, mais tempo sobre... porque a reciclagem é boa, mas não... Não sei se é porque não faz muito o meu gênero, sabe!? Mas eu acho que o artesanato deveria ter tido mais um espaço. Pra gente aprender mais, certo!? E assim: a pessoa que tem aula de artesanato, ela não contenta só com aquela, ela quer mais e mais e mais. Porque é muito bom! É uma aula divertida, é uma aula com muito aprendizado. Uma aula que você se interessa bastante em aprender fazer coisas e mais coisas, coisinhas que você pode fazer pra vender. Você pode fazer pra dar de presente pra uma pessoa, fazer pra você. É isso! Então, por isso eu gostaria que tivesse tido mais tempo. Tivesse dado mais um espaço para o artesanato.

55 – Entendi.

Pode perguntar mais.

56 – É isso, Dete. A senhora gostaria de falar mais alguma coisa? Sobre o Programa, no geral? Mais alguma coisa?

Sobre o Programa? No geral, o que eu gostaria de falar do Programa é que se voltasse o Programa, mesmo que não fosse o Mulheres Mil, mas um outro Programa que “intregresse” as mulheres, eu gostaria que voltasse. Certo!? E quanto ao Mulheres Mil, eu tenho muita lembrança boa, dos professores, dos diretores, das funcionárias em geral, das colegas, foi um tempo muito bom pra mim. Muito bom mesmo! Eu achei que aquele tempo fosse como eu tivesse vivendo o tempo que eu vivi em Lençóis estudando. Eu gosto de estudar, eu só não tenho é... Como é que diz? Assim... O

tempo pra estudar todos os dias, todos os dias. Sempre eu gosto de olhar na internet alguma coisa. Eu ainda nem entrei no site do Mulheres Mil, nem sei se ainda tem.

57 – Tem! Tem, sim. Pode procurar que tem! Mulheres Mil.

E, foi um Programa que levantou muito o meu astral, na verdade, me ajudou bastante. Até hoje, tanto Robson como Sérgio, têm aquela consideração assim comigo. Passam lá, não deixam de falar comigo e aquela alegria. Inclusive, ele me disse que vai vim um curso aí, não sabe quando. Acha que vai ter para mulheres. E eu falei pra ele: olha, tô dentro, viu!? Não esqueça de Dete. E ele: “tá bom, nega! Não esqueço não.” E assim: foi uma época que eu me senti muito feliz. Me senti realizada! E agora lembrando de novo: ôh, realidade perfeita, que maravilha!

58 – Que maravilha!

Foi bom demais! E qualquer... porque vai passando aí a gente vai lembrando de uma coisinha que eu queria falar, né!? Tem outra coisa que eu queria falar, mas tem hora que foge da mente!

59 – Ah, claro! Muito tempo, né!?

Muito tempo, aí foge! Mas, as vezes eu me vejo lá dentro da sala de aula. Uma coisa que eu gostava era de cochilar... E aí, Carlos falava: “Ei, Dete, não pode cochilar.” E aí eu: não tô cochilando, não! Tô lhe ouvindo. Mas era muito bom, muito divertido! Um prazer enorme, enorme, enorme! Me integrar naquela turma, sabe!? Naquele curso. Que assim, foi uma coisa enviada por Deus. Só tenho a agradecer!

60 – Tá ok, Dete! E eu lhe agradeço de coração, viu!? Vai ser muito importante o seu depoimento pra minha pesquisa. A senhora não sabe a importância que é o seu depoimento pra minha pesquisa, viu!? Muito importante!

Você diz que é importante. Que seja importante, né!?

Entrevista 06 - Transcrição da entrevista feita com Sérgio Renato Gonçalves dos Santos, Técnico Administrativo do IFBA (campus Seabra-BA) e ex-gestor do Programa Mulheres Mil no campus Seabra. (Entrevista realizada no campus Seabra-BA, no dia 21/09/2023).

1 – Então, Sérgio, eu Ludimila, servidora, professora do Instituto Federal da Bahia estou realizando essa pesquisa do doutorado. Eu sou doutoranda do IHAC na UFBA. A pesquisa a respeito do Programa Mulheres Mil que ocorreu aqui no campus Seabra. O título da minha pesquisa de doutorado é Políticas Públicas Feministas, Economia Solidária e Identidade Regional, que aí perpassa a experiência que ocorreu aqui do campus Seabra a respeito do Programa Mulheres Mil. A minha orientadora é a Profa. Rita de Cássia. E aí, eu gostaria que você relatasse como foi a sua experiência como gestor do Programa Mulheres Mil? De uma maneira geral, como foi essa experiência?

Primeiro: pra gente, tava difícil inicialmente porque a gente tava no período de implantação do campus. E quando você tá em um processo de implantação de uma unidade você tem toda uma dificuldade estrutural. De estrutura mesmo: de veículo para se deslocar, de sede, de materiais. É... de algo novo na formalização do projeto, de elaborar o projeto, de ver por onde você começava, né!? Tanto também porque nosso corpo era tão reduzido de servidores que o Programa Mulheres Mil, a ideia inicial, era tentar abarcar essa parte mais frágil das mulheres dentro da sociedade. E aí, o seguinte: e a ideia era que os gestores inicialmente fossem mulheres, né!? Esse é o primeiro desafio. A gente tinha, enquanto servidores, a gestão do campus em si, não tinha pessoas disponíveis para ocupar a gestão do Programa, né!? E aí, eu Sérgio, técnico administrativo aqui no campus, recém-chegado, pra mim também era uma novidade, né!? Na verdade, tinha acabado de tomar posse, mesmo vindo de outra instituição federal da área de ensino também, mas aí a gente começou, eu e Robson, que é Técnico Educacional, a gente acabou abarcando a ideia por conta que a gente entendeu que o Programa é muito importante pra região, né!? Mesmo até sem conhecer a região porque era recém-chegado. Mesmo assim a gente abarcou o Programa e fomos indicados como gestores do Programa, participamos inicialmente de uma capacitação em Brasília. Para se apresentar o Programa. O Programa era novo, era uma proposição do governo federal. O Programa era novo, era uma parceria com o governo do Canadá e a gente acabou participando dessa capacitação e retornando a gente fez uma pesquisa na região pra ver qual o perfil dessas mulheres que a gente ia trabalhar. A cidade se encaixava no perfil socioeconômico de vulnerabilidade social. Você acaba ampliando mais ainda porque você pega um desenho do perfil socioeconômico, e aí, principalmente no Norte, no Nordeste, tá bastante caracterizada a necessidade. E aí, quando você parte pra questão do gênero feminino, você ainda amplia mais ainda porque as mulheres não tendo oficialmente uma profissão elas desenvolvem as atividades trabalhistas, né!? Do lar, da agricultura familiar, da produção de alguns gêneros ou na parte artesanal ou na parte de culinária, muito importante no seio da sociedade.

2 – E aí, eu gostaria que você me relatasse quais são os pontos que você acha que poderia ter melhorado com relação ao Programa?

É, como eu falei, né!? Eu acho que a estrutura. A gente antes teve uma conversa informalmente, a estrutura pesa muito, né!? Porque era um Programa que, por

exemplo: os programas geralmente têm as características de bolsas, né!? Então, você tem as bolsas, e aí você tem o atraso nas bolsas. Vc...

3 – Cem reais na época!?

Na verdade, nem me lembro. Acho que era isso. Muito pouco, né!? Porque, por exemplo, a gente tinha alunas aqui que era de um município de Brotas de Macaúbas. Ele é distrito de Seabra, porém ele é fronteira com Brotas de Macaúbas. Fica a quase 150 km daqui, né!? Imagina você se deslocar pra vim para um curso desse, né!? E aí, você ter uma estrutura mínima financeira. Então, você vinha pelo gosto mesmo de você ter uma elevação do nível escolar. Não academicamente falando, né!? Assim, você ter uma certificação acadêmica, mas de conhecimento. Elevação desse nível de conhecimento. Para você ter uma ideia: a gente não tinha bolsa para os professores. A gente tinha que contar com o corpo docente local. E aí, do campus, no caso. E aí, tentar buscar algumas parcerias com prefeitura, com o CRAS, pra ver se tinha alguém que se disponibilizasse a vim dar aula, ministrar aula. Os professores que tivessem sua carga horária reduzida que completasse a sua carga horária dentro do Programa, né!? E até a gente sem nenhum... pelo menos eu, particularmente, sem nenhum conhecimento pedagógico chegar a ir para uma sala com só mulheres, né!? Você dar aula, é complicado. Então, essa é... eu acho que a parte da estrutura, a parte financeira, em si. Não a parte acadêmica. Eu acho que a parte acadêmica foi a que menos pesou. Porque, na verdade, foi uma troca de experiências. Então, você acaba é... não é agradando, mas atendendo esse público, de certa forma.

4 – Nesse caso, você exemplificou aí, mas a sua experiência foi só como gestor, né!?

No primeiro momento, eu era gestor do Programa. Eu e Robson a gente era gestor, fazia essa parte de organização das turmas, de equipamento, de materiais. De busca das entrevistas das meninas, que a gente fez um processo de entrevistas, né!? A gente saiu nos bairros, nos bairros periféricos. Entrevistava nas casas, teve um formulário de entrevista pra saber se a pessoa se encaixava no perfil socioeconômico. E aí, o seguinte: depois a gente trazia esses formulários para o IFBA, fazia uma análise desses formulários e retornava novamente, fazia o contato com as pessoas pra fazer a seleção das pessoas. Esse é o trabalho de gestão. O pagamento das bolsas, o contato com a Reitoria e tudo mais... Num outro momento a gente necessitou dá o "plus" e aí eu procurei pesquisar alguma coisa na área de artesanato, reaproveitamento e reciclagem de material e teve uma turma que, dentro do curso de artesanato, eu ofereci, eu ministrei uma aula dessa parte de caixa de leite para transformar em bolsas. Eu mesmo comprei o material, estudei sobre o material, acabei ministrei as aulas e tudo mais. Algumas peças estão ainda no campus. Outras peças a gente acabou dando de brinde para algumas pessoas, para algumas autoridades mostrando o resultado daquilo que a gente fez. E as produções próprias elas acabaram levando como lembrança do curso, que não foi do curso em si, mas foi de uma disciplina da parte de reciclagem.

5 – Então, me fale um pouco sobre essa experiência de sala de aula? Você considera interessante?

Eu considero. Por que o seguinte: eu tinha uma experiência anterior, eu fui técnico de informática da cidade de Bonfim - Senhor do Bonfim, na Bahia – e acabei ocupando em sala de aula, com Jovens e Adultos. Jovens e Adultos têm uma parte de criança, né!? Então, eu já tinha um certo trato nessa questão de ministrar, de conversar, né!? Por que eu acho que a aula, na verdade, você não é professor, né!? Você vai mediar um assunto. É uma via de duas mãos, você vai conversar com as pessoas e tentar mostrar aquilo que você entendeu, né!? As vezes as pessoas que estão do outro lado dado entende de outra forma, compreende ou não aquilo que você quer passar, mas eu acredito que é um diálogo que você tem com a turma. Eu achei extremamente importante, foi algo novo. Você tinha mulheres que tinha dificuldade de cortar uma caixa porque a mão não entrava na tesoura direito, por conta da lida, né!? Então, isso é muito importante.

6 – Interessante! Como já faz muito tempo, não sei se você se lembra, mas no ano de 2011 eu passei rapidamente por aqui como Gestora do Mulheres Mil juntamente com você. Fomos até Brasília tomar lá o curso para preparação para ser gestores. E também, com faz mais de uma década, cheguei a ir com você e com Robson também, não me lembro exatamente, fazer essa busca das alunas.

Acho que Robson entrou depois.

7 – Foi depois. Foi! Aí depois que eu saí... porque eu passei muito rapidamente por aqui. E aí, quando eu sai ele assumiu o cargo de gestão. No caso, de Gestor, na verdade. Eu também tenho essa rápida experiência de fazer essa busca das alunas, do curso de Reciclagem.

Até essa parte. Eu digo para você entender, eu digo dessa parte de Reciclagem, né!? Entender Resíduo Sólido, que não é lixo. Então, você botar isso na mentalidade das pessoas que convive diariamente, até hoje, é passar do tempo, mas você acha tudo é lixo, tudo que é descartado. Não tem serventia. Então, isso é muito complicado. Até pras pessoas mais instruídas até. Então, isso é muito importante! E elas saírem sabendo: poxa! Eu posso reaproveitar, posso reutilizar, posso fazer algo diferente. Então, isso é importante. Então, na verdade, você não só cria as oportunidades de entendimento de alguns assuntos, mas como também você abre oportunidade para elas verem o mundo de outra forma.

8 – Isso em 2011 e o Programa, em si, aqui encerrou em 2015?

Eu tenho dúvida, viu Ludimila. Eu tava até olhando o material. Eu acho que em 2014 a gente fez uma tentativa. Eu sei que teve uma turma em 2013, que houverem algumas interrupções. Mas, certamente, certamente em 2014 aconteceu. Porém a gente pode fazer uma busca nos documentos pra verificar direitinho.

9 – Teve umas interrupções?

Teve porque o seguinte: muita turma e você faz todo o projeto pedagógico e tal, e você faz a busca. Então ficou um tempo das entrevistas para iniciar o curso por conta das estruturas de material e tal. Esse negócio de máquina. Nesse tampo você acaba tendo um certo desgaste da turma. Então, você fez a escolha, a pessoa fica na expectativa.

Então, houve essa interrupção, não me lembro direito quanto tempo foram, mas acaba tendo um certo prejuízo no desenvolvimento geral.

10 – Entendi. Só pra poder te liberar e finalizar mesmo. Então, com relação ao Programa em si, as lacunas mesmo que você considera assim são essas?

Eu acho que por ter sido no início do campus, com experiência acadêmica, eu acho que foram até poucas. As falhas, as necessidades que a gente não chegou a concluir. Não sei como colocaria. Se fosse hoje, teve uma proposição de adesão ao Programa Mulheres Mil esse ano. Eu não entendi porque o campus não fez essa adesão. Porque é uma questão da Gestão, da manifestação e tudo mais. Porém, você encontra as pessoas na rua e elas perguntam: “e aí, quando é que vai retornar?” Então, é o seguinte: a sociedade tem essa necessidade. Porque você é carente socialmente, então, todas as oportunidades que existam, elas têm, de certa forma, que ser ocupadas. E os Órgãos governamentais é que têm que ofertar isso. Sendo hoje, essas lacunas, essas dificuldades seriam bem menos. Pela parte profissional, pela parte de estrutura, pela parte de experiência - porque já passaram alguns programas parecidos por aqui – e aí, certamente, a sociedade seria melhor atendida.

11- Tá ok, Sérgio! Só pra poder finalizar e formalizar que se por acaso surgir a necessidade, de por acaso, eu publicar o seu nome aqui na tese. Se você me autoriza?

Autorizo!

12 – E o seu nome completo?

Sérgio Renato Gonçalves dos Santos

13 – E o seu cargo? O cargo que você ocupa aqui?

Eu sou assistente de administração. Eu sou TAE. Técnico em Assistente em Educação aqui no IFBA no campus Seabra.

14 – Tá, ok, então! Lhe agradeço muito pelo seu relato, sua experiência, seu depoimento sobre o Programa Mulheres Mil aqui no campus Seabra. Vai ser extremamente importante pra minha pesquisa e fico muito agradecida pela sua colaboração.

E eu pela sua iniciativa de pesquisar esse tema tão importante.

15 – Muito obrigada mais uma vez!

Entrevista 07 - Transcrição da entrevista feita com Robson Luiz da Silva Menezes, Técnico em Assuntos Educacionais (TEA) do IFBA (campus Seabra-BA) e ex-gestor do Programa Mulheres Mil no campus Seabra. (Entrevista realizada na cidade de Seabra-BA, no dia 21/09/2023).

1 – Então, bom dia, Robson. Gostaria de deixar registrado aqui, certo!? Formalizar essa entrevista. Eu, Ludimila, doutoranda do IHAC/UFBA. Programa de Cultura e Sociedade, orientanda da professora Rita de Cássia. Vou iniciar a entrevista com você que foi gestor do Programa Mulheres Mil aqui em Seabra. E a da minha pesquisa de doutorado, o título: Políticas Públicas Feministas, Economia Solidária e Identidade Regional. Que perpassa exatamente, o aspecto da cultura e o Programa Mulheres Mil aqui em Seabra. E eu gostaria que você me passasse as questões e os aspectos e as impressões da sua experiência com relação ao Programa Mulheres Mil aqui no campus Seabra. Mas, antes só pra poder a gente formalizar essa entrevista e todos os aspectos que requer essas questões com relação à entrevista. Só pra poder você me dizer o seu nome completo e o seu cargo aqui na Instituição.

Bom, bom dia! Eu me chamo Robson Luiz da Silva Menezes. É Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais no campus Seabra. Hoje eu assumo uma função de atender diretamente os discentes, orientando também, os docentes nas questões pedagógicas e nas questões acadêmicas e, as vezes, em muitas vezes em algumas questões administrativas.

2 – Então, eu queria que você me passasse as suas impressões e suas experiências com relação ao Programa Mulheres Mil, como Gestor. Não sei se você assumiu uma outra função no Programa.

Historicizando um pouco: eu vim redistribuído do Instituto Federal do Tocantins. Ingressei na Rede Federal em 2008 e vim do Tocantins em 2011. assim que eu cheguei aqui no campus, a gente não tava com instalações próprias. A gente tava numa sala cedida pela Uneb, onde a gente desenvolvia as atividades lá no prédio da Uneb. Uma sala pequena. Até então tinha cinco servidores, a gente dava conta. Preparando justamente todo o terreno mudar para as nossas instalações. A coisa foi fluindo, foi andando que veio a instalação da água, a instalação da energia e nós decidimos já poderíamos “residir”, seria o termo... na instituição pública que é nossa. Iniciamos primeiro com um projeto de acolhimento Projeto pré-IFBA. Onde a gente tinha a ideia primeiro de preparar os nossos alunos pra fazer o processo seletivo e esse pré-IFBA aconteceu. Até então a Diretora era a professora Martha. A professora Martha também era oriunda do campus Vitória da Conquista. Foi pessoas, servidores que vieram para “acampar”, para formar esse campus. Pra formar o campus Seabra hoje.

E na Gestão da professora Martha recebeu um convite. Não a professora Martha, mas o IFBA como um todo. Se queria implantar o Programa Mulheres Mil, que salvo me engano, era uma parceria com o Canadá. Certo! E prontamente, quando a gente olhou a programação e o projeto, o objetivo e tudo, que ia lhe dar muito com mulheres e vulnerabilidade. A gente viu: é uma boa ferramenta pra gente trabalhar dentro de Seabra. E nós adotamos esse Programa. A gente procurou fazer uma pesquisa de demanda e dentro das condições que a gente tinha de estrutura e de tudo. E acho

que os dois primeiros cursos que a gente implantou foi o Artesanato e Reciclagem, Empreendedorismo... não me recordo agora, mas foram dois cursos iniciais que a gente implantou e a gente tinha o desafio de implantar, contratar professores. Porque até então o nosso quadro era o mínimo, com pessoas da Rede mesmo que estavam aqui para ajudar e também a gente teve uma dificuldade muito grande na compra no material. Porque recurso nós tínhamos, o Governo Federal tinha liberado o recurso, mas como a gente tava nesse processo de implantação a gente tava nessa demanda aí de organização. Mas, com todos os desafios a gente começou os cursos com a carga horária que o próprio Programa trazia, né!? Dentro da linha acadêmica. Foi uma experiência muito enriquecedora porque a gente começou a visitar as comunidades, os locais onde existiam essas mulheres em vulnerabilidade, dentro da zona rural, até mesmo dentro da sede, nos bairros periféricos. E a gente começou a fazer essa seleção. Então, assim, no início foi uma demanda muito grande, muitas mulheres mesmo tinham interesse. Até porque elas tinham vontade de se tornarem empreendedoras. Ter sua própria renda, o seu próprio sustento porque muitas delas passavam por situação de agressão familiar, desde o próprio preconceito. Então, elas viam aquela oportunidade no Mulheres Mil que elas tornassem independentes. Certo! Foi uma repercussão muito boa na cidade, a procura muito boa. E com tanta dificuldade a gente conseguiu montar essas turmas. Trabalhamos primeiro com o curso de Reciclagem e Empreendedorismo, Reciclagem e Artesanato. E o outro foi Empreendedorismo.

Foi válida a experiência porque você lhe dá como próximo, você lhe dá com o outro e ajudar, mas ajudar, assim, no sentido de formação, ajuda no sentido que a pessoa tome consciência, que a pessoa questione, para a se valorizar também enquanto pessoa, enquanto mulher. Tá entendendo!? Então, foi riquíssimo essa experiência pra gente. Aí, tanto eu, quanto o outro Gestor do Programa a gente teve que fazer algumas viagens. A gente teve que ir pra Brasília - se não me engano foi uma ou duas vezes – para tomar cursos, porque também a gente precisava se aperfeiçoar. E a gente procurou também trazer demandas locais, de acordo com os arranjos produtos locais, da região. Um dos cursos que teve um favorecimento muito grande. Seabra é uma região voltada muito pra questão da agricultura. E até então, a gente percebia principalmente a agricultura familiar. O comércio era muito forte dos produtos derivados da mandioca. E a gente resolveu implantar também esse curso: Produtos Derivados da Mandioca. Onde a gente procurou assimilar, procurou pegar toda essa carga horária, direcionado mais pra prática porque a teoria a gente deixou, não quer dizer que a gente deixou de lado, mas a gente deixou mesmo em segundo plano e fomos partir pra prática mesmo porque a gente tinha uma cozinha, tem uma cozinha que é muito boa, tem um refeitório e todo o processo a gente começou a desenvolver lá. E a gente fez um paralelo com as casas de farinha, onde sai a matéria-prima. Então, muitas pessoas, muitos alunos que também eram da zona rural já tinham esse conhecimento e pôde dar a sua contribuição. E mesmo assim a gente chamou essas pessoas que tinha esse conhecimento, ministrantes de oficinas. Então, assim, foi uma riqueza muito grande. As pessoas enxergaram que elas trabalhando os produtos derivados da mandioca, poderiam uma outra renda, uma outra fonte.

E quando a gente parte para o aspecto social e quando a gente parte pra o aspecto cultural, aí isso tem uma importância porque no próprio Programa Mulheres Mil a gente percebia que nas conversas que tinha no dia a dia, principalmente nas aulas práticas

tinha todo um ritual por de trás, todo uma cultura que por de trás não é revelada, não é vista. A gente só percebe quando tá presente pra entender todo o contexto: como tirar uma mandioca, qual o período, fase da lua essa coisa, o ritual do cântico, da dança. Que todo esse processo que a gente consegue identificar, mas a gente só identifica quando a gente tá presente. Paralelo a isso a gente teve uma contribuição muito forte, aí eu vou deixar registrado, o pessoal da cidade de Souto Soares. A gente firmou uma parceria com o Mulheres Mil e foi muito bom, muito bom mesmo. Mulheres vinham pra cá, mulheres de comunidades quilombolas participaram na época porque os Gestores na época lá desse município entendiam que o projeto era muito bom justamente para fortalecer esse empoderamento feminino que necessita muito hoje ser fortalecido.

3- E assim, quais aspectos esse Programa poderia ter melhorado. Quais pontos você identifica, né, assim? Quais são as lacunas do Programa?

Bom, colocando como lacunas do Programa é... Eu acho que poderia ter tido um investimento. Aí eu não sei se foi o Programa ou se foi nós enquanto Gestores. Aí eu tô falando muito da questão da vulnerabilidade das pessoas porque eu acho que na época a gente tivesse uma Assistente Social, uma Técnica de enfermagem ou pessoas específicas para dar um suporte maior a gente. Por que eu falo isso? Porque a gente vivenciou situações dentro do Programa que a gente via que necessitava dessas pessoas, desses especialistas e se tivesse essas pessoas a gente teria conquistado muito mais. Porque teve situação de vulnerabilidade, situação de agressão familiar que eu, enquanto Gestor ou o próprio colega, que também enquanto Gestor a gente não tinha – e a própria Instituição como um todo que tava em formação, não tinha esse suporte. A gente viu que essas mulheres precisava de uma ação voltada para a psicologia, de uma ação voltada para Assistente Social e a gente não tinha esse suporte. Então, muitas das vezes vamos supor: teve vários casos de agressão familiar, do marido chegar em casa bêbado bater. E no outro dia a gente ia procurar ajuda, dependia do município, mas o município não entendia o Programa e nem a necessidade. Então, a gente via que a gente ficava de mãos atadas nessa situação, dá um suporte maior pra essas pessoas.

E... identificamos casos aqui na época do Mulheres Mil nós tínhamos alunas que eram alcoólatras e a gente via que a gente precisava que essas alunas tavam pedindo ajuda e muitas das vezes a gente não teve o suporte. Justamente se tivesse esses profissionais a gente conseguiria abraçar e fechar todo um ciclo que a gente pretendia. Fechamos! Mas, as lacunas ficaram... Questão de aprendizagem teve um deficit porque a gente procurou trabalhar bem com a questão da prática. Associava a teoria e a prática tanto nas aulas de Artesanato, quanto nas aulas de Produtos Derivados da Mandioca, como na área de Empreendedorismo. Mas, eu deixo como lacuna que se a gente tivesse também ajuda do Poder Público dando incentivo para essas mulheres que estavam se formando, ou o próprio Programa que acompanhasse essas mulheres, desde um transporte para ela ir para uma feira pra vender os seus produtos ou desde a gente tá iniciando, ofertando suporte, matéria-prima ou desde um suporte de uma linha de crédito para que elas comprassem o material. Fizesse todo o processo. Eu acho também que posso deixar como uma lacuna. Por que o que o aconteceu: o Programa veio, muito bom, prevaleceu, mas quando a gente começou a formar as primeiras turmas muitas delas se tornaram empreendedoras, outras não.

Justamente porque não teve esse suporte. Certo! E até aquelas com a força de vontade mesmo, sem o suporte, com a garra e a coragem, com base no foi construído no Programa eles conseguiram se destacar.

4 – Ok, Robson! Lhe agradeço muito pelo seu depoimento. Vai ser muito enriquecedor pra minha pesquisa. Só pra formalizar mesmo, perguntar a você se por acaso houver a necessidade de citar o seu nome na minha tese, se você permite, se você autoriza?

Autorizo! Pode, viu!? E pra gente vai ser um ganho enquanto aprendizado e enquanto pesquisa, né!? Pesquisadores que nós somos isso é de cunho muito importante. Que as pessoas quando ler o seu trabalho vão ver que existiu aqui em Seabra o Mulheres Mil, um trabalho voltado para essa questão cultural, pra essa questão social, do empoderamento feminino. Hoje mesmo não tendo o Programa a gente busca fazer essa defesa dentro do campus. Mas, autorizo sim.

5- Ok! Muito obrigada! Vai ser de uma grande contribuição para o meu trabalho. Lhe agradeço mais uma vez.

Eu que agradeço em levar o nome do Instituto daqui para sua pesquisa.

6 – Então, dando continuidade a nossa entrevista, né, Robson!? Vamos lá! O seu depoimento aí.

Bom, assim: sobre a questão da vulnerabilidade dentro do Programa Mulheres Mil, tanto eu como o outro Gestor, a gente procurou dá todo o suporte. Como eu tinha falado, o que faltou não da Instituição, mas do Poder Público fora. Faltou essa questão da gente ter um quadro de servidores, das pessoas que compunham esses especialistas que eu falei: enfermagem, um Assistente Social. Porque, como eu falei: tivemos situações aqui de mulheres serem agredidas pelo marido, a gente levar pra prestar um boletim de ocorrência e no outro dia chegar com manchas no corpo, chegar agredidas e a gente prestar o boletim e dá todo o suporte e levamos pra delegacia.

7 – Delegacia comum, né!? Porque na época...

Porque na época não existia a DEAM. Salvo me engano, a própria Maria da Penha ainda não estava em efetividade. Já existia, mas não tinha uma DEAM aqui.

8 – Só um instante no seu depoimento. Porque na época em muitos campi eu fui Gestora e eu ministrei a aula de Direito da Mulher, tanto em Salvador quanto aqui. Então, eu me lembro de ter feito esse levantamento aqui também, por isso é que eu estou afirmando é que não tinha a DEAM. Mas, retomando o seu depoimento.

Pronto, aí o que aconteceu: a gente dá todo o suporte. Não tinha, dentro da tua fala, não tinha mesmo a DEAM. Tinha a delegacia comum, onde você fazia o Boletim de Ocorrência e esperava todo o desenrolar. Só que nesse desenrolar, a pessoa continuava, não se afastou do marido, tal e tudo. Não sei se ela foi pressionada, não sei o que foi. Ela terminou voltando e retirando o Boletim de Ocorrência e quatro, cinco dias o marido tronou a agredir de novo. A gente tornou pra dar o suporte, mas já tava virando uma coisa rotineira mesmo. A gente sentiu que a gente precisava não só não

de fazer um Boletim de Ocorrência, mas de todo um suporte Jurídico também por de trás. Que isso era uma lacuna que a gente precisava até porque se o Programa era voltava pra isso, a gente tinha que ter toda uma estrutura. Eu não sei se foi uma falha de cunho Instituto nosso, campus Seabra ou foi uma falha do próprio Programa. Isso a gente tem que analisar, certo!?

Mas, isso foi muito rico, foi rico porque a gente aprendeu muito. Eu, enquanto Gestor, aprendi a lidar com o outro, aprendi a ver o outro, aprendi a ver a luta pelo empoderamento feminino. Foi aí que a gente partiu pra ter uma defesa. Eu falo isso porque hoje a gente trabalha muito com a questão das comunidades quilombolas e justamente envolvendo essa questão de gênero, envolvendo essa questão do empoderamento. E isso faz com que as mulheres se tornem, vou frisar mais uma vez, mais independentes. O que atrasa, o que retém elas, justamente as pessoas que são casadas, já têm uma convivência familiar, mas mulheres muitas vezes vêm sofrendo, se calam porque não têm um emprego, dependo do marido e têm os filhos pra cuidar. E chega um ponto que elas falam: “isso não dá mais pra mim”. Ou muitas das vezes se submetem e permanecem sofrendo a violência constantemente. Então, acho que a gente conseguiu, de algum fato, desconstruir para algumas alunas, mas pra outras permaneceram justamente porque elas não conseguiram. Mas, o Programa tinha esse objetivo: de tornar elas empreendedoras, ter um senso crítico, uma formação, como eu tinha falado. E uma experiência que foi positiva pra gente, isso é referência. Foi a gente lidar com um público de diversas idades. Desde mulheres de 18 anos – porque o Programa só pegava mulheres de 18 anos, salvo me engano – até uma senhora de 60, 64, 70 anos procurava abraçar. Então, era uma turma assim, mesclada, onde os mais jovens interagiam com mais velhos. Iam construindo aprendizagem. Isso pra gente foi enriquecedor, foi aí pra gente é referencial: você conseguir formar uma senhora de 64 anos dentro do Programa. Você vê a grandeza e o brilho que é a pessoa começar do nada fazendo um artesanato e de uma hora pra outra você tá com uma obra pronta pra ser pra ali pra ser exposta, pra ser vendida. Produzida por uma mulher. E, paralelo a isso a gente trabalhava as questões, como você falou, as questões da formação da pessoa. A questão do direito, a questão da cidadania. A questão da própria economia solidária. Certo! Então, isso foi muito enriquecedor dentro do Programa.

Se esse Programa voltasse e a gente procurasse estruturar hoje, com a estrutura que a gente tem no campus, desde o Psicólogo a Técnica de enfermagem, todo o suporte pedagógico, os docentes, eu acho que a gente voltaria a fazer uma diferença muito grande na vida dessas mulheres como a gente fez. Então assim, é um Programa veio revolucionando, mas infelizmente era uma parceria, né!? Com o governo do Canadá e isso, posso tá enganado, se quebrou, essa parceria. Tentou se manter o Mulheres Mil, vinculado a um outro Programa do Governo Federal e, muitas das vezes, não foi à frente. Mas, enquanto o Programa era mantido por si só, teve os seus frutos, teve suas contribuições dentro da sociedade.

9 – Ok! Gratidão, mais uma vez. O seu depoimento vai ser engrandecedor para a minha pesquisa. Muito obrigada pelo seu depoimento.

Eu que agradeço!

Entrevista 08 - Transcrição da entrevista feita com Maria Mária de Souza, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA (campus Seabra-BA). Entrevista realizada na cidade de Seabra-BA, no dia 14/05/2024.

1 – Então, boa tarde! Começando aqui a entrevista, vou pedir que você me fale o seu nome completo, a sua idade e o curso que você fez, a respeito da pesquisa que eu estou fazendo sobre o Programa Mulheres Mil, que aconteceu aqui no campus Seabra. E, antes dessas informações eu queria saber se você me permite a autorização da gravação dessa entrevista e se, por acaso, acontecer de eu citar o seu nome no texto da minha pesquisa, da minha tese. Se você me autoriza citar o seu nome no texto da minha tese, né!? Então, você me diz o seu nome completo, a sua idade e o curso que você fez.

Eh, meu nome é Maria Mária de Souza, tenho 62 anos, fiz o curso do Mulheres Mil, naquela época foi, eu fiz o curso de artesanato. Foi um curso muito valoriz... valoriz... que a gente teve muito conhecimento, né!? Adquiri muito conhecimento. E eu aí mergulhei, quando soube do curso, que ia ter o curso Mulheres Mil eu não pensei duas vezes, né!? Fui fazer logo a inscrição. A inscrição pra não perder a oportunidade, né!?, de adquirir mais conhecimento. Aí eu fiz a inscrição e comecei a fazer o curso. Foi muito bom!

2 – O que te motivou, quando você soube que ia ter o curso Mulheres Mil? O que te motivou, o que levou você, assim ah!: poxa vou fazer esse curso!

Ah, eu vou fazer esse curso! Não, eu vou fazer! Porque eu quero adquirir mais conhecimento, eu quero, eu quero aumentar minha renda mais, né!? E saber... ser uma pessoa mais esclarecida. É isso.

3 – Então, continuando aqui. A gente tava falando sobre o que é que te motivou, né!? O que é que te levou a fazer o curso. Na época, você trabalhava, né!?

Trabalhava. Trabalhava de Agente Comunitária de Saúde. Eu já tinha o segundo grau completo, mas eu vi que o curso ia trazer muita... mais experiência, né!? No trabalho, como eu já trabalhava com o público, em bairro, né!? É, aí eu achei, achava que ia ser útil para o meu trabalho. Então, eu mergulhei em tudo, né!? E fui fazer o curso, um curso muito bom, muito proveitoso. Um pouco de dificuldade, mas todo trabalho tem dificuldade, né!? Mas, eu se sai muito bem. Quando eu vi o meu diploma, fiquei orgulhosa de mim. Com muito sacrifício, eu, eu venci!

4 – E quais foram as dificuldades, assim? Pode falar abertamente, de coração, sinceramente.

É porque na época eu tinha o meu trabalho, né!? Como até hoje eu trabalho, no mesmo trabalho, e eu tinha que ter prioridade um outro turno. Que eu trabalho o dia todo, mas eu tinha que trabalhar num turno e fazer o curso num outro turno. Entendeu!? Mas, eu sabia que ia ser benefício pro bairro, pra área que eu trabalhava. A não ser isso, não teve muita dificuldade não. Foi isso mesmo. O tempo, né!? O tempo que eu trabalhava coincidia com o horário do curso. Mas, foi bom! Foi proveitoso.

5 – Você consegue destacar, assim, o que você aprendeu com o curso que você fez?

Então, eu aprendi: teve o curso de artesanato, bordado, é... fuxico, teve muito palestra. Palestra que foi muito bom pra mim porque eu já trabalhava com... na saúde, né!? Sobre lixo, sobre lixo ao céu aberto, esgoto.

6 – O que você aprendeu, assim, sobre essas palestras?

Eu aprendi que o lixo traz muita doença, né!? Se ficar aberto, tem que cuidar do seu lixo. Separar, tem também a separação do lixo. Separar os resíduos sólidos, fazer a compostagem, né!? As cascas das coisas, aproveitar as cascas também das verduras que têm vitamina. As cascas têm vitamina a gente não deveria jogar as cascas fora. Então, têm que aproveitar aquelas cascas, a casca da banana fazer bolo, entendeu!?

7 – Isso você aprendeu lá no curso?

Aprendi. A mandioca, né!? E fazer o adubo, né!? Fazer o adubo das cascas, aproveitar. Saber separar: o lixo orgânico, o lixo vírus. Cada qual na sua função, né!? Aprendi. A palestra também...

8 – Isso você consegue trazer pro seu dia a dia hoje em dia?

Trago, sim. Trago, sim. Eu trabalho como Agente de Saúde, foi um trabalho que beneficiou, né!? Eu trabalho com um público sobre a saúde. Saúde é tudo, né!? Se a gente não priorizar as coisas certas, não têm saúde. Saúde é tudo. Então, é uma coisa que eu aprendi sobre essa palestra sobre o lixo porque já passei pra minha comunidade e eu sabia que ia adquirir mais.

9 – Entendi. Você passou isso pra comunidade?

Passei pra comunidade.

10 – Ah, tá!

Através do curso. E palestras também, palestras sobre violência, os tipos de violência.

11 – Direito da Mulher?

Direito da mulher, a violência que a mulher sofre. A mulher sofre todo tipo de violência. No dia a dia a mulher sempre sofre todo tipo de violência: física, moral, né!? Só a pessoa falar uma palavra já tá, depende da palavra que fala com a mulher, já é violência, né!? Tem vários tipos de violência. Então, isso eu aprendi com o curso. Isso aí foi no curso também que eu aprendi. Foi levado... foi uma pessoa lá da uma palestra pra gente.

12 – Na época, se não me engano, foi uma enfermeira falar sobre a saúde da mulher, né!? Uma enfermeira foi falar.

Foi Midiam, foi Midiam. Ela é enfermeira até hoje. E também sobre empreendedorismo, né!? É a pessoa preparar para aqueles que tem o seu próprio negócio. Então, o curso foi uma preparação pra gente ter o próprio negócio. Entendeu!? O próprio negócio. Então, pra ser empreendedor tem que ter garra, ter, ser, a pessoa ser determinada, né!? Ter força de vontade pra ter aquele negócio. Então, a mulher empreendedora, a gente tem que ser, saber como é que toca aquele negócio. Então, se a gente tá fazendo aquele curso, a gente tem que saber os benefícios que aquele curso traz pra gente. Entendeu!? Os benefícios que traz mais na frente, que a gente vai lucrar. E esse curso não é só pra mim, não beneficiou só pra mim, tanto pras colegas né!? Tenho colegas, vizinha minha que fez o curso na época que beneficiou não só pra mim. Tem gente que não tinha trabalho, não tinha emprego. Eu já tinha o meu emprego, mas eu queria mais. E tem gente, minha colega que não tinha nada, né!? E aí foi uma coisa que beneficiou pra mim. Beneficiou!

13 – Sobre o Direito da Mulher, né!? Na época, a professora Therezinha que ministrou a disciplina. É, o que você conseguiu, assim, trazer pra você, pra você mesma enquanto mulher, enquanto pessoa, né!? O seu aprendizado, assim, era Empoderamento e Direito da mulher. O que você consegue trazer de aprendizado sobre isso?

É que muitas vezes a mulher não tem aquela autoestima, né!? E, a gente tem que ser a gente o que a gente é! “A porque eu sou gorda”. A pessoa fala: “ah, como tá gordo. Ah, como tá magro. Ah, fulano é isso!” Então, a mulher tem que onde ela quiser, tem que ser o que ela é! Entendeu!? Tem que ser o que ela é, o que ela quer, o que ela quiser! Entendeu!? É... não se despor. A gente tem que ser o que a gente é, né!? Às vezes a pessoa fala da gente, fala que a mulher é isso, que a mulher é aquilo. O mesmo direito que o homem tem, a mulher também tem, né!?

14 – Pra você fez diferença, você antes desse curso e você depois desse curso?

É, foi bom que eu aprendi muito sobre o direito que a mulher tem, né!? O direito da gente, né!? Foi valorizado. Muito bom!

15 – E sobre saúde da mulher, né!? Teve uma palestra sobre saúde da mulher.

Teve saúde da mulher, né!? Que a mulher, a gente tem que buscar, sempre buscar. As vezes a gente sente alguma coisa e não procura um médico, se deixa abater. Então, a gente tem sempre que procurar ir no médico pra ter a saúde, né!? Pra ter a saúde. Entendeu!? Mesmo que a gente mulher, nós mulheres... os homens não é igual a nós mulheres. Os homens é mais relaxados pra saúde. Nós mulheres busca mais a saúde. Como tá tendo muitas doenças, né!? Câncer de mama, a gente faz a mamografia todo ano, né!? O preventivo... E como eu sou agente de saúde, eu já trabalho com isso, né!? Prevenindo as mulher, né!? Preparando as mulher pra fazer os exames, sempre ir ao médico, fazer o preventivo, fazer mamografia, fazer os exames de rotina, de rotina quando for fazer a ... apalpar o seio pra vê se tem algum nódulo no banho, né!? Incentivar! E com a palestra também, com isso também, aprendi também. Eu sabia, levei mais conhecimento pra minhas mulheres. Entendeu! Nós mulheres têm que, né!? Deixar a saúde da mulher em primeiro lugar. A saúde da mulher, né!? E a gente tem que sempre tá batendo na mesma tecla: orientando elas,

fazer o preventivo, fazer a mamografia, fazer os exames, né!? Pra ter mais saúde, né!? É isso!

16 – É, agora sobre, assim, o lado... o que faltou, assim, do curso. O que você acha que poderia ter melhorado? Né!? Vamos analisar, assim, o que que poderia ter sido melhor no curso? O que é que faltou, que é que poderia ter sido melhor?

Eu achei que podia ter sido melhor - não sei se foi porque foi naquela época, naquela época era mais difícil, né!? - materiais, faltou muito material.

17 – Material escolar?

Material didático do curso, assim, né!? Foi muito... Foi difícil, né!? E também transporte, faltava transporte. Às vezes, tinha uma mulher que foi de Artesanato da zona rural que às vezes não tinha transporte pra buscar ela. As meninas que mora longe, né!? E as vezes faltava transporte, faltava muito transporte. Às vezes faltou transporte, aí teve um pouco de dificuldade pra gente. E, às vezes faltou muito material, tecido, essas coisas assim. Mas, o mais, foi excelente! Não tenho mais o que falar não. Professor muito bom! Professor muito atencioso. Entendeu!? Robson, Sérgio sempre lá batendo na mesma tecla. Sérgio ensinou a gente a fazer um ponto lá, um ponto no tecido, foi muito bom também. Ele como gestor deu aula também. A não ser isso, não tive muita dificuldade não. Foi tudo bem!

18 – E no geral, assim, vocês acham que o curso trouxe alguma coisa sobre a identidade da região, a identidade da Chapada Diamantina, a identidade com relação à Seabra?

Trouxe, sim. Só as palestras sobre o lixão, né!? O lixão lá, que o pessoal joga lá... as doenças também, né!? As doenças que o pessoal às vezes joga no rio aí, o lixo aí no rio coxó, né!? Que joga o lixo! E aí, com as palestras melhorou muito. E, naquela época tinha muita doença de esquistossomose, por causa do lixo, por causa do rio. E melhorou muito, melhorou bastante. O lixão, o pessoal, aquele pessoal, catando lixo pra vender também. Entendeu!? Teve, a gente foi no lixo, no lixão também. Uma visita no lixão pra ver lá como era a situação lá do lixão. A gente foi fazer uma visita lá. E aí trouxe muitos benefícios, assim, sobre essas palestras, né!? Sobre a Saúde da Mulher, sobre o lixo, sobre a violência, feminicídio. Entendeu!? Essas coisas, assim... Melhorou bastante!

19 – Tá certo! Você tem mais alguma questão pra colocar sobre o Mulheres Mil?

Só tenho a dizer que através do curso Mulheres Mil mudou muito a minha vida. Entendeu!? Não só a minha, como muitas mulheres, né!? Não só a mim, como mulheres... Como eu adquiri muito conhecimento. Então, Mulheres Mil é uma mulher ser forte, de garra, de determinação. É ter seu próprio negócio, é uma mulher corajosa, ter competência. Entendeu!? É uma mulher mil! Mulheres mil! Entendeu!? É o curso pra todas as mulheres. Mulheres que... Às vezes tem mulher que não tem renda nenhuma, a mulher não sabe ler, mulher que às vezes foi sem saber... Eu já sabia ler, mas tinha muitas mulheres que não ler. Lá no curso teve muito aprendizado. Assim, não só do curso, de saber ler, falar, a pessoa é.... Às vezes, a pessoa tímida com

aquela força, com aquelas mulheres, aquelas colegas, todas colegas, assim, né!? Aqueles só mulheres, né!? Então, é uma coisa que trouxe muito... Foi uma coisa muito boa, não só pra mim, mas todas as mulheres. Entendeu!? Só tenho que agradecer é... ao IFBA, né!? Que determinou esse curso pra gente e os professores, né!? Todos que tavam, foi empenhados nesse projeto. Só tenho a agradecer! Eu agradeço não só em meu nome, mas em nome de todas as mulheres. Em nome das minhas colegas que fizeram o curso naquela época. Que não sabia, não tinha experiência nenhuma, né!? Não tinha experiência, não sabia falar, não sabia.... Foi um curso que foi completo. Por isso, chama Mulheres Mil.

20 – Tá ok, então. Eu lhe agradeço! O seu depoimento vai ser muito importante para a minha pesquisa. Vai ser, assim, de uma grandeza muito grande pra minha pesquisa. Só, assim, pra formalizar mesmo, viu!? Porque é um projeto de doutorado, só mais uma vez o seu nome completo, a sua idade, você tem filhos?

Tenho dois filhos.

21 – E se você, mais uma vez, autoriza, né!? Assim, a gravação e, por acaso, se você autoriza o seu nome ser divulgado no texto, né!?, da minha tese.

Pode, sim. Pode colocar tranquilo. Então, meu nome é Maria Mádía de Souza, tenho 62 anos, moro aqui em Seabra, sou Agente Comunitária de Saúde. Tenho bastante família, cuido bastante de família aqui no bairro, né!? Já sou Agente de Saúde há 32 anos. Eu tomo conta, mais ou menos, de seis... umas 10 ruas. Então, eu sou Agente de Saúde há 32 anos e eu tenho que agradecer o curso. E, eu tenho dois filhos, uma mora comigo, tenho cinco netinho, tenho marido também e aí moro aqui no bairro Vasco Filho, aqui em Seabra. E, é isso! Agradecer a vocês pela oportunidade. Obrigada! Desculpa alguma coisa.

22 – Nada! Eu é que agradeço muito, viu!? O depoimento de vocês, assim, egressas do Mulheres Mil vai ser muito importante para a minha pesquisa. Agradeço muito!

Obrigada! Eu que agradeço!

Entrevista 09 - Transcrição da entrevista feita com Cláudia Maria das Virgens Anjos, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA (campus Seabra-BA). Entrevista realizada na cidade de Seabra-BA, no dia 13/05/2024.

1 – Então, boa tarde Cláudia! Eu sou Ludimila, eu sou professora do IFBA, vou iniciar aqui a entrevista com você a respeito do Programa Mulheres Mil. Certo!? Eu queria que você me dissesse primeiro se você me autoriza essa gravação e se, por acaso, eh for necessário eu escrever seu nome na minha tese, né!? No meu trabalho escrito, certo!? Eu começo aqui perguntando seu nome completo, certo!?

Cláudia Maria das Virgens Anjos.

2- E sua idade?

Eu tenho... Eu sou de 10/12 de 77. 46 é!? Ou é 45 anos, por aí!? Eu sou de 77, né!? Assim... Eu sou realista, não vou mentir. As Mulheres Mil para mim, eu não sei decifrar como... Porque para mim foi muito bom. Foi uma época que onde eu me sentia mais feliz, eu me sentia, sei lá! Era um lugar onde a gente era bem acolhido. Com pessoas que não tinha preconceito, tratava a gente bem. Eh.... Principalmente as pessoas que vinham de fora, na verdade, né? A gente fez, eu fiz a reciclagem, aí tinha umas para levar, tinha merenda...

3 – O curso de técnica de reciclagem?

Isso! Aí tinha merenda para gente também. Aí, a gente sempre foi bem... ali a gente foi bem acolhida. Naquele na, na lá no nos Mulheres Mil. E o que eu, e o que eu sinto mais saudade, daquela época é porque naquela época a gente se viu, assim, o autoestima pra cima. Hoje a gente já não tem mais isso. Eu era outra pessoa, eu me sentia muito, muito, muito bem lá. As minhas irmãs todas, uma que mora na roça que Robson ainda conhece, que é Joanita, minha irmã Hélia, tem Emília. A gente participou... a gente conheceu pessoas, amigos e as pessoas que vinham de fora é... unia junto com a gente ali, passava o melhor que ele sabia pa gente sabe, nem!? E foi uma coisa tão incrível assim que a gente aprendeu e na época me formei lá. Foi muito bonito também.

4 – Sim. Técnica de reciclagem?

Técnica de reciclagem. Porque a gente aprendeu da reciclagem a gente fazia artes, fazia arte. A gente fazia... Muitos fizeram aquele sofá de de garrafa pet.

5 - Sim!

Muitos faziam aquela garrafa. Eu! A gente ia aprendendo... Eu era mais ansiosa e tomava um remédio, só que naquela época eu não tomava o Diazepam.

6 – Sim, sim.

E agora eu tomo. Porque que eu sinto falta das mulheres? Por isso!

7 – Entendi.

Então, para mim foi uma uma experiência tão boa, tão boa! Que se voltasse logo, novamente ia ser muito bom, nem! E me fez muito bem e a todas as pessoas que tá lá: amigos, pessoas que vinha de fora, muito bom pra mim.

(PAUSA)

8 - Pode continuar...

E aí, foi onde a gente conheceu amigos, pessoas boas... Eh eu trabalhava e aí, tinha o tempo de para ir para lá, chegava assim aí, o ônibus pegar a gente ia, mas era tão bom!

9 – Vocês iam de transporte escolar?

Era. E era bom que a gente conhecia, a gente ria, a gente brincava. Tinha Dete... E a gente brincava, a gente distraía. Não tinha como você pensar é... pensar negativo dali sabe!? A gente não tinha como ficar triste porque pessoas boas estavam ali dentro. E quando chegava lá você era mais bem acolhida ainda, lá se era... a gente era bem acolhida lá naquele lugar. Porque assim as pessoas passavam pra gente as coisas que a gente não sabia e ensinava coisa...

10 – Tipo o que, mais ou menos, você lembra?

Lembro! É... tinha um tinha um rapaz que eu não sei se ele... Disse que era... Algum lugar, estrangeiro alguma coisa assim... Ele ensinou a fazer um carvão ou ensinou a fazer um fogão é solar, acho que era solar. Ele... Assim, cada sempre vinha uma pessoa diferente ensinando uma arte diferente pra gente e não é aquele que a gente via, a gente ia aprendendo porque vinha uma uma pessoa de fora diferente. E aí, passava pra gente, a gente tinha, era um aprendizado. Aí o pessoal apresentava a gente. Robson era o comandava lá e esconderia e tem Terezinha também, não sei se você lembra?

11 – Sim! Professora Therezinha.

Therezinha é um amor de pessoa, viu!? Terezinha é, ela ainda é! E aí, ela passava aqui, a gente fazia o curso, ela fazia a ca.... a gente fazia florzinha artesanal, a gente aprendia de tudo um pouco, de tudo um pouco e eu não vou mentir para você não. Eh, sinceramente faz falta! Porque a gente ocupava a mente, a gente ocupava a mente. Não tinha que pensar o que é que tá acontecendo. Não sei o que.... E hoje não. Hoje se você vai trabalhar, vai pra dentro de casa fica parado, não é ruim!? E lá era um lugar muito bom.

12 - Na época você tava desempregada e fazia Mulheres Mil?

Eu tava empregada, só que assim, aí eu tirei... aí na com uma, como meu patrão sabia eu trabalhava o dia todo para mim tirar a tarde para mim poder ir.

13 - Aí, você trabalhava com o que na época?

Eu trabalhava varrendo rua.

14 - Ah sim.

Eu sou gari.

15 - Ah sim, entendi. E hoje você continua com esse mesmo trabalho?

Aí, como entrou o prefeito, aí mudou tudo. Aí hoje eu continuo, eu só eu trabalho na Secretaria de Agricultura. Mas, já lá em cima perto da praça lá da Embasa. Onde tem um pessoal guardar as feira. Aí eu tenho que cedo limpar lá, aí eu vou limpo e deixo tudo limpinho e venho pra casa.

16 - É o mesmo trabalho?

De gari, não. Gari agora a Meta tava tomando conta, né!? Agora é os homens que varre a rua. A gente foi transferido, a gente foi mudado... Foi até um pouco bom, mas aí eu, eu ia vai cedo umas 4:30, 5 horas, já tava na rua varrendo. Nessa época, eu tinha esposo, mas meu esposo me judiava bastante. Então, foi lá que eu aprendi também sobre isso também...

17 - O direito da mulher....

Sim, foi lá que eu aprendi, aí eu levava a minha filha porque a minha filha via o pai, meu marido me espancando, batendo. Aí minha filha era bem moreninha... Levava ela comigo e lá eles acolhia ela. Óh, que benção! Eles acolhia ela. Então, por que que eu levar minha filha? Porque também foi um aprendizado para ela aos poucos. Aí a gente era todo mundo assim era unido sabe, né!?! E graças a Deus, foi aprendendo aí eu, eu fui aprendendo mais um pouco aí. Aí, todo mundo falava para mim: meu Deus, como é que tu tá aguentando viver nessa vida Cláudia? Aí, foi lá que eu aprendi com as pessoas, com com os professores como é o direito. Como é que a pessoa deve... Aí, foi aonde eu tomei atitude e separei dele. Tem 14, 15 anos que eu separei dele. E... mas porque eu separei, porque? Mas eu, eu tive muita experiência ali. Foi muito aprendizado.

18 – Entendi. A professora, na época, a professora Terezinha era que ministrava a aula sobre o direito da mulher, né?

Ela ela dizia qual era o direito da gente e tratava a gente bem. Não tratava uma pessoa uma melhor que a outra. Todo mundo ali era igual, todo mundo ali era igual e ela... a gente era bem acolhida por ela, por Robson. Não só... Por todos que... Sempre que aparecia um professor diferente, aí passava dava um curso diferente, a gente aprendia. Mesmo que, assim, a gente, a gente fazia, sentava. Tinha até aquele de respirar que eu acho muito bom que é assim, ó... Aí, tinha também do rosto, pra gente fazer do rosto para... Era muito, é cada era um aprendizado, nem. Era muito bom. A gente aprendeu de coisar o rosto assim: suspirar... Era muito bom demais. Ali a gente era outra pessoa! Depois que acabou, mudou tudo. Aí agora quem sabe se vai voltar.

Ninguém sabe, né? Nessa época que precisava de uma mulher de novo. Não era, nem!? Será que volta de novo?

19 - Ninguém sabe, né?

Tomara que volta porque para mim foi uma experiência muito boa que eu tive na minha vida. Eu eu me senti outra, me sentia viva ali, eu me sentia bem acolhida eu... Não só eu não, como todas que estavam lá. Tinham umas que era depressiva também que pior do que eu ainda e recuperou tanto, tanto eu fico besta assim, ó! Ali era um local que onde a pessoa chegava desanimada, saia animada. Porque a mulher, já chamava Mulheres Mil, porque aqui não tava sozinho. No grupo de mulheres ali e a gente acolhi a gente. A gente era bem acolhida ali porque hoje para você encontrar uma aqui não acha mais. Hum eu me sinto assim abençoada e grata, por que eu passei lá. Foi muito bom. Só gratidão mesmo, porque faz falta, as Mulheres Mil faz falta.

20 – Agora, assim, o que que você considera que faltou no Mulheres Mil? O que é que, assim, foi que faltava... o lado negativo, assim... Teve esse lado muito positivo, né? Mas o que é que você acha que podia ter melhorado no Mulheres Mil? O que é que podia ter sido melhor ali no no curso que você fez lá no Programa, o que é que podia ter melhorado, o que é que podia ter sido melhor?

O transporte.

21 - O transporte?

O transporte era porque era da escola. Então tinha que pegar outros alunos e também era muito longe, era muito longe. Uma vez a gente veio de a pé, porque a mulher passou mal lá tinha problema de arritmia e a gente teve que vim a pé, não achou o carro. O Robson não tava na hora também e era muito longe. O transporte é que era se tivesse...

22 – Na época não tinha asfalto, né?

Não tinha asfalto não. Era muito perigoso. Era mato, chão e mato. E aí, a gente resolveu sair de lá eu e minha irmã ela endoideceu logo. Ela queria: “não abre, abre!”. O guarda, assim, não não deixou a gente todo mundo fez: Eita! Todo mundo correu. Aí o transporte é que tá faltando ali, o transporte. Falta de transporte. Mas, a respeito de sem ser o transporte tava tudo bom.

23 - Você acha que de alguma forma o Mulheres Mil contribuiu para você?

Arrumar algum emprego é hoje em dia alguma coisa assim nesse sentido me ajudou me ajudou sabe em que é ver as coisas que eu não sabia me ajudou a ver os meus direitos que eu não sabia me ensinou. Eu aprendi coisas que eu não sabia é a intenção do meu trabalho também. Inclusive isso. Qual o direito que a gente tem? Qual é o direito que a mulher tem? E aí eu eu cada ali. Cada vez que a gente ia era o aprendizado então cada vez que a gente aprender a gente leva o caderno, a gente tinha um caderno a gente tinha bolsa também, tudo a gente tinha porque cada professor que vinha a gente pegava aquela pauta ali para fazer em casa, o que eu

aprendi ali foi coisas que eu não sabia e acabei fazendo aprendendo ali, na verdade. Eu aprendi muitas coisas porque eu não sabia e um exemplo coisas do meu direito como mulher como funcionária tudo isso a gente tá.

Como um direito também moral, né? Tudo isso a gente aprendeu lá. Foi muito bom. Foi muito bom. Isso aí foi bom para mim, eu aprendi muitas coisas boas lá com eles é um aprendizado cada pessoa que ia lá a gente aprendeu uma coisa e a gente tinha escrevendo, né? Graças a Deus eu não tenho o que queixar não porque foi bom demais na época a sua formação, você tinha a escolaridade não. Quais são as qualidades? Na época eu estava a terceira terceira e quarto ano eu saí tarde o ensino médio completo tinha não aí a gente formou como um erro a gente formou lá porque a gente fazia eh, eh, eh como era as mulheres e a gente foi para aprender esse carro então a gente formou porque era reciclagem, né no tempo nessa época e foi uma coisa muito bonita, porque a gente aprendeu muita coisa boa, né? Coisas que a gente não sabia. As pessoas passava para a gente e então você eh, encontrava um amigo bom era ali, sei lá.

Me sinto bem daquelas pessoas tão boa ali gente que não tinha preconceito com ninguém. Não. Queria pisar no outro sabia? Era assim, deixa como eu vou te falar exemplo você agora, você é uma pessoa simples, né? A mesma coisa é lá era lá as pessoas tratavam a gente do jeito que a gente é hoje. Não tem esse negócio de porque é eu tenho um cargo diferente. Ou quer pisar na gente mesmo? Foi assim que no meu serviço mesmo era muito humilhado, então me sentia bem lá, porque no meu trabalho onde eu trabalhava, a gente era muito humilhado e a gente eu saía quatro e meia para Varrer a rua era triste uma filha de quatro anos, mas graças a Deus tô Sinto falta sinto falta porque as mulheres foi muito mais e agora minha filha, está tudo grande aí e eu falei com minha filha a outra a minha filha vai casar e assim hoje eu tenho um filho que é de criação e ele tá quando ele tá na Lagoa da boca e se ele mexe com criança é tão bom que a gente encontrar pessoas boas nunca humilhar a gente que ensina.

E o que a gente não sabe pensa aí, imagina você tá no lugar que você é bem acolhida, onde é que você vai pegar onde é que você vai botar a energia negativa na tua cabeça, você vai encontrar uma pessoa boa e hoje como é que tá o mundo cheio das pessoas ali tomando remédio controlado tem poder dormir aí enquanto aí você tava ali porque era assim ó, a gente ia para lá de tarde. Aí a gente fazia o que uma tarefa a gente ia fazer a requisição reciclagem aí chegar uma professora ensinava uma arte que ele que ele sabia ele passava pra gente era aquela coisa boa, por exemplo. Você sabe você tem uma... Você sabe alguma coisa, então você não quer para você você quer passar para o próximo, né? É desse jeito que era assim pra gente finalizar.

24 – Então, quando você soube do Programa Mulheres Mil é o que que te motivou assim, eu quero fazer esse programa eu o que que te motivou a fazer?

O que motivou foi porque eu não me sentia bem em casa. Eu acho que eu devia ir porque, eu vou te falar: só Deus sabe! só Deus sabe todas as coisas sofria muito na mão do meu marido. Era muito ciumento muito, muito muito.... Então, não aguentava mais conversar, brigar dentro de casa e meus filhos tudo pequeno, aí eu botar meu filho para escola, eu só tinha menina de 4 anos, aí eu levava comigo porque eu não aguentava mais. E lá eu me sentia acolhida, entendeu? E lá eu senti a coisa por

peessoas que eu não conhecia e que foi lá na minha amiga quer aprender a conhecer pessoas boas que foi me ensinando o que eu não aprendi o que eu não sabia eu fui aprendendo com elas. Então foi uma benção na minha vida, meu Deus. Queria que voltasse novamente esse tempo.

25 - Como foi que você soube do Mulheres Mil?

A agente de saúde Maria Mádia, eu tava fazendo um cadastro. E aí nessa época, ela passou eu vou, eu vou porque não vai ficar mais caro. Não isso mesmo, mas era muito.

26 – Hum...

Ele nem queria que eu fosse, mas eu fui todo dia eu pegava minhas coisas, me arrumava , pegava o ônibus, mas naquele ali no farol ali não tem não Cenáculo a gente pegava o ônibus ali e era muito bom muito bom muito bom mesmo. Sinto falta também porque hoje eu eu eu eu estou bem porque eu separei mas em questão da menina é o que eu sinto falta é das pessoas que eh o que as pessoas sabia passava para a gente a gente aprendia mais coisas que hoje ninguém nem tudo nem tudo a gente sabe mais né? Mas a gente aprendeu muitas coisas lá, mas tem coisas que a gente não aprendeu o suficiente, né?

27 - Nesse caso, você acha que faltou isso também?

Faltou porque tinha que ter mais aprendi eu acho que se a gente continuasse ia ter mais aprendizado pra gente ali ia ter faltou isso também, sabia? Faltou faltou porque se continuar. Para a gente aprender mais. Entendeu? Para a gente aprender mais saber mais, mas foi bom. Foi bom não tem o que falar, tá bom. Foi muito bom.

28 - Tá certo então lhe agradeço muito pelo seu depoimento vai ser muito importante certo só para a gente finalizar, mais uma vez o seu nome completo, sua idade, certo? E, mais uma vez, se você é minha autoriza caso aconteça de divulgar seu nome na Minha tese, né? Na minha escrita?

Meu nome é Cláudia. Maria das Virgem anjos sou de 1977 10/12 77 45 anos, né? E se você me autoriza, né? Pode ter certeza que eu autorizo sim, só tenho que agradecer gratidão pela sua gentileza sua acalma é muito calmo, muito obrigada, viu?

29- Vai ser muito importante para mim a pesquisa.

Entrevista 10 - Transcrição da entrevista feita com Hélia das Virgens Anjos, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA (campus Seabra-BA). Entrevista realizada na cidade de Seabra-BA, no dia 13/05/2024.

1- Então é eu sou Ludimila, professora do IFBA, vou começar a entrevista aqui e vou perguntar o seu nome completo e se você me autoriza certo!? Fazer a gravação e se, por acaso, aconteça a divulgação do seu nome na minha tese certo!? Seu nome completo e a sua idade.

Meu nome é Hélia das Virgens Anjos, eu tenho 43 anos.

2 - E me diga como é que foi, assim, a sua experiência no Mulheres Mil, né? Qual foi o curso que você fez na época? E como foi sua experiência no Mulheres Mil? Como é que... O que é que significou Mulheres Mil para você?

O Mulheres Mil significou muita coisa na minha vida. A gente fez prova... Reciclagem. Aprendemos a fazer arte e também a gente é... Eu, da minha parte também tive muito reconhecimento assim o valor de mulher que eu não tinha naquela época. O Mulheres Mil me ajudou muito e hoje eu sou a mulher mudada, graças aos Mulheres Mil. Mudou muito mesmo.

3 - O curso que você fez foi Técnica de Reciclagem?

Foi técnica de reciclagem, teve arte, bordado, teve de tudo, de tudo. Teve... Ajudou bastante!

4 - O curso de artesanato, você fez também?

Fiz sim. Fiz o curso de artesanato. É porque agora não me lembro o nome da Pró, mas eu fiz o curso de artesanato também.

5 – Ah, professora, Therezinha? Você lembra se foi?

Eu acho que sim, porque naquela época é... que nem tem que falar a verdade, né? Eu era alcoólatra. E aí, o Mulheres Mil me ajudou muito. Eu sair do alcoolismo, briguei com meu esposo. O Mulheres Mil me ajudou, me levou para o hospital. Hoje eu sou separada, hoje eu sou uma mulher independente. Graças ao Mulheres Mil, me dei mais valor. Tudo isso foi bom, maravilhoso na minha vida.

6 – Sim.

Foi tudo isso. Mudou muita coisa. Foi Mulheres Mil mesmo. É isso aí...

7 – O que é que mais você considera, assim, do Mulheres Mil? O que é que você aprendeu? O que é que você, assim, significa.... o que é que significou para você?

Significou, assim, o quanto a gente tem valor e a gente não sabe, né? E o Mulheres Mil ensinou o tanto de valor que a gente tem. A formatura que foi linda, a gente foi bem reconhecida, foi maravilhoso! Não esqueço em nenhum momento, o quando a gente

saía daqui ia para lá para cima do IFBA. Chegava lá era bem recebida, muito bem recebida mesmo. Eu naquela crise. Eh, fui machucada assim... Depois eu recebi todo o apoio deles. O professor Robson me ajudou bastante...

8 - Com licença, você foi machucada pelo seu marido, na época?

Isso. Foi, foi. E aí, eu recebi muita ajuda. E hoje eu posso dizer que o Mulheres Mil mudou muito minha vida. Foi muito difícil e a melhor coisa que aconteceu na minha vida, que foi um sonho realizado, foi sair do alcoolismo. O Mulheres Mil me tirou. Graças a Deus.

9 - Lhe ajudou nesse sentido?

Ajudou bastante, me ajudou bastante. Hoje eu sou uma mulher mudada. E aí, hoje eu tenho a minha casa, meus netos, meus filhos. Meu filho um informou, tá em São Paulo já com a família dele. O outro formou tá trabalhando aqui no mercado. Graças a Deus todos nunca, nenhum é dependente do álcool, nem de bebida, nem de álcool, nem de droga, de nada. Acho que foi um espelho que os Mulheres Mil me deu e eu passei para os meus filhos, graças a Deus.

10 - E na época o que é que te motivou a fazer o curso Mulheres Mil, assim, o que é que levou você assim: olha aquele Programa que vai acontecer? O que é que motivou você a fazer o curso?

Óh, os professor quando veio aqui mesmo. Quando a gente foi bem recebida lá e também as colegas que ia também tava gostando também muito. No começo eu queria até desistir e eles não deixaram de jeito nenhum.

11 - Mas, assim, quando você soube, né!? Assim, antes ainda um pouco assim, você soube que ia ter aquele Programa. O que é que você olhou e pensou assim: ai, eu vou fazer aquele programa!

Eu falei que eu queria fazer porque eu queria já mudar de vida. Eu queria ter uma postura melhor, uma vida melhor e eu acreditei muito no Mulheres Mil e deu certo. Minha vida, melhorou 100%, graças a Deus! Hoje eu sou muito grata aos Mulheres Mil, graças a Deus. Muito feliz mesmo hoje.

12 - No curso de técnica de reciclagem o que é que você aprendeu assim? O que é que você considera que mais aprendeu no curso de técnicas de reciclagem?

Nossa, a gente foi lá para o lixão visitar o Lixão, a gente já aprendeu. Como é como dividir as minhas coisas a reciclagem, né de tudo assim, a gente aprendeu um pouco fazer artes com com do lixo muita coisa muita coisa boa que a minha que agora ainda não lembra que naquele tempo que eu tava muito debilitada e também faz muito tempo faz faz, mas é porque eu tava dormindo deitada mesmo e hoje não graças a Deus graças a mulherzinha eu sou muito grata mesmo suas mulheres, sempre mudou minha vida. Graças a Deus mulheres, viu? Mudou muito minha vida me ensinou que é mesmo ser mulher 1000 mesmo é de verdade mentira nenhuma, os professor foi muito acolhedora. Eu recebi lá um acolhimento foi uma acolhimento que eu recebi eu

sou grato. Eu não esqueço isso nunca nunca na minha vida como acolhimento que eu recebi mulheres enfrentei tantas coisas para poder eu falei assim, eu não vou me decepcionar eu vou conseguir e fui conseguir graças a Deus faltava no serviço para poder ir que muitas vezes acho que parece que tudo queria atrapalhar para poder não dar certo, deu porque lá o apoio era muito grande os professores era muito acolhedor com a gente muita coisa boa mesmo na época você trabalhava e trabalhava com o que eu trabalhava de faxina na escola aí hoje graças a Deus, eu trabalho como merendeira à noite, meu serviço tá em super bem mudou minha.

Hoje eu não tenho problema nenhum mais nem eu nem passei para os meus filhos depois de mulheres de a mesmo na época, você trabalha de faxina, você ia para o Mulheres Mil e assim não queria perder não, às vezes quando é faltar quando eu faltava mesmo, é porque eu tava dependente mesmo do álcool, aí eu faltava mais graças a Deus eu consegui formar e foi muito bonito até hoje quando eu lembro sim foi os momentos muito bom na minha vida ali na noiva muito bom, graças a Deus. Não sei se você se lembra que quem deu a a quem ministrou a disciplina direito da mulher foi a professora Terezinha e o que que você considera assim que mais de importante você aprendeu, né com essa disciplina, não sei se vocês lembra direito da mulher, eu acho que a mulher o que eu aprendi assim com o valor que eu que, eu preciso que eu eu não conhe....

Falou que eu tinha eu não tava reconhecendo e lá elas me ensinou o direito também era o valor que eu tinha eu não tava me reconhecendo eu tava deixando os outros é mandar em mim. Sabe, parece que eu não não era mulher você lembra da disciplina, parece que era um objeto lá não lá tinha lá me ensinava de tudo quando era assim chegava época de câncer de mama. Mas dava ensinava direitinho não tinha aula direitinho é o o o o o sempre tinha aula de vídeo essas coisas assim muito importante muito importante mesmo. Foi muito importante lá Eu Aprendi muita coisa lá virou da mulher fez eu reconhecer os meus direitos nos mulheres dele os meus direitos que eu não sabia naquela época, não tinha noção do que era os meus direito que era porque mulher não é só para faxinar de beira de fogão não mulher, tem que ser ela mesmo independente, né? E eu não eu não eu não tinha noção naquela época, minha vida era Acabada mesmo e lá me ensinou direitinho ele de muita coisa lá, sou muito grata.

13 - E assim você acha que do lado assim o que que faltou? O que que podia ter melhorado no curso, né? O curso assim no geral, o que é que podia ter sido melhor, o que é que podia ter melhorado no curso para falar a verdade.

Eu não posso nem falar isso porque o curso foi bom, eu é que faltava muito por causa da dependência, tinha aula de computação, tinha aula de artesanato tinha tinha tinha tinha aula de reciclagem tudo isso e tinha um momento assim acolhedora com a gente também que não era só eu também que tinha problema tinha várias, mas nenhum momento eu não me sentia abandonado sempre Eu Tive apoio na hora que eu mais precisei Eu Tive apoio então para falar assim que tinha que mudar eu não sei porque eu faltava muito tinha muito para mim e eu não sou mais para pegar mais aproveitar mais isso você não considera que faltou alguma coisa assim, eu não acho que faltou nada não. O transporte a gente ia de graça não faltava nada tinha mas tinha tudo era muito acolhedor mesmo lá sim. Eu, a gente... eu é que faltava muito entendeu, não é

eu não posso falar que faltou alguma coisa que não faltou, né? Podia ser eu que eu sinto né? Eu sinto mas se voltasse o tempo eu queria de novo estudado de novo.

14 – Entendi. Eu não sei se, na época você se lembra do curso empreendedorismo, economia solidária.

Saber como é que a gente né? A gente queria administrar assim o mercado alguma coisa. É porque a minha memória tá fraca, não na verdade porque faz muito tempo mesmo. E aí é administração médica. Quem trabalha em um lugar como é que você é atendido? Como é que você ia ser bem atendido do jeito que a pessoa deve conversar com você, se você tem aquele valor naquele lugar é muita coisa muita coisa porque agora eu não lembro mesmo tudo isso mesmo assim você lembra. Alguma coisa assim sobre economia solidária tem gente que tem tanta coisa boa, eu é igual eu tô falando acho que é porque eu faltava mas tinha tanta coisa boa que agora no momento eu não lembro isso, já que eu tô feliz assim falada da dos mulheres mesmo que mudou muito minha vida sim, eu acho que é isso aí a memória fraca que a gente quer lembrar de tudo ao mesmo tempo não lembra, né? Mas fala então do que você não que eu lembro eu falei eu eu tô falando que já passou por minha vida. Ele foi muito bom por mulheres viva a melhor coisa que aconteceu na minha vida igual eu tô falando se eu pudesse voltar de novo agora. Não perdia mais nem um dia de aula, graças a Deus foi muito bom. Ai, minha vida, mudou graças a Deus. Sou outra pessoa hoje você considera que mulheres meio te ajudou de alguma forma hoje no em em no trabalho, não trabalho que você tem hoje em dia eu acho de eu ter responsabilidade ajudou eu ter eu que saber criar meus filhos direito.

Não dá para os meus filhos é falar, né ser mais assim falar falar em que sentido se não é educação como educar meus filhos, como eu eu atender as pessoas dentro de casa na rua no meu trabalho, viu? Nem vive viver minha vida assim do jeito que tem que ser, né? Sou mulher sou guerreira, eu sei o que é que eu tô fazendo em minha vida. Eu pago minhas contas não falto mais no meu serviço, eu tenho os meninos responsabilidade e cuide de minha saúde também e tudo isso tinha lá cuidar da saúde. Cuidado próximo que foi que me ajudou mesmo. Foi quando Cuidado o próximo eu carrego mais comigo me ajudou muito que tinha os artesanatos a gente fazia arte.

Tinha uma professora bacana que ela era de ela vestia assim toda cigana que eu não lembro o nome dela sim. Ela é se eu chegar mais para cá, porque assim que eu não assim uma roupa bem assim era hippie, né? Eu não lembro o nome dela não ela vestida de de ripa assim e era mais valente da turma, ela fica bonitona toda alegria e a pessoa maravilhosa que eu não lembro o nome dela.

15 - Aham.

Aí ela me ensinava a arte da gente sempre todo dia com a mesma cara. Eu mesmo sorriso, né? Todos os dias que tinha que era três vezes na semana o mesmo sorriso a mesma alegria. Essa professora de arte foi ótimo, viu? Eu esqueço maravilhosa que eu não lembro o nome dela, já tem muito tempo, mas essa professora foi uma pessoa muito especialista também. Eu queria lembrar o nome dela, mas não lembro não todo bonito fazia ela de arte e a gente cantava. E ela pedia para a gente na sala de roda tinha um momento da sala de de roda ela pedia para agir que cada um contar um

pouco da vida da gente cada um tinha uma história diferente para contar isso fazia bem a gente que tinha hora que a gente chegava tava aqui assim sufocada chegava lá na sala. Aí a gente já abaixava mesmo que as lágrimas caía mas já vinha de lá vazia já bem! Bem calmo com as... com uma canção dela com a roda para a gente contar cada uma vida da gente a gente desabafava bastante muito boa aula dela, gostei muito me ajudou muito isso aí.

16 - Tá bom? Então, você tem mais alguma coisa alguma consideração a fazer a respeito de mulheres mil.

Mas só tem agradecer viu? Que Deus abençoa a todos a Robson todos que me ajudaram e Deus abençoe a todos ali, viu? E quem quer vai em frente não desiste não que ajuda. Mesmo é eu eu posso dizer porque eu sou a prova viva mulheres me mudou, minha vida. Graças a Deus que vai em frente não desiste não e para quem trabalha lá, eu quero assim parabenizar que foram muito acolhedora, muita acolhedora comigo mesmo foram muito professores profissionais mesmo ali sim. Tenho certeza que eu tô falando porque mudou a minha vida graças a Deus a minha família tudo é é é bem estruturada, depois que eu participei de mulheres minha que eu vi quando falou. A mulher tem eu não sabia e aprendi lá é isso aí.

17 - Tá bom eu lhe agradeço muito o seu trabalho vai ser muito importante para minha pesquisa, viu? Gostaria só que você repetisse seu nome a sua idade, né? Se você tem filhos, você acabou de falar, né? Que tem filhos e mais uma vez se você autoriza nesse caso eh, eh eu necessito publicar o seu nome na Minha tese certo?

Meu nome é Hélio da virgem anjos. Tenho 43 anos. Eu sou mãe de três filhos e vó agora vai ser 3 netos, né? Com fé em Deus graças a Deus uma mora comigo mora em São Paulo, os outros dois moram comigo e aqui graças a Deus nós nos dá muito bem só felicidade na minha vida.

18 - Muito obrigado, viu? Assim só mais uma informação sua profissão, hoje é sou merendeira. Ah, pronto, tá ok então, muito obrigada, viu?

Entrevista 11 - Transcrição da entrevista feita com Valdemira Virgem dos Anjos, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA (campus Seabra-BA). (Entrevista realizada na cidade de Seabra-BA, no dia 13/05/2024).

1 - Então, boa tarde. Vou iniciar aqui a entrevista. Vou perguntar o seu nome completo e, se você me autoriza, certo!? Fazer essa gravação e se por acaso acontecer de eu citar, né? O seu nome na Minha tese, né? Se acontecer, de for necessário, citar o seu nome na minha tese. Mas, a princípio eu gostaria de te perguntar o seu nome completo, sua idade certo!? E qual foi o curso que você fez no Programa Mulheres Mil?

Éhhh... Autorizo sim. O curso que eu fiz é... Na época que foi, nós foi os primeiro, as primeiras iniciantes na época que do IFBA e o curso que eu fiz foi empreendedorismo e técnicos com reciclagem.

E para nós, para mim pelo menos para mim e algumas mulheres naquela época, tinha muita, tanto eu como as mulheres tinha muito é... decadência aquela, aquela coisa de depressão, tudo... aquela informalidade de, de lidar com as pessoas, de não estudar porque ficou muitos anos sem estudar. Então, é... ficou, foi surpreendente assim: e era que é o quê? Aí de repente a gente meteu as cara e foi e foi sim! Foi muito bom, foi uma experiência boa, gostamos muito. Aprendemos muitas coisas boa. Eh.. aulas que deixou a gente leve. Tinha algumas aulas a respeito de de de de medicina assim... quando a gente tinha, deixava o corpo da gente leve. A gente se sentia bem. Eu, eu até esqueci o nome da professora, mas gostamos muito da, do trabalho dela, sabe!? E aí, fez muito bem a gente aquele, aquele trabalho que ela fez lá. Gostamos muito e fora a, o trabalho de artesanato e a reciclagem, que a gente fez o que: os, os puffs e as florzinhas de de de reciclagem com copo, com copinho de danone que eu nunca na minha vida ia aprender a fazer aquilo e aprendi. Aí, nós aprendeu a fazer um bocado de coisa. Aí interagiu assim, ajudou a mente. É uma coisa que os psicólogos orientam muito, né? É uma igreja e tal e naquela época, a gente tava precisando muito, muito daquilo, né!? De um conforto daquele para poder ajudar a mente da gente. E aí chegou bem na época bem na hora que a gente tava precisando, foi muito bom. Eu gostei. Gostei mesmo. Hoje eu já me sinto muito bem. Depois eu sempre me dá saudade. Me lembro dessa... me sinto saudade. A gente pegava o ônibus ia, tinha vez que a gente vinha de a pé porque a estradinha era boa, eu gostava de andar de pé no chão. Era maravilhoso, fizemos amizade.

Não por dinheiro sabe? Não a questão, a questão não era o dinheiro. A questão era a, o diálogo, as coisas que... as palestras que a gente tinha. O conhecimento com as pessoas de fora. Tinha professores muito bom de interagir e deixou a gente mais bem à vontade. E tinha vontade de perguntar, fazer pergunta e tudo e eles com paciência, com educação. Coisas que a gente não vê aqui ne Seabra, infelizmente, infelizmente. Aí e aí eu eu gostava muito dessa parte. Eu sinto muita falta e eu tenho meu certificado aí. Gostei muito.

2- Na época, quando você soube do curso, assim, olha vai ter o curso Mulheres Mil. E o que é que lhe impulsionou, o que é que levou você a fazer, assim... Olha, eu quero fazer aquele programa! Eu quero fazer aquele curso! O que é que levou você, assim, olha eu quero fazer aquele Programa, aquele curso?

Geralmente, é igual eu te expliquei lá atrás. Geralmente quando a gente fez a inscrição, eles não citou, não citou, assim, tipo bolsa, tal aquela coisa. Vamos colocar a questão de de financeira assim, eles, elas colocou assim: é um curso que é pra desenvolver a a a a a desenvolver as mulheres que tem habilidade, empreendedorismo. Se você, se você quiser abrir um negócio, aprender e tal desse jeito, influenciou.... Aí vai, vai de nós é tal lugar e vai ter explicar desse jeito vai ela em tal lugar, nós não sabia nem o que era o IFBA. Mulher, aí é eu falei: eu quero! eu falei e eu fiz a inscrição. Sabe de uma coisa, eu quero sabe porque eu estava na casa da minha irmã. Eu quero porque eu tô sofrendo muito com depressão. Eu comecei, eu comecei a iniciar uma depressão que eu não tô dormindo bem, tô tentando fazer suicídio e tudo. A cabeça tá ruim todos... Aí eu falei bem assim. E ela: então vai ser bom para você. Mas não me garantiu que eu vou, que eu ia conseguir. Só fez a minha inscrição. Aí com o tempo, depois me chamou. Ah, mas foi uma benção! Aí, eu acho foi a primeira vez o ônibus veio pegou a gente, foi muito bom. Aí eu gostei do primeiro dia. Nós gostamos do primeiro dia, nós já achou diferente: uma escolona dessa aqui e nunca vi, ninguém nunca viu aqui no lugar desse assim e aí longe, né!? E eu olhava assim olhava tudo tinha um tinha um professor lá que depois de uma semana ele foi mostrando para gente e as coisas lá que tinha lá atrás.

E eu queria fazer mais coisa, quadra, não sei o que eu falei nós que nem eu falei nós foi as iniciantes as primeiras iniciantes e eu fiquei subestimada. Subestimada mesmo. Eu falei: meu Deus, aqui é bom! Aí não tiver opção de desistir nem um dia. Depois desse dia para cá. Eu falei: eu vou continuar, eu vou continuar porque eu gostei, eu gostei. A simpatia, eu... sei lá. Alguma coisa me cativou, alguma coisa me cativou e eu vou continuar. Aí eu fiquei... eu gostei, eu gostei e comecei. Eu não quis faltar mais. Só quando tinha, assim, um problema com minhas filhas, assim... duas filhas. Até a depressão naquela época, eu eu eu minha melhorou. Você acredita!? Melhorou muito a minha depressão naquela época, graças a Deus.

3- E o curso de, de técnica de reciclagem, né!? Que você fez? O que é que você considera que aprendeu, assim, de melhor do curso?

Na verdade, a gente aprendeu a fazer os puff, o sofá. Eu lembro do sofá de garrafa pet que a gente fez e algumas coisas das flores e os jarros de, de papelão que a gente que a gente fez. E teve uns pano de prato também que a gente fez lá, já já fazia parte do outro grupo, né?

4 – Sim. Artesanato.

É já fazia parte do outro, mas mesmo assim a gente fez. A gente também fez. Todo mundo junto fez. É uma casinha e tudo bonitinho. Ah, achei tão bom aquilo ali, gostei tanto daquilo. Eu pelejei para fazer aquilo ali em casa e não acertei. E eu queria fazer e tentei fazer não acertei de jeito nenhum. E eu falei: Óh, Meu Deus! Cadê? E eu doido para fazer um que eu achei tão bonitinha a casinha, os pano de prato dobradinho assim sabe!? E mostrando as casinhas feitas, aí eu eu olhei óh o meu o que eu fiz: ficou tão bonitinho! Já, já eu não acerto fazer aqui. A cabeça, a mente e lá eu vou a gente evoluiu muito! A a professora tinha uma habilidade de lidar com uma pessoa assim também com mais calma, com mais educação. Com aquela coisa, então

facilitava. Já em casa não, a gente não consegue mesmo, né? Por isso que é... Lá foi muito bom!

4 - Me diz uma coisa é não sei se você se lembra porque já faz muito tempo, né o curso mas na época a professora Terezinha foi eh ministrou a disciplina direito da mulher e você considera que conseguiu aprender o que a respeito dessa disciplina, né direito da mulher?

Eu lembro eu lembro na época que ela que ela citou esse esse esse contexto do do direito da mulher muita coisa. Eu aprendi o seguinte que eu tenho eu tenho direito, mas a sociedade não respeita, infelizmente é se eu vou ali no no mercado é aquela piadinha ai gostosa. Ai não sei o quê aquilo ali aí se eu reclamar eu tava reclamando porque se tá com a roupa curta sofrendo não importa a roupa que você tá né? É isso aí a sociedade não vai nunca vai respeitar se não existir uma lei não mudar o o os os governantes, né os autos governantes não mudar. Falei não não se é brutalmente, ela não vai mudar nunca ou você dá se defende ou você acaba sendo punida por por por esses vândalos por por esses eh, essas eu não sei nem dar nome para esses trem porque geralmente não é respeito não não para você você considera que um ajudou em alguma coisa ajudou sim. Eu eu Ajudou porque eu eu me senti como uma pessoa na verdade naquela época, a gente saiu sentia assim como uma pessoa frágil como uma pessoa hein, hein, hein, hein, hein? Sabe assim não que não tem qualquer pessoa pode desligar fala eu tava eu tava naquela situação. Então foi bom porque eu vi o valor que eu tenho a qualidade que eu tinha entendeu? Aí foi bom foi muito bom aquilo ali e aí quando eu escutei e ouvi falei meu Deus ai, quanta coisa boa de mulher a gente tem qualidade, né? E a gente pode exigir, mas infelizmente a sociedade que a gente vive. Não não respeita não. É então, vamos fazer igual de tanto na mão de Deus.

5 - Assim só para a gente as últimas perguntinhas que eu vou lhe fazer né? É porque você trabalhava e qual era o seu nível de escolaridade na época?

O meu nível de escolaridade foi aqui eu estudava na quinta série, mas eu trabalhava de contratada, eu trabalhava de eh, monitora na escola, mas não era daquela monitora que ficava no carro não sabe eh eu ficava dentro da escola é monitorando os alunos que tava ali se se saísse fora da aula assim aqui no Brasil, botava para dentro os banheiros fora do horário botava para dentro da chamava atenção do diretor. Se tivesse alguma coisa conversando com algum algum outro aluno no Municipal não mas é municipal. Aí ela ela foi na época, eu estudei que eu trabalho lá foi foi ela no Ivani, ela iniciou a primeira ela tinha iniciado a primeira vez porque ela era do estado aí eu trabalhei lá, aí eu peguei e ficava assim era você não tinha um ensino o ensino médio completo. Então tinha não tinha não. Eu trabalhei de contratada.

6 - Na época você acha que de alguma forma mulheres colaborou para você? Eh alguém em alguma forma em algum emprego depois disso depois da formação colaborou ?

colaborou sim, o único problema foi eu eu que não tenho condições de lidar com a sociedade porque eu tenho problema de depressão, eu tenho é eu tenho vários

problemas eu não vou citar o nome aqui não porque é desagradável. Fique à vontade, viu? É e era para mim tipo assim porque eu empreender o empreendedorismo era tinha um apoio na época também ali no Sebrae. Não sei se vocês lembram e a gente se a gente ah, evitasse algum negócio assim, a gente poderia ter apoio, né? E com a reciclagem mesmo reciclagem tem essa que ela achou hoje tem vários tem vários modos de vocês inventar alguma coisa. Vender se você igual ao mesmo eu vi uma mulher o marido dela é preso ela pega o marido da fase aqueles barcos de de de de de de canudo de coisa. Aquele monte de coisa ela vendia na época, ela vendia tudo na praça na praça ali dos eventos é a mesma coisa da gente se a gente fosse empreender nisso aí era bom é um empreendedorismo, não é uma forma de ganhar dinheiro vai começando assim de pouco, mas só que eu mesmo adoeci doesse muito forte. Eu fiquei um bocado de tempo internada deu problema psicológico. Aí eu não pude mexer é para lidar com gente eu não posso não.

7 – Ok, tranquilo!

8 - Agora só para a gente encerrar eu queria que você me dissesse seu nome completo, sua idade certo se você tem filhos?

Meu nome é Valdemira Virgem dos Anjos, eu tenho 34 anos. Tenho duas filhas

9 - E se você me autoriza, mais uma vez, né? Se você me autoriza caso aconteça de eu publicar o seu nome na minha tese, no meu trabalho certo?

Eu autorizo sim, autorizo você colocar minha documentário na sua tese.

10 - E eu gostaria de agradecer, certo!? O seu depoimento vai ser muito importante para minha pesquisa. Muito obrigada, viu? Vai ser muito importante mesmo. Muito obrigada!

Entrevista 12 - Transcrição da entrevista feita com Andreia Souza Vieira Ferreira, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA (campus Seabra-BA). (Entrevista realizada na cidade de Seabra-BA, no dia 15/05/2024).

1 - Então, boa tarde. Eu sou Ludimila, meu projeto é sobre o programa Mulheres Mil que aconteceu aqui em Seabra e eu vou começar a pesquisa a entrevista com Andreia que foi aluna do programa Mulheres Mil. E aí para iniciar a entrevista vou primeiro perguntar se você me autoriza fazer essa gravação, né? E se por acaso acontecer de ouvir a necessidade de eu citar o seu nome na Minha tese se você autoriza, certo?

Pode ficar à vontade

2 - Eu queria que você me dissesse seu nome completo sua idade?

Meu nome é Andreia Souza Vieira Ferreira. Eu tenho 49 anos.

3 - Qual foi o curso que você fez no Programa Mulheres?

Eu fiz o curso de reciclagem técnica de reciclagem, isso é reciclagem e no geral.

4 - O que que você assim aprendeu do curso, né? Pode falar à vontade, o que que você aprendeu lá?

O aprendizado lá foi me despertou muita assim interesse, só que a gente não prosseguiu pelo né? Acho que as dificuldades da vida, mas eu aprendi bastante coisa eh trabalhar com materiais. Eh que o pessoal descarta, né? É papelão é garrafa pet essas, esses materiais assim, mas gostei muito na época, eu queria que isso tivesse até hoje. Esses dias eu tava pensando nisso que a gente poderia ter a gente tava até no, na época, a gente dava muita risada, porque a gente ficava eh sonhando com um centro de reciclagem aqui. Enseada. Só que não adianta eu sonhar sozinha uma andorinha não faz verão, né? Fica muito mais difícil você desenvolver um projeto um trabalho só né? Não dá andamento tem que ter outras pessoas envolvidas. É isso aí.

5 - Quando você soube assim como você soube do Programa Mulheres Mil?

Eu Soube através do pessoal divulgando nas redes sociais eh o pessoal divulgando eh de casa em casa nos colégios. E aí eu me interessei e me formei melhor sobre E aí fiquei muito a fim de fazer o o curso e gostei, gostei muito mesmo do curso

6 - O que te motivou quando você soube assim, o que que te despertou, assim, e fazer aquele curso que é que te motivou pensou assim, olha eu quero fazer aquele curso!

Eu pensei na época porque a gente descarta muita coisa que dava para ser aproveitada, né? E na cidade da gente não tem um centro de reciclagem não tem nada que trabalhe com isso então eu fiquei muito interessada por conta disso de aprender fazer coisas, né com as minhas mãos tá fazendo coisas com coisas que as pessoas não, não aproveita aqui, né? Mas eu acredito que se fosse um curso que voltasse de novo teria coragem de enfrentar de novo fazer porque eu gostei muito.

6- Na época você trabalhava?

Na época não trabalhava não era mais o curso mesmo e cuidar da casa.

7 - E não sei se você se lembra, mas na época eh teve o a disciplina direito da mulher e o que que você achou assim da disciplina. O que que você aprendeu com essa disciplina direito da mulher?

Eu aprendi assim, eu lembro e aprendi assim muitas coisas que às vezes a gente não tem acesso as informações sobre o que a gente poderia né? Tá reivindicando que é um direito da gente, né? É a liberdade de estar apresentando coisas, né? E tá dando palestra tá pegando as informações e passando para outras mulheres. Eu fui num curso dentro desse curso do IFBA. Teve outro curso. Parece que foi no Hotel enganada. E aí veio o pessoal de Fora para dar palestra para gente, mas eu gostei muito mesmo muito dos cursos para você, porque

8 - Como você considera antes você antes e você depois?

Eu acho que amadurecimento sobre muita coisa assim que eu vi dentro do curso do IFBA. Eu acredito que isso minha amadureceu muito conhecer muita gente diferente que a gente não tinha acesso e conhecer também o programa né? Teve a parte teórica teve a parte prática foi muito bom mesmo. Eu aprendi bastante coisa....

9 - A disciplina direito da mulher para você como pessoa, como mulher significou o quê? O que que você pode considerar mudou em que mudou assim?

Que hoje eu sei em algumas coisas, eu sei o que é o que eu tenho direito o que eu não tenho e assim eu sei que tem que ter mulheres ainda que não tem essa informação de muitas coisas, né, mas eu tem coisas assim que eu sei que se não fosse o curso, se não fosse essas palestras que dava eu não tinha essa informação essas informações, né? Mas a liberdade da mulher eh em muitas coisas assim, eu fiquei sabendo através desse curso que eu fiz.

Foi muito bom, eu tinha até acho que tá guardado o certificado que eu peguei na época. Aí tem muitas coisas assim que às vezes é a gente tem que estar renovando porque a memória vai ficando ruim, mas tá bom. É faz muito tempo. Se eu não tô enganado foi em 2012, mas eu não tenho certeza não. Foi assim que abriu o primeiro foi nós que abriu isso na verdade foi isso mesmo 2011, 2012. É acho que é isso mesmo.

10 - O que você pode considerar, assim, o que podia ter sido melhor? Assim, sinceramente, pode falar sinceramente de coração. O que poderia ter sido melhor assim no curso, né? O que poderia ter melhorado que poderia ter ajudado a melhorar o curso, né?

Eu acho e assim na época que a gente fez um curso. Época que fala que a gente fez o curso, eu acho que deveria é o Governo deveria ter se dedicado mais pra nem ter acabado e... e o que a gente tava eh fazendo a gente levar adiante, entendeu? Ter um empurrãozinho porque a gente sabe que é difícil, né? Mas, se o governo tivesse

dedicado um pouco mais sobre isso, talvez hoje tinha um centro de reciclagem, né!? Aqui na cidade precisa, eu acredito que em todas as cidades porque é muita, é muita desperdício de material. E aí, eu acho que faltou isso um empurrãozinho para a gente não ter feito o curso em vão. Em vão assim: de não ter dado continuidade no trabalho que a gente nem fez lá dentro. E a gente fez o curso e ficou por isso mesmo, mas se tivesse uma ajuda teria sido bem melhor.

11 - E você acha que o curso ele ajudou com relação a emprego há nesse sentido a formação ali aquela formação aquela qualificação porque o curso é voltado para formação e qualificação profissional, né? E o curso ele ajudou nesse sentido?

Assim, diretamente sobre o que a gente aprendeu. Talvez não assim, mas eu eu a partir desse curso, eu sempre prestei muito mais atenção no que a gente descarta hoje não quer discar até um certo tempo. Eu não podia ver nada que eu dava para mim aproveitar até hoje dependendo eu ainda vou atrás para ver se eu faço alguma coisa e as minhas amigas parentes. Ah isso aqui ó dá isso aqui a minha tia vai saber o que fazer com ele. Então tem coisas tem coisas que eu fiz no IFBA que é o presenteei as pessoas guardou até hoje tem porque assim eu acho que é valorizar, né? Uma coisa que você fez é uma coisa que a gente tava conversando, talvez não tava tão perfeito, mas a pessoa guardou e a gente fica feliz, né? Mas eu acho que em relação a descarte, eu acho que foi isso que eu prestei mais atenção, não assim diretamente, do que eu fazia se eu continuo fazendo ou não, eu não continuo fazendo, entendeu?

12 - Não é um emprego formal não, né? Você não não não conseguiu um emprego formal?

Porque acho que as pessoas aqui não valoriza muito o que você faz. Às vezes você faz para as vezes até para estimular outras pessoas a fazer e valorizar, né? E parar descartar tanta coisa tá sempre fazendo. Um, um curso e tal mas não as pessoas aqui não valorizam aí esse ponto não e também como você falou faltou o incentivo do governo, né para formar uma cooperativa uma coisa assim, né? A gente sempre eu sonhava eu sonhava assim. Tinha algumas colegas também que sonhava e a gente até brincava. A gente tava a gente ria do IF bater a gente Às vezes a gente descia andando que é um pouquinho longe, né? Aí é isso. Aí, a gente descia dando risada de lá até aqui conversando sobre uma cooperativa e a gente falava assim, a gente vai formar uma cooperativa aí vai chegar um ponto que vai sair caminhão entrando no caminho saindo uns projetos da gente, né? Mas infelizmente ficou só num sonho é isso aí e no geral.

13 - Você tem mais alguma questão? Com uma coisa para para falar para colocar sobre o IFBA, pode falar sinceramente abertamente?

Eu queria que aparecesse mais cursos assim, se não para mim fazer mas para outras pessoas têm a oportunidade que eu tive porque assim mesmo que eu não levei adiante, eu acho tão importante esses cursos porque as pessoas vão né? Vai tomar no golpe por alguma coisa, a gente tem que colocar a vida a gente em algum sentido, né? E aí seria muito bom, tivesse outros cursos baseados nesses que foi que já teve... Seria muito bom e todo mundo tivesse acesso, né? Porque às vezes todo mundo

assim porque a gente sabe que tem que ter limitações de de público por conta da da quantidade, né que eles determina, mas eu queria muito que tivesse porque a gente né é um Sábado não tem nada assim para a gente estar fazendo e o que tem a gente tem que estar pagando quando tem a gente tem que tá pagando, mas se tiver se tivesse os cursos de novo curso profissionalizante acima de e seria muito bom.

14 - Hoje você tem um emprego?

Não não eu trabalho fazendo bico, né? Uma coisa certa, já trabalhei em vários lugares também de faxina tava aí na escola de merendeira, de faxineira. Eu trabalho em feira. Então assim eu não tenho um emprego certo. Eu já tô aqui esperando vai aparecer mais não, eu já vou fazer 50. Mas a esperança nunca morre e eu espero que mesmo que eu não conseguir chegue para outras pessoas que estejam aqui, né?

15 - Então mais uma vez, eu gostaria que você, só para formalizar mesmo a minha pesquisa e falasse o seu nome completo sua idade se você tem filhos, né?

Hum!

16 - E se você quer falar mais alguma coisa, né!? Sobre o Mulheres Mil. Me diz sua idade, seu nome completo e mais uma vez se você né, minha autoriza, né? É caso aconteça de publicar o seu nome na minha na minha pesquisa.

Pronto já adorei sim, pode publicar ficar à vontade, meu nome é Andreia Andreia Souza Vieira Ferreira. Eu tenho 49 anos. Tenho três filhos e 5 netos.

17 - Você é casada?

Sou casada com Jaciel Ferreira, já tem 30 anos que a gente tá junto e o negócio que mulheres meu conheci muita gente bacana Robson, né? E na época gestor uma pessoa maravilhosa e outros que lá dentro ainda hoje e outros já foram embora, mas muita assim. Acolhido nós todos somos acolher bem lá, obrigado,

18 - Eu agradeço muito o seu depoimento vai ser muito importante para minha pesquisa, viu? E assim que tiver pronto Robson vai mostrar para vocês a minha pesquisa, viu? Mas vai ser muito importante mesmo muito importante o depoimento de vocês.

Muito obrigada a você.

Entrevista 13 -Transcrição da entrevista feita com Geny Barbosa de Souza, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA (campus Seabra-BA). (Entrevista realizada na cidade de Seabra-BA, no dia 16/05/2024).

1 - Então bom dia, eu sou Ludimila, professora do IFBA, vou começar aqui a entrevista e primeiro eu gostaria de saber se você me autoriza a gravação e se por acaso acontecer de eh... eu citar seu nome na minha tese certo!?

Certo. Adorei sim! Pode entrevistar. Estou aqui o que eu puder responder responderei o que eu lembrar...

2 - Tá? Aí eu gostaria que você me dissesse seu nome completo e a sua idade esse Geny Barbosa de Souza, 67 anos.

3 - Qual foi o curso que você fez, né na época de mulheres mil e me diga se no geral O que que você lembrar o que você aprendeu com o curso? O que que você retirou assim, né do curso?

Mais aprender a fazer reciclagem nós. Eu na reciclagem.

4 - Técnica de reciclagem, o curso de reciclagem, então?

Nós Aprendemos muitas coisas nós estudava também tinha as entrevista. Nós fez passei a pesquisar lá na na reciclagem no lixão de Salvador nós Aprendemos muitas coisas o lixão de Salvador isso mas vamos lá que nós ia trabalhar no negócio de de resíduos. Aí depois acabou vai desistir você chegaram aí até Salvador, vamos nós vamos lá nós conhecemos lá reciclagem e foi muitas coisas eu nem lembro mais, né? Porque tem muito tempo, mas foi muito bom e as entrevistas foram com relação aqui. Foi é reciclagem mesmo. Que nós ia fazer um.

Um negócio aqui de reciclagem fazer separar os resíduos aí acabou nós desistindo nós estamos com a professora Terezinha ela interessava muito por nós fazer isso aqui aí depois acabam desistindo umas crianças não queria aí nós desistiu. Mas foi muito bom. Só isso no geral assim para você, o que que você retirou sendo esse aprendizado, mas foi na reciclagem mesmo na artesanatos, mas aprendeu muito artesanato, tem muitas coisas que eu nem lembro mais, mas nós que eu tenho mais gravado foi artesanato e não aprendi isso também que tinha vários professores dava aula para a gente aprendeu muita coisa. Que é só que a gente não botou em prática. O que na cama não teve mais aula lá no IF. Então nós não botou em prática e acabou a gente vai esquecendo as coisas, né? Acho que é só isso mesmo na época,

5 - Qual era o seu grau de escolaridade?

Era segundo grau.

6 - Já tinha um ensino médio completo, né? E você trabalhava e trabalhava com quem na época não nessa época?

Não trabalhava não, porque eu tava com problema de saúde e tava afastada do trabalho, mas eu era cozinheira porque você estava afastada.

7 - Você acha que de alguma forma hoje? Vai te ajudou a conseguir o trabalho a com relação a trabalho assim o IFBA te ajudou essa formação desse curso ajudou?

Ajudou com a gente botou a gente em prática. A gente ficou mais sabendo das coisas uma coisa que a gente não conhecia a gente passou a conhecer a entender mais das coisas e que sentido

8 - Dá uns exemplos assim...

No estudo sobre até praticamente sabe falar conhecer alguma coisa que nós não conhecia sobre a reciclagem, artesanato que nós não sabia que tinha tanto valor às coisas que polui assim o meio ambiente nós aprendeu que não podia jogar as coisas assim para não falou e o meio ambiente separar a reciclagem que a gente separava até hoje eu sempre tô separando reciclagem os resíduos.

9 - Então você continua colocando isso em prática?

Continuo colocando em prática.

10 - Mas com relação ao trabalho a conseguir algum trabalho, o IFBA te ajudou nesse sentido?

Não. Trabalho não consegui não, não consegui não porque também pela minha idade e trabalha aqui no Seabra é muito difícil e foi muito bom que aí despertou a gente e ali era uma de vestimenta da gente a mente da gente limpar a mente e aí era bom demais. É porque a gente distraia distrair que ali era uma terapia a gente e aí tem que a gente sempre comenta fez muita falta para gente se voltasse de novo. Seria muito bom. Só isso!

11 - Você lembra da disciplina Direito da mulher? Se não me engano, foi a professora Therezinha que ministrou essa disciplina: Direito da mulher. E se você lembra, para você, qual o sentido que a disciplina direito da mulher fez?

Ah, sei direito da mulher que foi que ela passou a ter um teve um fim de Maria da Penha. Isso teve isso na no direito da mulher, né? Foi muito bom muito bom. Que é o direito da mulher e também aprendi que ela falava que a mulher tem o mesmo direito homem, né? Que às vezes o homem quer ser machista quer ser tudo, mas a mulher também tem o mesmo direito vai aprender isso lá.

12 - Para você mudou alguma coisa?

Mudou. Aprendi muito que eu sempre falo, às vezes as pessoas que eu vejo que os homem quer quer dominar, o moleque quer passar na frente da mulher quer fazer isso com a mulher eu sempre falo eu disse a mulher tem o mesmo direito se a mulher trabalha um homem trabalha então a mulher tem o mesmo direito não pode fazer a mais né? Que não é direito, mas a mulher tem o mesmo direito que eu amo na sua

vida mudou alguma coisa a gente mudou porque eu aprendi, né? Que se o homem tem o direito a mulher também tem o mesmo direito que é uma mulher trabalha o homem também trabalha é então, eu fiquei mais sabida sobre isso aí né? Que eu não sabia, né que eu tinha uma tinha mais direito do que a mulher e depois desse ensino aí eu aprendi mais e mudou mais na minha vida e eu aprendi e tem passado para as outras eu explico para as outras que não que a mulher não pode baixar a cabeça que o homem que a mulher tem o mesmo direito dela.

13 - Você considera que você é uma pessoa antes desse curso, né!? Do mulheres Mil, você é uma pessoa e depois do Mulheres Mil?

Sou uma pessoa melhor do que antes, eu aprendi muito.

Nem posso explicar muito porque acho que sim. Eh, esqueci porque às vezes a gente ia para lá aprendi muita coisa que tinha às vezes a gente ia para lá ia para a cozinha e aprender fazer fazer fazer fazer comida às vezes. Tinha alguma coisa diferente, nós reunia ia para lá e fazia as reuniões era muito boa. Aprendi muita coisa nessa reuniões a vez, ela botava eu para apresentar. Eu apresentava alguma coisa é alguma coisa da reciclagem que a gente fazia. E aí quando a gente saía aí as outras era mais tímida. Então botava eu para apresentar aí eu ia falar alguma coisa apresentava e falava alguma coisa que a gente tinha aprendido.

14 – Por que escolheu você?

É porque eu era mais velha e não tinha vergonha, porque as outras era mais tímida então. Escolheu para falar.

15 - Ah entendi.

E foi muito bom a minha amizade, gostei muito dos professores. Cada dia era uma professora diferente. Eu gostei muito dos professores bom assim para ensinar a gente foi muito bom.

16 - Você lembra da disciplina Empreendedorismo?

Lembro alguma coisa teve um professor de parece que ele era de Palmeiras que ensinou a gente a aprender disso. Teve isso, mas não lembro mais não, infelizmente eu não lembro, mas teve isso aí tem tudo aí os cadernos, mas eu não me lembro não que é muita coisa.

17 - Então teve uma uma palestra sobre Saúde da mulher, né? Não sei se você lembra foi uma enfermeira de Palmeiras que deu essa disciplina saúde da mulher, você lembra?

Não, não lembro não.

18 - Teve alguma coisa específica na sua vida de ruim, assim, que você tinha antes e que com Mulheres Mil você conseguiu se libertar, se livrar e você se transformou em uma outra pessoa?

Teve que às vezes a gente vivia mais presa aqui dentro de casa, a gente o mesmo era tímida. Eu fiquei mais exibida. Aprendi falar alguma coisa porque eles ensinava, né? Tudo eles ensinavam então eu fui aprendendo eu sei que eu virei outra né? Que foi bom demais. Pior que eu tem muito tempo aí a gente já até esqueceu as coisas, mas eu sei que foi muito bom.

19 - Assim que terminou o curso, vocês tentaram montar alguma coisa ou tentaram fazer alguma alguma cooperativa, alguma coisa nesse sentido?

Foi isso! Que nós queria fazer a cooperativa. Nós ia fazer. Depois acabamos desistindo. Quem é que nós foi fazer a visita lá no lixão de Salvador, foi para isso veio uma moça de lá também para explicar aqui para nós, mas acabou que nós desistindo falta de interesse de todos queriam uma sozinha duas não dá para fazer aí nós acabamos desistindo. Então é só isso mesmo.

20 - Tá certo? Tá bom? Então, eu lhe agradeço muito pelo seu depoimento vai ser muito importante, viu!? Para minha pesquisa. Você tem mais alguma questão alguma coisa que queira acrescentar sobre Mulheres Mil ?

Não. Só isso mesmo e agradeço que eu queria era que voltasse de novo, né? Seria bom. Que era uma terapia para a gente e se voltar será bom demais, mas Deus proverá né? Vamos ver o que vai ser daqui para frente. Como é que vai ser, mas gostei muito.

21 - Tá bom, então. É só para formalizar: mais uma vez seu nome completo sua idade se você tem filhos, né? E o seu trabalho.

É Geny Barbosa de Souza, 67 anos e tenho... era 3 com uma morreu agora tenho dois filhos e tem uma neta que mora comigo, que eu criei desde que nasceu e mora comigo.

22 - Você é casada?

Sou casada.

23 - Seu trabalho hoje em dia em casa em casa? Tá bom. E só assim para formalizar mesmo. Se acaso acontecer de eu citar o seu nome na minha tese, você autoriza?

Autoriza.

24 - Ok, então. Geny, muito obrigada, viu!? Mais uma vez, vai ser muito importante para mim pesquisa o seu depoimento viu? Muito obrigada. Foi muito importante mesmo, viu? Se seu depoimento vai ser muito importante mesmo, viu? Fique tranquila, muito obrigada.

Entrevista 14 - Transcrição da entrevista feita com Maria de Lourdes de Souza Pinto, egressa do Programa Mulheres Mil do IFBA (campus Seabra-BA). Entrevista realizada na cidade de Seabra-BA, no dia 16/05/2024.

1 - Então bom dia, eu sou Ludimila, vou começar a entrevista aqui e primeiro saber se você me autoriza essa gravação e gostaria de saber o seu nome completo e a sua idade.

Sim. Bom dia. Autorizo, sim, a gravação. Meu nome é Maria de Lourdes de Souza Pinto, tenho 49 anos.

2 - E qual foi o curso que você fez lá no programa Mulheres Mil?

Eu fiz Meio Ambiente e Reciclagem.

3 - O que que você lembra, assim, de mais importante do curso? O que você aprendeu, né? Como foi assim? Eu sou essa experiência no geral. O que que você lembra?

O que eu mais aprendi foi a reciclagem, foi aproveitar é, é.. garrafas pets, papelão reciclagem, na parte da reciclagem.

4 – O curso que você fez foi Técnicas de reciclagem?

Fiz, de reciclagem. Foi! E também fizemos meio ambiente e pesquisamos sobre as aranhas, só que as aranhas não é muito assim, esqueci de os detalhes, né? Mas a reciclagem ele fez muita coisa reaproveitou muitas coisas, né? Da reciclagem.

5 - E o que você considera, assim, você antes do Mulheres Mil e você depois de Mulheres Mil. Como você se considera como pessoa?

Ah, pois é muito melhor, né? Aprendi muita coisa, muitas coisas. Tive bastante muitas amizades e também né e considero melhor do que era muito melhor

6 - No curso, o que você considera que aprendeu, assim, de mais importante?

Sobre a reciclagem, né!? Reaproveitar as matérias não jogar fora, reaproveitar eh... casca de alimentos também, reaproveitava bastante. É, fazer adubo com a casca de alimento também. Foi muito é, é importante isso que aprendi também.

7 - Você continua fazendo isso hoje em dia? Continuar fazendo isso na sua prática no dia a dia? Óh não não dá para fazer?

Sim! Casca de alimento sim! Sempre eu guardo levo pra roça, que eu tenho uma roça e eu enterro. Aí, depois ela transformou em minha adubo.

8 – Ah, legal! Aí você faz isso na roça. Olha que interessante!

É muito interessante. Muito bom!

9 - E você aprendeu isso no Mulheres Mil?

Isso! No Mulheres Mil.

10 – Ah, interessante! Legal! Na época, qual era o seu nível de escolaridade?

Na época, eu tava fazendo o primeiro ano. Aí estudava à noite e o curso das Mulheres Mil era tarde.

11 - Primeiro ano do ensino médio, do segundo grau?

Isso! Primeiro ano segundo grau, ensino médio.

12 - E o seu trabalho na época?

Na época eu não trabalhava porque eu tinha, eu tinha feito... Tinha acabado de fazer uma cirurgia de coração. E aí, eu não trabalhava ficava só em casa. Aí, eu estudava e ia pras Mulheres Mil.

13 -Você acha que mulheres te ajudou com relação a trabalho, emprego, essas coisas?

Sim. Ajudou bastante. Só que eu mesmo não pude trabalhar nem uma área por causa do meu problema no coração. Eu não pude trabalhar, mas ajudou porque tem vários outras amigas minhas que fizeram o curso e hoje elas têm o seu próprio negócio através disso aí, das Mulheres Mil.

14 - Você lembra da disciplina Empreendedorismo?

Não me lembro não.

15 - E a disciplina Direito da Mulher, se eu não me engano foi a professora Terezinha que ministrou essa disciplina: Direito da Mulher?

Essa época que de dessa. Tem uma parte que foi uma parte que eu tava doente, que tava com problema no coração e tem uma parte que eu faltei e não fui. Aí, tem muita coisa que aconteceu que eu não não participei.

16 – Falava, assim: do deito da mulher, que a mulher tinha direito, que a mulher podia ser empoderada, que a mulher tinha direito os mesmos direitos dos homens...Você não lembra, né?

Essa parte não.

17 - Com relação... mais alguma coisa assim com relação ao Programa Mulheres?

Não. Não lembro mais, mais nada não. Só isso mesmo.

18 - É no geral, você acha que faltou alguma coisa com relação ao Programa? O que podia ter sido melhor, o que podia ter melhorado? O que é que faltou do Programa? Fala sinceramente, assim, o que é que podia ter sido melhor do Programa?

Acho que faltou mais verba e empenho dos professores na época, né? Empenho. É isso dos professores porque teve muito professora desistiu. E aí, teve muito aluno também desistiram. Aí, para faltou mais empenho da parte dos professores.

19 – E verba!?

Verba também! Verba no sentido, pra poder pá, porque era para vim uma verba para gente empenhar no desenvolvimento do, do lixão. Que era para gente cuidar do lixão que tem aqui em cima. E aí a verba ficou de vim e não veio essa verba. Então, ficou o plano, ficou o projeto sem acabar, sem concluir.

20 – Mas, vocês recebiam uma bolsa?

Sim! Recebia uma bolsa, sim.

21 - E tinha um transporte direitinho?

Não. Transporte eu ia com o meu carro e levar Geny e as outras duas colegas da gente. Aí, Geny também ia com o dela. Tinha, aí ia trocando em cada um de uma com a outra, ia com transporte da gente.

22 - Mas tinha transporte, né? Para as outras?

Sim, para as outras tinha.

23 - Por que para vocês não tinha?

É porque, no caso, pra a gente, a gente que morava aqui no bairro não tinha como o carro vim pegar a gente aqui. Aí é muito longe para a gente ir, aí a gente ia de carro.

24 - Então, você acha que faltou nesse sentido, né? Ah entendi poderia no caso ter tido uma cooperativa, alguma coisa assim?

É que a gente começou até fazer... acho que foi eu e Geny, a gente fez um levantamento do lixão. Fizemos levantamento lá na Pedra Preta que é um galpão lá que tem reciclagem, né? A gente foi fazer esse levantamento para poder vim um projeto para a gente trabalhar com ele, só que esse projeto não veio e ficou inacabado.

25 – Vocês chegaram até elaborar o projeto?

Sim. A gente foi lá e tudo. Conversou com pessoal que trabalhava, trabalhava lá na cooperativa. Só que o projeto não foi para frente.

26 – Já existia, então, a cooperativa?

Já, já existia. Existe até hoje, eu acho.

27 - Essa cooperativa trabalha com...

Com a reciclagem, com a reciclagem. Nós tentamos, é.. as Mulheres Mil tentou associar com eles para, para fortalecer eles. Só que o projeto não foi para frente por causa da verba que não veio. Entendeu!? Aí não foi concluído.

28 - Entendi, então faltou uma apoio é falta uma coisa a parte de apoio parceria. Tá ok então, então você tem mais alguma coisa assim assim Mulheres Mil que você antes você depois? No geral, só mais alguma consideração, alguma coisa?

Na época lá era Robson que era o nosso gestor, era Sérgio o gestor também. E Therezinha que era a nossa professora. É, Therezinha... Eles foi tudo muito bom. Eles, né!? Robson é... era tudo pessoa legal com a gente. Ajudava bastante. Robson me ajudava bastante a gente. Só que o projeto não, não foi para frente.

29 - Infelizmente não foi para frente também vários... Várias cidades da Bahia. Inclusive em Salvador também. Eu era gestora em Salvador.

E não foi né!?

30 – É! Não foi para frente em Salvador também.

Pois é!

31 - Tá ok! Eu lhe agradeço bastante, viu? E só para formalizar, só para formalizar assim... Eh mais uma vez, o seu nome completo. Se você tem filhos, se você é casada?

Meu nome é Maria de Lourdes de Souza Pinto. Sim, sou casada. Tenho dois filhos e um neto.

32 - Sua idade?

49 anos.

33 - E se você, mais uma vez, me autoriza, né!? Caso aconteça de eu citar o seu nome no texto da minha tese?

Sim, autorizo.

34– Certo. Então, lhe agradeço muito, certo!? O seu depoimento vai ser muito importante para minha a pesquisa, certo!? Para minha tese, para o meu doutorado. Agradeço, mais uma vez, muito obrigada!

Brigadeira eu, viu?

35 - Você tem mais alguma consideração a fazer?

Só isso mesmo.

36 - Tá bom então.